

G20 BRASIL

LEGADO E CONTINUIDADE

Editorial FELICIANO DE SÁ GUIMARÃES



SEÇÃO ESPECIAL

TATIANA ROSITO
MARIA NETTO, LUCCA RIZZO &
JOÃO FELIPE RIBEIRO
MARCELO FURTADO
DAN IOSCHPE
CRISTINA ELSNER DE FARIA
BRUNO BIONI, JAQUELINE PIGATTO,
LOUISE KARCZESKI & NATHAN PASCHOALINI
HAIHONG GAO
NICOLAS J. A. BUCHOUD & TETSUSHI SONOBE

Artigos Acadêmicos

PEDRO FELIU RIBEIRO,
ANDRÉS MALAMUD &
LUIS SCHENONI
LUIZ ENRIQUE VIEIRA DE SOUZA,
ALINA MIKHAILOVNA GILMANOVA CAVALCANTE,
MÁRCIO GIANNINI & RODOLFO GOMES

Resenha

“POLÍTICA EXTERNA E JORNALISMO”,
DE MARIA HELENA TACHINARDI,
POR PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

Entrevistas

JULIA DIAS LEITE
LUCIANA SERVO
RAPHAEL AZEREDO

Realização:

CEBRI

Rethink Tank

Publicada pelo **Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**

Editores-chefes

Hussein Kalout
Feliciano de Sá Guimarães

Editoras Associadas

Marianna Albuquerque
Roberta Holanda Maschietto

Coordenação Editorial

Bruno Zilli

Assistente Editorial

Victoria Corrêa do Lago

Suporte Editorial

Alice Nascimento

Revisão de texto

Angela Belmiro

Capa e Direção de Arte

Mariana Jaguaribe Lara Resende
Ilustração: Bicho Coletivo

Diagramação

Estúdio Marijaguar
Mariana Jaguaribe Lara Resende
Heloisa Sato

Projeto gráfico e marca

Felipe Taborda
Augusto Erthal

Conselho Editorial

Aloysio Nunes Ferreira
André Lara Resende
Andrés Malamud
Antonio Carlos Lessa
Antonio de Aguiar Patriota
Arlene Tickner
Benoni Belli
Brian Winter
Carlos Eduardo Lins da Silva
Carlos Milani
Celso Amorim
Demétrio Magnoli
Juan Gabriel Tokatlian
Letícia Pinheiro
Luís Roberto Barroso
Luis Solís
Marcia Castro
Maria Hermínia Tavares de Almeida
Maria Regina Soares de Lima
Patrícia Campos Mello
Paula Almeida
Pedro Dallari
Raquel Vaz-Pinto
Roberto Jaguaribe
Roberto Rodrigues
Simon Mabon
Timothy Power

Conselho Consultivo

Celso Lafer
Gelson Fonseca Jr.
Izabella Teixeira
Joaquim Falcão
Marcos Azambuja
Rubens Ricupero

Coordenação Executiva

Julia Dias Leite

*Diretora de Comunicação,
Marketing e Eventos*

Renata Bellozi

As posições e manifestações expressas nos editoriais, policy papers, artigos acadêmicos, resenhas de livro e entrevistas publicados nesta edição da CEBRI-Revista e nos seus canais associados, como site e redes sociais, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), dos seus integrantes ou dos seus apoiadores.

Contato: revista@cebri.org.br

cebri.org/revista

CEBRI • Rua Marquês de São Vicente, 336 - Gávea Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22451-044 • Fone: +55 (21) 2206-4400 • cebri.org • @cebrionline

Apoio:



Klabin

Brookfield



EDITORIAL

G20 Brasil 2024: legado e continuidade 9

Feliciano de Sá Guimarães

SEÇÃO ESPECIAL

A Trilha de Finanças do G20 em 2024 16

Tatiana Rosito

O G20 brasileiro e a agenda de financiamento climático: possíveis legados para o BRICS+ e a COP30 39

Maria Netto, Lucca Rizzo & João Felipe Ribeiro

A bioeconomia no G20 do Brasil: uma visão da sociedade 62

Marcelo Furtado

A experiência e o legado do G20 Brasil: lições do Brasil no cenário global 80

Dan Ioschpe

Business Leaders Shaping the Global Policy Landscape: Analyzing the Role of B20 in G20 92

Cristina Elsner de Faria

Transformação Digital Inclusiva: a agenda brasileira para Inteligência Artificial no âmbito do G20 110

Bruno Bioni, Jaqueline Pigatto, Louise Karczeski & Nathan Paschoalini

G20 Brasil and Reforming the International Financial Institutions 127

Haihong Gao

Roles of Think Tanks in a New Transactional World: New Horizons from the Amazon to the Himalayas 139

Nicolas J. A. Buchoud & Tetsushi Sonobe

ARTIGOS ACADÊMICOS

Lula's New Foreign Policy: Revisiting Overstretch or Restraining after the Sprain? 160

Pedro Felio Ribeiro, Andrés Malamud & Luis Schenoni

Walking the Last Mile Together: Amazonian Diplomacy for Rural Energy Transition . . . 178

Luiz Enrique Vieira de Souza, Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante, Márcio Giannini & Rodolfo Gomes

RESENHA DE LIVRO

Tachinardi, Maria Helena. 2024. *Política externa e jornalismo*. São Paulo: Contexto. 200

Paulo Roberto de Almeida

ENTREVISTA

Presidentes do CEBRI, do IPEA e da FUNAG falam sobre o T20 Brasil 209

Julia Dias Leite, Luciana Servo & Raphael Azeredo

An aerial photograph of a large ship's hull, showing the dark green water and the white structure of the vessel. On the right side, a vertical metal structure, possibly a ladder or part of the ship's infrastructure, is visible, featuring several rectangular panels with a reddish-brown texture.

Brookfield

INVESTIMENTOS EM

Infraestrutura

Somos uma das maiores proprietárias e operadoras de ativos críticos de infraestrutura, que ajudam a formar a espinha dorsal da economia global.

Investimos em ativos que fornecem bens e serviços essenciais, apresentam fluxos de caixa estáveis, altas barreiras de entrada e contratos de longo prazo, com baixo risco de volume e indexados à inflação.

No Brasil, nosso portfólio é composto por empresas líderes de mercado que atuam nos setores de transporte rodoviário e ferroviário, transmissão de energia, transporte de gás natural e infraestrutura de dados.

Saiba mais em **Brookfield.com**

Eficiência que transforma.



Eficiência é o que nos moldou desde o começo da nossa história.

Para nós, eficiência é olhar para as pessoas e para cada detalhe do processo, desde o cuidado com a floresta até o produto final. Foi entendendo de eficiência que transformamos a nossa história e nos tornamos a Klabin, uma empresa brasileira centenária, líder de mercado, sólida, sustentável, reconhecida pela qualidade de seus produtos e respeitada pelos seus valores.

Klabin. Eficiência que transforma.

SEJA UM PATROCINADOR

Apoiadores da CEBRI-Revista ajudam a promover discussões multidisciplinares e debates transparentes entre renomados tomadores de decisão que leem e escrevem em uma plataforma crescente no Brasil e no exterior, com ampla visibilidade e exposição.

Apoie a CEBRI-Revista!

Para mais informações, contate: revista@cebri.org.br

ASSINE A CEBRI-REVISTA

Colecione os exemplares impressos!

Na CEBRI-Revista o conhecimento acadêmico qualifica o debate político e o debate político qualifica as discussões acadêmicas. A revista é indispensável para entender as dinâmicas globais e seu impacto no Brasil.

Os assinantes recebem as quatro edições anuais pelo preço de apenas três, com o frete incluso.

Para mais informações, visite o site através do QR code ou contate: revista@cebri.org.br

CEBRI REVISTA

Ano 3 / Nº 12 / Out-Dez 2024



SEÇÃO ESPECIAL
KISHORE MAHBUBANI
MARCOS CARA MURU
RUSSEN KALOUT &
HUGO MARTINS DA COSTA

Policy Papers
IGNÁCIO YBÁÑEZ

Resenha
"A CAMINHO DA GUERRA, OS ESTADOS UNIDOS E A CHINA CONSEGURAM ESCAPAR DA ARMADILHA DE TUGO DEST", DE GRAHAM ALLISON, POR EELSON FONSECA

Memória
PAULA W. ALMEIDA

Artigos Acadêmicos
ESTEBAN ACTIS
LUNTING WU
DANIELA CAMPELLO &
FRANCISCO URDINEZ

Entrevistas
RAUL JUNGMANN
FÉLIX E. MARTÍN

SEÇÃO ESPECIAL
RUBENS RICUPERO
EUGÊNIO V. GARCIA
KARIN COSTA VAZQUEZ
MATEUS DE SOUZA &
LEANDRO GOMES FERREIRA
LARISSA BASSO & EDUARDO VIOLA
GILBERTO CAMARA ET AL.

BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL AFFAIRS • ANO 3 / Nº 9

CEBRI

BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL AFFAIRS • ANO 3 / Nº 10 / ABR - JUN 2024

CEBRI REVISTA
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A GUERRA DE GAZA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Editorial
FELICIANO DE SÁ GUIMARÃES




SEÇÃO ESPECIAL
GUILHERME CASARÕES
NATALIA NAHAS CALFAT
KARINA CALANDRIN
ISABELLE SOMMA DE CASTRO
MICHEL GHERMAN & MISHA KLEIN
MONIQUE SOCHACZEWSKI
& MARIA HELENA NOTARI
MARIANO AGUIRRE
& MABEL GONZÁLEZ BUSTELO
ÉLODIE BRUN
SALEM NASSER

Policy Papers
ROLIVAR MOURA ROCHA
& PEDRO SAMPAIO MALAN

Artigos Acadêmicos
FERNANDO DE MELLO BARRETO
PAULO MAGALHÃES

Entrevista
FERNANDO LOTTENBERG
UALID RABAH

Resenha
"THE IMPACT OF PROTRACTED PEACE PROCESSES ON IDENTITIES IN CONFLICT: THE CASE OF ISRAEL AND PALESTINE", DE JOANA RICARTE, POR VINÍCIUS ARMELE

BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL AFFAIRS • ANO 3 / Nº 9

CEBRI

BALANÇO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA

Editorial ROBERTA HOLANDA MASCHIETTO



SEÇÃO ESPECIAL
RUBENS RICUPERO
SEAN BURRES
LAURA TRAJA
DAWISSON
MARIA REY
WAN FILI
GUILHERME
MARIA

INTERVIEWS
AMINA J. MOHAMMED
SAMIR SARAN

AL-
RASRU & TERCIO AMBRIZI
RVEDI
RINA HORNIDGE & AXEL BERGER
BELS & DENNIS J. SNOWER

BRAZILIAN JOURNAL OF INTERNATIONAL AFFAIRS • ANO 2 / Nº 7 / JUL - SET 2023

CEBRI REVISTA
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TECNOLOGIA E POLÍTICA INTERNACIONAL NA ERA DIGITAL

EUGÊNIO V. GARCIA

LEIA. ASSINE. COLECIONE.





EDITORIAL

| | |
|--|---|
| G20 Brasil 2024: legado e continuidade | 9 |
| Feliciano de Sá Guimarães | |


G20 Brasil 2024: legado e continuidade

Feliciano de Sá Guimarães

O ano de 2024 foi intenso para a diplomacia brasileira com a realização do G20 Brasil. O país organizou sua maior conferência desde a Eco-1992, com centenas de reuniões ao longo do ano. Passados alguns meses, é possível afirmar que o G20 Brasil foi também um grande sucesso diplomático. A cúpula atingiu consenso e uma declaração importante foi alcançada, a despeito de tensas negociações típicas da diplomacia do G20. Para o Brasil, o G20 foi um grande aprendizado, com intensa participação social nos mais diversos fóruns. Essa experiência mostrou que o G20 não é um fórum apenas para diplomatas e sherpas, mas também uma plataforma de participação da sociedade civil organizada.

O CEBRI esteve amplamente envolvido com o G20, mais especificamente na organização do T20 (Think Tank 20) ao lado de FUNAG e IPEA. O T20 Brasil realizou sua cúpula nos dias 11 e 12 de novembro envolvendo diversas instituições dos países do G20. Ao longo do ano, o T20 Brasil recebeu centenas de *positions papers* de dezenas de países e não apenas dos 20 países fundadores, o que representou um enorme esforço de inclusão e participação do T20. O CEBRI e seus parceiros, FUNAG e IPEA, estiveram envolvidos do início ao fim no grande esforço de compilar e analisar todos esses documentos, com o objetivo de sintetizar o espírito das propostas em uma única declaração final. Tal qual o G20, o T20 também foi um sucesso diplomático.

De fato, o Brasil assumiu a presidência do G20 em 2024 em um contexto internacional desafiador, marcado por tensões geopolíticas, como as guerras na Ucrânia

Feliciano de Sá Guimarães  é professor associado do Instituto de Relações Internacionais da USP e foi professor visitante do Departamento de Ciência Política da Universidade de Yale (2019-2020). É editor-chefe da CEBRI-Revista e diretor acadêmico do CEBRI.

e em Gaza. Esses conflitos ameaçavam a construção do consenso e o próprio sucesso da cúpula. O governo brasileiro soube navegar nas ondas revoltas das diversas divisões geopolíticas e construir uma declaração final aceita por todas as partes. Há algumas edições o G20 deixou de ser um fórum voltado exclusivamente a questões econômicas e financeiras. Cada vez mais, outros temas da ordem internacional, do clima às guerras, aparecem ou influenciam os debates do G20.

A presidência brasileira trouxe inovações importantes para a agenda. Um dos principais destaques foi o combate à fome, com a proposição de um plano global para garantir segurança alimentar por meio de investimentos em agricultura sustentável e distribuição mais equitativa de alimentos.

Outra novidade significativa foi a ação conjunta para a reforma da governança global. O Brasil articulou iniciativas para aumentar a representatividade de países emergentes em instituições financeiras internacionais e organismos multilaterais, buscando maior equilíbrio na tomada de decisões globais.

A bioeconomia também teve um papel central na presidência brasileira, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e incentivando políticas voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico inclusivo. O Brasil enfatizou a necessidade de financiamento internacional para projetos que aliam tecnologia, preservação ambiental e geração de emprego nas economias em desenvolvimento. O país também impulsionou a agenda ambiental ao articular o compromisso com uma transição energética justa, alinhando interesses de economias emergentes e desenvolvidas.

O Brasil consolidou o debate sobre a tributação global das grandes corporações, buscando maior equidade fiscal no cenário internacional. As mudanças em governos do Norte devem dificultar a implementação dessa agenda, mas o fato de o Brasil conseguir gerar discussão sobre a temática e incluí-la na declaração final mostra que se trata de um tema incontornável.

Além disso, a presidência brasileira manteve o compromisso com pautas tradicionais do G20, como a estabilidade econômica global, o fortalecimento do sistema

O ano de 2024 foi intenso para a diplomacia brasileira com a realização do G20 Brasil (...), maior conferência desde a Eco-1992, com centenas de reuniões ao longo do ano. Passados alguns meses, é possível afirmar que o G20 Brasil foi também um grande sucesso diplomático.

financeiro internacional e o apoio ao comércio multilateral. O Brasil deu continuidade aos debates sobre a digitalização da economia e a regulação da Inteligência Artificial, temas que ganharam destaque nas edições anteriores do fórum.

Outro ponto de continuidade foi a ênfase na cooperação internacional para mitigação das mudanças climáticas. O Brasil, ao sediar a COP30 em 2025, articulou a sinergia entre o G20 e as negociações climáticas globais, reforçando compromissos previamente estabelecidos.

Entre os ganhos diplomáticos, o Brasil reafirmou sua posição como ator central na governança global, ampliando sua capacidade de interlocução com potências tradicionais e emergentes. A presidência do G20 também fortaleceu a imagem do país como mediador em conflitos internacionais e promotor do multilateralismo.

Apesar dos avanços, o G20 Brasil 2024 enfrentou desafios significativos. As tensões entre grandes potências, como EUA, China e Rússia, dificultaram a obtenção de consensos em temas estratégicos, especialmente na reforma do sistema financeiro internacional. Além disso, a resistência de alguns países desenvolvidos em avançar com medidas mais robustas para o financiamento climático limitou os impactos de certas iniciativas propostas pelo Brasil.

A passagem de bastão para a África do Sul também foi um marco da presidência brasileira. Chega-se ao fim da Troika do Sul Global com as respectivas presidências da Índia 2023, Brasil 2024 e África do Sul em 2025. Passados alguns anos, será possível avaliar o impacto conjunto de três países do Sul Global tanto para a agenda do G20 em si, como do próprio multilateralismo. Em 2026 o governo americano de Donald Trump assume a presidência. Aí as prioridades serão muito distintas da Troika.

Enfim, o G20 Brasil 2024 consolidou a posição do país como um protagonista na agenda internacional, deixando contribuições importantes para o multilateralismo e a governança global. Contudo, desafios estruturais persistem, exigindo um esforço contínuo para transformar as propostas em resultados concretos. O legado do Brasil na presidência do G20 será medido não apenas pelo que foi acordado, mas pelo impacto real dessas iniciativas nos próximos anos.

O CEBRI esteve amplamente envolvido com o G20, mais especificamente na organização do T20 (Think Tank 20) ao lado de FUNAG e IPEA. (...) Tal qual o G20, o T20 também foi um sucesso diplomático.

Nesse contexto, a CEBRI-Revista organiza sua 12^a edição sobre o legado e a continuidade do G20 Brasil, fazendo uma ponte com a presidência da África do Sul em 2025. Como os leitores poderão ver, a sessão especial trata especificamente do G20 Brasil com oito textos. Nessas análises, os leitores terão uma noção completa do que foi o G20 Brasil, suas dificuldades, ganhos e desafios. Na mesma toada, a sessão de entrevistas ao final da edição também tem como foco o G20, mas direcionado ao T20 Brasil pelos seus protagonistas, ou seja, os presidentes do CEBRI, Julia Dias Leite, do IPEA, Luciana Servo, e da FUNAG, embaixador Raphael Azeredo, discutem legados e continuidades da agenda do T20 Brasil.

Nesse sentido, o primeiro texto foi escrito pela sherpa brasileira da Trilha de Finanças e sênior *fellow* do CEBRI, embaixadora Tatiana Rosito. Nesse artigo, Rosito apresenta as agendas prioritárias que a presidência brasileira do G20 promoveu em 2024 na Trilha de Finanças e os resultados alcançados, além de indicar próximos passos. Atriz central do processo de negociação do G20 Brasil, Rosito argumenta que o G20 marcou um importante avanço na construção de uma agenda financeira global comprometida com a inclusão, a sustentabilidade e a resiliência econômica.

O segundo texto de autoria tripla de Maria Netto, Lucas Rizzo e João Felipe Ribeiro, todos membros do Instituto Clima e Sociedade (iCS), mostra que o G20 Brasil se destacou pela promoção de temas voltados para a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global, com resultados satisfatórios relacionados à agenda de financiamento climático, foco dos autores. O artigo busca qualificar o impacto dessas iniciativas, identificar os resultados trazidos pela Declaração dos Líderes e sugerir como esses temas podem influenciar as negociações climáticas no BRICS+ e na COP30, em 2025.

O texto de Marcelo Furtado, diretor da Nature Finance, *head* de Sustentabilidade Itaúsa e CEO do Instituto Itaúsa, discute como a Iniciativa de Bioeconomia (GIB), uma das grandes novidades do G20 Brasil, consolidou a bioeconomia na governança global, aprovando os Princípios de Alto Nível e promovendo cooperação multissetorial. O texto aborda de que modo a articulação de uma iniciativa como essa ajuda a influenciar políticas públicas e debates internacionais – destacando-se como estratégia para sustentabilidade econômica – e os desafios para manter o engajamento global diante da crescente crise climática.

O artigo de Dan Ioschpe, *chair* do Business 20 (B20) durante o período de presidência brasileira do G20 (2024), trata da atuação do Brasil na presidência do B20. Para o autor, a experiência brasileira contribui para o legado do B20 ao enfatizar a relevância de temas urgentes como a descarbonização e a transformação digi-

tal, além da ampliação da participação de grupos sub-representados, em especial mulheres, e o compromisso da continuidade dessas políticas.

Dentro da mesma temática, o texto de Cristina Elsner de Faria, B20 Project Manager das forças-tarefas de educação e empregabilidade e de transformação digital do B20, discute o Relatório de Responsividade do B20 e seu destaque aos vínculos e lacunas entre as recomendações do B20 e do G20, servindo como um roteiro para engajamento futuro. Para a autora, os legados do B20 Brasil incluem iniciativas adaptadas ao contexto do Brasil, promovendo metas socioeconômicas e fortalecendo a agenda de políticas do G20.

O artigo escrito por Bruno Bioni, Jaqueline Pigatto, Louise Karczeski e Nathan Paschoalini, todos membros da organização Data Privacy Brasil, destaca como a presidência brasileira do G20 atuou ativamente sobre uma agenda que une transformação digital e equidade social. O texto faz uma discussão crítica das contribuições realizadas no âmbito do T20, a partir do trabalho da Força-Tarefa 5 de Transformação Digital Inclusiva, que englobou principalmente a temática da Inteligência Artificial (IA) e da governança de dados.

O artigo de autoria de Haihong Gao, professora e sênior *fellow* do Instituto de Política e Economia Mundiais, da Academia de Ciências da China (CASS), trata dos debates do G20 sobre as reformas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Para a autora, essas instituições precisam lidar com as questões de recursos financeiros insuficientes em países de baixa renda, acesso limitado à liquidez para economias em desenvolvimento e mercados emergentes e ritmo lento de reforma de governança.

Por fim, o texto de Nicolas Buchoud, assessor especial do CEO do Asian Development Bank Institute (ADBI), e Tetsushi Sonobe, CEO do ADBI, faz uma análise muito interessante das lições aprendidas com o G20 Brasil e as presidências imediatamente anteriores do G20. Eles discutem como essas lições podem ajudar a COP30 em Belém. Com base em seus antecedentes e experiências complementares, os autores propõem maneiras originais de reviver as trocas multilaterais e construir soluções orientadas para as pessoas, interconectando ecossistemas em escala mundial.

Como se pode notar, a sessão especial traz uma pletera de textos que dão um bom panorama do que foi o G20 Brasil, com foco especial no T20, mas também discute o processo de transição para a COP30 e a presidência da África do Sul em 2025.

..*

Como é de praxe, cada edição também traz textos gerais sobre temas importantes de relações internacionais e política externa. Nesse sentido, o artigo de Pedro Feliú Ribeiro, professor do IRI-USP, André Malamud, professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e Luís Schenoni, professor do Departamento de Ciência Política da University College London, trata do tema do superestacionamento da política externa brasileira. Ou seja, para os autores, os dois primeiros mandatos de Lula podem ser considerados um exemplo de *overstretch* da política externa. Esse termo se refere à ambição de um Estado de projetar influência além de sua capacidade, potencialmente levando a uma crise das narrativas e práticas de política externa.

O artigo escrito por Luiz Enrique Vieira de Souza, Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante e Márcio Giannini Rodolfo argumenta que desentendimentos sobre hidrocarbonetos não devem impedir que países amazônicos estabeleçam iniciativas conjuntas para energias renováveis. Os autores sustentam que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica deve estabelecer mecanismos para que seus membros alcancem o acesso universal de forma colaborativa.

A revista ainda conta com a resenha do livro “Política externa e jornalismo”, de Maria Helena Tachinardi, escrita pelo embaixador Paulo Roberto de Almeida; e com as entrevistas com os presidentes do CEBRI, Julia Dias Leite, do IPEA, Luciana Servo, e da FUNAG, embaixador Raphael Azeredo, sobre a experiência de organizar o T20 e o G20.

Boa leitura! ☰

Como citar: Guimarães, Feliciano de Sá. 2024. “G20 Brasil 2024: legado e continuidade”. *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 9-14.

To cite this work: Guimarães, Feliciano de Sá.

2024. “G20 Brasil 2024: legado e continuidade.” *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 9-14.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.01.01.9-14.pt>



SEÇÃO ESPECIAL

| | |
|--|-----|
| A Trilha de Finanças do G20 em 2024 | 16 |
| Tatiana Rosito | |
| O G20 brasileiro e a agenda de financiamento climático: possíveis legados para o BRICS+ e a COP30 | 39 |
| Maria Netto, Lucca Rizzo & João Felipe Ribeiro | |
| A bioeconomia no G20 do Brasil: uma visão da sociedade | 62 |
| Marcelo Furtado | |
| A experiência e o legado do G20 Brasil: lições do Brasil no cenário global | 80 |
| Dan Ioschpe | |
| Business Leaders Shaping the Global Policy Landscape: Analyzing the Role of B20 in G20 | 92 |
| Cristina Elsner de Faria | |
| Transformação Digital Inclusiva: a agenda brasileira para Inteligência Artificial no âmbito do G20 | 110 |
| Bruno Bioni, Jaqueline Pigatto, Louise Karczeski & Nathan Paschoalini | |
| G20 Brasil and Reforming the International Financial Institutions | 127 |
| Haihong Gao | |
| Roles of Think Tanks in a New Transactional World: New Horizons from the Amazon to the Himalayas | 139 |
| Nicolas J. A. Buchoud & Tetsushi Sonobe | |

A Trilha de Finanças do G20 em 2024

Tatiana Rosito

Resumo: Este artigo apresenta as agendas prioritárias que a presidência brasileira do G20 promoveu em 2024 na Trilha de Finanças e os resultados alcançados, além de indicar próximos passos.

Palavras-chave: G20; presidência brasileira do G20; Trilha de Finanças do G20 em 2024; aliança global; bancos multilaterais de desenvolvimento.

The G20 Finance Track in 2024

Abstract: This article presents the priority agendas that the Brazilian Presidency of the G20 promoted in 2024 in its Finance Track and the results achieved, indicating next steps.

Keywords: G20; Brazil's G20 Presidency; G20 Finance Track in 2024; global alliance; multilateral development banks.

...Os temas propostos pela presidência brasileira para a agenda da Trilha de Finanças do G20 em 2024 estão centrados em um único propósito: construir uma nova globalização, pautada na cooperação internacional, para enfrentar os desafios sociais e ambientais que a onda anterior de globalização não conseguiu resolver. Esse propósito reflete as prioridades anunciadas pelo presidente Lula, que incluem o combate à fome e à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global.

– Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Em um cenário global de desafios intensos e complexos, a presidência brasileira do G20 em 2024 trouxe para a Trilha de Finanças uma agenda que foi além das metas econômicas tradicionais. Com um olhar voltado para uma nova fase da globalização – mais justa, inclusiva e sustentável –, o Brasil assumiu a responsabilidade de liderar discussões que reafirmam o papel essencial da cooperação internacional e da busca do consenso para enfrentar as questões econômicas, sociais e ambientais mais urgentes de nosso tempo. A busca por um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo refletiu-se nas prioridades da trilha em todos os grupos de trabalho.

Ao desenvolver o tema da presidência brasileira do G20 – “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” –, a Trilha de Finanças buscou refletir em todos os seus grupos de trabalho as prioridades gerais da presidência: a inclusão social e o combate à fome e à pobreza e às desigualdades; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e de transições energéticas; e a reforma das instituições de governança global, incluindo as Nações Unidas e os bancos multilaterais de desenvolvimento.

A participação do Brasil nas principais agendas de finanças internacionais tem sido marcada pelo compromisso de enfrentar desafios globais e regionais, que vão desde a luta contra a desigualdade, o combate à fome e à pobreza, até o financiamento de ações climáticas. Buscamos lutar por uma arquitetura financeira internacional mais justa e inclusiva, além de um sistema financeiro capaz de promover crescimento econômico robusto, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Tatiana Rosito é embaixadora e secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda desde janeiro de 2023. Foi a coordenadora-geral (deputy) da Trilha de Finanças na presidência brasileira do G20 em 2024.

Entre as agendas promovidas no G20, destacaram-se a Força-Tarefa da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que visa combater o problema da insegurança alimentar, renovando o comprometimento em erradicar a fome e a pobreza no mundo; a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, dedicada à coordenação de ações para tornar a agenda climática parte integral do planejamento econômico e da mobilização de recursos para a transição ecológica, mitigação e adaptação climáticas; a agenda de Tributação Internacional, voltada para a promoção de uma cooperação tributária internacional mais justa, eficiente e inclusiva; e a agenda dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, que se propôs a ampliar as reformas dessas instituições e reforçar sua atuação como um sistema, reconhecendo seu papel fundamental para apoiar os países na mobilização de recursos para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. Também se ressalta a agenda para o Financiamento Climático, que almejou garantir acesso ampliado a recursos para projetos de adaptação e mitigação, destacando ainda a importância de uma transição justa e das soluções baseadas na natureza para combater a atual crise climática.

A criação do G20 Social foi iniciativa pioneira que buscou promover o diálogo entre a sociedade civil e as delegações do G20, e culminou com a Cúpula Social. A Trilha de Finanças estabeleceu um grupo dedicado a promover o diálogo com a sociedade civil durante todo o ano de 2024.

A criação do G20 Social foi iniciativa pioneira que buscou promover o diálogo entre a sociedade civil e as delegações do G20, e culminou com a Cúpula Social. A Trilha de Finanças estabeleceu um grupo dedicado a promover o diálogo com a sociedade civil durante todo o ano de 2024.

Também se alcançaram importantes resultados nas discussões da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde, nos Grupos de Trabalho de Infraestrutura, Inclusão Financeira e na agenda sobre a Dívida. Neste artigo, serão apresentados os principais resultados para cada uma dessas importantes agendas, indicando as prioridades do Brasil e os avanços em busca de um mundo mais justo e um planeta sustentável.¹

1. Este texto baseia-se parcialmente no livro de legado homônimo, mais abrangente, publicado pelo Ministério da Fazenda em novembro de 2024 (G20 Brasil 2024). Constitui, assim, obra de equipe, embora a versão final seja de organização da autora, com ajustes e inserções.

VISÃO GERAL

A Trilha de Finanças do G20 está na origem do próprio grupo, que surgiu como um mecanismo informal de coordenação entre ministérios das Finanças e bancos centrais das vinte maiores economias do mundo, em 1999, na esteira da chamada crise financeira asiática e outras que se seguiram. É clara, pois, desde o início, a importância da manutenção da estabilidade econômica e financeira para assegurar o crescimento global em um mundo crescentemente sujeito a choques com efeitos potencialmente sistêmicos. O G20 simboliza, ainda, o reconhecimento de que o papel dos foros tradicionais de coordenação entre as principais economias, como o G7, não mais poderia prescindir da participação das principais economias emergentes. Em 1999, o produto interno bruto (PIB) em paridade de poder de compra das sete principais economias representava 45,2% do PIB global, percentual que caiu para 37,7% em 2008, e 29,1% em 2024 (FMI, WEO database).

A elevação do G20 à qualidade de principal foro para a cooperação econômica internacional em nível de chefes de Estado e de governo ocorreu em 2008, na esteira da maior crise financeira global desde a grande depressão dos anos 1930. Esse é, em grande medida, o formato atual, em que reuniões em mais duas dezenas de áreas culminam na cúpula de chefes de Estado. O secretariado do grupo é exercido rotativamente por cada presidência anual, com o apoio de organizações internacionais. As presidências também estabelecem um tema geral e suas prioridades. Em 2024, a União Africana passou a integrar o G20.

Desde 2008, o G20 conta com uma estrutura organizada em duas frentes: a Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças. Sob a presidência do Brasil, essas duas trilhas aproximaram-se e colaboraram de maneira inédita desde o início das reuniões, em dezembro de 2023. Os trabalhos das trilhas culminam na adoção da declaração de líderes durante as cúpulas, resultado das negociações conduzidas pelos sherpas.

Em ambas as trilhas, há grupos de trabalho temáticos que se reúnem regularmente. Esses grupos são compostos por representantes dos governos dos membros permanentes, além de países convidados e organizações internacionais.

A Trilha de Finanças, que se concentra em questões macroeconômicas estratégicas, é liderada pelos ministros das Finanças e presidentes dos bancos centrais dos membros e conta com coordenação-geral em nível de vice-ministros (*deputies*). Ao longo do tempo, foram criados vários grupos de trabalho nessa trilha, que contam com copresidentes e uma agenda de trabalho estruturada, à qual as presidências imprimem suas prioridades.

Em 2024, a Trilha de Finanças compreendeu sete grupos de trabalho, além de três forças-tarefa:²

- **Grupos de Trabalho (GT):** Economia Global (FWG), Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG), Finanças Sustentáveis (SFWG), Infraestrutura (IWG), Inclusão Financeira (GPFI), Assuntos do Setor Financeiro (FSI) e Tributação Internacional.
- **Forças-Tarefa (FT):** Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, Finanças e Saúde, Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

A TRILHA DE FINANÇAS DE 2024 EM NÚMEROS

Reuniões

+ de 70 reuniões, sendo + de 30 presenciais;

+ de 40 eventos, simpósios e conferências;

+ de 500 reuniões bilaterais;

5 reuniões de *deputies* de Finanças e de bancos centrais;

4 reuniões de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais;

1 reunião ministerial conjunta de ministros de Finanças e Relações Exteriores para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza;

1 reunião ministerial conjunta de ministros de Finanças, de Clima e Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de presidentes de bancos centrais para a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima;

1 reunião ministerial conjunta de Finanças e Saúde;

1 reunião de *deputies* sobre o Empoderamento das Mulheres na Construção de um Mundo Justo e um Planeta Sustentável.

2. A Força-Tarefa para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima foram criadas temporariamente pela presidência brasileira, unindo as trilhas de Sherpas e Finanças. A Força-Tarefa sobre Finanças e Saúde foi criada em 2021.

Documentos conjuntos

- 2 comunicados de ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais;
- 1 declaração sobre Cooperação Tributária Internacional;
- 1 declaração conjunta de ministros de Finanças e Saúde do G20 sobre Resposta ao Surto de Mpox;
- 1 declaração da presidência sobre a reunião ministerial conjunta de Finanças e Saúde;
- 14 documentos endossados pelo G20;
- + de 50 relatórios técnicos.

FORÇA-TAREFA DA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA

A luta contra a fome e a pobreza foi uma das três prioridades da presidência brasileira do G20. Para enfrentar esse desafio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ao G20 a criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que foi elaborada por uma Força-Tarefa Conjunta (FTC) entre as Trilhas de Finanças e de Sherpas. O lançamento da Aliança ocorreu na Cúpula de Líderes, em 18 de novembro de 2024. A Aliança nasceu com 148 membros fundadores, incluindo 82 países, a União Africana, a União Europeia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais. Ressalte-se que a membresia não é restrita aos participantes do G20 e que, após lançada, a Aliança se torna independente do G20.

A estrutura institucional e os marcos de governança da Aliança foram estabelecidos após quatro rodadas de negociações técnicas, iniciadas em fevereiro de 2024, e a aprovação final dos Documentos Fundacionais ocorreu na reunião ministerial conjunta de 24 de julho, no Rio de Janeiro.

Seu objetivo principal é promover a cooperação internacional em torno de experiências bem-sucedidas no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional e à pobreza multidimensional, muitas delas oriundas do Sul Global. O impulso fundamental para essa iniciativa é a convicção de que o mundo dispõe de recursos financeiros e técnicos suficientes para erradicar a fome e reduzir significativamente a pobreza. Falta, porém, vontade política para coordenar esforços capazes de gerar resultados significativos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 e 2 até 2030.

A Aliança busca impulsionar a cooperação internacional em torno de uma Cesta de Políticas baseadas em evidências, isto é, políticas públicas e programas cuja efetividade foi testada na prática. Para apoiar a implementação dessas políticas, a Aliança conta com três pilares: Nacional, Conhecimento e de Finanças. Todo o processo é liderado pelos Estados implementadores e os recursos colocados à disposição nos pilares são voluntários. Cabe ao Mecanismo de Apoio da Aliança intermediar parcerias entre Estados implementadores e os demais membros estatais e não estatais.

No que toca às finanças, especificamente, a FTC reconhece que os recursos internacionais disponíveis para os ODS 1 e 2 estão fragmentados em muitos projetos de pequena escala, o que aumenta os custos de transação para os países beneficiários e para as agências financiadoras. Cabe à Aliança, portanto, contribuir para a superação dessa fragmentação por meio da coordenação de esforços de financiamento em benefício de políticas e programas de escala nacional.

Para organizar esses trabalhos, a Aliança conta com um Conselho de Campeões e um Mecanismo de Apoio. Este terá sede na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, uma subsede no Brasil e um escritório de apoio em Washington.

O impulso fundamental para [a iniciativa Aliança Global contra a Fome e a Pobreza] é a convicção de que o mundo dispõe de recursos financeiros e técnicos suficientes para erradicar a fome e reduzir significativamente a pobreza. Falta, porém, vontade política para coordenar esforços capazes de gerar resultados significativos (...).

FORÇA-TAREFA PARA MOBILIZAÇÃO GLOBAL CONTRA A MUDANÇA DO CLIMA

A Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT-CLIMA) foi uma iniciativa pioneira da presidência brasileira do G20 que uniu as Trilhas de Sherpas e de Finanças para liderar ações estruturais na economia e no sistema financeiro a fim de enfrentar a mudança do clima. Reuniu representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Ministério das Relações Exteriores e do Banco Central. Ao promover

o diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais, a Força-Tarefa procurou alcançar um alinhamento macroeconômico e financeiro global que conduza à implementação eficaz da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris, mantendo sob alcance o objetivo de 1,5°C.

O trabalho da Força-Tarefa foi organizado em torno de duas áreas prioritárias. A primeira, “Redefinindo Ação”, é voltada a apoiar uma mudança política que vá além de abordagens de mitigação em nível de projetos, rumo a planos nacionais de transição críveis, robustos e justos, além de plataformas nacionais (ou plataformas-país) que orientem as economias para alcançar os objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030. A segunda, “Redefinindo Financiamento”, dedicou-se ao estabelecimento de princípios e prioridades para acelerar mudanças estruturais no setor financeiro, visando ao alinhamento com o Artigo 2.1(c) do Acordo de Paris, como complemento ao financiamento público.

Em outubro de 2024, durante as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional e do Grupo Banco Mundial, por meio da FT-CLIMA, o G20 reuniu, pela primeira vez, ministros de Finanças, Clima e Meio Ambiente, e Relações Exteriores, além de presidentes de bancos centrais. A reunião ministerial da Força-Tarefa encerrou o envolvimento de oito meses dos 21 membros do G20, juntamente com 15 países convidados e 25 organizações e grupos internacionais, sob a liderança do Brasil. Na ocasião, foi anunciado um pacote de resultados com a determinação do grupo em liderar ações ousadas, oportunas e estruturais nas economias nacionais e no sistema financeiro internacional, com o objetivo de acelerar e intensificar a ação climática, em sinergia com as prioridades de desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza e a fome.

A Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT-CLIMA) foi uma iniciativa pioneira da presidência brasileira do G20 que uniu as Trilhas de Sherpas e de Finanças para liderar ações estruturais na economia e no sistema financeiro a fim de enfrentar a mudança do clima.

Os resultados da Força-Tarefa incluem uma declaração política e um documento de resultados que resume as principais conclusões da FT-CLIMA. Os documentos aprovados por consenso no G20 reforçam o compromisso dos

membros com um planejamento nacional de transição robusto e liderado pelos próprios países, que sustente a ambição e a implementação das respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs).

FORÇA-TAREFA CONJUNTA DE FINANÇAS E SAÚDE

A Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (JFHTF, na sigla em inglês) recebeu um renovado impulso durante a presidência brasileira do G20. Constituída em 2021, a JFHTF foi criada em resposta à pandemia de COVID-19, com a missão de servir como um fórum de diálogo e colaboração intersetorial, com foco na promoção de uma ação coletiva para aprimorar a prevenção, preparação e resposta (PPR) a pandemias. Durante a presidência brasileira, seu escopo foi ampliado para enfatizar a importância de mobilizar e incrementar investimentos no setor de saúde, com o objetivo de assegurar o alcance dos indicadores de saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, além de garantir sistemas de saúde resilientes e equitativos.

Com o intuito de implementar o objetivo da presidência brasileira de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, foram propostas três prioridades: (i) Determinantes Sociais da Saúde (DSS); (ii) Mecanismo de Substituição de Dívida por Saúde (DfH, na sigla em inglês); e (iii) Prevenção, Preparação e Resposta (PPR) a Pandemias.

Como resultado das discussões técnicas ao longo do ano, foram alcançadas quatro entregas centrais:

- 1. Nota de Política do G20 sobre DSS:** propõe a inclusão de indicadores como proteção social, ambiente físico e educação, para ajudar os países a aprimorar suas políticas de PPR a pandemias e a identificar investimentos necessários em áreas que frequentemente não são abordadas pela política de saúde tradicional.
- 2. Nota da Presidência do G20 sobre DfH:** apresenta as potencialidades e limitações desse mecanismo financeiro, com uma análise crítica de sua aplicabilidade em diferentes contextos econômicos.
- 3. Relatório Global sobre Vulnerabilidades de Saúde, Sociais e Econômicas Relacionadas a Pandemias do G20:** avalia os riscos econômicos globais associados às pandemias e as necessidades de financiamento estimadas, fornecendo uma base para políticas mais eficazes e coordenadas.

4. *Operational Playbook*: um guia não vinculante para apoiar governos e *stakeholders* de finanças e saúde a entender suas responsabilidades e a aprimorar a rapidez, a escala e a coordenação do financiamento para futuras respostas a pandemias.

Demonstrando a capacidade de ação coordenada e célere do G20, foi possível responder rapidamente ao apelo internacional do Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (Africa CDC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para uma colaboração mais estreita no combate ao surto de Mpox. Em menos de uma semana, os membros do G20 concordaram com uma Declaração Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde sobre a Resposta ao Surto de Mpox.

Esses esforços refletem a capacidade do G20 de agir rapidamente e de forma coordenada, reafirmando o compromisso contínuo com a saúde global e a solidariedade internacional.

TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL

Diante da prioridade de combater a desigualdade e construir um mundo mais sustentável e justo, a presidência brasileira do G20 buscou elevar o perfil da agenda de tributação internacional. O diálogo global sobre justiça tributária ganhou novos contornos com o lançamento da agenda de Tributação Internacional, que pela primeira vez foi tratada como um fluxo de trabalho no contexto da Trilha de Finanças no G20.

Durante a primeira reunião de vice-ministros, de 13 a 15 de dezembro de 2023, a iniciativa estabeleceu quatro prioridades: (i) a concepção de estratégias fiscais como instrumentos de redução da desigualdade; (ii) a continuidade do trabalho sobre a estratégia de Dois Pilares no âmbito do BEPS (Base Erosion and Profit Shifting); (iii) o reforço da transparência fiscal; e (iv) o estudo inteligente e eficaz das políticas de incentivos fiscais.

Além da entrega de sete relatórios encomendados com estudos sobre os temas prioritários da agenda, promoveu-se um avanço no debate tributário internacional, por meio da troca de ideias e com o envolvimento de especialistas de referência no campo econômico, bem como das autoridades fiscais e da sociedade civil. A temática da cooperação tributária foi pauta de sessões nas três primeiras reuniões ministeriais da Trilha de Finanças.

O avanço da proposta de tributação progressiva, incluindo a dos super-ricos, passou a ser um objetivo central diante das prioridades estabelecidas. Para levar

adiante essa proposta inovadora, contou-se com a colaboração de Gabriel Zucman, economista francês, professor na Escola de Economia de Paris, na École Normale Supérieure e na Universidade da Califórnia em Berkeley.

Também foram organizados dois eventos de alto nível que cumpriram o objetivo de aprofundar o debate sobre a tributação progressiva. O primeiro ocorreu durante as Reuniões de Primavera e contou com a participação dos ministros das Finanças da França e do Quênia, e a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em maio, realizou-se o simpósio de cooperação tributária internacional, que promoveu o debate entre autoridades tributárias dos países do G20 e representantes da academia e da sociedade civil. Foram debatidos temas como o aumento da transparência, experiências nacionais na tributação de riquezas e formas de mobilizar recursos para o combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável.

As discussões realizadas durante o primeiro semestre do G20 abriram caminho para as negociações da Declaração Ministerial do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional. Em 25 e 26 de julho, foi aprovada a Declaração Ministerial, um documento histórico, que marcou o início de um novo diálogo para sistemas tributários mais justos, progressivos e inclusivos.

Para levar a agenda adiante, coordenou-se a participação do Brasil nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC), incluindo a campanha para a aprovação de um protocolo sobre tributação dos super-ricos. O engajamento construtivo junto à UNFCITC e a outras iniciativas de cooperação tributária, desenvolvidas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Plataforma Regional de Cooperação Tributária para América Latina e o Caribe (PTLAC), marcará os próximos passos da agenda de tributação internacional, que também ganhou espaço na proposta da presidência sul-africana do G20 em 2025.

BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Na presidência do G20, o Brasil comprometeu-se a liderar discussões sobre reformas nos bancos multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) para torná-los mais eficazes e equipados para responder aos desafios globais e regionais. Esses esforços se alinharam à prioridade conferida pela presidência indiana do G20 e ao compromisso dos líderes do G20 na Declaração de Nova Delhi de setembro de 2023, que pediu por BMDs “melhores, maiores e mais eficazes”. Essa declaração destacou a necessidade de os bancos reformarem suas visões, estratégias operacionais e capacidades financeiras para ampliar seu impacto, especialmente no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante disso, a presidência brasileira do G20 priorizou a construção do “Roteiro do G20 para BMDs Melhores, Maiores e Mais Eficazes” – uma proposta coesa para tornar essas instituições mais relevantes, sustentáveis e inclusivas, melhor preparadas para apoiar a agenda dos ODS, expandir o financiamento climático e promover uma representação mais equitativa para os países em desenvolvimento. Como parte central dos objetivos do Roteiro está a ideia de que os BMDs devem funcionar não apenas como entidades independentes, mas como parte de um sistema interconectado e mais amplo, com capacidade de expandir recursos e enfrentar os complexos desafios de desenvolvimento de maneira integrada.

Por meio de um processo colaborativo com os membros do G20, com os BMDs e com apoio de *think tanks*, a presidência brasileira do G20 obteve a aprovação histórica do Roteiro, refletindo um compromisso do G20 com um sistema multilateral de financiamento ao desenvolvimento mais robusto e inclusivo. Para cada um dos pilares do Roteiro, cabe destacar:

- **BMDs Melhores:** os membros do G20 apoiaram o chamado do Brasil para que os bancos expandissem as plataformas lideradas pelos países, simplificassem as políticas operacionais e implementassem mecanismos de financiamento baseados em risco, aprimorando a capacidade de resposta aos países em desenvolvimento. Ao ampliar sua capacidade de atuar como um sistema, os BMDs reforçarão a mobilização de recursos em bases programáticas e harmonização sempre que possível.
- **BMDs Maiores:** houve um consenso amplo de que os bancos devem expandir sua capacidade de financiamento para enfrentar tanto os desafios emergentes quanto os já existentes, ao mesmo tempo que gerenciam cuidadosamente os riscos para seus balanços. A implementação do *Capital Adequacy Framework* (CAF) avançou em várias instituições, indicando uma integração mais profunda dessa agenda, e os membros do G20 concordaram que revisões periódicas dessa implementação são essenciais. Adicionalmente, os BMDs foram incentivados a realizar revisões periódicas de suas estratégias, para assegurar o alinhamento de recursos com as metas institucionais, e a apresentar relatórios periódicos ao Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional (IFAWG), que monitorará a evolução da capacidade financeira do sistema. Esse processo contínuo de revisão fornecerá uma base sólida para ajustes estratégicos e informará decisões sobre possíveis aumentos de capital, quando necessário.

- **BMDs Mais Eficazes:** o Roteiro inclui recomendações para amplificar as vozes dos países em desenvolvimento e melhorar a diversidade dentro da governança dos BMDs. Sistemas aprimorados de medição de impacto promoverão o alinhamento com métricas relacionadas aos ODS e fortalecerão a coordenação do sistema, melhorando a transparência e incentivando a responsabilidade institucional.

O Brasil está comprometido com a implementação bem-sucedida do Roteiro por meio de uma coordenação ativa com o IFAWG. Esse processo colaborativo envolverá os bancos e os membros do G20 em revisões periódicas de progresso. Os principais elementos na implementação do Roteiro incluem:

- Desenvolvimento de uma estrutura de monitoramento: o Brasil apoia o estabelecimento de um sistema de monitoramento abrangente com indicadores mensuráveis, onde aplicável, o que aumentará a transparência e a responsabilidade nas reformas dos BMDs.
- Engajamento contínuo com os BMDs: uma interação próxima entre o IFAWG e os bancos é essencial para manter o progresso, e o Brasil trabalhará para assegurar atualizações regulares e um impulso constante nas ações do Roteiro.
- Fortalecimento das parcerias: o Brasil incentiva os BMDs a fortalecerem parcerias com bancos nacionais e regionais, o setor privado e instituições de financiamento ao desenvolvimento para expandir o alcance e o impacto das iniciativas de financiamento sustentável.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Sob a liderança do Brasil na presidência do G20, a agenda do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Working Group – SFWG) concentrou-se em temas estratégicos voltados: i) à otimização das operações dos fundos climáticos e ambientais multilaterais³; ii) a avançar na discussão sobre planos de transição críveis, robustos e justos; iii) à análise dos desafios de implementação de relatórios de sustentabilidade para pequenas e médias empresas e em países em desenvolvimento; e iv) a promover o financiamento de soluções baseadas na natureza. Essa agenda visou reforçar o papel dos ministérios das Finanças

3. GEF (Global Environmental Facility), GCF (Global Climate Fund), CIFs (Climate Investment Funds) e Fundo de Adaptação, entre outros.

e bancos centrais na promoção da sustentabilidade, alinhando-se aos compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris e na Agenda 2030, que preveem a limitação do aquecimento global e o progresso das metas de sustentabilidade em diversas esferas sociais e ambientais.

Entre os resultados alcançados, destaca-se o relatório desenvolvido pelo grupo independente de especialistas de alto nível, que elaborou mais de 50 recomendações detalhadas, identificando gargalos nas operações dos fundos verticais e sugerindo melhorias que poderiam desbloquear consideráveis recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável. O relatório também propôs que os fundos oferecessem apoio direto às plataformas nacionais, mudando o foco de projetos individuais para estratégias e planos de investimento orientados para a transformação sistêmica nos países. Esse relatório foi bem recebido pelos membros do SFWG e incorporado ao Relatório de Finanças Sustentáveis de 2024.

Buscou-se, ainda, a promoção de princípios de alto nível que orientem o setor privado – corporações e instituições financeiras – a criar planos de transição robustos, críveis e justos. Esses princípios visam à descarbonização completa da cadeia de valor, a estabelecer metas quantitativas e mensuráveis para o curto, médio e longo prazo, apoiar o planejamento financeiro e o engajamento de *stakeholders*, entre outros aspectos fundamentais para uma transição sustentável. Adicionalmente, o Brasil destacou a importância de fomentar transições justas para uma economia de baixo carbono, de forma que seja inclusiva, levando em consideração os impactos sociais e econômicos, especialmente sobre as populações mais vulneráveis, de forma a não deixar ninguém para trás. Assim, foi elaborado e endossado um conjunto de sete Princípios de Alto Nível para o setor privado, destinado a orientar a elaboração de planos de transição consistentes com os padrões regulatórios globais. Esse conjunto de princípios estabelece uma estrutura comum para empresas e instituições financeiras em seu planejamento, mesmo em jurisdições que ainda não estabeleceram regulamentações nacionais específicas. Além disso, foram formuladas recomendações para realizar transições justas.

[O] Brasil destacou a importância de fomentar transições justas para uma economia de baixo carbono, de forma que seja inclusiva, levando em consideração os impactos sociais e econômicos, especialmente sobre as populações mais vulneráveis, de forma a não deixar ninguém para trás.

Para promover o financiamento para Soluções baseadas na Natureza (SbN), o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis identificou as principais barreiras e, com base em um relatório de estudos de caso, avaliou a adequação e eficácia de diversos instrumentos financeiros para cada setor ou cenário de SbN, com foco em instrumentos de *blended finance*. Entre os resultados alcançados, o grupo endossou uma série de recomendações, inclusive para organizações internacionais, instituições de financiamento ao desenvolvimento (como bancos multilaterais e fundos climáticos e ambientais verticais), jurisdições e outras partes interessadas, para que empreguem uma ampla variedade de ferramentas financeiras.

A fim de avançar a agenda proposta pelo Brasil para o G20 no tema de finanças sustentáveis, os próximos passos incluem a implementação das recomendações do Grupo Independente de Especialistas, visando aprimorar a eficiência e o impacto dos fundos climáticos internacionais, de forma a aumentar a capacidade de apoio financeiro para ações sustentáveis. Outro passo essencial será a promoção da adoção dos Princípios de Alto Nível pelo setor privado, bem como o estímulo ao desenvolvimento de regulamentações nacionais para apoiar planos de transição sólidos e padronizados. Por fim, será fundamental integrar as recomendações de transição justa nas políticas e legislações nacionais, incentivando a incorporação das práticas sustentáveis e seguir na promoção de instrumentos financeiros inovadores para projetos na área de Soluções baseadas na Natureza.

Mecanismo de Financiamento das Florestas Tropicais

O Mecanismo de Financiamento das Florestas Tropicais (TFFF) é uma ferramenta proposta para financiar a conservação das florestas tropicais em escala mundial. Cerca de um bilhão de hectares de florestas em pé em quase 70 nações com florestas tropicais em desenvolvimento (TFN) é susceptível de beneficiar-se do TFFF.

O governo brasileiro tem liderado as discussões juntamente com o Banco Mundial e outros 11 países (Reino Unido, EUA, Alemanha, Noruega, Emirados Árabes Unidos, França, Colômbia, República Democrática do Congo, Gana, Mali e Índia) à margem das reuniões do G20 e da COP.

O TFFF inova em três aspectos em comparação com os regimes de conservação florestal existentes:

1. Não depende de subvenções soberanas e donativos de economias desenvolvidas. Pelo contrário, constitui uma oportunidade de investimento de muito baixo risco, em que esses países fornecem inicialmente empréstimos

- reembolsáveis, capital próprio ou garantias. Esse apoio é depois utilizado para quintuplicar os recursos privados. Finalmente, as receitas do fundo são investidas em uma carteira diversificada que produz um *spread* anual sobre o custo do capital. Esse *spread* financia então a conservação das florestas.
2. Os países são recompensados por hectares de florestas em pé, em vez de serem pela redução do desmatamento, atribuindo um preço indireto aos bens naturais. Isso significa que os países com muitas florestas, mas pouco desmatamento, também são pagos, melhorando as estruturas de incentivo (atualmente, os países que não desflorestam não se beneficiam desses regimes). Não há contabilização das emissões de carbono ou da biodiversidade, para evitar uma complexidade desnecessária.
 3. As TFNs são pagas com base nos resultados e têm maior flexibilidade na afetação dos recursos do TFFF a programas governamentais destinados à conservação, em vez de terem de submeter projetos específicos à aprovação do Conselho de Administração. No entanto, as receitas devem continuar a ser direcionadas de forma transparente para as políticas de conservação.

Ao longo de 2024, houve avanços tanto na elaboração do conceito como no envolvimento político. Em nível técnico, foi elaborada uma nota conceitual inicial pelo governo brasileiro em associação com funcionários e consultores do Banco Mundial.

No plano político, os chefes de delegação da vertente financeira do G20 reuniram-se em julho no Rio de Janeiro para discutir o TFFF, e os ministros do Ambiente e/ou das Mudanças Climáticas presentes na COP CBD (Cali) realizaram uma sessão de apoio ao TFFF em outubro. O parágrafo 56 da Declaração do Rio de Janeiro manifesta o encorajamento dos líderes ao mecanismo: “Incentivamos mecanismos inovadores que buscam mobilizar novas e diversas fontes de financiamento para pagar por serviços ecossistêmicos. Como tal, tomamos nota dos planos para estabelecer o Tropical Forest Forever Facility (TFFF) conforme apresentado pelo Brasil ao ECSWG e reconhecemos o Facility como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal (Brasil 2024)”.

No âmbito da sua presidência da COP30, o Brasil pretende continuar a angariar apoios para o lançamento do TFFF em novembro de 2025, em Belém.

INFRAESTRUTURA

O Grupo de Trabalho de Infraestrutura (IWG) debateu formas de aumentar os investimentos em infraestrutura, essenciais para enfrentar a transição climática e as desigualdades sociais, especialmente nos países em desenvolvimento. Sob a lide-

rança do Brasil, o esforço do IWG culminou em quatro relatórios que oferecem caminhos para ampliar os investimentos em infraestrutura e promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo, a saber:

- 1. Financiamento e investimentos em infraestrutura resiliente ao clima:** o relatório aborda a lacuna de investimento existente e a crescente vulnerabilidade da infraestrutura a eventos climáticos extremos. Os principais destaques são a necessidade de melhorar a transparência e a produção de informações sobre fenômenos climáticos extremos, a inclusão da análise de resiliência climática como etapa obrigatória de projetos de infraestrutura e a oferta de linhas de financiamento inovadoras, que combinem incentivos tributários, linhas concessionais, recursos públicos, capitais privados e outros.
- 2. Relação entre infraestrutura e redução da pobreza:** este relatório posiciona a infraestrutura como motor para o crescimento econômico e a promoção da inclusão social. Destaca a necessidade de políticas que assegurem a disponibilidade, qualidade e acessibilidade dos serviços de infraestrutura, apresentando recomendações pelo lado da demanda, de modo a maximizar o impacto social pela perspectiva do usuário. O relatório traz recomendações para uma melhor estrutura de preços e registra que subsídios, em alguns casos, podem ser necessários para melhorar o acesso às parcelas mais pobres da população.
- 3. Mitigação do risco cambial em projetos de infraestrutura:** o relatório trata do risco de volatilidade cambial nos investimentos em infraestrutura, pois muitos projetos são financiados em moeda estrangeira, enquanto as receitas são em moeda local. Apresenta estratégias de redução ou mitigação desses riscos, como o financiamento em moeda local, o fortalecimento do mercado de capitais locais e diferentes mecanismos financeiros para diferentes tipos de países. Nos exemplos apresentados consta o Eco Invest do Brasil.
- 4. Investimento em infraestruturas transfronteiriças:** aborda os desafios e as oportunidades do desenvolvimento de infraestrutura transfronteiriça para promover a integração regional e o desenvolvimento dos países. A partir de experiências dos países do G20, o relatório destaca que os projetos transfronteiriços, por sua complexidade, devem ter uma governança e uma análise econômica robustas. Precisam estar alinhados com os objetivos de desenvolvimento dos países e podem se beneficiar do apoio dos bancos multilaterais de desenvolvimento, para impulsionar a cooperação transnacional.

Além dos relatórios, o IWG organizou três eventos paralelos abertos ao público e com a participação de especialistas para discutir: investimentos em infraestrutura transfronteiriça; desenvolvimento sustentável de infraestrutura natural; e desafios dos países africanos para ampliar os investimentos em infraestrutura.

Com o fim da presidência brasileira, espera-se que os relatórios do IWG-G20 forneçam uma base metodológica que possa aprimorar o financiamento da infraestrutura nos países do G20, com potencial para gerar impactos no desenvolvimento sustentável de longo prazo. Este trabalho reafirma nosso compromisso com um futuro mais equitativo e resiliente.

DÍVIDA

O equacionamento dos problemas associados à dívida pública é essencial para a redução da pobreza e da desigualdade, especialmente nos países mais pobres, além de ser fundamental para promover o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um desafio global que exige soluções coordenadas. Contudo, o atual contexto de fragmentação e tensão entre grandes potências globais torna a cooperação internacional nesse tema especialmente desafiadora. O papel do G20 é importante, porque o grupo reúne os credores tradicionais, usualmente representados pelo Clube de Paris, e novos credores, como China, Arábia Saudita e Índia, entre outros. Em 2020, o G20 aprovou a Moldura Comum para apoiar a reestruturação da dívida dos países pobres, mecanismo que até agora foi utilizado por apenas poucos países. Em 2023, em conjunto com a presidência de turno do G20, o FMI e o Banco Mundial passaram a coordenar reuniões com a participação de credores, devedores e setor privado, a Mesa Redonda Global sobre Dívidas Soberanas.

Durante sua presidência do G20, o Brasil conseguiu entregar alguns resultados importantes. Em particular, o país obteve um consenso inédito entre todos os membros do G20 em torno de um documento que contribuirá para agilizar a reestruturação da dívida de países mais pobres, ao consolidar as lições apreendidas no G20 sobre o tema. A presidência também apresentou análises inovadoras sobre a

[O] Brasil obteve um consenso inédito entre todos os membros do G20 em torno de um documento que contribuirá para agilizar a reestruturação da dívida de países mais pobres, ao consolidar as lições apreendidas no G20 sobre o tema.

relação entre a troca de dívida (*debt swaps*) e investimentos críticos para o desenvolvimento, além de organizar eventos que destacaram a perspectiva de nações africanas sobre financiamento e endividamento.

Embora desafios ainda persistam no tema da dívida, o Brasil demonstrou liderança e equilíbrio nas discussões do G20, conseguindo dialogar com membros de opiniões divergentes de forma honesta e imparcial, sendo amplamente reconhecido por sua postura ativa, pragmática e em defesa do desenvolvimento diante dos desafios.

INCLUSÃO FINANCEIRA

A presidência brasileira do G20 propôs, dentro do Grupo de Trabalho de Inclusão Financeira (em inglês: Global Partnership for Financial Inclusion – GPFII), debater a inclusão financeira como um pilar para promover o desenvolvimento econômico e social e reduzir a desigualdade. A inclusão financeira é um poderoso motor de crescimento econômico e progresso social, permitindo que os países alcancem pelo menos sete dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuindo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ela permite que as famílias estejam mais bem preparadas para choques financeiros, que pequenas empresas sejam capacitadas com crédito e recursos, e que os países estejam melhor preparados para alcançar um desenvolvimento econômico sustentável.

Quando o tema entrou na agenda global, os níveis de exclusão eram tais que era natural para os formuladores de políticas focarem principalmente no acesso a produtos e serviços financeiros. Com o tempo, o acesso e o uso evoluíram consistentemente como resultado das políticas de inclusão financeira em todo o mundo, frequentemente catalisadas pela evolução tecnológica e inovação nos mercados financeiros. Para isso, é necessário não apenas continuar a avançar no acesso e uso de serviços financeiros, mas também melhorar e aumentar o foco na qualidade da inclusão financeira e no bem-estar financeiro.

O acesso a serviços financeiros sem políticas adequadas para garantir o pilar da qualidade da inclusão financeira pode acabar trazendo novas vulnerabilidades para populações que normalmente já são mal atendidas. A qualidade considera as necessidades e condições (socioculturais, econômicas) do usuário final e, quando colocada em primeiro plano, busca garantir que o acesso e o uso promovam melhorias no bem-estar financeiro da população. Com esse foco, a GPFII construiu um conceito consensual de bem-estar financeiro, incluindo uma definição de trabalho, um arcabouço conceitual preliminar e uma teoria da mudança que oferece a justificativa e as evidências disponíveis sobre o papel esperado que as políticas, espe-

cialmente aquelas no setor financeiro, desempenham nesse resultado político. Além disso, foi preparado um roteiro preliminar para um arcabouço de mensuração do bem-estar financeiro.

A GPMI trabalhou na identificação de opções de políticas para melhorar o acesso e a inclusão de qualidade na “última milha” para indivíduos e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). O objetivo foi entender fatores e barreiras que, na prática, ainda impedem o acesso e uso de produtos e serviços financeiros de forma ampla, bem como avançar ainda mais em regiões onde o acesso e o uso ainda podem ser melhorados. Esse trabalho oferece um diagnóstico baseado em dados sobre quem são os 1,5 bilhão de adultos que ainda estão financeiramente excluídos, barreiras que impedem os provedores de serviços financeiros de atendê-los e linhas de políticas para abordar essas barreiras.

Por fim, a GPMI observa que serviços digitais adequados para MPMEs são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável. Os serviços financeiros devem atender às múltiplas necessidades das empresas e alinhar-se com a sustentabilidade do ecossistema em que operam. Nesse sentido, a GPMI deu passos significativos na proposta de um novo plano de ação para o financiamento de MPMEs. O plano delineia um conjunto de ações políticas concretas, um apelo à ação para intensificar os esforços dos países para fechar a lacuna de financiamento para MPMEs, extraindo *insights* das experiências recentes considerando o surgimento de novas tecnologias financeiras.

G20 SOCIAL

O G20 Social foi uma inovação da presidência brasileira no G20 para fortalecer e ampliar a participação social de atores nos debates e processos decisórios do G20⁴. O Ministério da Fazenda destacou uma equipe para ser o canal de interlocução entre a sociedade civil e a Trilha de Finanças, que ficou responsável por participar ativamente das iniciativas dos grupos de engajamento (GE) e da sociedade civil, organizando encontros em torno dos temas e prioridades da Trilha de Finanças.

Em 2024 foram 13 os GEs oficialmente reconhecidos: C20 (sociedade civil); T20 (*think tanks*); Y20 (juventude); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (*business*); S20 (ciências); Startup20 (*startups*); P20 (parlamentos); SAI20 (tribunais de contas); e os mais novos J20 (cortes supremas) e O20 (oceanos). Além do F20 (favela), destacaram-se outros grupos paralelos como o Fórum Inter-religioso, Crianças do G20 e mais.

4. Ver relato completo das atividades na publicação Relatório de ações do G20 Social na Trilha de Finanças (Brasil 2024b).

Um dos resultados mais positivos desse processo foi a realização das sessões do G20 Social nas reuniões oficiais das duas Trilhas, em julho de 2024. Na Trilha de Finanças, a sessão do G20 Social ocorreu na 4^a Reunião de vice-ministros de Fazenda e vice-presidentes de bancos centrais do G20, no Rio de Janeiro. Antes da sessão, os países-membros e convidados e organizações internacionais receberam as propostas dos 13 GEs, mais do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável (CDESS) e F20. Durante a sessão, cada grupo apresentou as suas prioridades, e, em seguida, os delegados fizeram suas intervenções. A sessão permitiu um encontro inédito entre os representantes da sociedade civil e os negociadores da Trilha de Finanças.

Durante a presidência brasileira, foram organizados 12 debates com a sociedade civil brasileira e internacional sobre os temas prioritários da Trilha de Finanças:

1. A sociedade civil e o G20 na presidência brasileira;
2. Desigualdade e Tributação: uma perspectiva internacional;
3. Economia Global e Desigualdades;
4. Presidência brasileira do G20: prioridades e desafios da Trilha de Finanças;
5. Reunião da Sociedade Civil sobre G20 e Tributação Internacional;
6. Presidência Brasileira do G20 e a Tributação Internacional;
7. Finanças para uma Transição Justa: Reunião do G20 e da Sociedade Civil;
8. Evento Paralelo da Trilha de Finanças do G20 e as Mulheres;
9. G20 e a Reforma da Governança Global;
10. 25 Anos de G20: E agora?;
11. Os próximos passos para a taxação dos super-ricos;
12. G20, Dívida Soberana e os Desafios do Desenvolvimento.

Um dos mais importantes foi o “Encontro da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional”, que resultou no documento “Recomendações da Sociedade Civil sobre Tributação Internacional para os Ministros das Finanças do G20”. Além disso, foram publicados *policy briefs* com propostas para combate às desigualdades apresentados pela sociedade civil no encontro virtual de Economia Global e Desigualdades. Os quadros do Ministério da Fazenda participaram de 11 eventos dos grupos de engajamento (seis virtuais e cinco presenciais) e de 14 eventos organiza-

dos pela sociedade civil brasileira e internacional (dez virtuais e quatro presenciais), expandindo o acesso à informação e o diálogo com a sociedade civil.

Em outubro, durante reunião informal de transição entre o governo sul-africano e o brasileiro em Pretória, na África do Sul, os representantes do governo sul-africano demonstraram intenção em dar continuidade à iniciativa do G20 Social. Em seguida, a sociedade civil sul-africana organizou um encontro para dar início à organização do C20 e convidou a equipe do G20 Social da Trilha de Finanças para partilhar a experiência durante o encontro, que contou também com representantes da sociedade civil brasileira.

Por fim, o ponto alto do G20 Social foi a realização da Cúpula Social em novembro, às vésperas da Cúpula de Líderes do G20, ambas no Rio de Janeiro. O evento serviu de palco para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos durante a presidência brasileira. Na ocasião, foi lançado o relatório das atividades do G20 Social na Trilha de Finanças, que buscou sistematizar o aprendizado dessa experiência inédita. Os resultados desse processo demonstraram o potencial da participação social como ferramenta para democratizar e aumentar a transparência de fóruns internacionais, deixando um legado para as próximas presidências do G20.

A presidência brasileira no G20 deixará a marca da ambição política, mas sempre reforçando a importância do pragmatismo, do consenso e da permanente cooperação para superar os obstáculos que ainda nos impedem de alcançar o desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO

A presidência brasileira no G20 marcou um importante avanço na construção de uma agenda financeira global comprometida com a inclusão, a sustentabilidade e a resiliência econômica. Com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Trilha de Finanças conseguiu mobilizar esforços para fortalecer os sistemas financeiros dos membros e promover políticas que beneficiem a economia global como um todo, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento e ao combate às desigualdades de qualquer natureza.

Apesar de todos os avanços, os desafios persistem e requerem continuidade nos esforços de cooperação econômica e financeira. É fundamental que se

mantenha o compromisso com a construção de uma economia global mais justa e sustentável, em que o desenvolvimento seja acessível a todos e ninguém fique para trás. A presidência brasileira no G20 deixará a marca da ambição política, mas sempre reforçando a importância do pragmatismo, do consenso e da permanente cooperação para superar os obstáculos que ainda nos impedem de alcançar o desenvolvimento sustentável. Para enfrentar a pobreza, a desigualdade, as mudanças climáticas e outros desafios urgentes, devemos permanecer comprometidos em ouvir uns aos outros e buscar o consenso, além de redobrar o foco na implementação dos compromissos. Isso é ainda mais importante no cenário em que os desafios futuros da economia global podem ser ainda maiores do que os enfrentados nos últimos anos. ▬

Referências Bibliográficas

Brasil. 2024b. “Declaração ministerial do GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20”. *Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima*. Gov.br, 3 de outubro de 2024. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-ministerial-do-gt-de-sustentabilidade-ambiental-e-climatica-do-g20>.

Brasil. 2024c. Relatório de ações do G20 Social na Trilha de Finanças. *Ministério da Fazenda*. Brasília, Novembro de 2024. https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorios/g20/relatorio-anual-de-atividades_g20-social_pt_v7.pdf.

G20 Brasil. 2024. *Livro de legado do G20: a Trilha de Finanças em 2024*. Brasília, Ministério da Fazenda.

https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/relatorios/g20/livro-delegado-do-g20-a-trilha-de-financas-em-2024_pt_v3.pdf.

Como citar: Rosito, Tatiana. 2024. “A trilha de finanças do G20 em 2024”. *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 16-38.

To cite this work: Rosito, Tatiana. 2024. “The G20 Finance Track in 2024.” *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 16-38.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.01.16-38.pt>

Recebido: 16 de janeiro de 2025

Aceito para publicação: 31 de janeiro de 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

O G20 brasileiro e a agenda de financiamento climático: possíveis legados para o BRICS+ e a COP30

Maria Netto

Lucca Rizzo

João Felipe Ribeiro

Resumo: O G20, sob a presidência brasileira em 2024, destacou-se pela promoção de temas voltados para a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global, com resultados satisfatórios relacionados à agenda de financiamento climático. O presente artigo tem como objetivo apresentar o impacto dessas iniciativas, identificar os resultados trazidos pela Declaração dos Líderes e sugerir como esses temas podem influenciar as negociações climáticas no BRICS+ e na COP30, em 2025.

Palavras-chave: G20; financiamento climático; mudanças climáticas; desenvolvimento sustentável; COP30; Acordo de Paris; BRICS+.

The Brazilian G20 and the Climate Finance Agenda: Possible Legacies for BRICS+ and COP30

Abstract: The G20, under the Brazilian Presidency in 2024, has stood out for promoting issues focused on reducing social inequalities, sustainable development and reforming global governance, with satisfactory results related to the climate finance agenda. This article aims to present the impact of these initiatives, identify the results of the Leaders' Declaration and suggest how these issues can influence climate negotiations at BRICS+ and COP30 in 2025.

Keywords: G20; climate finance; climate change; sustainable development; COP30; Paris Agreement; BRICS+.

O Brasil assumiu a presidência do G20 em um contexto complexo do cenário global, com conflitos armados e riscos de segurança, guerras simultâneas, estagnação econômica e acirramento da crise climática. Apesar do panorama desafiador, o G20 buscou fornecer respostas e soluções urgentes e de rápida adoção para o restabelecimento e melhor desenvolvimento de economias e instrumentos de cooperação entre países em um cenário de múltiplas emergências.

A presidência brasileira do G20 ocorreu também em um momento de incertezas no ano marcado por eleições em relevantes geografias – como União Europeia, Estados Unidos e Taiwan –, que mobilizaram mais de quatro bilhões de pessoas no mundo. Nessa ótica, o Brasil desempenhou um papel fundamental ao promover a articulação da agenda climática com os desafios econômicos globais, demonstrando liderança em um momento crítico para o futuro das políticas internacionais.

O G20 se fundamentou sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” e orientou as suas atividades de acordo com as seguintes prioridades: (i) inclusão social e combate à fome e à pobreza; (ii) desenvolvimento sustentável, transições energéticas e ação climática; e (iii) reforma

Para o Brasil, a condução do G20, em 2024, marcou o início de um período de dois anos na liderança de importantes fóruns globais. Depois de passar o bastão da presidência do G20 para a África do Sul, o país terá a oportunidade de presidir o BRICS+ e a COP30 em 2025.

Maria Netto é diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Com mestrado em Economia pelo Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, possui vasta experiência em financiamento climático e desenvolvimento de estratégias para investimentos de baixo carbono, com atuação no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no New Development Bank, no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e na Secretaria da Convenção sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Lucca Rizzo é especialista em financiamento climático no Instituto Clima e Sociedade (iCS). Advogado formado pela PUC-Rio, com mestrado em Políticas Internacionais, possui experiência em finanças sustentáveis, bioeconomia amazônica e captação de recursos, tendo atuado em multinacional de energia e no escritório Mattos Filho por mais de sete anos.

João Felipe Ribeiro é fellow em financiamento climático do Instituto Clima e Sociedade (iCS) pelo programa International Research & Exchanges Board (IREX). Economista pela UFRRJ, com MBA pela USP ESALQ, possui experiência em análise de dados, mercado de capitais e finanças sustentáveis, com destaque para estudos sobre títulos verdes e economia ecológica.

das instituições de governança global. Dentre as propostas sugeridas pela presidência brasileira, houve o movimento inovador que estabeleceu a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT Clima), como um grupo de discussões que se propôs a articular respostas coordenadas das Trilhas Sherpa e Financeira em relação à emergência climática.

Para o Brasil, a condução do G20, em 2024, marcou o início de um período de dois anos na liderança de importantes fóruns globais. Depois de passar o bastão da presidência do G20 para a África do Sul, o país terá a oportunidade de presidir o BRICS+¹ e a 30^a Conferência das Partes (COP30) sob a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção Quadro) em 2025.

Nesse contexto, este artigo analisa o impacto da liderança brasileira no G20 nos temas de financiamento climático, identificando os resultados trazidos pela Declaração dos Líderes, e sugere como esses temas podem influenciar as negociações climáticas no BRICS+ e na COP30.

MUDANÇA DO CLIMA: UM DEBATE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, QUE DEPENDE DE FINANCIAMENTO

A mudança do clima é uma agenda de desenvolvimento econômico e social, que reflete diretamente nas desigualdades sociais e regionais. Em uma análise histórica, a maior parte dos países que mais emitiram gases de efeito estufa se beneficiou da industrialização para alcançar desenvolvimento econômico, enquanto, de outro lado, os que menos emitiram estão entre os mais afetados pelos impactos da mudança do clima e em maior grau de suscetibilidade ao aumento das desigualdades sociais nas próximas décadas, à medida que os impactos se agravarem (Differbaugh & Burke 2019; IPCC 2023).

Países menos desenvolvidos enfrentam orçamentos limitados para investir em mitigação climática, transição energética e resposta a eventos extremos cada vez mais frequentes, o que compromete seu desenvolvimento e o cumprimento de compromissos climáticos. Frente a esse diagnóstico, surge o princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas e Respectivas Capacidades (CBDR-RC, na sigla em inglês) na Convenção Quadro, segundo o qual, países desenvolvidos deveriam liderar as ações de mitigação de gás de efeito estufa (GEE) e financiamento climático, e que tem sido desafiado com o passar dos anos, a partir do crescimento econômico de países emergentes e o aumento de sua contribuição nas emissões globais (Zhang & Zhang 2022).

1. Grupo expandido dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que incorporou outros cinco países em 2023 – Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

As mudanças climáticas, assim como as desigualdades no contexto geopolítico, exacerbam as desigualdades no contexto doméstico de um Estado devido à distribuição assimétrica de seus impactos. Agentes econômicos com maior intensidade de emissões geralmente enfrentam menor vulnerabilidade econômica em relação aos seus efeitos, enquanto os segmentos populacionais de baixa emissão, que frequentemente possuem menor capacidade de adaptação, acabam suportando de forma desproporcional os custos externos associados aos impactos climáticos.

A adoção do Acordo de Paris sobre mudança do clima, em 2015, representa um inegável avanço diplomático, em um momento particular de esforço e coesão multilateral para obtenção de consenso entre todos os países para redução das emissões de gases de efeito estufa. O Acordo busca manter o aumento médio da temperatura do planeta bem abaixo dos 2°C em relação à temperatura no período pré-industrial, com esforços para limitar o aumento médio a 1,5°C, além de adotar medidas de adaptação climática e estabelecer mecanismos de cooperação e financiamento para alcançar os objetivos do Acordo. Desde então, por meio da adoção das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC na sigla em inglês), é esperado que todos os signatários do Acordo busquem compatibilizar suas políticas nacionais para o atingimento dessas metas.

As mudanças climáticas, assim como as desigualdades no contexto geopolítico, exacerbam as desigualdades no contexto doméstico de um Estado devido à distribuição assimétrica de seus impactos.

No entanto, quase uma década após a adoção do Acordo, todos os anos apresentaram aumento de emissões de GEE, à exceção de 2020, devido à pandemia de COVID-19. Com pleno cumprimento das NDCs, de planos setoriais e estratégias de longo prazo por todos os países, as atuais metas levariam a um aquecimento de pelo menos 1,8°C; em um cenário menos otimista, se consideradas as políticas climáticas adotadas atualmente, o aquecimento pode chegar a 2,7°C, um aquecimento muito acima do objetivo do Acordo de Paris (Climate Action Tracker 2023). Em complemento, o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês)² indica que as atividades humanas já causaram, inequivocamente, um aumento de 1,1°C na temperatura, comparado aos níveis de 1850 (IPCC 2023), e que cerca de 3,3 a

2. O IPCC é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência da mudança do clima, apresentando aos governos as informações científicas para desenvolver políticas climáticas, bem como fornecendo insumos para as negociações internacionais no tema. Ver: <https://www.ipcc.ch/>.

3,6 bilhões de pessoas (quase metade da população mundial) vivem em regiões vulneráveis aos impactos da mudança do clima.

Em termos dos custos das mudanças climáticas, as perdas econômicas resultantes da mudança do clima são calculadas em aproximadamente US\$ 38 trilhões, valor consideravelmente maior do que as necessidades de financiamento anuais para mitigação e adaptação das mudanças climáticas para temperatura da Terra em 1,5°C, estimadas em aproximadamente US\$ 9 trilhões até 2030 e US\$ 11 trilhões até 2050 (Buchner et al. 2023).

Não obstante, o volume de financiamento disponível para enfrentar as mudanças do clima está bastante aquém do necessário, girando em torno de US\$ 1,3 trilhão entre 2021 e 2022, ou seja, valor cinco vezes menor. Não à toa, a agenda de financiamento climático é uma das agendas mais importantes nas negociações de clima sob a Convenção Quadro e que vem gradualmente ganhando espaço em outros fóruns internacionais.

Em função da sua importância, o G20, sob a presidência brasileira, pautou temas da agenda de financiamento climático para destravar mecanismos financeiros existentes e incentivar a adoção de novas iniciativas globais a fim de ampliar a disponibilidade de recursos para combater não só os efeitos das mudanças climáticas, mas também reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto, em construção e continuidade aos trabalhos dos anos anteriores, o G20 em 2024 obteve êxito e conseguiu avançar o comprometimento dos países do bloco em torno de temas relevantes de financiamento climático, que podem ser aproveitados para o BRICS e para a COP30.

RESULTADOS DO G20 EM FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Criado em 1999, em resposta à crise financeira de 1997 e 1998, como um foro informal de países para discussões sobre estabilidade macroeconômica e financeira internacional, o G20 expandiu o número de matérias para contemplar temas relacionados às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, energia, entre outros tópicos de cooperação internacional (Netto et al. 2023).

O primeiro comprometimento dos líderes do G20 com a agenda climática ocorreu em 2009, em Londres, por meio do endosso de princípios de justiça e sustentabilidade intergeracional e indicação de que os planos de recuperação econômica dos países do bloco deveriam ser inclusivos, verdes e sustentáveis. Desde então, o G20 vem em uma crescente histórica de debates e recomendações sobre a relação entre finanças e clima, como desenvolvimento dos trabalhos conduzidos nas Trilhas Financeira e Sherpa (Netto et al. 2024).

No Brasil, o G20 ocorreu em um contexto geopolítico de grandes desafios, marcado por tensões internacionais, crises econômicas e políticas globais instáveis. Apesar do cenário global não tão favorável para encontros multilaterais, foram organizadas 150 reuniões de trabalho, em 15 cidades-sede das cinco regiões do Brasil, em que a necessidade de financiamento climático foi tratada como uma pauta transversal em uma série de grupos distintos, com diferentes perspectivas para ampliar o fluxo de recursos para projetos climáticos, destacando-se a FT Clima e o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis.

Os documentos produzidos em nível técnico nos grupos de trabalho foram submetidos ao crivo político nas reuniões ministeriais, que culminaram, posteriormente, na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro, discutida na Cúpula de Líderes do G20, realizada no Rio de Janeiro em 18 e 19 de novembro de 2024. A Declaração, superando as expectativas dos analistas mais pessimistas que acreditavam que o cenário conturbado global prejudicaria as negociações diplomáticas, trouxe avanços em entendimentos internacionais em áreas-chave relacionadas às mudanças climáticas.

A habilidade diplomática brasileira, somada ao papel de mediador em um ambiente de divergências entre países desenvolvidos e do Sul Global, contribuiu para o sucesso das discussões e para a adoção de medidas que visam à promoção da paz, à justiça social e ao desenvolvimento econômico inclusivo. O G20 lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, com a meta de erradicar a fome até 2030, enfatizou o papel do desenvolvimento sustentável, nas dimensões econômica e social, e reafirmou o compromisso com o multilateralismo.

Além desses temas, a Declaração de Líderes (G20 Brasil 2024) trouxe consensos e recomendações nos seguintes tópicos da agenda mudanças climáticas e financiamento climático, que merecem ser destacados:

Reafirmação dos Compromissos do Acordo de Paris

Como uma forma de expressar apoio ao multilateralismo e manter a credibilidade da Convenção Quadro e do Acordo de Paris, os líderes, compostos por chefes de Estados de países do G20, reafirmaram a meta de limitar o aumento da temperatura média global para bem abaixo de 2°C e a determinação de continuar a limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Revisão do Acesso e Operacional dos Fundos Climáticos Multilaterais

Os principais fundos climáticos multilaterais, como o Green Climate Fund (GCF), Global Environment Facility (GEF), Climate Investment Funds

(CIF) e o Adaptation Fund (AF), passaram por uma revisão independente, liderada por um painel internacional de especialistas, no âmbito do Grupo de Finanças Sustentáveis.

Essa revisão buscou emitir recomendações para simplificar o acesso a recursos para países em desenvolvimento, integrar diferentes mecanismos financeiros e atrair investimentos privados por meio de financiamento híbrido. Segundo o relatório produzido pelo grupo, estima-se que a melhoria de acesso e operacional dos respectivos fundos poderia destravar mais de dez bilhões de dólares para projetos climáticos em países em desenvolvimento.

Os líderes reconheceram a importância de otimizar as operações dos fundos e incentivaram que os seus gestores trabalhem em conjunto a fim de dar passos concretos para desbloquear todo o seu potencial e aprimorar a sua acessibilidade. Em decorrência desse movimento diplomático, que envolve vários dos países que compõem a governança dos fundos, seus representantes emitiram um comunicado conjunto reconhecendo a necessidade de atualizar os seus procedimentos operacionais e mencionar que estão desenvolvendo um cronograma com metas de apresentação gradual das referidas reformas, como um sinal de influência direta do trabalho do G20 (GCF 2024).

FT Clima

Como já mencionado acima, a presidência brasileira do G20 inovou ao criar a FT Clima, reunindo, pela primeira vez na história do G20, representantes das Trilhas Financeira e Sherpa para discussão conjunta de temas prioritários relacionados às mudanças climáticas. A iniciativa se propôs a preencher uma lacuna da governança das discussões climáticas, que separava diplomatas climáticos com as discussões da Convenção Quadro e representantes de ministérios da Fazenda e bancos centrais nas discussões financeiras do G20.

Com a valorização e urgência do avanço das negociações envolvendo financiamento climático, a necessidade de aproximar os universos financeiro e político se tornou premente, e a TF Clima foi um primeiro passo ousado, que teve seus percalços, mas terminou de forma satisfatória, para colocar em prática essa dinâmica. Com efeito, os líderes apreciaram a iniciativa desenvolvida pelo Brasil e reconheceram que esse diálogo conjunto contribuiu para integrar ainda mais as mudanças climáticas nas agendas financeira, econômica e de desenvolvimento globais. A expectativa, agora, é que a prática seja continuada pelas presidências posteriores do G20.

Plataformas de país

O conceito de “Plataforma de país” tem sido trabalhado ao longo dos anos no G20, consolidando-se em 2020 com o G20 Reference Framework for Effective Country Platforms, sob a presidência da Arábia Saudita. Definido como um mecanismo voluntário para fomentar a colaboração entre atores de desenvolvimento com base em prioridades compartilhadas, o modelo foi adotado por países em desenvolvimento, especialmente para avançar agendas climáticas. A iniciativa ganhou destaque com o lançamento, na COP26, da plataforma da África do Sul voltada para transição energética justa e foi replicada por países como Indonésia, Vietnã, Senegal, Egito e Bangladesh.

A presidência brasileira do G20 elaborou princípios gerais para as plataformas do país na FT Clima, visando ampliar investimentos climáticos e de desenvolvimento, para conectar agentes nacionais e internacionais, públicos e privados. O documento estabelece que as plataformas também devem: (i) servir como um instrumento de organização da governança doméstica de investimento climático, reunindo diferentes ministérios, como Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e pastas setoriais; (ii) auxiliar na priorização das demandas de investimento para alcance dos compromissos das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs); e (iii) ser indutoras de investimentos vinculados à aceleração da transição setorial conforme estabelecidos em planos climáticos domésticos (Tanaka et al. 2024).

A Declaração de Líderes apoiou expressamente o conceito de plataformas de país e as reconheceu como um dos instrumentos possíveis para impulsionar o financiamento sustentável em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Baseando-se na referência do G20, o governo brasileiro fez o lançamento da sua própria plataforma de país, a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (Brazilian Investment Platform), que será secretariada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e buscará conectar projetos que estejam alinhados com os planos climáticos domésticos com agentes financeiros.³

Reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)

A modernização de instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi priorizada para torná-las mais eficazes, ágeis e capazes de mobilizar recursos em maior escala. As reformas incluem sugestões sobre

3. Ver: Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/bip>.

como ampliar o capital disponível, oferecer instrumentos para mitigação de riscos e promover financiamentos flexíveis e inovadores, com foco na mobilização de recursos privados para atender a demandas climáticas e de desenvolvimento sustentável.

Os líderes ressaltaram que vão acelerar a reforma da arquitetura financeira internacional, para que possa enfrentar o desafio do combate às mudanças climáticas, e endossaram o roteiro que foi elaborado pelo G20 que apresenta recomendações e ações concretas para a implementação da reforma.

Financiamento para soluções baseadas na natureza e adaptação

Iniciativas voltadas à bioeconomia e à conservação ambiental receberam destaque, com foco em fomentar mecanismos como Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e financiamento híbrido para projetos de conservação florestal, agroflorestas e restauração ecológica. Também foram discutidos desafios relacionados ao financiamento de adaptação climática e à necessidade de maior alocação de recursos para países vulneráveis visando atender a essa demanda.

Os líderes emitiram uma declaração de que estão empenhados em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes, sejam públicas ou privadas, para florestas, inclusive por meio de recursos concessionais e por meio de mecanismos inovadores para os países em desenvolvimento. Também reconheceram que o Fundo Floresta Tropical para Sempre (Tropical Forest Forever Facility – TFFF) é um mecanismo inovador para a conservação florestal, abrindo o caminho para que haja um fortalecimento da iniciativa, que está sendo capitaneada pelo Brasil, em colaboração com o Banco Mundial, e outros países interessados em ampliar o financiamento para a conservação das florestas tropicais do mundo.

Iniciativa para a bioeconomia

O governo brasileiro inovou lançando uma iniciativa individual para tratar do potencial de escalar – a Iniciativa de Bioeconomia (GIB). Essa iniciativa resultou, pela primeira vez em um fórum internacional, na adoção de dez Princípios de Alto Nível de Bioeconomia. Os princípios reconhecem, entre outros, a contribuição da bioeconomia para atender às agendas do clima e biodiversidade, a necessidade de repensar a forma de produzir e consumir, a importância de conhecimentos tradicionais e o potencial de inovação tecnológica

Os líderes expressaram grande satisfação com o lançamento da Iniciativa de Bioeconomia, reconhecendo o notável potencial da bioeconomia para a construção de um futuro sustentável e para a promoção do crescimento para

todos. Indo além, a Declaração expressamente adota os princípios da bioeconomia formulados pela GIB e valoriza a decisão da África do Sul de continuar o trabalho na próxima presidência do grupo.

Taxação dos super-ricos

A presidência brasileira promoveu um debate sobre a implementação de um imposto global sobre grandes fortunas, inspirado em estudos de Gabriel Zucman. A proposta prevê uma taxa de 2% sobre patrimônios acima de um bilhão de dólares, o que poderia gerar até 250 bilhões de dólares por ano. Esses recursos poderiam ser direcionados ao financiamento de agendas climáticas e à compensação de vítimas de desastres naturais, promovendo maior equidade global.

Os líderes endossaram a declaração ministerial e manifestaram que a tributação progressiva é um dos principais instrumentos para reduzir as desigualdades domésticas, fomentar a sustentabilidade fiscal e promover um desenvolvimento sustentável.

Cúpula Social

Outra inovação do G20 brasileiro foi a criação da Cúpula Social, para ampliar a participação de atores não governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20. A proposta buscou envolver os grupos de engajamento, responsáveis pela discussão dos temas do G20 sob a ótica da sociedade civil, no processo de formulação de entendimento e das declarações do G20 ao longo do ano. O engajamento culminou na Cúpula Social, às vésperas da Cúpula de Líderes do G20, que reuniu e apresentou o resultado dos trabalhos técnicos dos grupos de engajamento ao longo do processo do G20.

Os líderes do G20 saudaram a criação da Cúpula Social, reconhecendo o papel construtivo que a sociedade civil desempenha no tratamento das questões discutidas no G20 e que a iniciativa trouxe maior integração dos trabalhos dos grupos de engajamento. Os líderes aplaudiram a decisão de convocar uma cúpula para a sociedade civil, e essa decisão foi seguida pela África do Sul, que já manifestou que seguirá a mesma iniciativa e organizará uma Cúpula Social durante o seu mandato (G20 South Africa 2024).

O POTENCIAL LEGADO DO G20 PARA O BRICS+ E A COP30

Os avanços alcançados pelo Brasil na presidência do G20 em 2024 destacaram a capacidade de articulação geopolítica da diplomacia brasileira, mesmo em

um cenário de fragilidade do multilateralismo, que acabaram se revertendo em resultados pragmáticos em temas importantes da agenda climática, como o de financiamento climático. Ainda que as decisões adotadas no âmbito do G20 adotem um caráter de *soft law*, ou seja, não são dotadas de efeitos vinculantes para fins de Direito Internacional, as declarações possuem uma força orientadora por espelhar o entendimento técnico e político das maiores economias globais, que podem influenciar o curso das negociações climáticas em outros fóruns.

Os acordos obtidos no G20 e refletidos na Declaração de Líderes podem servir como ponto de partida para pautar as discussões climáticas dos principais fóruns internacionais que serão liderados pelo Brasil em 2025 – o BRICS+ e a COP30 – a fim de dar continuidade à rota de avanço gradual e progressivo das negociações climáticas.

Cabe ponderar, contudo, que o reflexo do consenso do G20 nos demais fóruns não será automático e demandará uma articulação com um número de países ainda maior, considerando que o G20 não representa todos os países envolvidos no bloco do BRICS+ ou na Convenção Quadro. Soma-se ao grau de complexidade geopolítica a posse de Donald Trump em janeiro de 2025, que inicia um segundo mandato com apoio majoritário no Congresso Americano e poder consolidado, com habilidade política para fortalecer os discursos e ações protecionistas, acentuar a queda do multilateralismo e enfraquecer os esforços para combater as mudanças climáticas.

Sob a perspectiva de um cenário global de “G-Zero”, como sugerido pelo relatório do Grupo Eurasia sobre os riscos globais para 2025 (Bremmer & Kup-

Os avanços alcançados pelo Brasil na presidência do G20 em 2024 destacaram a capacidade de articulação geopolítica da diplomacia brasileira, mesmo em um cenário de fragilidade do multilateralismo, que acabaram se revertendo em resultados pragmáticos em temas importantes da agenda climática, como o de financiamento climático. [A]s declarações [adotadas no âmbito do G20] possuem uma força orientadora por espelhar o entendimento técnico e político das maiores economias globais, que podem influenciar o curso das negociações climáticas em outros fóruns.

chan 2025), para enfatizar que o mundo segue para um momento de lacuna de liderança política na ordem global, com os países mais preocupados em resolver os seus problemas domésticos e sem intenção ou poder de protagonizar ações pela paz e prosperidades mundiais, o Brasil terá o desafio de ser ambicioso na definição das agendas climáticas de 2025, mas pragmático, a ponto de pautar temas em que o consenso seja factível no panorama atual, e a oportunidade de liderar dois grandes fóruns no mesmo ano não se torne inócua.

Sugere-se abaixo, nesse contexto, tópicos da agenda de financiamento climático que poderiam ser utilizados pelo Brasil nas negociações do BRICS+ e da COP30, como influência e em seguimento aos avanços alcançados pela presidência brasileira do G20.

BRICS+ e o financiamento climático como prioridade

Criado como uma associação informal de Estados, o BRICS era, originalmente, composto por Brasil, Rússia, Índia e China, e seguiu com as adesões da África do Sul, a partir da terceira cúpula em 2011, e de Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos, a partir de 2024. O bloco foi criado com a intenção de unir países em desenvolvimento do Sul Global, para se contrapor internacionalmente ao predomínio do G7 e discutir temas em torno de três pilares principais: cooperação em política e segurança; cooperação financeira e econômica; e cooperação cultural e pessoal.⁴

Embora não tenha sido originalmente criado para focar em questões ambientais, temas climáticos tornaram-se cada vez mais centrais na agenda do bloco. Isso se deve ao fato de que os países-membros são grandes emissores de gases de efeito estufa (GEE) e, simultaneamente, como nações do Sul Global, também são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (Sandrin et al. 2024).

Os temas climáticos têm perpassado de forma cada vez mais transversal a agenda do BRICS e se relacionado com as negociações de outros fóruns internacionais, como o da Convenção Quadro. A título de exemplo, na Declaração Final da 15^a Cúpula, os líderes do BRICS reafirmaram a importância do princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas e Respective Capacidades (CBDR-RC) na implementação do Acordo de Paris. Eles também enfatizaram a necessidade de os países desenvolvidos cumprirem seus compromissos de financiamento climático, cooperação técnica e transferência de tecnologia para as nações do Sul. Além disso, destacaram a importância de promover uma transição energética justa,

4. Ver: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>.

acessível e sustentável para uma economia de baixo carbono, alinhada às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de cada país (Rodrigues s/d).

Assumindo a presidência do BRICS em 1º janeiro de 2025, o Brasil incluiu a sustentabilidade como um dos temas do seu mandato, como expresso no lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, que fundamentará as cinco prioridades escolhidas para reger os trabalhos de discussão do grupo, conforme destacadas *ipsis litteris* abaixo:

*(1) facilitação do comércio e investimentos entre os países do agrupamento, por meio do desenvolvimento de meios de pagamento; (2) promoção da governança inclusiva e responsável da Inteligência Artificial para o desenvolvimento; (3) **aprimoramento das estruturas de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas, em diálogo com a COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025)**; (4) estímulo aos projetos de cooperação entre países do Sul Global, com foco em saúde pública; e (5) fortalecimento institucional do BRICS (Brasil 2025, grifos nossos).*

O financiamento climático, como elencado acima, foi explicitamente escolhido como uma das prioridades para o mandato brasileiro à frente do BRICS, reforçando o compromisso brasileiro com a agenda climática e sua importância estratégica na discussão do tema com esse bloco de países. A estratégia é semelhante à adotada no G20, em que o país buscou trazer temas que eram originalmente tratados exclusivamente no âmbito das negociações da Convenção Quadro para o G20, a fim de aproveitar um processo com outra dinâmica de negociação e buscar consentimentos em temas climáticos, como foi feito na FT Clima, que reuniu diplomatas e representantes de ministérios da Fazenda e bancos centrais do G20 na mesma sala de negociação.

O objetivo, ao trazer o tema para o BRICS, pode ser interpretado como uma tentativa de antecipar certas discussões e superar obstáculos que têm dificultado o progresso em conferências climáticas anteriores sobre o financiamento de ações climáticas, esperando-se a construção de consensos que facilitem as negociações na COP30. Como a cúpula do BRICS será realizada em julho de 2025, poderá ser um evento com influência direta na construção de acordos para a COP30, que acontecerá em novembro do mesmo ano.

O BRICS reúne economias emergentes que representam quase a metade da produção de petróleo mundial. Diante desse contexto, em termos de matéria para

as tratativas do bloco, a inclusão do financiamento climático como uma das prioridades de trabalho do mandato brasileiro pode ser utilizada de forma a incentivar mecanismos inovadores para a promoção de iniciativas de descarbonização.

Países do BRICS, como a China, a Rússia, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, possuem fundos soberanos, mecanismos financeiros que recebem recursos oriundos da venda de matérias-primas, que juntos somam mais de US\$ 1 trilhão. O uso desses instrumentos pode ser debatido pelo BRICS, de forma a incentivar os compromissos do bloco em ampliar os investimentos e as oportunidades para projetos de transição energética, redução de desmatamento e restauração florestal no Sul Global, como uma vantagem competitiva em relação aos países desenvolvidos.

Os fundos soberanos podem ter uma diversidade de uso, de acordo com o tamanho do país, o nível de desenvolvimento do setor privado do seu território e o setor de destinação dos recursos. Esses mecanismos podem ser estruturados para servir, por exemplo, como instrumentos de mitigação de riscos em setores econômicos que ainda estão na fronteira tecnológica ou de mercado, como seria o exemplo de projetos de produção de combustível sustentável advindos de bioinsumos de restauração florestal, ou para a concessão de crédito concessional para a descarbonização de pequenas e médias empresas, que poderia reduzir, conseqüentemente, o escopo 3 de emissões de CO₂ de empresas exportadoras dos países do BRICS.

No Brasil, apesar de os fundos soberanos serem utilizados desde 2017 para gerir *royalties* de petróleo, gás e minério, o debate para a sua utilização para compor o financiamento climático é recente (Teixeira et al. 2024) e tem sido liderado pelo Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros (FFSB)⁵. Na atualidade, ainda há restrições

[Priorizar o tema do financiamento climático para o mandato brasileiro à frente do BRICS] pode ser interpretado como uma tentativa de antecipar certas discussões e superar obstáculos que têm dificultado o progresso em conferências climáticas anteriores sobre o financiamento de ações climáticas, esperando-se a construção de consensos que facilitem as negociações na COP30.

5. Para mais informações sobre o Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros, ver: [https://fundos-soberanos.org.br/..](https://fundos-soberanos.org.br/)

regulatórias no ordenamento jurídico brasileiro que impedem o avanço dos fundos soberanos. Tal lacuna restringe a utilização dos aproximadamente R\$ 7 bilhões de recursos administrados por esses fundos, que poderiam ser canalizados para projetos de mitigação e adaptação climáticos.

Nesse sentido, em conjunto com a proposição de abordar o potencial dos fundos soberanos dos países do BRICS, o governo brasileiro poderia apresentar na Cúpula do BRICS um conjunto de medidas que impulsionasse o uso desses fundos, como a sua regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional, para garantir a segurança jurídica do uso desses recursos para destinações climáticas, e a apresentação de projetos inovadores em colaboração com fundos soberanos subnacionais, como os geridos pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

Além disso, o Brasil pode alavancar o potencial de empresas petrolíferas estatais dos países do BRICS para impulsionar compromissos mais contundentes dessas empresas por metas de descarbonização alinhadas com os compromissos do Acordo de Paris. Empresas como Petrobras, Saudi Aramco, China National Petroleum Corporation e Rosneft têm capacidade técnica e financeira para liderar projetos que promovam a transição energética e a descarbonização, com o potencial de liderar esses mercados globalmente.

A integração dessas companhias petrolíferas em iniciativas coordenadas, como a criação de fundos climáticos específicos para o desenvolvimento de tecnologias de descarbonização, expansão de energias renováveis e produção de biocombustíveis que atendam a salvaguardas ambientais e sociais satisfatórias, seria um posicionamento estratégico para o bloco. Além de estimular uma ação global por parte dos países do BRICS, o Brasil poderia utilizar o momento da cúpula para estimular a Petrobras a destinar os recursos da sua estratégia de descarbonização para adquirir créditos de carbono a partir de projetos de restauração florestal, financiando, assim, o uso e a destinação de terras degradadas para reduzir as emissões brasileiras de CO₂.

A COP30 e a nova meta de financiamento climático

O financiamento climático, para fins da Convenção Quadro, refere-se a recursos financeiros locais, nacionais ou transnacionais, provenientes de fontes públicas, privadas e alternativas, que buscam apoiar ações de mitigação e adaptação para enfrentar as mudanças climáticas. A Convenção Quadro, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris estabelecem a necessidade de prover assistência financeira das partes com mais recursos financeiros para aquelas com menos recursos e mais vulneráveis. De acordo com o princípio das Responsabilidades Comuns porém Diferenciadas e Respectivas Capacidades (CBDR-RC) estabelecido na Convenção Quadro, os

países desenvolvidos devem fornecer recursos financeiros para ajudar os países em desenvolvimento na implementação dos objetivos da Convenção Quadro.⁶

Em Copenhague e Cancun, respectivamente nas COPs 15 (2009) e 16 (2010), os países desenvolvidos se comprometeram e formalizaram a meta de mobilização conjunta de 100 bilhões de dólares anuais até 2020, para endereçar às necessidades dos países em desenvolvimento. A referida meta, que é fruto de negociações diplomáticas e não reflete um resultado científico sobre as verdadeiras necessidades dos países em desenvolvimento, foi reafirmada no Artigo 9 do Acordo de Paris, que também postergou o cumprimento da meta original até 2025 e previu que, em 2024, os países deveriam chegar a um acordo sobre uma nova meta quantificada coletiva de financiamento climático, a *New Collective Quantified Goal on Climate Finance (NCQG)*.⁷

A COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024, ocorreu simultaneamente à Cúpula de Líderes do G20, e, enquanto no G20 se discutia na Declaração de Líderes os tópicos destacados no capítulo anterior, como a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, na COP o foco das discussões de financiamento e maior expectativa de acordo se concentraram sobre a NCQG.

As negociações sobre a nova meta não deveriam versar somente sobre o valor a ser atribuído à meta, que deveria ter o piso de 100 bilhões de dólares por ano, já estabelecido anteriormente no Acordo de Paris, mas também precisaria trazer definições mais claras sobre as fontes e o uso dos recursos, as formas e periodicidade de monitoramento da nova meta e mecanismos, para assegurar que os recursos estão sendo adequadamente canalizados pelos países beneficiários.⁸

Apesar da importância do tema para a COP29, não havia entusiasmo dos especialistas que acompanham as discussões sobre as possibilidades de um acordo satisfatório sobre a NCQG na COP29.⁹ A falta de progresso nas reuniões preparatórias para a COP, que aconteceram em Bonn, na Alemanha, em junho de 2024, evidenciou o tamanho da disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em tópicos elementares da meta de financiamento climático, como a definição do valor e da fonte dos recursos.

Previamente à COP29, em um momento estratégico para influenciar as negociações, o Independent High Level Expert Group on Climate Finance (IHLEG), liderado por Amar Bhattacharya, Vera Songwe e Nicholas Stern, emitiu

6. Ver: United Nations Climate Change; *What is Climate Finance?* <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>.

7. Ver: OECD; *Climate Finance and the 100 Billion Goal*: <https://www.oecd.org/en/topics/climate-finance-and-the-usd-100-billion-goal.html>.

8. Ver: ODI Global; *The New Quantified Collective Goal*: <https://odi.org/en/about/our-work/the-new-collective-quantified-goal/>.

9. Ver: E3G; *UN Climate Talks in Bonn Leave a Steep Road to COP29*: <https://www.e3g.org/news/un-climate-talks-in-bonn-leave-a-steep-road-to-cop29/>.

o terceiro relatório com uma análise independente sobre as lacunas de financiamento climático efetivamente alocados frente às atuais necessidades de recursos. O relatório foi categórico ao alertar que o mundo está em face de um imperativo de financiamento sem precedentes, especialmente em países em desenvolvimento, que, por outra perspectiva, se reflete também em um momento de oportunidades para mercados e cadeias de valores de projetos como os de energia renovável, e enfatizou a relevância de escalar o financiamento climático para a escala dos trilhões de dólares anuais (Bhattacharya et al. 2024).

A realidade das negociações diplomáticas não conseguiu se contrapor às análises pessimistas que apostaram que a nova meta de financiamento climático não seria ambiciosa a ponto de alterar os parâmetros dos bilhões para os trilhões de dólares anuais. A despeito dos poucos analistas climáticos otimistas, dos relatórios científicos enfatizando a necessidade de escalar os recursos financeiros consideravelmente e das tragédias climáticas mais frequentes e danosas, a COP em Baku ficou marcada por entregar uma meta de financiamento climático aquém da verdadeira necessidade de recursos por parte de países em desenvolvimento.

O texto da NCQG, que só conseguiu ser aprovado no domingo, último dia da COP, triplicou o volume da meta, chegando a 300 bilhões de dólares anuais, mas ampliou o entendimento sobre as fontes de recursos e contribuidores para a meta, abrindo margem para contabilizar os recursos concedidos pelo setor privado, por instrumentos de dívida e por países em desenvolvimento, em contraposição ao entendimento dos países do Sul Global de que o valor da meta deveria ser contabilizado exclusivamente com os recursos concessionais concedidos por países desenvolvidos a países em desenvolvimento.

Apesar de essa condição constar em um documento oficial emitido pela Convenção Quadro como o resultado formal das negociações da COP, determinados países em desenvolvimento, incluindo a Índia, a Bolívia e a Nigéria, proferiram discursos contundentes contra a nova meta estabelecida, expondo a fragilidade diplomática do texto de Baku.

Em contraponto à meta estabelecida, diante do resultado frágil, insatisfatório para certos países e inconclusivo da COP29 em relação à definição dos detalhes da NCQG, o texto da decisão deixou uma abertura para o tema ser desenvolvido mais adiante na COP30. A decisão, de certa forma, passou para o Brasil o ônus – e a oportunidade – de buscar um acordo mais satisfatório em torno do tema em Belém.

Para especificar os detalhes, o artigo 27 da decisão sobre a NCQG estabeleceu o “Roteiro Baku a Belém para 1.3 trilhão” (Roadmap Baku-Belém), a ser estabelecido conjuntamente pelas presidências da COP29 (Azerbaijão) e COP30 (Brasil),

em consulta com as partes da Convenção Quadro, com o objetivo de ampliar o financiamento climático para países-parte em desenvolvimento, a fim de apoiar uma rota de desenvolvimento que seja resiliente ao clima e observe um grau de baixas emissões de gases de efeito estufa. O parágrafo menciona que o roteiro deve incluir fontes que sejam oriundas de doações (recursos não reembolsáveis), instrumentos concessionais (recursos com taxas abaixo das de mercado), instrumentos que não criam endividamento e medidas para não prejudicar o espaço fiscal dos países, em uma sinalização indireta de que os pleitos dos países em desenvolvimento deveriam ser observados na construção desse documento.

Ao liderar a construção do Roadmap Baku-Belém, o Brasil pode reforçar sua posição como mediador entre os interesses das grandes economias e as demandas dos países emergentes. O legado do G20, em que foram discutidas reformas estruturais importantes, oferece uma base sólida para integrar essas iniciativas ao planejamento estratégico da COP30.

O Roadmap poderia tomar como ponto de partida os temas de financiamento climático consensuados na Declaração de Líderes e adaptá-los às discussões dos negociadores climáticos da Convenção Quadro. Nesse sentido, ainda que as discussões do G20 tenham envolvido representantes de governos com maior proximidade com temas financeiros, como representantes de ministérios da Fazenda e bancos centrais (Trilha Financeira), conforme mencionado no capítulo anterior, os representantes diplomáticos (Trilha Sherpa) também estiveram presentes e tiveram o mesmo protagonismo na definição dos tópicos de financiamento climático na FT Clima do G20 e da Declaração de Líderes.

O Brasil, portanto, poderia sugerir que a construção do roteiro espelhasse o processo de negociação utilizado na FT Clima, aproximando os representantes governamentais financeiros (Ministério da Fazenda e bancos centrais, conforme aplicável) dos negociadores diplomáticos de clima da Convenção Quadro, para permitir uma maior harmonização técnica e conexão de entendimentos entre as agendas do G20 e da Convenção Quadro. Em termos de conteúdo, o Roadmap Baku-Belém poderia avançar nos temas financeiros consensuados na Declaração de Líderes, podendo contemplar o endosso e avanço das recomendações do G20 sobre:

- (i) as reformas dos bancos multilaterais de desenvolvimento, de forma a torná-los melhores, maiores e mais eficazes (*bigger, better and more effective*), para ampliar a capacidade de financiamento e flexibilizar os critérios de acesso para países em desenvolvimento e trazer um vínculo mais direto entre a implementação das ações e recomendações previstas para os bancos mul-

- tilaterais no G20 Roadmap Towards Better, Bigger and More Effective MDBs e as metas de financiamento climático da Convenção Quadro;
- (ii) a otimização operacional e do acesso aos fundos climáticos multilaterais, os quais, em sua maioria, são mecanismos formais de financiamento no âmbito da Convenção Quadro, para que esses fundos consigam desembolsar um volume maior de recursos, de forma mais célere e menos burocrática, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento em termos de mitigação e adaptação climáticas;
 - (iii) a criação de plataforma de país (*country platforms*), de acordo com as especificidades e necessidades de cada país, como um mecanismo para apoiar a criação de políticas públicas relacionadas ao combate e à adaptação às mudanças climáticas, a criação de planos setoriais domésticos e vincular os planos de investimento e financiamento robustos e concretos às necessidades climáticas de cada país, com o apoio de recursos públicos e privados, de fontes nacionais e internacionais, como meios de implementação das NDCs;
 - (iv) o desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores que auxiliem os países em desenvolvimento a fazerem a manutenção e conservação de florestas e sejam remunerados pela prestação de serviços ecossistêmicos ofertados, sendo o caso de o Brasil junto com demais países e organizações internacionais envolvidos no desenvolvimento da iniciativa apresentarem na COP30 o mecanismo global do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (Tropical Forest Forever Facility – TFFF), com governança estabelecida e em estado operacional;
 - (v) a importância de ampliar o financiamento climático privado, por meio do redirecionamento de recursos financeiros existentes, uso de instrumentos inovadores, como *blended-finance* e mitigação de riscos, mobilização de mercados de carbono e o estímulo da adoção de regulação e taxonomia, visando reduzir a atratividade de alocação de capital em atividades que são danosas à agenda climática.

Ao elencar tópicos que foram estabelecidos pelo G20, em 2024, e vinculá-los ao processo de construção do Roadmap Baku-Belém para a COP30, em 2025, o Brasil poderia aproveitar as discussões do G20 sob a liderança da África do Sul, tendo em vista os interesses majoritariamente convergentes entre os dois países na agenda climática e sinergia com os tópicos estabelecidos como prioritários pelo país africano na pauta do G20. Esse seria o caso, por exemplo, de buscar uma interação

entre o Roteiro e as discussões da primeira prioridade estabelecida pelos sul-africanos no âmbito do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis¹⁰, que busca fortalecer a arquitetura global de finanças sustentáveis, com enfoque em recomendações para aumentar a eficiência e efetividade dos bancos multilaterais, fundos climáticos multilaterais e bancos de desenvolvimento nacionais, para que atuem de forma harmonizada e como um sistema único de financiamento climático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presidência brasileira do G20 em 2024 evidenciou a capacidade do Brasil em articular interesses divergentes e alcançar avanços substanciais em uma agenda complexa e urgente como o financiamento climático. A iniciativa de criar a FT Clima simboliza a inovação diplomática brasileira ao unir trilhas financeiras e políticas, permitindo discussões mais integradas e que tragam resultados práticos para a condução das políticas econômicas e climáticas. O lançamento da Brazilian Investment Platform reflete esse compromisso de atrelar as discussões internacionais à prática, sendo um modelo de como os países podem estruturar investimentos alinhados às suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e planos climáticos nacionais.

Os resultados obtidos no G20, especialmente em áreas como a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e o aprimoramento operacional dos fundos climáticos multilaterais, estabelecem um caminho concreto para ampliar o acesso a recursos por países em desenvolvimento. A adoção de mecanismos financeiros inovadores demonstra que é possível atrair investimentos privados e públicos de forma integrada, maximizando o impacto dos projetos climáticos. Esse legado

Ao elencar tópicos que foram estabelecidos pelo G20, em 2024, e vinculá-los ao processo de construção do Roadmap Baku-Belém para a COP30, em 2025, o Brasil poderia aproveitar as discussões do G20 sob a liderança da África do Sul, tendo em vista os interesses majoritariamente convergentes entre os dois países na agenda climática e sinergia com os tópicos estabelecidos como prioritários pelo país africano na pauta do G20

10. Conforme mencionado pelos representantes da África do Sul no âmbito da quarta e última reunião do Grupo de Finanças Sustentáveis do G20, em que a presidência brasileira passou o bastão da liderança do grupo à África do Sul.

aponta para a necessidade de aprofundar reformas na arquitetura financeira internacional, tornando-a mais inclusiva e ágil, particularmente para atender às demandas climáticas de nações mais vulneráveis.

A presidência do BRICS+ e a liderança da COP30 em 2025 representam uma oportunidade singular para o Brasil ampliar o impacto dessas iniciativas. O foco na integração dos temas de financiamento climático nos dois fóruns pode facilitar a construção de consensos e avanços em áreas críticas, como a implementação do Roadmap Baku-Belém, que busca trazer contornos mais claros para a nova meta de financiamento climático global. Ao alinhar os resultados do G20 com as negociações do BRICS+ e da Convenção Quadro, o Brasil poderá posicionar-se como líder na formulação de uma agenda climática robusta e colaborativa.

No entanto, o sucesso dessas iniciativas dependerá da capacidade de navegar um cenário geopolítico desafiador, com tensões crescentes entre economias desenvolvidas e emergentes. A presença de lideranças protecionistas e a fragmentação do multilateralismo exigem que o Brasil adote uma abordagem pragmática e conciliatória, buscando temas de consenso e priorizando ações de impacto mensurável. Adicionalmente, será crucial garantir que os compromissos assumidos sejam traduzidos em políticas públicas eficazes e que o financiamento climático chegue aos projetos e regiões que mais necessitam de apoio.

Em suma, a presidência brasileira no G20 lançou as bases para uma nova abordagem ao financiamento climático, que combina ambição com viabilidade prática. A integração entre agendas climáticas, financeiras e de desenvolvimento cria um modelo replicável para outros contextos internacionais. No cenário de 2025, o Brasil tem a chance de consolidar sua posição como líder climático global, mostrando ao mundo que é possível transformar desafios climáticos em oportunidades de cooperação e desenvolvimento sustentável, enquanto se promovem equidade e resiliência no Sul Global. ■

Referências Bibliográficas

- Bhattacharya, Amar, Vera Songwe, Eléonore Soubeyran & Nicholas Stern. 2024. "Raising Ambition and Accelerating Delivery of Climate Finance". *Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment*, LSE. https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2024/11/Raising-ambition-and-accelerating-delivery-of-climate-finance_Third-IHLEG-report.pdf.
- Brasil. 2025. "Brasil assume a presidência do BRICS em 2025". Presidência da República. *Gov.br*, 1 de janeiro de 2025. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/01/brasil-assume-a-presidencia-do-brics-em-2025>.
- Bremmer, Ian & Cliff Kupchan. 2025. "Top Risk for 2025". *Eurasia Group*. <https://www.eurasiagroup.net/issues/top-risks-2025>.
- Buchner, Barbara, Baysa Naran, Rajashree Padmanabhi, Sean Stout, Costanza Strinati, Dharshan Wignarajah, Gaoyi Miao, Jake Connolly & Nikita Marini. 2023. "Global Landscape of Climate Finance 2023". *Climate Policy Initiative*, 2 de novembro de 2023. <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/global-landscape-of-climate-finance-2023/>.
- Climate Action Tracker. 2023. "No Change to Warming as Fossil Fuel Endgame Brings Focus onto False Solutions". *Warming Projections Global Update*, dezembro de 2023. <https://climateactiontracker.org/publications/no-change-to-warming-as-fossil-fuel-endgame-brings-focus-onto-false-solutions>.
- Diffenbaugh, N.S. & M. Burke. 2019. "Global Warming Has Increased Global Economic Inequality". *Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.* 116 (20): 9808-9813. <https://doi.org/10.1073/pnas.1816020116>.
- E3G. 2024. "UN Climate Talks in Bonn Leave a Steep Road to COP29". *E3G Press Release*, 13 de junho de 2024. <https://www.e3g.org/news/un-climate-talks-in-bonn-leave-a-steep-road-to-cop29/>.
- G20 Brasil. 2024. *Declaração de Líderes do Rio de Janeiro*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>.
- G20 South Africa. 2024. "G20 Presidency to Establish Three Dedicated Task Forces". *SANews.gov.za*, 3 de dezembro de 2024. <https://g20.org/news/g20-presidency-to-establish-three-dedicated-task-forces/>.
- GCF. 2024. "The Multilateral Climate Funds Action Plan on Complementarity and Coherence". *Green Climate Fund*, B39 (19): 105-116. <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/decision/b39/decision-b39-15-b39-a05.pdf>.
- IPCC. 2023. *Mudança do Clima 2023. Relatório Síntese*. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf.
- Ministério da Fazenda. S/d. "Plataforma Brasil de investimentos climáticos e para a transformação ecológica". *Gov.br*. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/bip>.
- Netto, Maria, Lucca Rizzo & Cíntya Feitosa. 2023. "A Roadmap for Brazil's G20 Presidency on Sustainable Finance". *CEBRI Journal*, 2 (8): 95-111. <https://cebri.org/revista/br/artigo/132/a-roadmap-for-brazils-g20-presidency-on-sustainable-finance>.
- Netto, Maria, Lucca Rizzo, João Felipe Ribeiro & Cíntya Feitosa. 2024. "As principais iniciativas do G20 brasileiro para o financiamento climático". *Cadernos Adenauer*, XXV (2). <https://www.kas.de/documents/d/brasilien/cadernos-2-2024-cap-3>.
- ODI Global. S/d. *The New Quantified Collective Goal*. <https://odi.org/en/about/our-work/the-new-collective-quantified-goal/>.
- OECD. S/d. *Climate Finance and the 100 Billion Goal*. <https://www.oecd.org/en/topics/climate-finance-and-the-usd-100-billion-goal.html>.
- Presidência da República. 2023. "BRICS – A história". *Gov.br*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>.

Rodrigues B. Mattos, Beatriz. S/d. "BRICS+ e clima – diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS". *BRICS Policy Center*. <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2023/11/publicacao-bpc-beatriz.pdf>.

Sandrin, Paula, Camila Amigo, Caroline B. de O. Aguiar, Isabelle F. Caon, Maria Beatriz, Peixoto Mello & Priscilla Papagiannis. 2024. "Ambição climática dos países do BRICS". *BRICS Policy Center*, 11 (4). https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Ambicao-BRICS-2024_Sumario-Executivo_compressed.pdf.

Tanaka, Josué, Asger Garnak & Dileimy Orozco. 2024. "Country Climate and Development Investment Platforms". *G20 Brasil*. <https://climaesociedade.org/publicacao/country-climate-and-development-investment-platforms/>.

Teixeira, Fernando, Gabriela Vichi & Lucas Paz. 2024. "Como os fundos soberanos podem contribuir com as finanças do clima". *Capital Reset*, 9 de agosto de 2024. <https://capitalreset.uol.com.br/financas/como-os-fundos-soberanos-podem-contribuir-com-as-financas-do-clima/>.

Tooze, Adam. 2022. "Welcome to the World of the Polycrisis". *The Financial Times*, 28 de outubro

de 2022. <https://www.ft.com/content/498398e7-11b1-494b-9cd3-6d669dc3de33>.

UNCC. S/d. *Introduction to Climate Finance*. <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>.

Zhang, Yanzhu & Chao Zhang. 2022. "Thirty Years with Common but Differentiated Responsibility, Why Do We Need It Ever More Today?" *Blavatnik School of Government, Oxford University*, 4 de maio de 2022. <https://www.bsg.ox.ac.uk/blog/thirty-years-common-differentiated-responsibility-why-do-we-need-it-ever-more-today>.

Como citar: Netto, Maria, Lucca Rizzo & João Felipe Ribeiro. 2024. "O G20 brasileiro e a agenda de financiamento climático: possíveis legados para o BRICS+ e a COP30". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 39-61.

To cite this work: Netto, Maria, Lucca Rizzo & João Felipe Ribeiro. 2024. "The Brazilian G20 and the Climate Finance Agenda: Possible Legacies for BRICS+ and COP30". *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 39-61.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.02.39-61.pt>

Recebido: 17 de janeiro de 2025

Aceito para publicação: 31 de janeiro de 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

A bioeconomia no G20 Brasil: uma visão da sociedade civil

Marcelo Furtado

Resumo: O texto aborda como a Iniciativa de Bioeconomia (GIB) do G20 Brasil consolidou a bioeconomia na governança global, aprovando os Princípios de Alto Nível e promovendo cooperação multissetorial. Aborda como sua articulação ajuda a influenciar políticas públicas e debates internacionais, destacando-se como estratégia para sustentabilidade econômica, e os desafios para manter o engajamento global diante da crescente crise climática.

Palavras-chave: bioeconomia; G20 Brasil; Iniciativa de Bioeconomia; Princípios de Alto Nível.

The Bioeconomy in G20 Brasil: A View From the Civil Society

Abstract: The text addresses how the G20 Brasil Bioeconomy Initiative (GIB) consolidated the bioeconomy in global governance, approving the High-Level Principles and promoting multisectoral cooperation. It addresses how its articulation helps to influence public policies and international debates, standing out as a strategy for economic sustainability, and the challenges of maintaining global engagement in the face of the growing climate crisis.

Keywords: bioeconomy; G20 Brasil; Bioeconomy Initiative; High-Level Principles.

A economia global é integralmente dependente da natureza, mas essa relação fundamental só ganhou o devido reconhecimento na governança global durante a presidência do Brasil no G20. Pela primeira vez, países e organizações membros adotaram os Princípios de Alto Nível da Bioeconomia, consolidando-a como uma estratégia econômica viável e essencial para um futuro sustentável.

Essa conquista foi articulada pela Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB), que promoveu um processo amplo de cooperação entre instâncias governamentais com intensa colaboração de representantes da academia, do setor privado e de organizações da sociedade civil, que tiveram papel estratégico desde o fomento à sua criação até o alcance dos seus resultados.

É importante lembrar que a 19ª Reunião de Cúpula do G20, na qual os Princípios de Alto Nível foram validados pelos chefes de Estado, aconteceu no Rio de Janeiro, a mesma cidade que foi anfitriã da ECO-92 e berço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O artigo aborda a trajetória dessa conquista, destacando a articulação da Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB) e seu impacto na formulação de políticas públicas, além da importância da participação multissetorial no processo. A estrutura da exposição compreende: (i) a criação e os desafios enfrentados pela GIB; (ii) a formulação e aprovação dos Princípios de Alto Nível da Bioeconomia; (iii) a conexão da bioeconomia com políticas nacionais e internacionais; e (iv) a contribuição da sociedade civil e do setor privado para o sucesso da iniciativa. O texto também analisa os desafios enfrentados e os impactos futuros da GIB no cenário global, especialmente diante das novas discussões previstas para a presidência da África do Sul no G20.

A INICIATIVA DE BIOECONOMIA DO G20 (GIB)

A criação da GIB na trilha diplomática do G20 (Sherpas) não foi trivial e contou com momentos de surpresas e sustos. Ainda em 19 de setembro de 2023, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), havia dúvidas e incertezas sobre sua formalização. No entanto, em 22 de novembro, na Cúpula Virtual de Chefes de Estado e Governo do G20 Índia, o presidente Lula anunciou que o Brasil lançaria a Iniciativa de Bioeconomia.

A GIB foi liderada pelo Ministério das Relações Exteriores em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do

Marcelo Furtado é diretor da *Nature Finance* e head de *Sustentabilidade Itaúsa* e CEO do *Instituto Itaúsa*.

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Fazenda (MF). Importante destacar que essa articulação ampliada, com a participação de outros ministérios estratégicos, foi fundamental para garantir a inclusão do amplo escopo da bioeconomia e facilitou o diálogo com as outras nações e organizações membros do G20.

Em outubro de 2023, o governo brasileiro compartilhou um *Issue Note* com os membros do G20, estruturando a Iniciativa em três eixos temáticos: i. Ciência, Tecnologia e Inovação; ii. Uso Sustentável da Bioeconomia; e iii. O Papel da Bioeconomia na Promoção do Desenvolvimento Sustentável. O documento sugere que a bioeconomia emerge como uma abordagem inovadora para enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas, desigualdades sociais e esgotamento de recursos naturais.

Baseada no uso sustentável de recursos biológicos renováveis, como plantas, animais e microrganismos, ela promove o crescimento econômico, a proteção ambiental e a inclusão social. O modelo integra tecnologia e conhecimento tradicional para transformar setores como agricultura, pesca, biotecnologia e saúde, promovendo uma economia circular e sustentável. Em países biodiversos, a bioeconomia contribui ainda para conservar ecossistemas, valorizar culturas tradicionais e criar oportunidades econômicas.

Baseada no uso sustentável de recursos biológicos renováveis, como plantas, animais e microrganismos, ela promove o crescimento econômico, a proteção ambiental e a inclusão social. (...) Em países biodiversos, a bioeconomia contribui ainda para conservar ecossistemas, valorizar culturas tradicionais e criar oportunidades econômicas.

O *Issue Note* ainda indicava que o objetivo da GIB era desenvolver princípios de alto nível para integrar a bioeconomia às políticas globais, incentivando a cooperação internacional e destacando o seu potencial para gerar empregos, reduzir desigualdades e mitigar impactos ambientais, por meio de práticas como o uso eficiente de recursos, tecnologias biológicas avançadas e a valorização de resíduos orgânicos. A bioeconomia também foi retratada no documento como uma economia ética e inclusiva, que respeita comunidades vulneráveis e promove a equidade no acesso aos seus benefícios, sendo essencial para um futuro sustentável.

A GIB alcançou seu intento, aprovando os dez Princípios de Alto Nível da Bioeconomia, que foram bem recebidos internacionalmente como uma grande contribuição para orientar a economia na mitigação e adaptação às mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade com repartição de benefícios e uso responsável do conhecimento tradicional. A liderança brasileira foi reconhecida pela inovação e ambição de inserir o tema em um foro multilateral, refletindo as preocupações do Sul e Norte Global.

Para alguns, o resultado não foi considerado suficientemente ambicioso. Para outros, foi um feito excepcional, que conseguiu aprovar uma pauta inédita no G20 em apenas oito meses de negociação, enquanto o mundo enfrentava três guerras simultâneas na Europa (Rússia/Ucrânia), Oriente Médio (Gaza/Israel) e África (Somália/Sudão), crise no multilateralismo, aumento do conservadorismo e redução do crescimento econômico.

A GIB ainda gerou outros importantes resultados. No Brasil, a coordenação multiministerial permitiu um maior alinhamento das diversas instâncias do governo federal em relação às melhores políticas públicas e instrumentos para fomentar o desenvolvimento da bioeconomia no país. Como consequência, promoveu maior conexão das políticas setoriais com o Plano de Transformação Ecológica, os fundos de financiamento nacionais e internacionais e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de produtos financeiros para soluções baseadas na natureza, entre outros. Importante ressaltar que a Iniciativa da Bioeconomia também influenciou discussões em outros fóruns do G20, tanto na Trilha Financeira, quanto de Sherpas.

No Brasil, a coordenação multiministerial permitiu um maior alinhamento das diversas instâncias do Governo Federal em relação às melhores políticas públicas e instrumentos para fomentar o desenvolvimento da bioeconomia no país.

OS PRINCÍPIOS DE ALTO NÍVEL DA BIOECONOMIA

Os dez Princípios de Alto Nível, voluntários e não vinculantes, norteiam a bioeconomia em temas como cooperação internacional, transparência na avaliação de sustentabilidade e respeito às prioridades nacionais e regionais. Suas atividades devem ser respaldadas por políticas sólidas que incentivem o comércio sustentável, a inovação e a criação de empregos dignos, enquanto promovem a colaboração entre países para enfrentar desafios globais. Assim, a bioeconomia surge como uma

ferramenta crucial para equilibrar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, moldando um futuro sustentável para todos.

Os Princípios de Alto Nível (G20 Brasil 2024) esperam que as atividades de bioeconomia:

1. Integrem e promovam o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental, contribuam para a erradicação da fome e da pobreza e para a melhoria da saúde e do bem-estar, enquanto garantem a segurança alimentar e nutricional no mundo.
2. Sejam inclusivas e equitativas, defendam os direitos de todas as pessoas, incluindo os Povos Indígenas e membros de comunidades locais, promovam a igualdade de gênero e a participação de todas as partes interessadas.
3. Impulsionem os esforços de mitigação e adaptação contra as mudanças climáticas globais, em linha com os acordos multilaterais de clima aplicáveis.¹
4. Contribuam para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, sujeito às legislações nacionais e em linha com os acordos e instrumentos internacionais aplicáveis.²
5. Impulsionem padrões de consumo e produção sustentáveis e o uso eficiente e circular de recursos biológicos, com potenciais benefícios, enquanto promovem a restauração e regeneração de áreas e ecossistemas degradados.
6. Desenvolvam-se através do uso seguro, protegido e responsável da ciência, tecnologia, inovação e dos conhecimentos tradicionais, com a avaliação científica de potenciais benefícios, riscos e impactos.
7. Beneficiem-se de estruturas políticas sólidas e coerentes que fomentem o comércio de produtos e serviços de bioeconomia, condições de mercado, modelos de negócio sustentáveis, empregos dignos, criação de valor local e participação do setor privado e da sociedade civil.
8. Utilizem critérios e metodologias transparentes, comparáveis, mensuráveis, inclusivas, contextualizadas e baseadas na ciência para avaliar sua sustentabilidade em todas as cadeias de valor.

1. Os acordos multilaterais sobre clima aplicáveis referidos no Princípio 3 incluem, mas não se limitam, o Acordo de Paris.

2. Os acordos e instrumentos internacionais aplicáveis referidos no Princípio 4 incluem, mas não se limitam, o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal (KMGBF).

9. Sejam fomentadas pela colaboração e cooperação internacionais que abordem os desafios globais, mobilizem forças complementares, inovação e empreendedorismo, e promovam o financiamento, a capacitação e o compartilhamento das melhores práticas.
10. Sejam baseadas em abordagens específicas de cada país e implementadas em linha com as prioridades nacionais e circunstâncias regionais e locais.

O LEGADO DOS PRINCÍPIOS DE ALTO NÍVEL SEGUNDO O GOVERNO BRASILEIRO

Em evento do Grupo de Apoio à GIB realizado em setembro de 2024, no Rio de Janeiro, logo após a adoção dos Princípios de Alto Nível pelo G20, os ministérios que coordenaram a Iniciativa enfatizaram os avanços alcançados e o impacto na bioeconomia mundial.

Para o Ministério do Meio Ambiente, os Princípios de Alto Nível guiarão a bioeconomia, garantindo entendimento claro, no nível nacional e internacional, sobre produção, biodiversidade, serviços ecossistêmicos e sua integração em diversos setores. Outro ganho é o tema ter passado a integrar as discussões do G20.

Para o Ministério da Indústria e Comércio, a expectativa é que os Princípios fortaleçam o comércio internacional e eliminem barreiras. A bioeconomia é crucial para a segurança alimentar, energética e climática, além de intensificar a cooperação, substituindo competição por parceria.

Para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, é preciso expandir a agenda para além da ciência, envolvendo outros fóruns e ministérios. A cooperação científica é essencial para a continuidade das ações e a conexão entre desafios e soluções.

Para o Ministério da Fazenda, foi um avanço trazer um tema inédito para o G20 e, em menos de um ano, formular dez princípios amplos e detalhados.

Para o Ministério das Relações Exteriores, destacam-se o processo de negociação no governo, a participação da sociedade e a adesão dos membros do G20 aos Princípios de Alto Nível, que serão referência.

O grupo interministerial também se manifestou sobre a importância de levar as discussões sobre bioeconomia do G20 para a COP30 e destacou a importância das políticas públicas sobre o tema, como o Plano de Transformação Ecológica, a proposta da Taxonomia Sustentável Brasileira, o projeto de regulação do mercado de carbono aprovado no Congresso Nacional e o Fundo Internacional de Florestas Tropicais. Este último prevê o pagamento anual fixo por hectare de floresta preservada, com descontos proporcionais a áreas desmatadas ou degradadas.

Sobre o mercado de créditos de biodiversidade, defendeu-se a criação de um mercado íntegro para financiar a bioeconomia e conservar a natureza. Para o grupo, a integração entre finanças e meio ambiente deve equilibrar demandas locais e metas globais, sendo essencial para o avanço desse mercado. Princípios claros, padrões globais e regulamentação rigorosa são fundamentais para gerar confiança e atrair investimentos público-privados.

Os ministérios ainda ressaltaram que a demanda por créditos de biodiversidade, liderada por grandes empresas, depende de mercados confiáveis e transparentes. Por isso, é crucial estabelecer padrões rigorosos, base científica sólida, mensurabilidade, verificação independente e repartição justa de benefícios. Esses elementos são indispensáveis para garantir impacto positivo e atrair investidores.

Após o sucesso da adoção dos Princípios pelo G20, a África do Sul decidiu seguir com a GIB em sua presidência (...). O governo sul-africano reconhece que construir uma bioeconomia escalável requer ousadia, especialmente diante de desafios climáticos e um novo paradigma econômico.

A GIB E SUA JORNADA PARA O G20 DA ÁFRICA DO SUL (2025)

Após o sucesso da adoção dos Princípios pelo G20, a África do Sul decidiu seguir com a GIB em sua presidência no ano de 2025 e apresentou sua visão sobre o futuro da Iniciativa no evento realizado pelo Grupo de Apoio em setembro de 2024.

O governo sul-africano reconhece que construir uma bioeconomia escalável requer ousadia, especialmente diante de desafios climáticos e um novo paradigma econômico. A meta é desenvolver uma bioeconomia que traga escala, oportunidades financeiras e resultados concretos.

Entre os desafios estão a necessidade de expandir a bioeconomia, superar barreiras logísticas e criar modelos de negócio inclusivos para comunidades tradicionais e povos originários, muitas vezes sem acesso a sistemas bancários ou internet. Também foi ressaltada a urgência de formar profissionais qualificados e desenvolver métricas transparentes e confiáveis para o setor.

A nota técnica preparada pela presidência sul-africana para a GIB 2025 apresenta a seguinte orientação para discussão dos membros:

Orquestrando uma Bioeconomia Global Equitativa e Sustentável

A presidência do G20 pela África do Sul priorizará políticas e desenvolvimentos na bioeconomia que incentivem ações voltadas para o crescimento econômico, proteção ambiental e equidade social. A GIB 2025 promoverá objetivos antipobreza e pró-equidade baseados em ações nacionais, com foco na cooperação regional e internacional. Além disso, a GIB 2025 destacará a importância crítica dos avanços na bioeconomia que abordem metas climáticas e de preservação da natureza, contribuindo para uma economia global mais equitativa.

Prioridades

- **Estabelecimento de padrões e métricas globais para a bioeconomia.** Recomenda-se o desenvolvimento de um marco baseado nos princípios da GIB, fornecendo uma abordagem estruturada para medir, avaliar e alinhar os avanços da bioeconomia conforme descrito.
- **Análise de necessidades, oportunidades e desafios no apoio ao desenvolvimento da bioeconomia no contexto africano.** Elaboração de um relatório sobre considerações-chave para apoiar inovações biotecnológicas e desenvolvimentos bioeconômicos na África.
- **Financiamento das bioeconomias.** Compilação de instrumentos financeiros e incentivos disponíveis para países e para o cenário global, com o objetivo de aumentar o apoio ao capital de risco para bioempreendedores, pequenas e médias empresas na África e no Sul Global. Identificação de meios para iniciar apoio científico às recomendações de bioeconomia.
- **Estruturação de uma plataforma para implementação de desenvolvimentos bioeconômicos na África.** Conjunto de recomendações sobre os termos de referência para uma Plataforma de Implementação da Bioeconomia.

A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE: GRUPO DE APOIO DA GIB

Durante toda a sua atuação, a Iniciativa da Bioeconomia recebeu suporte técnico de um grupo de organizações multisetoriais, composto por representantes da academia, sociedade civil, setor privado, setor financeiro e governos subnacionais, reconhecido publicamente pela coordenação interministerial do governo brasileiro como fundamental para o sucesso da GIB no G20 Brasil.

Esse coletivo iniciou seus trabalhos antes mesmo da Iniciativa existir oficialmente e ofereceu insumos para o debate sobre a definição do escopo da bioeconomia e do seu financiamento. Vale destacar que a pluralidade dos pontos de vista e a riqueza das experiências do Grupo de Apoio contribuíram para a convergência de entendimento sobre as formas de inserção da bioeconomia na economia real e global.

O coletivo começou a ser formado em maio de 2023, em evento realizado na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, com a participação de 12 organizações: Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Insper; Instituto Clima e Sociedade (iCS); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Climate Policy Initiative (CPI); Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; Uma Concertação pela Amazônia; NatureFinance; Instituto Arapyau; Fundação Dom Cabral (FDC) e Consórcio Amazônia.

O objetivo inicial era fomentar a inclusão da natureza na economia global, e já se considerava a possibilidade de constituição de um grupo de trabalho ou uma iniciativa sobre o tema da bioeconomia ou “economia positiva para o clima, natureza e pessoas” como parte de alguma estrutura já existente na Trilha Financeira ou Diplomática (Sherpa) do G20.

Logo no início, surgiu o debate que permearia a negociação oficial: de que definição de bioeconomia estamos falando? Ficou claro para o Grupo de Apoio que esta discussão poderia consumir todo o ano do G20 sem encontrar consenso. Por-

[A] Iniciativa da Bioeconomia recebeu suporte técnico de um grupo de organizações multisetoriais, composto por representantes da academia, sociedade civil, setor privado, setor financeiro e governos subnacionais, reconhecido publicamente pela coordenação interministerial do governo brasileiro como fundamental para o sucesso da GIB no G20 Brasil.

tanto, a convergência foi de não buscar uma definição comum, mas um alinhamento de que a bioeconomia promovida junto ao G20 deveria ser positiva para o clima, natureza e pessoas. Assim, nasceu um documento com 14 páginas organizado pela FGV e comentado por todo o Grupo, com o título: *Presidência brasileira no G20: A relevância da liderança do Brasil no tema da bioeconomia* (working paper) (FGV 2023).

O documento apresentou a seguinte conclusão final:

Neste working paper, argumentamos sobre a importância de o Brasil liderar uma discussão de bioeconomia ao longo de sua presidência em 2024, preferencialmente no track financeiro, sob a forma de um novo Grupo de Trabalho.

É crucial que o Brasil assuma um papel de liderança nas discussões relacionadas à bioeconomia no G20, representando os países de rendas baixa e média e ricos em natureza. Há uma certa tensão nos caminhos para resolvermos os problemas socioambientais atuais representada, por um lado, em soluções que se baseiam fundamentalmente em tecnologia (preferência de países industrializados) e, por outro, em soluções baseadas na natureza (preferência de países ricos em natureza). É possível encontrar um equilíbrio entre ambos os caminhos, reconhecendo as vantagens comparativas de cada abordagem, dependendo das características e recursos de cada país. Entretanto, para que esse equilíbrio possa ser alcançado, é importante que representantes de ambos estejam presentes às mesas de negociação. Se essa discussão for liderada prioritariamente por países do G7, pode haver um peso maior em regulações internacionais favorecendo soluções tecnológicas.

Ao assumir uma posição de liderança na bioeconomia, participando ativamente de negociações internacionais e promovendo práticas sustentáveis, o Brasil pode buscar garantir sua competitividade, preservar seus recursos naturais e se beneficiar das oportunidades econômicas associadas à produção sustentável (FGV 2023, 13).

A referência ao G7 se dava em função da criação de uma aliança voluntária para promover a economia da natureza em maio de 2023 na reunião de Hiroshima do G7ANPE – Alliance on Nature Positive Economy.

O documento foi amplamente distribuído e divulgado, especialmente junto aos ministérios da Fazenda, Relações Exteriores, Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Indústria e Comércio, Povos Indígenas, Agricultura, Planejamento, Gestão, além de organizações como IPEA, BID, BNDES, Embrapa e outros. O material foi bem recebido e cumpriu seu papel de introduzir o tema da bioeconomia no G20 Brasil.

Entretanto, alguns ministérios se mostraram relutantes à ideia de o Brasil propor novos grupos de trabalho ou iniciativas e defenderam a inclusão do tema em algum grupo já existente. Em contraponto, a visão do Grupo de Apoio era que a especificidade da pauta e o interesse estratégico por parte de países ricos em natureza demandavam um diálogo focado e liderado pelo Brasil.

Durante o ano de 2024, o coletivo cresceu de 12 para 22 membros, passando a ser formado pelas seguintes organizações: CDP Latin America, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Climate Policy Initiative (CPI), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Conservação Internacional (CI), Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Fundação Dom Cabral (FDC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Insper Agro Global, Instituto Alana, Instituto Arapyauá, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Igarapé, Natura&Co, NatureFinance, Rede Uma Concertação pela Amazônia, The Nature Conservancy (TNC) e World Wide Fund for Nature (WWF).

O Grupo de Apoio realizou várias contribuições relevantes, por meio da organização de eventos nacionais e internacionais e, em especial, via elaboração de dois estudos estratégicos. São eles: *A bioeconomia global* (maio de 2024) de autoria da NatureFinance e FGV e *Financiando a bioeconomia* (setembro de 2024) de autoria da NatureFinance e do Fórum Mundial de Bioeconomia. Ambas as publicações contaram com a revisão e colaboração dos demais integrantes do Grupo de Apoio e foram compartilhadas com a coordenação e os membros da GIB e com o T20.

Os estudos foram realizados para apoiar as negociações e oferecer insumos técnicos para o debate. O embaixador André Corrêa do Lago, co-líder da Iniciativa de Bioeconomia, assina o prefácio dos dois materiais, reconhecendo a valiosa contribuição a fim de enriquecer a discussão global sobre o tema.

Seguem abaixo resumo dos estudos e referências para suas versões completas.

A BIOECONOMIA GLOBAL

O documento *The Global Bioeconomy* (NatureFinance & FGV EAESP 2024) oferece uma visão preliminar sobre como os membros do G20 estão avançando na bioeconomia, com o objetivo de (a) facilitar a aprendizagem e o engajamento entre os membros; (b) promover ações concretas; e (c) aumentar a cooperação em áreas de interesse comum. Ao abordar esses objetivos, o estudo identificou temas centrais

que poderão ser explorados pela Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB) durante a presidência brasileira do G20, com a possibilidade de se estender além de 2024 por meio de outros fóruns. A bioeconomia tem um grande potencial de crescimento, com o Fórum Mundial de Bioeconomia estimando seu valor atual em US\$ 4 trilhões, e projeta-se que esse valor chegue a US\$ 30 trilhões até 2050, representando um terço da economia global.

O objetivo do relatório técnico foi fornecer uma base inicial para a Iniciativa de Bioeconomia do G20, visando promover uma bioeconomia que seja equitativa, regeneradora da biodiversidade, apoie ações climáticas e facilite a transição sustentável da economia real. Embora existam diferentes perspectivas sobre o que constitui a bioeconomia, essas variações refletem as prioridades, estratégias e contextos econômicos específicos dos membros do G20. No entanto, existem pontos comuns que podem ser trabalhados para promover a comparabilidade, complementaridade e, em alguns casos, a convergência das abordagens de bioeconomia, facilitando a aprendizagem e a cooperação entre os membros do G20.

A análise preliminar indicou que as abordagens dos membros do G20 estão alinhadas em torno de três eixos temáticos principais: (a) biotecnologia, com foco em pesquisa, desenvolvimento e inovação; (b) biorecursos, com ênfase no uso sustentável da biodiversidade; e (c) bioecologia, abordando o desenvolvimento sustentável de forma mais ampla. Esse levantamento foi definitivo, baseando-se em materiais publicamente disponíveis, e cobre sete dimensões essenciais: 1) definições; 2) modelos e métricas; 3) pesquisa, desenvolvimento e inovação; 4) uso sustentável da biodiversidade; 5) bioeconomia como facilitadora do desenvolvimento sustentável; 6) estratégias nacionais e regionais de bioeconomia; 7) financiamento da bioeconomia.

Embora existam diferentes perspectivas sobre o que constitui a bioeconomia, essas variações refletem as prioridades, estratégias e contextos econômicos específicos dos membros do G20. No entanto, existem pontos comuns que podem ser trabalhados para promover a comparabilidade, complementaridade e, em alguns casos, a convergência das abordagens de bioeconomia, facilitando a aprendizagem e a cooperação entre os membros do G20.

Com relação à cooperação internacional, a pesquisa mostrou que, embora os membros do G20 possuam contextos distintos, eles estão alinhados em seus objetivos para promover a bioeconomia. A Iniciativa de Bioeconomia do G20, sob a presidência brasileira, deveria consolidar um conjunto comum de princípios de alto nível, que considerassem que a bioeconomia global deve: (i) proporcionar resultados econômicos equitativos e positivos; (ii) ser regenerativa da biodiversidade; (iii) apoiar ações climáticas; e (iv) facilitar a transição mais ampla da economia real para o desenvolvimento sustentável. Além disso, o estudo propõe cinco temas centrais que poderiam servir de base para o programa de trabalho da Iniciativa de Bioeconomia do G20:

1. integração da bioeconomia nos planos de crescimento econômico e industrial;
2. subsistência e equidade;
3. financiamento da bioeconomia;
4. facilitação do biocomércio;
5. métricas para mensurar a bioeconomia.

Finalmente, sugerimos que esses temas-chave sejam utilizados como base para a Iniciativa de Bioeconomia do G20 explorar as experiências dos membros do G20 e desenvolver um modelo analítico que apoie a aprendizagem e o desenvolvimento de um entendimento comum. Dados o dinamismo atual no desenvolvimento da bioeconomia e as limitações práticas que podem impactar a pesquisa durante a presidência brasileira do G20, também é recomendável que outros temas-chave com potencial de aprofundamento sejam destacados no futuro, seja através do G20 ou por meio de outras plataformas de cooperação internacional.

Este estudo foi apresentado para ministérios, agências especializadas, academia, setor privado e sociedade civil em audiências técnicas organizadas pela coordenação da GIB para coleta de dados e contribuições à Iniciativa.

FINANCIANDO UMA BIOECONOMIA GLOBAL SUSTENTÁVEL

O estudo *Financiando uma bioeconomia global sustentável* (World Bioeconomy Forum & NatureFinance 2024), proposto pelo Brasil, contribui de forma significativa para o avanço da economia global ao abordar questões cruciais sobre o papel da bioeconomia no futuro econômico mundial. Entre os temas explorados estão o tamanho da bioeconomia, as inovações no financiamento do setor, os obstáculos enfrentados e

as formas de superá-los, e como conciliar prosperidade com equidade e integridade ambiental. O estudo incentiva novos debates, pesquisas e o engajamento de diversos setores, como governos, academia, setor privado e sociedade civil, sobre o financiamento da bioeconomia. A compreensão dos instrumentos financeiros disponíveis para impulsionar uma bioeconomia positiva para o clima, a natureza e as pessoas é essencial para garantir seu sucesso a longo prazo.

A bioeconomia global se tornou um pilar crucial na transição para uma economia mais inclusiva, de baixo carbono, resiliente ao clima e positiva para a natureza. Em um cenário de mudanças globais, a bioeconomia está sendo reimaginada como uma ferramenta chave para o desenvolvimento sustentável, com um papel central no equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. A ascensão das tecnologias limpas (*clean techs*) tem oferecido uma rota viável para a descarbonização, enquanto a bioeconomia complementa esse movimento ao garantir o uso sustentável e equitativo da biodiversidade, um requisito essencial para uma transição justa rumo à sustentabilidade.

Transformar a teoria da bioeconomia equitativa e sustentável em prática exige uma abordagem pragmática sobre como utilizar os recursos biológicos de forma sustentável, favorecendo uma economia global mais justa. A bioeconomia não se resume apenas a aspectos econômicos, mas também culturais, possuindo um enorme potencial de geração de empregos e de fomento ao crescimento. Além disso, a bioeconomia deve fortalecer as sociobioeconomias locais, respeitando e promovendo a diversidade cultural, com ênfase no papel vital de povos indígenas e comunidades locais, incluindo pequenos agricultores, na governança da biodiversidade mundial.

Hoje, a bioeconomia é um setor que já alcança um valor global estimado entre US\$ 4 a 5 trilhões, com projeções que indicam um potencial de crescimento

Transformar a teoria da bioeconomia equitativa e sustentável em prática exige uma abordagem pragmática sobre como utilizar os recursos biológicos de forma sustentável, favorecendo uma economia global mais justa. A bioeconomia não se resume apenas a aspectos econômicos, mas também culturais, possuindo um enorme potencial de geração de empregos e de fomento ao crescimento.

para até US\$ 30 trilhões até 2050. Esse crescimento é impulsionado pelas crescentes preocupações com o clima, o meio ambiente e a saúde, refletidas no comportamento do mercado e no desenvolvimento de marcos regulatórios em vários países. Nações como Brasil, Índia, China, Namíbia, África do Sul, México e membros da União Europeia estão cada vez mais comprometidas em explorar esse potencial, sinalizando que a bioeconomia será uma chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para garantir o sucesso da bioeconomia, é necessário adotá-la como um esforço coletivo, em que a concepção, o desenvolvimento, a governança e o financiamento sejam alinhados. O setor abrange uma ampla gama de empresas e mercados, que vão de sociobioeconomias locais a grandes indústrias que unem biodiversidade e tecnologia, como bioplásticos e bioprocessos. Essa diversidade de atores e modelos precisa ser vista de forma integrada, já que todos compartilham os mesmos recursos naturais. Portanto, é imperativo gerenciar essa interdependência de maneira equilibrada, conciliando os interesses econômicos com a necessidade de preservação da biodiversidade.

A adoção de uma abordagem integrada é essencial para que os investidores se sintam atraídos pela bioeconomia. Onde os governos implementarem estratégias de bioeconomia com planos factíveis e políticas comerciais favoráveis, haverá maior chance de sucesso. Caso contrário, fundos isolados ou estratégias de alto nível sem adesão do mercado ou capacidade de execução provavelmente falharão. Conectar o desenvolvimento de empresas e mercados com infraestrutura adequada, conscientização pública e acordos fiscais favoráveis é essencial para criar um ambiente propício ao crescimento sustentável e à inovação.

Além disso, a cooperação internacional é fundamental para aumentar os impactos positivos da bioeconomia e mitigar seus riscos. Embora as ações nacionais e regionais sejam fundamentais, elas devem ser complementadas por esforços globais coordenados. O G20, com sua influência estratégica e capacidade de convocação, é a plataforma ideal para coordenar esses esforços internacionais, e a presidência do Brasil já deu início a essa jornada. A futura presidência da África do Sul, em 2025, e a dos EUA, em 2026, devem continuar essa linha de atuação, reforçando o papel do G20 na promoção de uma bioeconomia sustentável e inclusiva.

A falta de padrões universais de avaliação e dados consistentes é um obstáculo para a evolução da bioeconomia. A criação de métricas claras, com base na contabilidade do capital natural e em sistemas de mensuração financeira, é crucial para garantir que os ativos biológicos sejam avaliados de maneira precisa, permitindo decisões de investimento mais informadas. Um sistema operacional

comum, que combine ciência e finanças, é fundamental para monitorar o progresso e garantir que a bioeconomia se desenvolva de acordo com os princípios de sustentabilidade e justiça social.

A precificação da natureza é outro aspecto-chave. À medida que os esforços para aumentar o valor da natureza na economia global se intensificam, a bioeconomia se beneficiará de uma análise de risco mais robusta e de uma precificação mais clara dos serviços ambientais. O fortalecimento de marcos regulatórios e a implementação de regras rigorosas para combater crimes ambientais, como a lavagem de dinheiro vinculada à exploração ilegal de recursos naturais, também são fundamentais para assegurar que a bioeconomia seja desenvolvida de maneira ética e responsável.

Por fim, as regras comerciais devem ser alinhadas aos princípios da bioeconomia, com acordos internacionais, regionais e bilaterais focados em eliminar os subsídios prejudiciais e melhorar a competitividade dos países de baixa e média renda na cadeia de valor global. Para que a bioeconomia seja um sucesso, é essencial criar um ambiente que favoreça o crescimento inclusivo e sustentável, além de garantir que todos os países possam participar igualmente dos benefícios dessa transformação global.

CONCLUSÃO

A Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB) representou um marco na governança global ao inserir a bioeconomia como eixo central de desenvolvimento sustentável e transformação econômica. Seu processo de construção, desde a incerteza inicial até a aprovação dos Princípios de Alto Nível, demonstrou a importância da articulação entre múltiplos atores – governos, setor privado, academia e sociedade civil. A inclusão da bioeconomia no G20 não apenas fortaleceu a governança ambiental, mas também influenciou políticas públicas nacionais, promovendo maior integração entre planos setoriais e estratégias financeiras para soluções baseadas na natureza.

Os dez Princípios de Alto Nível consolidaram diretrizes fundamentais para orientar a bioeconomia globalmente, enfatizando a cooperação internacional, a inovação sustentável e a equidade social. Além disso, a atuação do Grupo de Apoio da GIB demonstrou o papel essencial da sociedade civil na construção de consensos e na oferta de insumos técnicos para formulação de políticas.

O impacto da GIB não se limitou ao Brasil: a iniciativa influenciou debates internacionais, incluindo fóruns financeiros e ambientais, e deve permanecer como um tema central na agenda global. No entanto, a continuidade desse trabalho enfrenta desafios ainda maiores na presidência sul-africana do G20, em um

contexto de instabilidade geopolítica e agravamento da crise climática. A necessidade de acelerar a descarbonização, adaptar economias e garantir um desenvolvimento sustentável inclusivo reforça a relevância da bioeconomia como pilar estratégico para o futuro.

A presidência brasileira no G20 deixou um legado importante, mas o sucesso da bioeconomia como motor de transformação dependerá da capacidade de manter o engajamento global e de traduzir princípios em ações concretas. O G20, como o principal espaço de coordenação econômica global, tem a responsabilidade de avançar nessa agenda, garantindo que a bioeconomia contribua efetivamente para um mundo mais sustentável, resiliente e equitativo.

Os trabalhos da GIB África do Sul terão início na última semana de fevereiro de 2025, em Bloemfontein, capital da província de Free State, e tem seu término previsto em encontro na Cidade do Cabo, em setembro do mesmo ano. As condições geopolíticas para este debate estão ainda mais desafiadoras do que em 2024, mas permanece a necessidade de enfrentamento de grandes desafios climáticos, uma vez que o planeta acaba de ultrapassar a marca de 1,5°C (estabelecida no Acordo de Paris) e tem sido impactado por eventos extremos com maior frequência e intensidade. Há ainda a urgência de descarbonização das indústrias, adaptação das cidades e geração de emprego e renda – demandas prementes que exigem uma economia produtiva e positiva para o clima, a natureza e as pessoas.

O G20 congrega as maiores economias, os maiores emissores e o maior grupo de comércio global. Portanto, o sucesso de seu trabalho tem impacto decisivo no sucesso da sociedade em cumprir com a transição econômica de forma justa e sustentável. ■

Referências Bibliográficas

G20 Brasil. 2024. "G20 chega a consenso e estabelece Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia". *G20.gov.br*, 11 de setembro 2024. <https://g20.gov.br/pt-br/noticias/g20-chega-a-consenso-e-estabelece-principios-de-alto-nivel-sobre-bioeconomia>.

FGV. 2023. *Presidência brasileira no G20: A relevância da liderança do Brasil no tema da bioeconomia (working paper)*. Centro de Estudos em Sustentabilidade, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas (FGV).

NatureFinance & FGV EAESP. 2024. *The Global Bioeconomy – Preliminary Stocktake of G20 Strategies and Practices: A Contribution to the Brazilian G20 Presidency's Global Initiative on Bioeconomy*. Maio de 2024. <https://www.naturefinance.net/resources-tools/global-bio-economy-g20-stocktake/>.

World Bioeconomy Forum & NatureFinance. 2024. *Financing a Sustainable Global Bioeconomy*. Setembro de 2024. <https://www.naturefinance.net/resources-tools/financing-sustainable-global-bioeconomy/>.

Como citar: Furtado, Marcelo. 2024. "A bioeconomia no G20 Brasil: uma visão da sociedade civil". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 62-79.

To cite this work: Furtado, Marcelo. 2024. "The Bioeconomy in Brazil's G20: A View From the Civil Society." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 62-79.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.03.62-79.pt>

Recebido: 22 de janeiro de 2025

Aceito para publicação: 12 de fevereiro de 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

A experiência e o legado do G20: lições do Brasil no cenário global

Dan loschpe

Resumo: A atuação do Brasil na presidência do G20, e particularmente no B20, em 2024, demonstrou um alinhamento estratégico com as prioridades globais, permitindo a proposição de soluções inovadoras e a materialização de expectativas em ações concretas. A experiência brasileira contribui para o legado do B20 ao enfatizar a relevância de temas urgentes como a descarbonização e a transformação digital, refletindo o engajamento do país em direcionar suas políticas envolvendo o setor privado para conquistas significativas no cenário mundial, além da ampliação da participação de grupos sub-representados, em especial mulheres, e o compromisso da continuidade dessas políticas.

Palavras-chave: legado do B20; G20 Brasil; engajamento privado; desafios globais; inovação estratégica.

The Experience and Legacy of G20 Brasil: Lessons from Brazil on the Global Scenario

Abstract: Brazil's performance in the G20 Presidency in 2024, particularly in the B20, demonstrated a strategic alignment with global priorities allowing the proposal of innovative solutions and the materialization of expectations into concrete actions. The Brazilian experience contributes to the B20 legacy by emphasizing the relevance of urgent issues such as decarbonization and digital transformation, reflecting the country's commitment to directing its policies involving the private sector towards significant achievements on the global stage, in addition to expanding the participation of underrepresented groups, especially women, and the commitment to the continuity of these policies.

Keywords: B20 legacy; G20 Brasil; private engagement; global challenges; strategic innovation.

O presente artigo trata da experiência e do legado de engajamento do Brasil no Business 20 (B20) durante a presidência brasileira do G20, em 2024, delineando a experiência brilhante e o legado perene do B20 Brasil, sob minha perspectiva enquanto *chair*, em um período crítico de presidência do Brasil no G20. A abordagem adotada neste trabalho representa uma reflexão qualificada sobre os esforços empreendidos e os caminhos a trilhar no futuro próximo. A narrativa é dividida em três seções principais: o processo e engajamento no B20; os resultados alcançados; e as expectativas no que tange à continuidade e aos desafios advindos dessa experiência.

O PROCESSO E O ENGAJAMENTO NO B20

O ano de 2024 foi marcante para o Brasil no cenário global, com a liderança do G20 e, por consequência, do B20 – a voz do setor empresarial no fórum. A governança do B20 centrada no Brasil teve êxito em ampliar a participação de atores diversificados e integrar o setor privado nas discussões de pautas como a transição energética e o avanço tecnológico, sempre considerando a sustentabilidade e a inclusão social.

Para estruturar as discussões, sete forças-tarefa e um conselho de ação foram criados, abordando temas diversos, mas fundamentais, tais como Finanças e Infraestrutura, Emprego e Educação, Integridade e Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios. Ao longo do ciclo do B20 Brasil, 24 recomendações de políticas públicas foram formuladas e apresentadas à presidência do G20, entregues em mãos ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, articulando os interesses do setor produtivo com os imperativos de políticas públicas eficientes, mensuráveis e escaláveis.

O B20, como promotor da colaboração empresarial internacional, estabeleceu diretrizes estratégicas que abarcam diversos setores críticos à luz dos desafios contemporâneos da sustentabilidade e inovação sistêmica.

Dan Ioschpe foi chair do Business 20 (B20) durante o período de presidência brasileira do G20 (2024). Destaca-se por sua atuação no fomento ao engajamento privado na formulação de políticas voltadas à aceleração do desenvolvimento socioeconômico de forma inclusiva e sustentável no âmbito global. É presidente do Conselho de Administração da Iochpe Maxion e membro do Conselho de Administração da WEG, Marcopolo e Embraer. Também é um dos vice-presidentes da Fiesp e membro do Conselho de Administração do Sindipeças. Nascido em Porto Alegre em 1965, fez a sua graduação em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui MBA em Tuck, no Dartmouth College, nos EUA.

No contexto de Finanças e Infraestrutura, a atuação do B20 se concentrou em dinamizar a alocação de capital privado para facilitar a transição para uma economia sustentável de baixa emissão de carbono. Entre as ações prioritárias estiveram a revisão do financiamento do setor público, objetivando melhorar a eficiência de alocação de capital em prol do financiamento climático, e a discussão sobre políticas de capital regulatório e das agências classificadoras de risco, com vistas a reforçar a mobilização de capital privado para investimentos climáticos. A motivação respaldou-se na necessidade, segundo a COP28 e o *Climate Policy Initiative*, de um investimento anual de US\$ 5 a US\$ 8,5 bilhões até 2030 para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à agenda climática da ONU.

Concernente à Transição Energética e Clima, o desenvolvimento acelerado e a adoção de soluções de energia renovável e sustentável foram identificados como meios para impulsionar a descarbonização nos curto e longo prazos, estimulando a segurança energética. Políticas e regulamentações para a expansão da capacidade energética renovável, ampla eletrificação e o estímulo à utilização de bioenergia e biocombustíveis são destacados como medidas prioritárias. Adicionalmente, foi dada atenção às soluções para o net zero, como a captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS), hidrogênio limpo e energia nuclear. Esses esforços foram urgentemente recomendados em virtude das estimativas do Fórum Econômico Mundial, que preveem a ocorrência de 14,5 milhões de mortes e perdas econômicas globais de US\$ 12,5 trilhões até 2050 devido às alterações climáticas.

O trabalho da Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura foi marcado pela proposição de modelos de financiamento e colaboração inovadores, visando a uma transição para sistemas alimentares resilientes e sustentáveis. Os países do G20 foram exortados a utilizar mecanismos de financiamento combinados e desenvolver uma estrutura regulatória para a geração de créditos interoperáveis de alta integridade para serviços ambientais. O relatório *Growing Better* da *The Food and Land Use Coalition (FOLU)* fundamenta essa direção, argumentando que um financiamento anual entre US\$ 300 e US\$ 350 bilhões é necessário até 2030 para suportar tais transformações.

Na área de Comércio e Investimento, o fórum salientou a necessidade de cultivar negócios e investimentos resilientes e sustentáveis, sendo priorizadas a institucionalização de metodologias para a mensuração da pegada de carbono e a implementação de boas práticas regulatórias. As regulações governamentais sobre mudanças climáticas e as respectivas adaptações requeridas nas cadeias de suprimentos serviram de impulso para a revisão de políticas comerciais restritivas implementadas unilateralmente pelo G20 nos últimos três anos, que impactaram 11,8% das importações do grupo em outubro de 2023, equivalentes a aproximadamente US\$ 2,287 bilhões.

O inovativo, nesta edição do B20, Conselho de Ação de Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios recebeu particular ênfase no sentido de promover um mercado de trabalho implementando orçamentos públicos para educação acessível e práticas de IA sem viés. Um relatório da McKinsey ressaltou a GenAI com potencial de gerar US\$ 7 trilhões anuais de riqueza; no entanto, também realçou o perigo de aprofundar desigualdades existentes se não forem aplicadas correções aos padrões vigentes. Em 2022, apenas 30% dos talentos na área de IA eram mulheres, segundo o relatório *Global Gender Gap* do Fórum Econômico Mundial.

No que concerne ao tema Emprego e Educação, o B20 sublinhou a importância de desenvolver uma força de trabalho robusta e produtiva, fortalecendo competências em digitalização e sustentabilidade, e incrementando a relevância e a qualidade da educação. Estatísticas da OCDE revelam que 58% dos empregos demandam pelo menos um nível básico de proficiência digital e, segundo a UNESCO, 63% dos professores em países de baixa renda não estavam devidamente qualificados para utilizar ferramentas digitais no ensino. Além disso, com base em pesquisas do *ManpowerGroup*, os empregadores reportaram dificuldades na busca por talentos, antecipando dificuldades exacerbadas por exigências de habilidades da Indústria 4.0.

No tocante ao tema Transformação Digital, o B20 enfatizou a necessidade de promover conectividade universal e robustecer a confiança digital e a cibersegurança. Isso envolveu a aceleração na ampliação da infraestrutura TIC por meio de modernização regulatória e parcerias público-privadas, além de incentivar uma cooperação multilateral efetiva. A Organização das Nações Unidas (ONU) reportou que pelo menos 67% da população mundial já estavam online, em comparação com os 35% de 2013, realçando o crescimento vertiginoso do acesso à internet.

A Força-Tarefa de Integridade e Compliance identificou a liderança ética como pilar para o crescimento inclusivo. A adoção de códigos de conduta e *frameworks* para IA visou ao reforço da transparência e do uso ético dessa tecnologia. Alguns dados importantes embasaram o trabalho da força-tarefa e destacaram a importância de uma mudança de diretrizes. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 22,8% dos empregados já sofreram assédio no trabalho, e 79% disseram ter sido assediadas nos últimos cinco anos. Cerca de 12 bilhões de dias de trabalho são perdidos por ano devido à depressão e ansiedade, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), com um custo expressivo de US\$ 1 trilhão por ano em perda de produtividade.

RESULTADOS

O trabalho do B20 Brasil pode ser representado em números. Foram sete forças-tarefa, um conselho de ação e 1.200 integrantes de 42 países localizados em cinco continentes. Ao todo, 21 setores da economia foram representados. Para que se chegasse ao comunicado executivo final, foram realizados mais de 50 encontros. Houve 1.695 diferentes contribuições dos integrantes para o refinamento das recomendações e formulação de propostas de políticas públicas comuns. Nesse sentido, identificaram-se mais de 70 Key Performance Indicators (KPIs) para monitoramento de resultados. Organizamos mais de 50 eventos paralelos em 13 cidades brasileiras, além de participarmos de oito eventos fora do país. No que tange ao impacto na imprensa, o B20 Brasil alcançou uma audiência estimada em 143 milhões de pessoas, com 1.408 matérias e reportagens publicadas em 556 diferentes veículos de comunicação brasileiros e internacionais – um feito histórico que capilarizou a relevância das discussões e incluiu a sociedade nos debates em torno das temáticas, reforçando o papel social do grupo.

As recomendações, todas expressivas e que incluem o comprometimento em incrementar significativamente os investimentos em energias renováveis, o aprimoramento das cadeias logísticas e o fortalecimento das práticas de integridade, entre outras, levaram ao desenvolvimento de projetos de legado, sobre os quais falaremos com mais detalhes na seção subsequente. Tivemos ações práticas, como o lançamento de plataformas virtuais de monitoramento de emissões de car-

As recomendações [B20 Brasil], todas expressivas e que incluem o comprometimento em incrementar significativamente os investimentos em energias renováveis, o aprimoramento das cadeias logísticas e o fortalecimento das práticas de integridade, entre outras, levaram ao desenvolvimento de projetos de legado [e] ações práticas, como o lançamento de plataformas virtuais de monitoramento de emissões de carbono, de boas práticas de uso da Inteligência Artificial (IA), de prevenção ao desperdício de alimentos, além do comprometimento com a equidade de gênero, inclusive no âmbito do B20.

bono, de boas práticas de uso da Inteligência Artificial (IA), de prevenção ao desperdício de alimentos, além do comprometimento com a equidade de gênero, inclusive no âmbito do B20.

Ainda no campo das recomendações, cabe mencionar medidas para enfrentar a desigualdade social e o combate à fome, sempre buscando acelerar o desenvolvimento socioeconômico a partir de políticas públicas inovadoras. Além disso, o B20 Brasil se comprometeu em fortalecer mecanismos de ação comunitária contra a corrupção, reafirmando a importância do país na contribuição para um desenvolvimento humano e tecnológico equilibrado e ético.

Ao fim do ciclo, as recomendações do B20 tiveram ótima aceitação pelo G20. Das 24 proposições do B20, 15 foram referenciadas, em sua integralidade, em três áreas prioritárias na Declaração de Líderes do G20, o documento final da cúpula do Rio de Janeiro. Outras sete foram incorporadas parcialmente, o que faz com que 22 das 24 recomendações tenham sido mencionadas em alguma medida. Na temática Inclusão Social e Combate à Fome e à Pobreza, nove recomendações foram integralmente consideradas. O mesmo ocorreu com quatro das recomendações do B20 na temática Desenvolvimento Sustentável, Transições Energéticas e Ação Climática. No que tange ao tema Reforma das Instituições de Governança Global, o documento final do G20 trouxe duas das recomendações com alinhamento integral.

Ao fim do ciclo, as recomendações do B20 tiveram ótima aceitação pelo G20. Das 24 proposições do B20, 15 foram referenciadas, em sua integralidade, em três áreas prioritárias na Declaração de Líderes do G20, o documento final da cúpula do Rio de Janeiro. Outras sete foram incorporadas parcialmente, o que faz com que 22 das 24 recomendações tenham sido mencionadas em alguma medida.

CONTINUIDADES E DESAFIOS

À luz do progresso obtido, persistem as expectativas em relação à continuidade das ações iniciadas. Particularmente, há a necessidade de sustentar o diálogo entre as nações do G20 para dar sequência às políticas implementadas e assegurar que as recomendações continuem a ser uma prioridade na agenda global.

Para que houvesse uma continuidade, a presidência brasileira do B20 se preocupou em estabelecer diretrizes de legados. Nesse campo houve três sustentáculos. O primeiro aspecto refletiu sobre o futuro do próprio B20, com o lançamento de plataformas como o *She Leads*, em que os países que integram o B20 se comprometem em aumentar a participação feminina em funções tanto técnicas e consultivas quanto de liderança, chegando à paridade de 50% do total até 2030. Nesse aspecto, demonstramos comprometimento em nossa gestão. A presença de mulheres como *chairs* e *co-chairs* das forças-tarefas passou de 24%, na edição anterior, para 39% neste ciclo. De um total de 1,2 mil representantes do setor privado envolvidos nas discussões do B20 Brasil, 43% eram mulheres, um salto de 14 pontos percentuais. A criação do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios, anunciado ao lado das sete forças-tarefas que nortearam o trabalho do B20, já foi uma inovação proposta pelo Brasil ao integrar a pauta das mulheres com a de outros grupos sub-representados. Esse primeiro pilar também se debruça sobre a ênfase na transferência de experiência e conhecimento para a continuidade do impacto e da governança para futuras edições do B20, incluindo uma plataforma de monitoramento para acompanhar o impacto das recomendações e iniciativas.

A construção de uma estratégia de continuidade de ações direcionou, ainda, a formatação dos legados do B20 Brasil com base em outros dois pilares: o segundo, do B20 para a sociedade, focando em iniciativas orientadas para a ação, por meio do lançamento de iniciativas como *Women in Trade*, estimulando a participação feminina no comércio internacional, o *B20 Carbon Center of Excellence*, o *B20 Collective Action Hub* e o *B20 AI platform*, reforçando o compromisso do setor privado com as mudanças sociais.

O terceiro e último pilar da estratégia de legados não poderia ser diferente. Por mais que estejamos tratando de sinergias globais, nada adianta se internamente não houver um alinhamento robusto às tendências internacionais de cooperação e avanços na direção de um futuro justo, inclusivo e sustentável. Nessa medida, o B20 realizou em dezembro, paralelamente ao *handover* à África do Sul, o evento O Legado do B20 para o Brasil, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. Trata-se de recomendações à sociedade brasileira baseadas nos princípios norteadores e na experiência da presidência do Brasil no B20, por meio da integração de recomendações ao contexto nacional, alinhando os princípios do B20 com as prioridades brasileiras, visando à aceleração do desenvolvimento socioeconômico nacional. Foram delimitadas 10 áreas prioritárias: biocombustíveis, descarbonização de cadeias industriais, mercado brasileiro de carbono, economia circular, agricultura sustentável, infraestrutura de resiliência, revisão de políticas restritivas às exportações, igualdade de gênero, *data centers*

e IA, além de treinamento digital, que deve começar nas escolas e na capacitação de docentes com vistas a um mercado de trabalho alinhado às necessidades atuais.

O denso trabalho das forças-tarefas e do conselho de ação teve o apoio de parceiros de conhecimento que identificaram cenários globais motivadores das ações do B20. Esses parceiros, a saber, McKinsey & Company, Boston Consulting Group (BCG), Deloitte, Accenture e Bain & Company, produziram relatórios e pesquisas que nortearam os trabalhos dos *programme managers* (PMOs) de cada temática. Com base nesses estudos, foram mapeadas forças e fraquezas a serem atacadas visando a um crescimento sustentável e inclusivo. No tocante ao tema de inclusão feminina, por exemplo, de acordo com o International Trade Centre (ITC), empresas lideradas por mulheres têm menos conexões com compradores e fornecedores, enfrentando maiores dificuldades de integração nas cadeias de valor globais.

Além disso, estudos do Banco Mundial mostram que as empresas de propriedade feminina enfrentam 50% mais rejeições em seus pedidos de financiamento comercial do que empresas lideradas por homens. A desigualdade de acesso ao crédito e aos mercados internacionais limita o potencial de expansão desses negócios, destacando a urgência de políticas que promovam a inclusão e equidade nas oportunidades comerciais. Já a criação do *B20 Climate Hub* se alinha à urgência global em limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C até 2030, conforme destaca o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O painel estima que, para atingir essa meta, será necessário reduzir as emissões globais em cerca de 43% até o fim desta década.

No tocante ao *B20 Carbon Center of Excellence*, a implementação de mercados de carbono oferece um caminho poderoso para enfrentar a crise climática e impulsionar o crescimento econômico global. Com o potencial de reduzir até 50% das emissões globais, equivalente a cerca de 5 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente (CO_{2e}), esses mercados não apenas ajudam a mitigar os impactos ambientais, mas também abrem novas oportunidades econômicas. As Nações Unidas estimam que possam gerar até US\$ 1 trilhão por ano até 2050, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável. Além disso, segundo a Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA), a adoção desses mecanismos traz benefícios financeiros significativos, com projeções de economia de US\$ 250 bilhões por ano até 2030, otimizando recursos e acelerando a inovação em processos produtivos verdes.

O crescimento sustentável e inclusivo não pode perder de vista as oportunidades que se desenham, sempre de forma ética e sustentável. Segundo o Goldman Sachs, a Inteligência Artificial (IA) tem o potencial de aumentar o PIB global em 7% em um período de dez anos. A adoção e implementação sem precedentes da

IA estão transformando setores como saúde, educação, comunicação, serviços financeiros, manufatura e gestão ambiental, impulsionando a produtividade e a inovação. No entanto, esse potencial transformador também traz desafios relacionados à responsabilidade, ética, segurança e sustentabilidade. Em um mundo cada vez mais digitalizado, com 5,4 bilhões de usuários ativos de internet (ITU) e 3,5 quintilhões de bytes de dados gerados diariamente (*Earth Web*), a integração da IA se mostra essencial para otimizar processos e enfrentar as demandas de um mercado global em constante evolução.

A temática da segurança alimentar também é um compromisso de legado e um desafio no âmbito do B20. Criamos a plataforma *Reducing Food Loss and Waste*. A iniciativa funcionará como um *Global Challenge*, que vai identificar os projetos que abordam os desafios globais mais críticos relacionados à perda e ao desperdício de alimentos e promovam soluções do setor privado e o fomento à colaboração público-privada. As melhores práticas serão concentradas em uma plataforma online de acesso público. A Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura do B20 Brasil se concentrou em criar recomendações e métodos para acompanhamento da implementação de políticas públicas que promovam uma agricultura mais sustentável. De acordo com dados da ONU, 14% dos alimentos do mundo (avaliados em US\$ 400 bilhões) são perdidos anualmente e 70% são desperdiçados. Cerca de 2,4 bilhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, sendo que entre 30% e 35% sofrem de fome severa. A situação poderia ser resolvida com uma melhor distribuição da produção. O sistema agrícola em todo o mundo produz alimentos suficientes para até dez bilhões de pessoas, segundo o Fórum Econômico Mundial.

A experiência do Brasil reforça a necessidade de resposta coletiva e colaborativa frente aos desafios que transcendem fronteiras, ressaltando o papel do engajamento privado como um componente crítico nas resoluções de questões globais.

A experiência do Brasil reforça a necessidade de resposta coletiva e colaborativa frente aos desafios que transcendem fronteiras, ressaltando o papel do engajamento privado como um componente crítico nas resoluções de questões globais. Eventuais obstáculos como a articulação multilateral e o consenso entre os diferentes setores econômicos devem ser encarados como parte do processo e da diversidade das recomendações e não como impedimento à obtenção de resultados. Para além do relativo sucesso na absorção das recomendações do setor

empresarial pelo G20, o ciclo brasileiro deixa o aprendizado de como esse setor e o governo podem trabalhar juntos para resultados ainda mais efetivos.

CONCLUSÃO

O B20 promoveu abordagens multifacetadas para lidar com desafios econômicos, ambientais e sociais, fundamentadas na participação colaborativa e na sustentação de evidências de organizações e projeções reconhecidas globalmente, vislumbrando um impacto duradouro e positivo nas políticas internacionais de negócios e desenvolvimento. A alta responsividade do G20, incorporando parcial ou integralmente 22 das 24 recomendações do B20, demonstra a robustez do trabalho e a necessidade de continuidade nos próximos anos. Delimitamos estratégias de legado com vistas a perpetuar o trabalho, e as próximas edições terão o desafio de permanecer no caminho de um crescimento global que se preocupe com a inclusão e a sustentabilidade. 🇧🇷

Referências Bibliográficas

- B20 Brasil. 2024. *Comunicado: As Recomendações do B20 para o G20, Encaminhando Sustentabilidade e Inovação*. <https://b20brasil.org/documentos>.
- Brown, Jan Shelly et al. 2023. *O impacto da IA gerativa nas comunidades negras*. Chicago: McKinsey.
- Buchner, Barbara, Baysa Naran, Rajashree Padmanabhi, Sean Stout, Costanza Strinati, Dharshan Wignarajah, Gaoyi Miao, Jake Connolly & Nikita Marini. 2023. "Global Landscape of Climate Finance". *Climate Policy Initiative (CPI)*, 2 de novembro de 2023. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2023/>.
- Camacho, Gabriela. 2022. "Food Security and Corruption". *Transparency International Anti-Corruption Helpdesk Answer*, 14 de setembro de 2022. <https://knowledgehub.transparency.org/helpdesk/food-security-and-corruption>.
- Chancel, Lucas; Thomas Piketty, Emmanuel Saez & Gabriel Zucman. 2022. *World Inequality Report 2022*. <https://wir2022.wid.world/download/>.
- COP28. 2023. "Global Climate Finance Framework Principles". *UAE Consensus/COP28 UAE*. https://www.cop28.com/en/climate_finance_framework.
- COP28. 2023. "COP28 UAE Leaders' Declaration on a Global Climate Finance Framework". *UAE Consensus/COP28 UAE*, Dubai. https://www.cop28.com/en/climate_finance_framework.
- FAO. 2024. "O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo". *Nações Unidas Brasil*, 24 de julho de 2024. <https://brasil.un.org/pt-br/274924-o-estado-da-seguran%C3%A7a-alimentar-e-da-nutri%C3%A7%C3%A3o-no-mundo>.
- Fórum Econômico Mundial. 2023. "The Future of Jobs Report 2023". *WEF Report*, 30 de abril de 2023. www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2023.
- Fórum Econômico Mundial. 2022. "Transformando sistemas alimentares com agricultores: um caminho para a EU". *World Economic Forum*.
- Goldman Sachs. 2023. "Generative AI Could Raise Global GDP by 7%". *Artificial Intelligence*, 5 de abril de 2023. <https://www.goldmansachs.com/insights/articles/generative-ai-could-raise-global-gdp-by-7-percent>.
- Instituto de Governança de Basel. 2023. *Abordando a corrupção ligada a crimes que impactam o meio ambiente de acordo com a resolução UNCAC 8/12*. Suíça: https://baselgovernance.org/sites/default/files/202rec3-12/271217_wp-50-final.pdf.
- Instituto de Governança de Basel, 2023. https://baselgovernance.org/sites/default/files/202rec3-12/271217_wp-50-final.pdf.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). 2023. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.
- International Telecommunication Union (ITU). 2023. *Measuring Digital Development: Facts and Figures 2023*. Geneva: ITU. www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict_mdd-2023-1/.
- International Telecommunication Union (ITU). 2024. *Statistics for Global ICT*. 2024. <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/pages/stat/default.aspx>.
- Lacina, Linda & David Elliott. 2023. "5 maneiras de os líderes combaterem a corrupção, segundo um especialista em anticorrupção". *Fórum Econômico Mundial*, 13 de dezembro, 2023. <https://www.weforum.org/agenda/2023/12/corruption-society-leadership-meet-the-leader/>.
- Manpower Group. 2024. *The Global Talent Shortage*. <https://go.manpowergroup.com/talent-shortage>.
- McKinsey Global Institute. 2023. *An Affordable, Reliable, Competitive Path to Net Zero*. Chicago: McKinsey & Company. <https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/an-affordable-reliable-competitive-path-to-net-zero>.
- Nações Unidas. 2022. *Ending Poverty and Hunger Once and for All: Is It Possible?* 2022. <https://www.un.org/en/desa/ending-poverty-and-hunger>.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. 2023. *Sistemas agroalimentares e emissões relacionadas à terra*. FAOSTAT Analytical Brief 73. Roma: FAO.

Organização Internacional do Trabalho. 2021. *Shaping Skills and Lifelong Learning for the Future of Work*. Genebra: OIT. www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_813696.pdf.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2022. *Transformando empresas por meio da diversidade e inclusão*. Suíça: OIT. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_841348.pdf.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). 2021. *Diálogo de investidores em infraestrutura do G20 2021*. Paris: OCDE. <https://web.archive.oecd.org/temp/2021-11-12/587199-g20-infrastructure-investors-dialogue-2021.htm>.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Asian Productivity Organization (APO). 2022. *Identifying the Main Drivers of Productivity Growth: A Literature Review*. Paris. https://www.oecd-ilibrary.org/economics/identifying-the-main-drivers-of-productivity-growth_00435b80-en.

Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC). 2022. *Global Warming of 1.5°C*. Cambridge. <https://www.cambridge.org/core/books/global-warming-of-15c/D7455D42B4C820E706A03A169B1893FA>.

Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC). 2023. *Synthesis Report of the IPCC. Sixth Assessment Report (AR6): Longer Report*. <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>.

The Food and Land Use Coalition. 2019. "Growing Better: Ten Critical Transitions to Transform Food and Land Use". *The Global Consultation Report*. <https://www.foodandlandusecoalition.org/wp-content/uploads/2019/09/FOLU-Growing-Better-GlobalReport.pdf>.

World Bank Group. 2024. *Women, Business and the Law 2024*. Washington: WBG.

World Economic Forum. 2024. "Quantifying the Impact of Climate Change on Human Health". *Insight Report January 2024*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Quantifying_the_Impact_of_Climate_Change_on_Human_Health_2024.pdf.

World Trade Organization. 2022. *WTO Statistics Database*. <https://stats.wto.org/>.

Como citar: Ioschpe, Dan. 2024. "A experiência e o legado do G20 Brasil: lições do Brasil no cenário global". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 80-91.

To cite this work: Ioschpe, Dan. 2024. "The Experience and Legacy of G20 Brasil: Lessons from Brazil on the Global Scenario." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 80-91.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.04.80-91.pt>

Recebido: 22 de novembro de 2024

Aceito para publicação: 12 de dezembro de 2024

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

Business Leaders Shaping the Global Policy Landscape: Analyzing the Role of B20 in G20

Cristina Elsner de Faria

Abstract: This article explores B20 Brasil's innovative approach to policy-making, rooted in policy cycle theories, bounded rationality, and agile principles. B20 Brasil prioritized actionable recommendations addressing socioeconomic issues while adapting to the dynamic global landscape. The methodology encompassed transitioning leadership, formulating policies, and advocating strategies. B20 Brasil's legacies include initiatives tailored to Brazil's context, advancing socioeconomic goals and strengthening the G20 policy agenda.

Keywords: policy agenda setting; cross-sector collaboration; business diplomacy; private sector engagement; public-private articulation.

Líderes empresariais moldando o cenário de políticas globais: analisando o papel do B20 no G20

Resumo: Este artigo explora a abordagem inovadora do B20 Brasil para a formulação de políticas, enraizada em teorias de ciclo de políticas, racionalidade limitada e princípios ágeis. O B20 Brasil priorizou recomendações acionáveis abordando questões socioeconômicas, enquanto se adaptava ao cenário global dinâmico. A metodologia abrangeu a transição de liderança, a formulação de políticas e a defesa de estratégias. Os legados do B20 Brasil incluem iniciativas adaptadas ao contexto do Brasil, promovendo metas socioeconômicas e fortalecendo a agenda de políticas do G20.

Palavras-chave: formação da agenda política; colaboração intersetorial; diplomacia empresarial; engajamento do setor privado; articulação público-privada.


As the world moves towards the adoption of sustainable practices to tackle climate changes and experiences an unprecedented pace of the digital transformation, governments face an interconnected challenge given its impacts on the overall organization of societies and the future of professions. In this scenario, international dialogue and cooperation arise as indispensable tools to explore possible avenues for global economic cooperation and policy-making across all areas.

In this spirit, the G20 Presidency annually sets priorities and welcomes substantial contributions from social engagement groups. The aim is to develop a comprehensive set of recommendations that can be considered by G20 members to address key challenges related to those priorities. Under the Brazilian Presidency, the G20 renewed its commitment not just to address essential economic issues, but also to integrate deep humanitarian concerns related to social inclusion and fighting against hunger, the energy transition and sustainable development, and the reform of global governance institutions.

At the heart of this global forum, the Business 20 (B20¹) has been established since 2010 as the official engagement group of the private sector with the G20. Composed of Task Forces that bring together senior executives

Under the Brazilian Presidency, the G20 renewed its commitment not just to address essential economic issues, but also to integrate deep humanitarian concerns related to social inclusion and fighting against hunger, the energy transition and sustainable development, and the reform of global governance institutions. At the heart of this global forum, the Business 20 (B20) has been established since 2010 as the official engagement group of the private sector with the G20.

1. Established in 2010, the B20 is among the most prominent G20 Engagement Groups. Its working proceeding is based on Task Forces and Action Councils entrusted with key thematic that drive the priorities of each B20 edition. The B20 officially conveys its final recommendations to the G20 Presidency at the B20 Summit. More information available at <https://b20brasil.org/>

Cristina Elsner de Faria  served as B20 Project Manager Officer for the Employment and Education and the Digital Transformation task forces during G20 Brasil. She holds a Political Science bachelor and master's, a PhD in Development, Society and International Cooperation, and specializations in Business Strategic Management and Agile Methodologies.

from companies and multinationals of the G20 members and invited countries, the B20 presents high-priority topics for the private sector. Aiming at the development of policy recommendations to G20, the B20 responsibilities extend beyond the mere representation of business interests. They also include informed support to the G20 policy-making process and the promotion of fruitful dialogue between the private and public sectors concerning the prioritized agenda. Propelled by Brazilian leadership, eight task forces were set in place to organize the business community's contributions to the G20 process, as detailed in Box 1.

Trade and Investment

Employment and Education

Energy and Climate Transition

Digital Transformation

Finance and Infrastructure

Integrity and Compliance

Sustainable Food Systems and Agriculture

Action Council for Women, Diversity and Inclusion in Business

Box 1: B20 Brasil Task Forces

This collective effort counted with the participation of over 1,200 business representatives from 42 countries and 21 economic sectors. Demonstrating a commitment to diversity and inclusion, 57% of the participants were male, while 43% were female, with women occupying 39% of B20 Brasil's leadership positions.

Practical and innovative solutions were explored beyond an advisory role. They materialized into collaborative actions among governments, businesses, and communities, considering five guiding claims: promoting inclusive growth; increasing productivity through innovation; enhancing the resilience of global value chains; accelerating a just transition to carbon neutrality; and enhancing human capital. These approaches embody the holistic vision that guided the B20 positioning at the task forces debates and when engaging with the G20 working groups.

ANALYTICAL FOUNDATION

Considering the G20 Brasil context and taking into account how societal demands are identified and framed within a policy agenda, this article aims to explore the dynamics of agenda construction as led by the B20. As outlined by Michael Howlett, M. Ramesh and Anthony Perl (1995), policy-making reflects a technical-political process that aims to define and reconcile means and ends among stakeholders taking part in these processes. The technical dimension is essentially instrumental, focusing on the selection and use of tools available to achieve desired outcomes, while the political dimension features a more ambiguous outline. The definition of what constitutes a problem or not is, in itself, subject of debates, as well as the analysis of challenges and solutions. These definitions are inherently limited by the extent of knowledge available at the time of decision-making.

Charles Lindblom (1959) reinforces this concept by stating that public policy is not decided upon once and indefinitely. On the contrary, it requires constant and periodical reformulation. This cyclic thought, which underpins the incremental decision-making model for public policy, reflects the dynamics of the G20 working groups and, consequently, the methodology adopted by B20 in elaborating the policy recommendations.

James March (2009) brings another layer to this debate of comprehending the public policy-making process. He posits that stakeholders do not operate on complete information nor possess an extensive understanding of the issues under discussion. Employing the theory of bounded rationality, March suggests that individuals have cognitive limitations that restrict their capacity to conduct a fully rational analysis of problems, alternatives for political action, and especially anticipate the expected outcomes. Even though the planning of political actions occurs systematically, as suggested in the public policy cycle process², this approach highlights the temporality of decisions given their intrinsic connection to a specific political, economic, and social context (Sabatier 1991).

While the Policy Cycle offers a structured approach to policy-making, in practice, agenda setting and policy formulation are often non-linear processes. This underscores the complexity of the policy-making environment, where various factors can influence each step of the cycle, potentially leading to reformulations, adaptations, or even the stalling of policies. The model serves as a heuristic device

2. The Policy Cycle is a framework that delineates the process of creating and implementing a public policy. Originally developed by Harold D. Lasswell, in his work "The Decision Process: Seven Categories of Functional Analysis", the model is most commonly articulated through six iterative phases which repeat in cycles: 1. identification of problems; 2. agenda setting; 3. formulation of policy alternatives; 4. decision making; 5. implementation of policy actions; and 6. evaluation of process and results.

to understand the general process, but real-world applications require flexibility and responsiveness to dynamic political, social, and economic contexts in which they are inserted.

Incorporating the theoretical insights discussed previously, this article delves into the dynamics of technical and political interactions between governments and the business sector within a global forum like the G20. It aims to dissect the collaborative mechanisms that underpin the agenda setting and policy-making processes, revealing how businesses influences are shaped as a collective response to contemporary global challenges that require countries to work together to find innovative solutions.

USE OF AGILE METHODOLOGIES WITHIN THE B20 BRASIL POLICY FORMULATION CYCLE

To adequately respond to the global challenges prioritized by the G20 Presidency, businesses leaders needed to move beyond traditional planning for setting an agenda and proposing innovative policy recommendations. Inspired by the Agile Manifest, agile practices (Baranda et al. 2023) were adopted in order to incorporate responsive and iterative experimentations into the B20 dynamics for formulating the Policy Papers.

Several studies have been exploring how agile methodologies can be implemented in areas not related to IT (Santana et al. 2023). In general, these studies reveal the use of agile practices within the scope of specific projects or program development, with a significant impact on changing the organizational culture and in the public service. Despite the growing use of these practices, the application of agile methodologies to the processes of agenda setting and policy formulation, which is the central object of discussion explored in this article, still remains under-explored in the literature.

To adequately respond to the global challenges prioritized by the G20 Presidency, businesses leaders needed to move beyond traditional planning for setting an agenda and proposing innovative policy recommendations.

The discussion on the application of agile methodologies in high-level global forums holds considerable relevance due to the potential of such approaches to improve the efficiency, effectiveness, and responsiveness of international collaborative platforms, in special the G20 and the B20. Agile approaches emphasize iterative,

collaborative, and adaptive processes. These elements are inherently suited for navigating the complex and fluid landscape of global political challenges.

Through the integration of agile principles into the B20 process, which includes continuous feedback, frequent iteration, and robust collaboration between businesses leaders, a more dynamic and responsive environment was fostered. This not only allows for more responsive discussions to the evolving debates within the G20 working groups, but also promotes proactive engagement that can swiftly adapt to emerging trends and insights.

B20 BRASIL POLICY FORMULATION METHODOLOGY

As each G20 cycle lasts for one year, B20 dynamics follows the same pace. In 2024, B20 Brasil innovated in the methodology used for the formulation of policy recommendations by adopting agile practices into the traditional policy-making cycle. The methodology consisted of three major phases: the structuring phase, the content development phase, and the advocacy phase.

At the structuring phase, the process initiated with a transition from the preceding B20 Indian Presidency, led by the Confederation of Indian Industry (CII), to the Brazilian National Confederation of Industry (CNI). This phase marked the establishment of B20's strategic orientations for the G20 priority themes, the definition of a working methodology and the deliverables for the B20 Brasil. It was also the moment for a global business community mobilization to join the G20 Brasil cycle, considering its organization in task forces.

The second phase of content development was structured based on agile principles and a participatory methodology, assuring that all business members had the chance to express their concerns and contribute to the Policy Paper formulation process. Figure 1 reveals the dynamics of the sprint process applied to the B20 Policy Paper development, as the planned cycles repeated five times from February to July 2024, following the five rounds of debates. A third phase of advocacy, which encompassed the delivery of an executive communique, the official publication of B20's Policy Papers, and the organization of advocacy meetings and events, was also structured. Its intention was to broadly promote the recommendations and actively engage with policymakers.

Five rounds of debates, termed sprints, unfolded the second phase, as detailed below:

Sprint 1: Inception meeting to identify key trends and challenges, facilitated by consultants from expert knowledge partners, in which B20

members were invited to pinpoint priority themes through an open and participatory vote.

Sprint 2: First Technical Meeting to pinpoint business pains and re-prioritize key topics discussed at the inception meeting.

Sprint 3: Second Technical Meeting to settle on pressing issues and brainstorm general policy recommendations.

Round 4: Third Technical Meeting to finalize recommendations and conceptualize Policy Sprint to address identified concerns.

Ad hoc Sprint: Some task forces conducted an ad hoc meeting to hold deeper discussions. Those meetings sought to refine potential Policy Actions and their short-term applicability, taking into account the diverse socioeconomic realities of G20 countries.

Sprint 5: A final meeting to validate the policy document and establish Key Performance Indicators (KPIs) for monitoring and tracking progress of suggested Policy Actions.

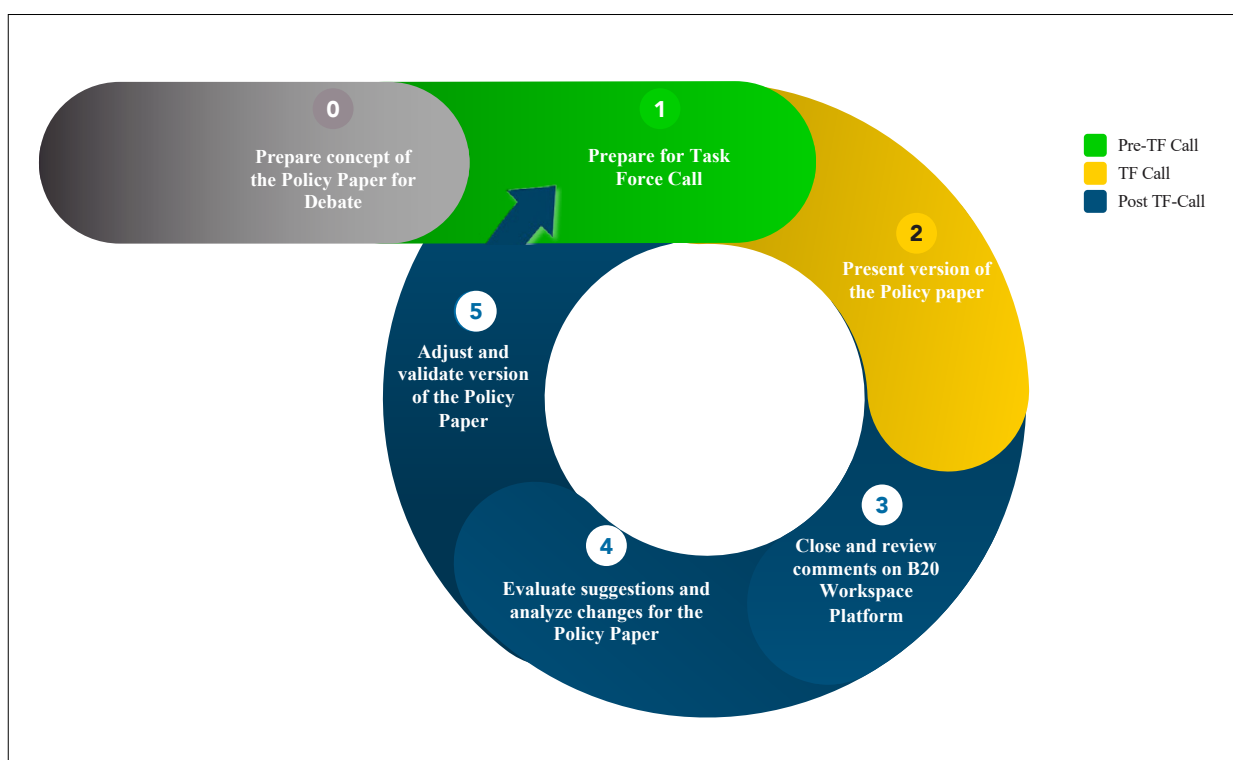


Figure 1: Sprint process applied to the B20 Policy Paper development. Source: B20 Brasil Guidelines for Knowledge Partners

To facilitate effective discussions and generate actionable Recommendations and Policy Actions, certain guiding principles were adhered to. The first principle was to ensure discussions and proposals foster and maximize positive impact across sectors and regions. The second, to avoid a pure local agenda or centered on a specific sector/organization interests. A third principle required all discussions and recommendations to be guided with fact-based content. Fourth, to foster simple and actionable proposals that all G20 countries can easily implement, avoiding complex statements. Finally, the fifth principle was to ensure recommendations have near-term implementation impact, considering SMART (specific, measurable, actionable, relevant, time-bound) indicators.

A digital workspace platform allowed a participatory approach focused on consensus building. The platform acted as a collaborative environment for both administrator and member. Overall, 1,695 contributions to the policy recommendations were received. The thematic analysis methodology was chosen to examine and categorize the contributions collected via the platform. This method is geared towards uncovering participant viewpoints, opinions, experiences, or values based on qualitative data derived from written and oral submissions, which were recorded.

There are various approaches to implementing thematic analysis, with a frequently cited six-step process (Braun & Clarke 2013). However, for the purposes of systematizing the members' contributions through the B20 platform, each sprint was composed of five analytical stages:

Stage 1: Familiarization with the data, initial reading, and preliminary analysis.

Stage 2: Coding of suggestions received.

Stage 3: Generation of overarching themes and grouping of suggestions.

Stage 4: Refinement of contributions, assuring the adherence to the guiding principles.

Stage 5: Final approval of the text.

As each task force progressed through its series of debates and technical meetings, there was a continuous loop of feedback, analysis, and evolution of ideas. By breaking down contributions into thematic axes and overarching narratives, the thematic analysis methodology enabled a nuanced understanding of the collective vision developed by the B20 Brasil. It laid a foundation for identifying convergence

points where objectives and strategies aligned, which empowered the B20 Brasil with a more impactful and cohesive position. To that end, the digital workspace platform allowed collaboration and focused contributions by the B20 members, enhancing the collaborative dynamic of the task forces and their debates.

This fluid exchange of perspectives ensured that the policies reflected the current realities, as they were shaped by a varied group of experts. The results of the B20 agenda setting and policy formulation process identified synergies across the eight task forces, as detailed in Figure 2, reflecting the adaptive and iterative nature of the agile methodology adopted. The meetings held with B20 members from diverse industry sectors and backgrounds, throughout the various stages of the Policy Paper development, fostered an environment that allowed the sharing of insights, challenging assumptions, and collectively refining the direction of the recommendations.

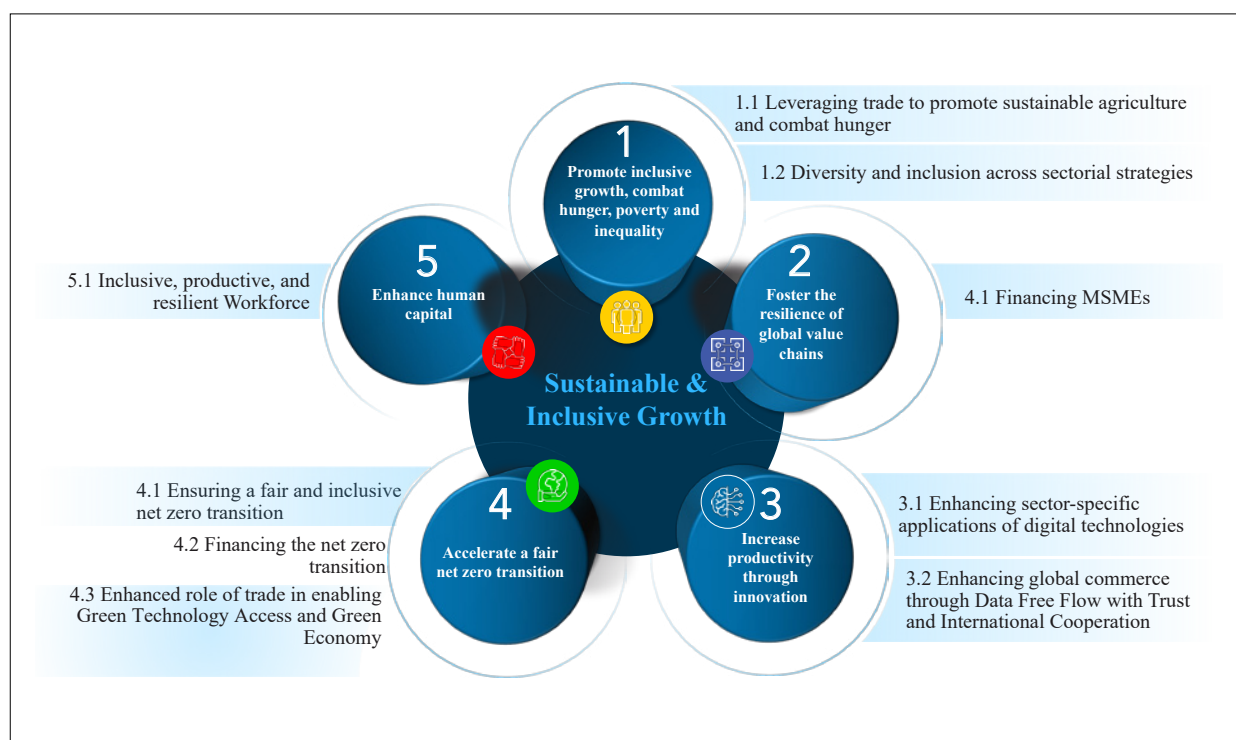


Figure 2: Synergies identified across the B20 task forces. Source: B20 Brasil Synergies Presentation

ADVOCACY STRATEGY FOR GLOBAL ENGAGEMENT

The importance of advocacy cannot be overstated, particularly when championing collective interests of the global business community within the G20. By hosting and participating in more than 50 side events under the G20 Brasil cycle, including the B20 Summit, the B20 Brasil employed a proactive science diplomacy

oriented towards business outcomes, with in-person approaches, skillfully navigating international relations.

Each event served as an opportunity to articulate the B20's positions, forge strategic relationships, and build consensus around pivotal issues. These gatherings provided platforms for inclusive dialogue, enabling B20 Brasil members to connect with a wide array of stakeholders, from policymakers and industry experts to civil society representatives and academia. The success of these advocacy efforts was further amplified by the strategic use of network partners, like the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), the Business at OECD (BIAC), the International Organisation of Employers (IOE), Basel Institute, and Bloomberg, among other key institutions.

Network partners collaborated to align their advocacy efforts with those of the B20 Brasil, generating momentum around key policy recommendations and enhancing the reach of these propositions across different geographic and sectoral domains. By engaging directly with influential counterparts and contributing with a cohesive business perspective to the multilateral dialogue, B20 Brasil's approach reinforced its advisory capacity. It ensured that the concerns and aspirations of the business sector remained at the forefront of G20 considerations.

By engaging directly with influential counterparts and contributing with a cohesive business perspective to the multilateral dialogue, B20 Brasil's approach reinforced its advisory capacity. It ensured that the concerns and aspirations of the business sector remained at the forefront of G20 considerations.

RESPONSIVENESS ANALYSIS OF THE B20 INFLUENCE ON THE G20 AGENDA

In a context where international collaboration is key to addressing global challenges, the business community represented by B20 stands as the collective voice of an influential group of stakeholders in the policy formulation process. To assess its influence in the overall process, a responsiveness analysis methodology was developed to assess the extent to which the B20's recommendations align with and influence the strategic objectives and agendas of the G20.

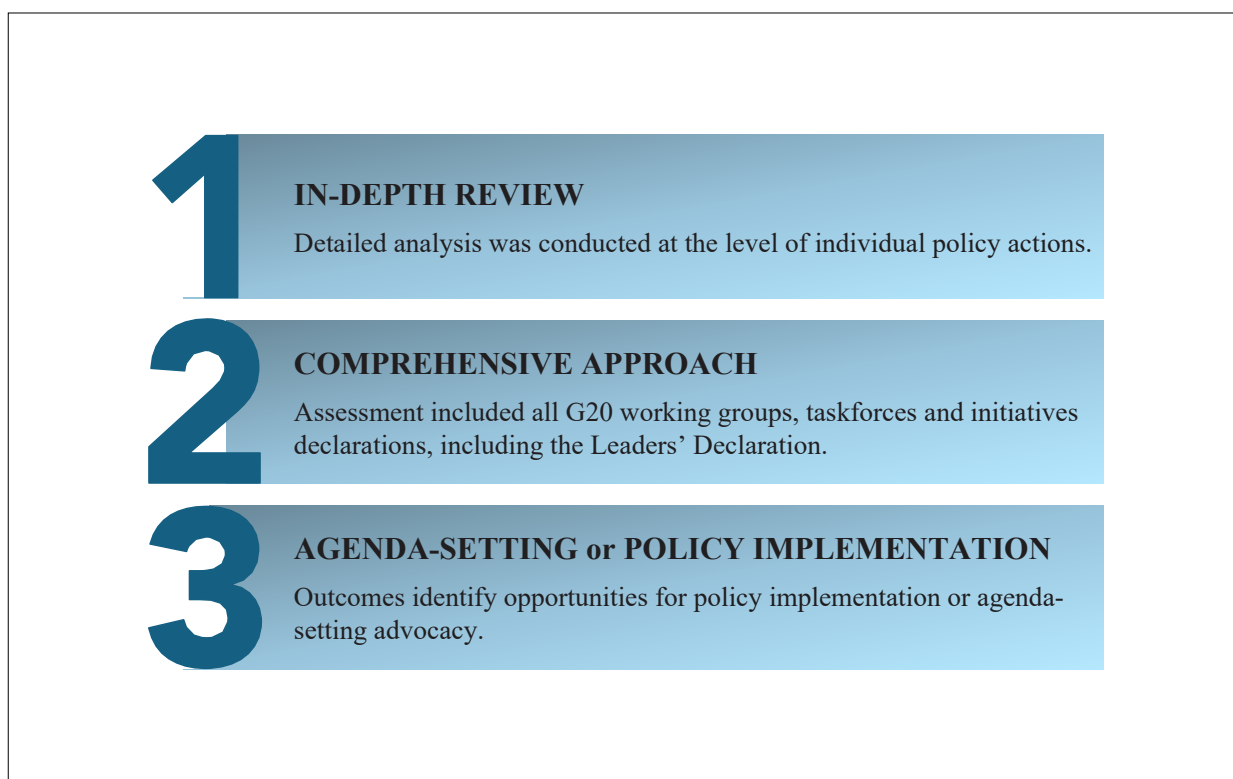


Figure 3: Assessment approach. Source: B20 Brasil Responsiveness Report

As a result, a Responsiveness Report was produced. It provides an in-depth analysis of the B20 recommendations' adherence and alignment with the strategic objectives and statements made by the G20. To achieve this outcome, the proposed methodological framework utilized the B20 Final Communique and the 8 Policy Papers as benchmarks against the G20 reference documents, including the ministerial declarations, annexes and statements, and the Leaders' Declaration. Figure 3 reveals the assessment approach used by the B20.

A comparative exercise was held in four phases: i. mapping G20 official reference documents; ii. cross-referencing G20 and B20 documents, to ascertain areas of explicit support, levels of responsiveness, and unaddressed themes demanding further dialogue; iii. qualitative assessment and classification of the B20 Recommendations, categorizing alignment as fully, partially, or not referenced; iv. qualitative assessment of the B20 Policy Actions, expanding this analysis to grade the actions on a scale from fully aligned (100%) to not addressed (0%).

The B20 Brasil's Responsiveness Report delivered a comprehensive overview of synergies and identified potential domains for forthcoming policy implementation. It further highlighted the critical importance of foundational agenda-setting, particularly in prioritized sectors not yet addressed in the G20's final outcomes. The

Report underscored the strategies with high alignment for tackling pressing issues like climate change, social inequality, skills mismatches, and the digital divide.

Acting as a barometer for assessing how closely the G20's declarations resonate with the B20's strategically framed priorities, the report revealed that innovation and technology are pivotal for resolving the global concerns prioritized under the G20 Brasil Presidency. Figure 4 reveals that 15 of 24 B20 Brasil Recommendations are fully aligned to the G20 Leaders' Declaration and 10 to G20 Working Groups.

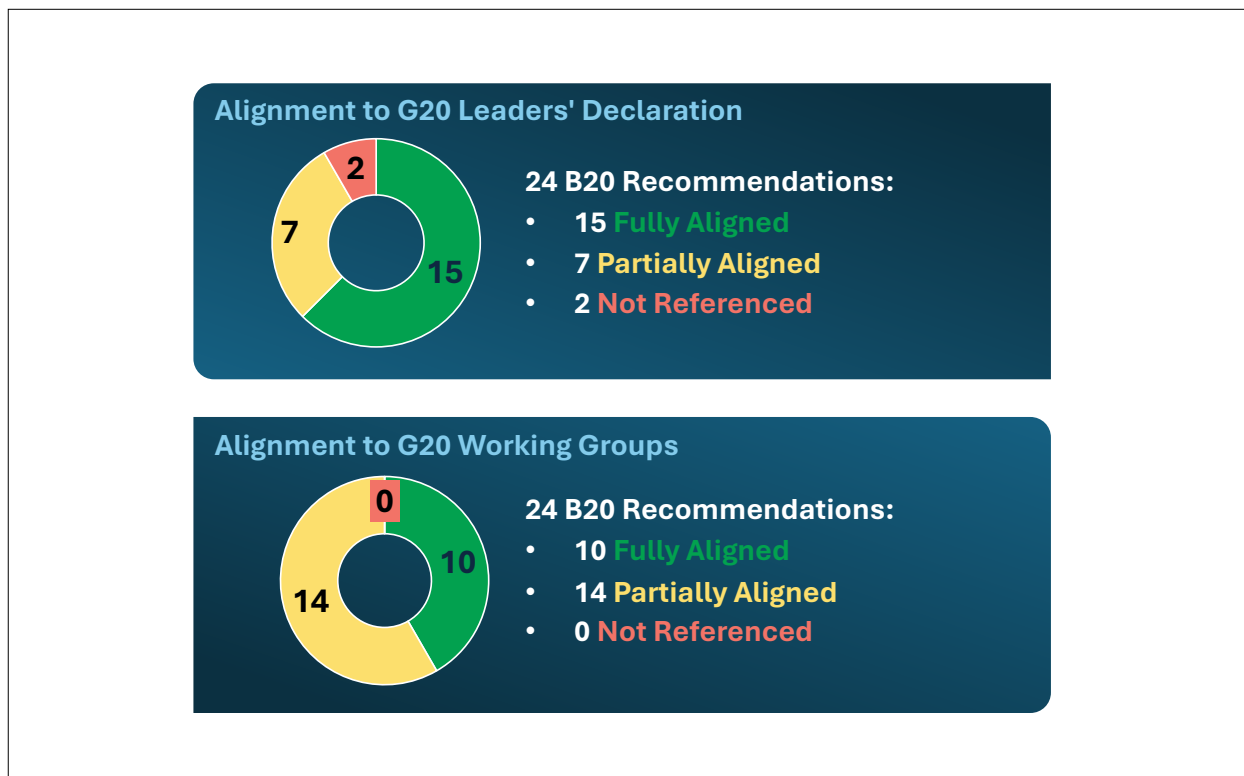


Figure 4: B20 Recommendations alignment with G20 Leaders' Declaration and Working Groups. Source: B20 Brasil Responsiveness Presentation

Through this approach and methodological steps, the Responsiveness Report delivered a tangible assessment of B20's sway in influencing the G20 policy formulation. The depth provided by the Report clearly demonstrates the dynamic interaction between global business leaders and policymakers, reinforcing the assertions of the B20's theoretical foundation. Policy-making is an evolving process with various stages whereby stakeholders incrementally shape the agenda based on available information and the pragmatic consideration of practical limits to their knowledge.

The agility required to navigate a multifaceted political landscape, embodying principles of iterative development and rapid responsiveness, was achieved by

adopting agile principles in the B20's policy development process. By incorporating continuous feedback loops, frequent reassessments, and collaborative decision-making, the B20 demonstrates a contemporary approach to formulating policies that are more likely to gain traction within the broader G20 agenda.

STRATEGIC UTILIZATION OF THE RESPONSIVENESS REPORT RESULTS

The B20's influence on the G20 policy trajectory is a key concern to the global business community. Considering it, the Responsiveness Report stands as a strategic tool for steering future policy dialogues and actions within successive B20 cycles, as it provides inputs for the implementation of tangible policy actions, the monitoring KPIs development and the identification of thematic areas necessitating further exploration.

Drawing from the theoretical foundations of agenda setting and policy cycle theories, the strategic application of the report's findings can serve as a catalyst for effectively guiding the B20's influence on the G20 agenda. The report not only provides a comprehensive analysis of the current state of alignment but also sets forth a roadmap for subsequent focus, ensuring that B20's policy interventions continue to resonate powerfully within the G20 members. This roadmap proposes the utilization of results as segmented in the three following strategies:

Strategy 1: B20-G20 Fully Aligned Recommendations

For fully aligned recommendations, the report identifies areas of synergy where B20 priorities have been explicitly endorsed and comprehensively addressed within G20 materials. These areas represent potentially successful collaboration and could be further strengthened and built upon. Therefore, the follow-up strategy proposes a sustained monitoring of KPIs and cooperative advancement through the implementation of joint policy actions:

- Rigorous monitoring of the implementation of these recommendations, alongside the evaluation of associated KPIs;
- Contribution towards the assessment of policy actions, pinpointing areas of shortfall or emergent trends;
- Facilitation of partnerships that bolster resource sharing, expertise exchange, and the attainment of shared objectives across business and government sectors.

Strategy 2: B20 Partially Aligned Recommendations with G20

For partially aligned recommendations, the report maps out themes that are partially covered, facilitating the identification of both convergences and differences in B20 and G20 proposed policy approaches. This information can be used to refine and align strategies, and to foster dialogue on areas of divergence in future cycles. In this case, the follow-up strategies suggested are alignment and iteration:

- Map out aligned themes that G20 countries are implementing and apply the follow-up strategy of monitoring specific KPIs and joint activities developed;
- Identify differences in policy approaches, with comprehensive documentation of these distinctions for future strategizing and implementation;
- Engage business and governments representatives in debates to review and gain insights into these themes, understanding the implications;
- Refine the proposed policy approach, when suitable, reiterating the recommendations and actions that were not incorporated;
- Communicate the revisited approach to the business community, securing understanding and endorsement from involved members.

Strategy 3: B20 Recommendations Not Referenced by the G20

For not referenced recommendations, the report points to potential gaps or overlooked issues that require additional prioritization in future policy discussions. This entails a specific follow-up plan for taking these recommendations from gap to impact:

- Exploration of unreferenced recommendations and policy actions to assess reasons for their omission;
- Prioritization of the identified gaps based on factors such as their potential impact, feasibility and alignment with strategic goals;
- Engagement of relevant stakeholders in the development of an action plan to bring these identified gaps into the G20 policy debate and agenda with the support of relevant data that justify their inclusion.

Therefore, by understanding the level of alignment between B20 recommendations and G20 commitments, stakeholders from both groups can strategize and prioritize their efforts more effectively. In that sense, the levels

of alignment evidenced by the Responsiveness Report inform the agenda for future B20 presidencies in their drive to bolster the impact and acceptance of B20 recommendations.

SUSTAINING IMPACT AND PROMOTING ACTION THROUGH THE B20 BRASIL LEGACIES

In the pursuit of sustaining its impact and tangible actions, the B20 Brasil legacies were conceived to ensure that the collective efforts of each edition continue to resonate into the future. Therefore, the legacies were structured in three layers: from B20 Brasil to B20 South Africa, from B20 to society, and from B20 to Brazil.

B20-B20 Handover to continue impact

To secure the ongoing influence of the B20 recommendations, a series of mechanisms have been established to guide the governance of future B20 cycles. Firstly, the B20 Brasil Secretariat has laid out the structure, guidelines, and methodologies that have underpinned the success of the B20 processes and governance in this cycle, cultivating a template for subsequent editions.

As a handover strategy, in-person and virtual sessions were conducted between the Brazil and South Africa B20 teams to facilitate a collaborative transition, with consistent follow-up touchpoints to provide support and share best practices. Finally, an innovative dashboard is being introduced to monitor the efficacy and progress of implemented recommendations and initiatives, enabling real-time assessment of their impact.

B20-Society: Action oriented legacy initiatives³

A suite of private sector initiatives has been launched to drive actionable change, bringing into practice the B20's guiding claims:

- **She Leads B20** – A commitment to enhance female representation in B20 forums, implemented in partnership with IOE, OECD, BIAC and ICC;
- **Women In Trade** – An initiative led by the International Chamber of Commerce (ICC), OECD, and International Trade Center focused on knowledge production and advocacy for inclusive trade policies;

3. B20 to Society is comprised of action-driven initiatives that aim to go beyond the Brazilian Presidency of the B20. Each initiative has its own stated goal and line of action. Information about the initiatives is available at <https://b20brasil.org/b20-brasil-legacy>

- **B20 Climate Hub** – A repository of best practices curated by Bloomberg NEF to facilitate the execution of B20 climate recommendations, considering climate news and data-driven inputs to accelerate climate plans;
- **Carbon Center of Excellence** – A continuity of B20 Indonesia platform on carbon markets offering new content and insights to navigate the carbon market, also led by Bloomberg NEF;
- **Collective Action Hub** – Hub for the visibility of collective action initiatives implemented to address corruption challenges, raising the standards for integrity and fair competition in business, with free advisory services from Basel Institute of Governance team;
- **B20 Platform on AI** – A comprehensive platform with B20 position on artificial intelligence (AI), showcasing best practices for productivity growth as conceived by Tupy, Stefanini and Google;
- **Reducing Food Loss and Waste** – A global mobilization focused on identifying projects on Food Loss and Waste (FLW), conceived by ICC.

B20-Brasil: Recommendations for the Brazilian context

Contextualized recommendations have been crafted to align with Brazil's national trajectory, centered on agenda-setting for influence and impact. They address a strategic compilation of industry priorities, reflecting all task forces, and design a pitch deck to captivate and engage institutions around 10 priority themes:

- Promotion of future fuels (e.g., biogas, biomethane, biofuels);
- Promotion of Data Centers, digitization, and AI development for the Brazilian scenario;
- Financing of decarbonization projects in industrial chains;
- Promotion of the circular economy;
- Financial models to stimulate sustainable agriculture;
- Brazilian carbon market;
- Gender equality in leadership positions, promotion of safe and inclusive work environment and bias-free selection processes;
- Resilience infrastructure planning (e.g., preparation for natural disasters);
- Mitigation of restrictive trade measures against Brazilian exports;

- Enhancement of digital skills, professional retraining, and business digitalization.

These themes reflect areas where Brazil can and should exert global leadership, such as energy transition, digital transformation and innovation, circular economy and bioeconomy, and social inclusion and development. The B20 Brasil legacy serves not only as a beacon of the country's capabilities but also as a call to action for public-private alliances in areas that are essential for national socioeconomic development. ▬

The B20 Brasil legacy serves not only as a beacon of the country's capabilities but also as a call to action for public-private alliances in areas that are essential for national socioeconomic development.

References

- B20 Brasil. 2024. *B20 Brasil Responsiveness Report*. https://b20brasil.org/documents/85520/259932/B20+Responsiveness+Report_EN.pdf/0b9f8852-df7a-2d11-eac0-409fda77d4dd?version=1.0&t=1732212431794&download=true
- B20 Brasil. 2024. *B20 Brasil Final Communiqué*. <https://b20brasil.org/documents/85520/259934/B20+Brasil+Final+Communique.pdf/53e999ba-8472-e525-c3c9-91e92a69b633?version=1.0&t=1732212909973&download=true>
- Cardoso, Bruno B., Cristina E. de Faria & Rafael Ferrari. 2023. "Agilidade no setor público". In *Jornada Ágil além da TI – desmistificando o uso da agilidade por meio de exemplos em diferentes segmentos de mercado*, Vanêssa Santana et al. (orgs): 153-164. Rio de Janeiro: Brasport.
- Braun, Virginia & Victoria Clarke. 2013. *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. Los Angeles: SAGE Publications. <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/successful-qualitative-research/book233059>.
- Caulfield, Jay. 2023. "How to Do Thematic Analysis: Step-by-Step Guide & Examples". *Scribd*. <https://www.scribbr.com/methodology/thematic-analysis/>.
- Howlett, Michael, M. Ramesh & Anthony Perl. 1995. *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*. Ontario: Oxford University Press.
- Kingdon, John W. 1995. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. London: Longman Press.
- Lindblom, Charles E. 1959. "The Science of 'Muddling Through'". *Public Administration Review*, 19 (2): 79-88. <https://doi.org/10.2307/973677>
- March, James G. 2009. *Como as decisões realmente acontecem: princípios de tomada de decisões*. São Paulo: Leopardo Press.
- Sabatier, Paul A. 1991. "Toward Better Theories of the Policy Process". *PS: Political Science & Politics*, 24 (2): 147-156. <https://doi.org/10.2307/419923>
- Santana, Vanêssa & Junior Rodrigues. 2023. *Jornada ágil além da TI – desmistificando o uso da agilidade por meio de exemplos em diferentes segmentos de mercado*. Rio de Janeiro: Brasport. <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/5241476>.
- Como citar:** Elsner de Faria, Cristina. 2024. "Líderes empresariais moldando o cenário de políticas globais: analisando o papel do B20 no G20". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 92-109.
- To cite this work:** Elsner de Faria, Cristina. 2024. "Business Leaders Shaping the Global Policy Landscape: Analyzing the role of B20 in G20." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 92-109.
- DOI:** <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.05.92-109.en>

Recebido: 6 de dezembro de 2024

Aceito para publicação: 17 de dezembro de 2024

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

Transformação Digital Inclusiva: a agenda brasileira para Inteligência Artificial no âmbito do G20

Bruno Bioni

Jaqueline Pigatto

Louise Karczeski

Nathan Paschoalini

Resumo: Este ensaio apresenta as contribuições realizadas no âmbito do T20, a partir do trabalho da Força-Tarefa 5, que englobou principalmente a temática da Inteligência Artificial (IA) e da governança de dados. O texto apresenta as recomendações feitas pelo grupo, em diálogo com dinâmicas geopolíticas na agenda digital e abordagens teóricas que fundamentaram o trabalho da força-tarefa, como a da justiça de dados.

Palavras-chave: transformação digital; inclusão; inteligência artificial; T20 Brasil; G20 Brasil.

Inclusive Digital Transformation: The Brazilian Agenda for Artificial Intelligence within the Scope of the G20

Abstract: This essay presents the contributions made within the scope of the T20, based on the work of Task Force 5, which primarily addressed the themes of Artificial Intelligence (AI) and data governance. The text outlines the recommendations made by the group, in dialogue with geopolitical dynamics in the digital agenda, and theoretical approaches that underpinned the task force's work, such as the concept of data justice.

Keywords: digital transformation; inclusion; artificial intelligence; T20 Brasil; G20 Brasil.

A Transformação Digital tem sido um tópico cada vez mais prioritário na agenda da governança global, e com o G20 não poderia ser diferente. As mudanças políticas e socioeconômicas provocadas pelas tecnologias e seus potenciais de alto impacto em nível individual e estatal colocaram essa agenda em destaque na presidência brasileira, através de uma perspectiva do Sul Global.

Temas como a conectividade significativa, o governo digital e a inteligência artificial (IA) – que até pouco tempo atrás se restringiam a fóruns nichados de especialistas – hoje estão intrínsecos às políticas de alto nível, se relacionando com pautas de governança global e instituições, segurança, educação, saúde, trabalho, entre outras camadas que já estão transformando as sociedades. Assim, o Grupo de Trabalho de Economia Digital (DEWG) do G20 soube priorizar quatro tópicos altamente relacionados entre si: desde a conectividade significativa como elemento basilar, passando pela transformação do governo digital, até a conexão com o uso da inteligência artificial e os desafios da integridade informacional.

Dessas quatro prioridades, a IA teve um destaque significativo, tanto interna quanto externamente. O Brasil desfrutou de uma conjuntura propícia para debater governança global e diretrizes estratégicas em nível estatal, ao mesmo tempo que a Organização das Nações Unidas (ONU) negociava o Pacto Global Digital (United Nations 2024b), também trazendo um capítulo dedicado à governança de IA. Nesse sentido, a presidência do G20 possibilitou catalisar o tópico em nível doméstico, reformulando o Plano Brasileiro e criando assim o Plano “IA para o Bem de Todos” (PBIA) (Brasil 2024b). Com foco em desenvolvimento, com proteção aos direitos humanos, integridade da informação e direitos autorais, o Plano se insere em uma estratégia internacional de redes

Bruno Bioni é doutor em Direito Comercial e mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), co-diretor e fundador da Data Privacy Brasil, e lead co-chair da Força-Tarefa 5 do T20 Brasil.

Jaqueline Pigatto é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), coordenadora da área de Governança e Regulação da Data Privacy Brasil, e deputy lead co-chair da Força-Tarefa 5 do T20 Brasil.

Louise Karczeski é doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadora da área de Governança e Regulação da Data Privacy Brasil, e membro da Força-Tarefa 5 do T20 Brasil.

Nathan Paschoalini é mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisador da área de Governança e Regulação da Data Privacy Brasil, e membro da Força-Tarefa 5 do T20 Brasil.

colaborativas, ao mesmo tempo que investe nas capacidades nacionais, desde a formação de profissionais, pesquisa e desenvolvimento, até a construção de um arcabouço de governança robusto.

Esse resultado está claramente refletido na Declaração Final de Líderes, na qual a IA ganhou dois parágrafos dedicados, além de uma continuidade com a presidência sul-africana pela criação de uma Força-Tarefa exclusiva (G20 Brasil 2024). A Declaração do Rio de Janeiro constrói sobre os esforços da ONU para uma cooperação internacional voltada ao desenvolvimento sustentável, em que exista construção coletiva de capacidades e recursos entre nações, e o uso da tecnologia seja pautado de maneira ética, conforme as recomendações da UNESCO (Unesco 2022).

O documento do G20 ainda vai além e aponta questões específicas relacionadas ao uso da IA, como a necessidade de endereçar políticas a grupos vulneráveis, citando o mercado de trabalho e a inclusão e empoderamento das mulheres. As habilidades digitais e a recolocação no mercado são pontos cruciais trazidos pela presidência brasileira durante as negociações e que transmitem as demandas da sociedade civil e de sindicatos de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a Declaração cita preocupações sobre privacidade, proteção de dados e segurança – reforçando assim a agenda das habilidades digitais e da necessidade de uma conectividade que seja realmente significativa, ou seja, uma em que as pessoas possuam a infraestrutura necessária, capacidades e conhecimentos para fazerem um bom e seguro uso dessas ferramentas.

Todas essas demandas e muitas outras surgiram em inúmeros debates dentro do processo do G20, para além do Grupo de Economia Digital. Os grupos de engajamento possibilitaram uma troca efetiva com setores da sociedade, que pude-

O Brasil desfrutou de uma conjuntura propícia para debater governança global e diretrizes estratégicas em nível estatal, ao mesmo tempo que a ONU negociava o Pacto Global Digital, também trazendo um capítulo dedicado à governança de IA. Nesse sentido, a presidência do G20 possibilitou catalisar o tópico em nível doméstico, reformulando o Plano Brasileiro e criando assim o Plano “IA para o Bem de Todos” (PBIA).

ram então levar suas demandas e suas recomendações à Trilha dos Sherpas. Especialmente, o trabalho do Think 20 (T20), na Força-Tarefa de Transformação Digital Inclusiva (FT5), trouxe uma perspectiva holística sobre como o uso dos dados fomenta outras políticas para privacidade, usos da inteligência artificial, integridade informacional e fluxo de informações de modo seguro e confiável. Indo além das recomendações previstas, o T20 se uniu a outros três grupos para uma Declaração Conjunta sobre Inteligência Artificial (T20 Brasil 2024b), ao lado do Civil 20 (C20), Labor 20 (L20) e Women 20 (W20).

[...] o trabalho do Think 20 (T20), na Força-Tarefa de Transformação Digital Inclusiva (FT5), trouxe uma perspectiva holística sobre como o uso dos dados fomenta outras políticas para privacidade, usos da inteligência artificial, integridade informacional e fluxo de informações de modo seguro e confiável.

GOVERNANÇA E JUSTIÇA DE DADOS

No âmbito do T20, a agenda digital foi muito pautada pela temática de governança de dados, partindo de uma compreensão dos dados como um aspecto fundacional do debate sobre transformação digital. O trabalho da FT5 foi orientado pela abordagem da justiça de dados (Taylor 2022), um conceito que aplica a noção de justiça ao modo como dados são produzidos e utilizados, atentando ao modo como indivíduos e grupos são visibilizados/invisibilizados, representados e tratados. Assim, as recomendações elaboradas pela força-tarefa visam reduzir as assimetrias informacionais e de poder, enquanto focam consistentemente em aspectos de inclusão/exclusão de diferentes grupos sociais, trazendo implicações diretas para a governança de novas tecnologias, como a IA (Gillwald et al. 2024). Essa visão alinha-se com outros esforços e demandas por governança global da IA e de dados, com o objetivo de avançar e acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diferentes documentos liderados pelo T20, como a Declaração de São Luís e o próprio comunicado final do grupo, oferecem uma visão abrangente do ciclo de vida dos dados e seus impactos no trabalho decente, justiça climática e outros aspectos da transformação digital em curso. A grande mudança proposta para essa governança, partindo da abordagem de justiça de dados, é que o interesse público deve orientar o uso de dados e tecnologias emergentes, como a IA, em contraposição a interesses privados ou exclusivamente econômicos. Desse modo, o grupo defende

que os países do G20 reconheçam a necessidade de uma posição colaborativa sobre governança de dados e conjuntos de dados representativos, adotando uma estrutura comum para ponderar os potenciais benefícios e danos dos ciclos de vida dos dados.

Essa discussão se conecta com uma das principais recomendações do T20 – a proposta do Data20 (D20), um fórum de coordenação sobre governança de dados no G20 (Bioni, Diepeveen & Kapoor 2024)¹. A proposta visa promover a convergência de temas transversais relacionados a dados oriundos de diferentes grupos da sociedade, incluindo governos. Portanto, em vez de um novo grupo de engajamento, o D20 funcionaria como um elo entre a Trilha dos Sherpas e os grupos de engajamento existentes que lidam com dados, promovendo encontros entre os diferentes *stakeholders* para unificar as agendas relacionadas aos dados. A recomendação busca unificar as discussões fragmentadas sobre governança de dados, a fim de coordenar ações sobre preocupações compartilhadas em relação ao uso de dados e promover usos que gerem valor público, aproveitando o diálogo entre países em desenvolvimento e desenvolvidos no G20 para avançar em uma economia de dados justa e equitativa.

Esse debate conecta-se com outras discussões desenvolvidas ao longo da presidência brasileira do G20, como a que envolve a ideia de solidariedade de dados, um conceito também integrado no Comunicado do T20 (T20 Brasil 2024a). A ideia refere-se à promoção do compartilhamento ético de dados e de uma governança para o benefício coletivo da sociedade, afastando-se do modelo individualista e explorador de propriedade de dados, em direção a um modelo que enfatiza a colaboração, o controle comunitário e a distribuição equitativa do valor dos dados. É uma abordagem que reconhece a importância dos propósitos e contextos de uso dos dados, avançando em direção a práticas mais justas e confiáveis para gerar valor público significativo por meio da transformação digital (Prainsack, Medhora & Holly 2024), complementando, assim, a perspectiva de justiça de dados.

Por isso, uma abordagem baseada na solidariedade pode estimular práticas que gerem conjuntos de dados inclusivos e diversos a serem utilizados no treinamento de sistemas de IA. Reconhecendo isso, a Declaração de São Luís também recomenda a implementação de políticas que promovam essas práticas, como iniciativas de dados abertos e dados gerados por cidadãos (Vieira 2018). Essa última, especialmente, representa uma medida estratégica contra a invisibilização de comunidades marginalizadas em conjuntos de dados e sua inclusão no codesenvolvimento de tecnologias.

1. Texto originalmente publicado no site do G20 Brasil.

Como reconhecido na Declaração Ministerial do G20 para a redução das desigualdades (Brasil 2024a), publicada durante a presidência brasileira, o debate sobre questões transversais na governança de dados também pode influenciar no desenvolvimento de sistemas de Inteligência Artificial mais transparentes e justos. Portanto, como observado nos desenvolvimentos recentes dentro do ecossistema do G20, fomentar a cooperação na governança de dados para maximizar os benefícios do uso de dados – por meio de abordagens baseadas em solidariedade e justiça – pode ter um impacto positivo na complexa discussão sobre a governança de IA e a transformação digital de modo mais amplo.

ABORDAGEM INTERSECCIONAL SOBRE DESIGUALDADES

O desenvolvimento e a implementação de sistemas de IA, dependendo de sua finalidade, levam a uma série de violações de direitos, especialmente os direitos de comunidades social e economicamente vulneráveis. Tais violações são amplamente documentadas na literatura desenvolvida por estudiosos e ativistas no campo dos direitos digitais, que apontam para o fato de que sistemas de inteligência artificial podem reproduzir, por exemplo, violência racial e de gênero, devido à forma como os seus algoritmos são treinados, geralmente com conjuntos de dados enviesados (Danesi & Jarrin 2024), e ao propósito de sua utilização, como tecnologias de reconhecimento facial (Silva 2019; Costa & Kremer 2022).

O desenvolvimento e a implementação de sistemas de IA, dependendo de sua finalidade, levam a uma série de violações de direitos, especialmente os direitos de comunidades social e economicamente vulneráveis.

Em razão dos riscos potenciais e da diferenciação dos impactos de tecnologias emergentes como aquelas baseadas em sistemas de inteligência artificial a grupos de vulnerabilidade politicamente induzida (Machado, Negri & Giovanini 2020), a FT5 optou, desde a sua concepção, por uma abordagem interseccional, considerando-a como o horizonte teórico-metodológico mais adequado para lidar com o desenvolvimento e a implementação de tecnologias digitais. Essa moldura teórico-metodológica é, também, replicada no processo de construção coletiva da Declaração de São Luís, cujo foco está relacionado ao desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial.

Cabe destacar que, resumidamente, a interseccionalidade pode ser considerada uma abordagem teórica e metodológica que reconhece a interdependência entre

opressões sociais, como racismo, sexismo e LGBTQIA+fobia, e o sistema econômico que possibilita tais opressões (Akotirene 2019; 2018). Nesse sentido, somente ao reconhecer as assimetrias de fato entre os sujeitos – e entre desenvolvedores de sistemas de IA, tomadores de decisão, comunidades vulneráveis e corporações – podemos desenvolver as ferramentas corretas para lidar com os riscos e impactos da implementação de sistemas de IA, especialmente aqueles considerados intrusivos e potencialmente prejudiciais aos sujeitos. Esse reconhecimento está diretamente atrelado à necessidade de compatibilizar as abstrações jurídicas e de governança com contextos sociais marcados por diferentes formas de discriminações estruturais, de modo a incorporar elementos de justiça e equidade em uma moldura regulatória baseada em direitos e em riscos.

A partir dessas construções, tem-se que o modelo multissetorial de governança digital, já estabelecido em campos como o da Governança da Internet, necessita de uma qualificação interseccional, de modo que, para além de atores interessados (*stakeholders*), os processos de governança incluam grupos vulneráveis diretamente impactados pelo desenvolvimento e pela implementação de sistemas de inteligência artificial, para que possam desempenhar um papel ativo no desenvolvimento e na governança dessas tecnologias. Nesse contexto, vale ressaltar a Declaração Multissetorial do NetMundial+10 (CGI 2024), construída e publicada em 2024, cujo enfoque está na defesa de participação efetiva de distintos setores, mas também de diferentes populações marginalizadas, como um horizonte possível para balizar futuras abordagens de governança de novas tecnologias.

Assim, orientada pelo imperativo de se qualificar o modelo multissetorial de governança, a Declaração de São Luís aborda a necessidade de: desenvolver ferramentas para prevenir e mitigar a Violência de Gênero Facilitada por IA; empoderar os trabalhadores no contexto de implementação massiva de sistemas de IA; bem como fortalecer a participação multissetorial, a fim de garantir que diferentes setores e, portanto, diferentes visões sejam consideradas de forma significativa no processo de desenvolvimento de modelos de IA. Ela também clama por abordagens que sejam sensíveis a questões de raça e gênero, enfatizando a necessidade de aumentar a representatividade dos bancos de dados e da força de trabalho técnica, para proteger a diversidade cultural e linguística.

IMPLICAÇÕES DA IA NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PARA O FUTURO DO TRABALHO

De modo mais específico, o impacto da IA sobre as questões de gênero é classificado como um dos impactos mais significativos que emergem do desenvolvimento e da implementação de sistemas de IA, especialmente no que diz respeito

à aplicação de tecnologias intrusivas, como tecnologias de reconhecimento facial, e ao aumento do número de relatos sobre *deep nudes* e violência política de gênero que utiliza IA. Esta última pode ser descrita como um tipo de violência de gênero facilitada por tecnologias, que, segundo o relatório da UNESCO (2023), se refere ao uso de tecnologias para perpetrar ou mediar violência contra mulheres e meninas. Nesse relatório, a violência de gênero facilitada por tecnologias foi classificada como um problema social em escala global, já que se estima que 58% das mulheres e meninas ao redor do mundo tenham sofrido assédio online em sua vida digital.

Tais práticas ganham novos contornos com o uso generalizado de sistemas de IA generativa, tendo em vista que esses sistemas são capazes de criar vídeos e imagens falsos com alto grau de fidedignidade, em grande escala e velocidade. Esse uso destaca a necessidade de que os países em geral, e especialmente aqueles que compõem o G20, busquem maneiras de lidar com essa questão estabelecendo marcos e ferramentas para combater a violência de gênero facilitada pela IA.

Juntamente com o impacto sobre questões de gênero, o mundo do trabalho pode ser considerado como outra área da vida impactada pelo desenvolvimento de sistemas de IA (Mehrota, Agarwal, Barman & Giri 2024). O rápido avanço dessas tecnologias, associado à redução de custos e facilidade em sua adoção, já está modificando as relações produtivas e de trabalho, o que pode resultar em um cenário de desemprego massificado em várias áreas, devido à potencial automação de rotinas de trabalho, bem como a uma situação de intensa precarização do trabalho dentro da cadeia de produção de IA, a qual depende do trabalho humano precarizado em funções classificadas como microtrabalhos. Segundo Braz, Tubaro e Casilli (2023, p. 4):

O microtrabalho é uma forma de trabalho online feita em plataformas digitais, que envolve a realização de microtarefas de baixa complexidade, repetitivas, feitas sob demanda, reduzidas a um serviço e pagas por tarefa. Para cada microtarefa realizada, o trabalhador recebe alguns centavos de reais ou dólares. Trata-se de um trabalho informal, disperso globalmente, sem proteções sociais e trabalhistas, porém que cumpre papel central no desenvolvimento tecnológico de nossa sociedade, sobretudo no que diz respeito à cadeia de produção de Inteligência Artificial.

Nesse sentido, como uma tentativa de defesa por melhores condições e dignidade de trabalho, a Declaração de São Luís postula a preservação do valor do trabalho em um contexto de intensa adoção de sistemas de IA como um elemento fundamental para a integridade do mundo do trabalho, visando diminuir as assimetrias nessas relações, além de advogar pela garantia de remuneração adequada,

segurança, equidade e uma vida digna aos trabalhadores e às trabalhadoras. Além disso, o documento destaca a necessidade de garantir o direito à negociação coletiva, bem como a participação dos trabalhadores tanto no desenvolvimento de modelos de IA quanto na criação de políticas públicas relacionadas a essas tecnologias, com o objetivo de garantir políticas que melhorem a qualidade do trabalho e respeitem os direitos humanos.

IA ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

A governança global da IA é um aspecto particularmente desafiador na agenda digital. Enquanto uma questão transversal que envolve múltiplos setores, bem como dinâmicas geopolíticas complexas, o debate sobre como a governança dos sistemas de IA poderia ser usada para promover o seu uso ético avançou muito nos últimos anos. Nesse sentido, o debate sobre a governança ética da IA tem abarcado movimentos políticos que envolvem tanto uma discussão sobre princípios que devem governar essas tecnologias, como movimentações políticas pró-regulação a fim de garantir que existam mecanismos para além de princípios, para gerir os riscos dos usos da IA e promover efetivamente o valor público no desenvolvimento e na aplicação dela (Mittelstadt 2019).

Ao longo da presidência brasileira do G20, o DEWG dedicou-se a pensar como iniciativas regulatórias locais, regionais e globais poderiam ser integradas para garantir que o desenvolvimento da IA promova equidade social. A discussão alinha-se com a atuação brasileira no G20 de forma mais ampla, particularmente considerando o foco no desenvolvimento de países do Sul Global, uma vez que há o risco de que o estabelecimento de normas e padrões técnicos globais ignorem as necessidades locais, particularmente as das comunidades marginalizadas (Adegoke et al. 2024).

O debate reflete o argumento de Milton Santos (2000) sobre a interdependência entre dinâmicas locais e globais: em sua obra proeminente sobre globalização, o intelectual brasileiro argumenta que a geopolítica pode favorecer a exclusão de comunidades específicas, com base nas características e potencialidades de determinados grupos em detrimento de outros. Nesse contexto, o trabalho do T20 sobre IA, conforme consolidado em conjunto com os demais grupos de engajamento autores da Declaração de São Luís (C20, L20 e W20), defende que a governança da IA reconheça o potencial do desenvolvimento tecnológico para exacerbar desigualdades existentes, o que exige um foco na interoperabilidade entre iniciativas regulatórias (Lara & Rossini 2024) e na coordenação além-fronteiras para mitigar os riscos globais desses sistemas.

Desse modo, a Declaração baseia-se nas iniciativas de governança da IA que estão sendo desenvolvidas em fóruns globais como o G20, o G7 e a ONU. O documento faz referência aos Princípios de IA da OCDE (OCDE 2019), adotados inicialmente em 2019 como o primeiro padrão intergovernamental sobre IA e atualizados em 2024; aos Princípios de IA do G20 de 2019 (Japan 2019), que derivam desses primeiros; e ao Processo de Hiroshima para a IA (Japan 2023), iniciado durante a presidência do Japão no G7 em 2023. As recomendações, assim como a Declaração de Líderes do Rio de Janeiro, também afirmam o papel das Nações Unidas na promoção da cooperação internacional sobre o tema.

A Declaração de São Luís dialoga especificamente com o trabalho do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre Inteligência Artificial e o Pacto Digital Global (GDC) (United Nations 2024b), que expressam a necessidade de aprimorar a cooperação para promover o monitoramento global dos riscos do uso da IA e permitir a participação de países em desenvolvimento. O relatório final do Órgão Consultivo (United Nations 2024a) defende especificamente “uma abordagem de governança em rede, ágil e flexível para a governança da IA”. Alinhado a essas movimentações do campo, o trabalho do T20 defende a coordenação entre iniciativas em andamento como fundamental para evitar a discriminação e superar assimetrias de poder globalmente, relacionadas à redução da brecha digital entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e à já mencionada necessidade de uma posição colaborativa sobre governança de dados e conjuntos de dados representativos.

Reconhecendo a assimetria de poder entre sujeitos – e entre corporações e sujeitos – como um elemento central na discussão sobre IA, os posicionamentos do T20 sobre a regulação desses sistemas defendem uma estrutura baseada em direitos e em riscos. Ou seja, conforme explicitado na Declaração de São Luís, o grupo se alinha às iniciativas globais sobre a governança de IA ao defender regulações que equilibrem o estímulo à inovação com a proteção dos direitos fundamentais dos sujeitos e que possibilitem a avaliação e o compartilhamento equitativo dos benefícios e riscos decorrentes do desenvolvimento e da implementação de sistemas de IA.

Em um contexto de uso massivo de dados pessoais para o desenvolvimento de novas tecnologias, como a IA, as assimetrias sociais tendem a se aprofundar. Com isso, surge a necessidade de garantir o devido processo informacional, que pode ser caracterizado como uma consequência lógica do Estado democrático de Direito.

Em um contexto de uso massivo de dados pessoais para o desenvolvimento de novas tecnologias, como a IA, as assimetrias sociais tendem a se aprofundar. Com isso, surge a necessidade de garantir o devido processo informacional, que pode ser caracterizado como uma consequência lógica do Estado democrático de Direito. Isso implica o estabelecimento de instrumentos para limitar as assimetrias de poder e de informações, como o direito à ampla defesa e ao contraditório, a fim de afirmar e garantir os direitos fundamentais (Sarlet & Sarlet 2022). Um dos instrumentos jurídicos para garantir o direito ao devido processo informacional no caso do uso de sistemas de IA são as avaliações de impacto, mais especificamente as avaliações de impacto sobre os direitos humanos (Mantelero & Fanucci 2024).

As avaliações de impacto sobre os direitos humanos podem ser descritas como uma ferramenta de responsabilização e prestação de contas que combina modelos tradicionais de gestão de riscos com participação multissetorial e uma abordagem centrada no ser humano, levando em consideração, no processo de análise, a existência de direitos humanos relevantes, a definição de valores éticos e sociais, e as necessidades específicas de uma determinada localidade ou comunidade (Mantelero 2022). Esse modelo também considera a transparência e a participação social como valores centrais para as avaliações de impacto, de modo que a simples condução delas não é suficiente, sendo necessária a sua submissão ao escrutínio público para permitir uma participação social efetiva no processo de garantia, proteção e afirmação dos direitos.

A Declaração de São Luís segue essa mesma direção, uma vez que defende a publicização das capacidades e limitações dos modelos e sistemas avançados de IA, bem como a divulgação das avaliações de impacto sobre os direitos humanos por parte dos desenvolvedores e tomadores de decisão. Concomitantemente, para alcançar padrões significativos de transparência no desenvolvimento de sistemas de IA, especialmente daqueles que podem ser considerados como tecnologias intrusivas, a FT5 pautou a garantia do acesso de acadêmicos credenciados aos conjuntos de dados usados para treinar os modelos de IA (Gurumurthy, Sen & Rielli 2024), a fim de aumentar a participação e o controle sociais no processo de desenvolvimento dessas tecnologias, buscando evitar resultados enviesados e permitir uma maior supervisão social sobre o desenvolvimento e a governança de tecnologias que possam, potencialmente, violar os direitos humanos.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

À medida que nos aproximamos de 2030, o ano-alvo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, cresce a preocupação com o progresso global em relação a eles. Essa percepção foi

recentemente observada durante a Cúpula do Futuro da ONU, por meio do discurso do Secretário-Geral, António Guterres (United Nations 2024c), que destacou a falta de ação global frente a problemas complexos como as mudanças climáticas e as guerras. No mesmo evento, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, referiu-se à possibilidade de os ODS se tornarem um fracasso coletivo (Brasil 2024c), dado o ritmo lento de sua implementação, com a estimativa de que apenas 17% deles serão alcançados até 2030 – fato também reconhecido na Declaração de Líderes do Rio de Janeiro.

As oportunidades para acelerar os ODS com o auxílio de tecnologias digitais são diversas: a IA, por exemplo, pode favorecer redução das desigualdades, otimização de serviços de saúde (Dsouza et al. 2024), promoção do trabalho decente e crescimento econômico, além de ser decisiva para estratégias de mitigação das mudanças climáticas. No âmbito do T20, a FT5 dedicou uma das suas trilhas especificamente sobre a relação entre o digital, os ODS e as questões do trabalho decente, dois tópicos que surgiram de modo notório no documento final do G20 Brasil.

Com base nas abordagens apresentadas anteriormente, especialmente a da interseccionalidade, a FT5 apresentou recomendações políticas perante tanto as oportunidades como os riscos da adoção de tecnologias digitais nas áreas mencionadas. No caso da IA, juntamente com a conciliação de abordagens regulatórias baseadas em riscos e direitos, que podem ajudar a equilibrar os potenciais riscos e benefícios do uso desses sistemas, o T20 fez recomendações específicas para o avanço dos ODS, como o reconhecimento dos impactos da economia de plataforma para os trabalhadores ao redor do mundo, instando o G20 a se comprometer com a promoção do diálogo social, com iniciativas educacionais e de capacitação, a fim de promover trabalho decente.

Na Declaração de São Luís, também há um forte foco no papel da IA na promoção da justiça climática, decorrente do reconhecimento do paradoxo ambiental da IA (Oxford Analytica 2024), que explora a complexa relação entre desenvolvimento tecnológico e impacto ambiental. A Declaração destaca os grandes impactos que essas tecnologias podem ter no consumo de energia e água, ao mesmo tempo que chama por investimentos em larga escala que colham os benefícios desses sistemas para a produção de energia limpa. Assim, a Declaração recomenda o compartilhamento de metodologias para avaliação de impactos ambientais entre os países do G20, destacando o potencial da IA para aprimorar modelos climáticos e processos de otimização.

Essas iniciativas podem facilitar a identificação de padrões e tendências na gestão ambiental e de recursos, oferecendo dados acionáveis para combater o desmatamento e fornecer alertas precoces de possíveis eventos climáticos. No

entanto, em relação às mudanças climáticas e outras áreas, o desenvolvimento ético e responsável da IA, que maximize os benefícios dessas tecnologias para o interesse público, depende do fortalecimento da cooperação internacional e de parcerias multissetoriais, além de estar alinhado às necessidades sociais e infraestruturais das comunidades vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IA é protagonista de uma grande transformação não só digital, mas com potencial para transformar o próprio sistema capitalista, além do próprio sistema internacional. Ela pode exacerbar as desigualdades existentes entre países e dentro dos próprios países, ou trabalhar favoravelmente à redução dessas desigualdades, contribuindo também para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com essa agenda prioritária e transversal, a governança global busca garantir que os benefícios da IA sejam acessíveis a todos e que não se agravem as disparidades sociais, ao menos em teoria. Nos últimos cinco anos, diversas iniciativas de nível internacional surgiram com intuítos comuns de desenvolvimento e uso ético da IA, elencando prioridades em diferentes áreas como trabalho, educação e meio ambiente.

O G20, unindo as maiores economias do mundo, incluindo dois grandes blocos econômicos (União Europeia e União Africana), se mostra como um fórum propício para debater e colocar na agenda global o desenvolvimento e uso da IA e de como ocorre a própria transformação digital para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, um dos diferenciais da abordagem do G20 é o foco em desigualdades. O G20 reconhece que a IA tem o potencial de aumentar as desigualdades globais se seu acesso e benefícios forem concentrados em poucos países ou empresas. Por isso, o grupo enfatiza a importância de promover a inclusão digital, colocando na agenda a capacitação em IA, especialmente em países em desenvolvimento, e garantindo que a revolução digital e os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos.

[U]m dos diferenciais da abordagem do G20 é o foco em desigualdades. (...) Por isso, o grupo enfatiza a importância de promover a inclusão digital, colocando na agenda a capacitação em IA, especialmente em países em desenvolvimento, e garantindo que a revolução digital e os benefícios da IA sejam amplamente distribuídos.

Soma-se a essa conjuntura a proximidade da Agenda 2030 e como os ODS estão cada vez mais intrínsecos à transformação digital, além da transição verde (*twin transition*)². No meio ambiente, as tecnologias emergentes e a IA podem ser poderosas aliadas na luta contra as mudanças climáticas e na promoção da sustentabilidade. Assim, pensar a governança global para as transformações digitais e ambientais é pensar o uso das tecnologias de forma holística e como seus impactos podem ser sentidos na sociedade como um todo. Mais ainda, é pensar no uso dos dados e em todo seu ciclo de vida e potencial (governança de dados). Uma IA justa depende da transparência sobre como os dados são coletados, armazenados e utilizados. A governança de dados ajuda a prevenir o uso indevido das informações e a garantir que os usuários e outros *stakeholders* possam, em tese, auditar as decisões algorítmicas. O estabelecimento dessas políticas de governança também pode assegurar que os conjuntos de dados sejam diversificados, representativos e de alta qualidade. Isso é essencial para evitar o viés algorítmico, que ocorre quando a IA é treinada a partir de base de dados limitada ou enviesada, o que pode levar a discriminações injustas ou ineficazes. Com dados bem gerenciados, as IAs têm mais chances de oferecer resultados equilibrados e inclusivos, beneficiando todos os grupos da sociedade.

O Brasil, na qualidade de presidente do G20 em 2024, definitivamente aprofundou o debate, trazendo para a agenda global questões de desenvolvimento sustentável inclusivo e redução de desigualdades; capacidades governamentais para entregar serviços de qualidade, com base em soluções de IA; e como reduzir a desigualdade entre países, especialmente em infraestrutura. Os grupos de engajamento então foram além, comprovando a importância de processos multissetoriais para que políticas verdadeiramente inclusivas sejam pensadas e dialogadas, de modo também multinível. Exercendo então essa conexão entre o local e o global, os grupos sintetizaram na Declaração de São Luís as abordagens de justiça de dados e de interseccionalidade – o que em certa medida se refletiu na Declaração Ministerial do Grupo de Economia Digital e na Declaração Final de Líderes. A expectativa é que o debate continue com a presidência da África do Sul, em 2025, que já elencou IA e inovação como um dos temas prioritários – o que deve então manter a pauta na alta política internacional, sem perder os impactos e desenvolvimentos de governança locais, especialmente pelo Sul Global. ■

2. O termo *twin transition* trata justamente de uma transição dupla: a verde e a digital. A transição verde está relacionada à mudança para uma economia mais sustentável, com foco na redução dos impactos ambientais e na promoção de práticas que combatam as mudanças climáticas. Já a transição digital envolve a adoção de tecnologias digitais em diversos setores da economia, desde a indústria até os serviços, para melhorar a eficiência e a competitividade.

Referências Bibliográficas

- Adegoke, Adeboye, Bruno Bioni, Fernanda K. Martins, Júlia Mendonça, Paula Guedes & Tainá Junquilha. 2024. "Governança da inteligência artificial (IA): a interação entre o local, o regional e o global em direção a uma solidariedade transnacional". *PolITICs* 38. <https://politics.org.br/pt-br/outros-assuntos-news/governanca-da-inteligencia-artificial-ia-interacao-entre-o-local-o-regional-e>
- Akotirene, Carla. 2019. *O que é Interseccionalidade?* São Paulo: Editora Pólen.
- Bioni, Bruno, Stephanie Diepeveen & Astha Kapoor. 2024. "Porque o G20 precisa do Data20. Data Privacy Brasil". *DataPrivacyBR Research*, 13 de junho de 2024. <https://www.dataprivacybr.org/porque-o-g20-precisa-do-data20/>.
- Braz, Matheus V., Paola Tubaro & Antonio A. Casilli. 2023. "Microtrabalho no Brasil: quem são os trabalhadores por trás da inteligência artificial?" *Relatório de pesquisa DiPLab & LATRAPs*. <https://diplab.eu/?p=2833>.
- Brasil. 2024a. "Leaving No One Behind: G20 Development Ministerial Declaration for Reducing Inequalities". *MRE Brasil*. https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/documents-resulting-from-the-g20-development-ministerial-meeting-rio-de-janeiro-22nd-and-23rd-of-july-2024/en-dwg_-_compact_inequalities_-_consolidated-version-20jul24.pdf.
- Brasil. 2024b. "IA para o bem de todos". *Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Brasília*. https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/07/plano-brasileiro-de-ia-tera-supercomputador-e-investimento-de-r-23-bilhoes-em-quatro-anos/ia_para_o_bem_de_todos.pdf/view.
- Brasil. 2024c. "Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York". *Planalto Brasil*, 22 de setembro de 2024. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-cupula-do-futuro-em-nova-york>
- CGI. 2024. "NETmundial+10 Multistakeholder Statement: Strengthening Internet Governance and Digital Policy Processes". *Brazilian Internet Steering Committee*, 30 de abril de 2024. <https://netmundial.br/netmundial-10-multistakeholder-statement-strengthening-internet-governance-and-digital-policy-processes>.
- Chowdhury, Rumman & Dhanya Lakshmi. 2023. "Your Opinion Doesn't Matter, Anyway: Exposing Technology-Facilitated Gender-Based Violence in an Era of Generative AI". In *World Trends in Freedom of Expression and Media Development*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387483>.
- Costa, Ramon & Bianca Kremer. 2022. "Inteligência artificial e discriminação: desafios e perspectivas para a proteção de grupos vulneráveis diante das tecnologias de reconhecimento facial". *Direitos Fundamentais & Justiça* 16 (número especial): 145-167. <https://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/1316/1065>.
- Danesi, Cecília & Mario T. Jarrín. 2024. "Auditing Algorithms as a Way to Prevent Algorithmic Bias". *T20 Brasil Policy Brief*. https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Auditing_algorithms66e080b615311.pdf
- Dsouza, Viola S., Philip Hines, Jestina R. Kurian, Elstin A. Raj S., Angela Brand, Sarah Rickwood & Helmut Brand. 2024. "Ethical Governance of Artificial Intelligence in Healthcare: Balancing Innovation with Ensuring Ethical Integrity and Gender Equity". *T20 Brasil Policy Brief*. https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Ethical_Governance66cf676c93645.pdf.
- G20 Brasil. 2024. *Declaração de Líderes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>
- Gillwald, Alison, Carla Rodrigues, Jai Vipra, Jamie Fuller & Mariana Rielli. 2024. "Equitable Data Governance in the Age of AI: A Data Justice Perspective". *T20 Brasil Policy Brief*. https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Equitable_Data_Gove66d5d7413a57e.pdf
- Gurumurthy, Anita, Shreeja Sen & Mariana Rielli.

2024. "Private Algorithms and Public Interest: Overhauling the Trade Secrets Regime for Equitable AI Futures". *T20 Brasil Policy Brief*. https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Private_Algorithms66cf69c5d2971.pdf
- Japan. 2019. "G20 AI Principles". *Ministry of Foreign Affairs*. https://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20_summit/osaka19/pdf/documents/en/annex_08.pdf
- Japan. 2023. "Ministry of Internal Affairs and Communication". *Hiroshima AI Process*. <https://www.soumu.go.jp/hiroshimaai/process/en/documents.html>
- Lara, J. Carlos & Carolina Rossini. 2024. "Enhancing Legal and Jurisdictional Interoperability for Artificial Intelligence: A Global South Perspective". *T20 Brasil Policy Brief*. https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Enhancing_Legal_and66ec322c8fc88.pdf
- Machado, Joana de Souza, Sergio M. C. A. Negri & Carolina F. R. Giovanini. 2020. "Nem invisíveis, nem visados: inovação, direitos humanos e vulnerabilidade de grupos no contexto da Covid-19". *Liinc em Revista* 16 (2): e5367. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5367>
- Mantelero, Alessandro. 2022. *Beyond Data Human Rights, Ethical and Social Impact Assessment in AI*. The Hague: Springer.
- Mantelero, Alessandro & Francesca Fanucci. 2024. "Governing AI: From Principles to Implementation in a Global World". *T20 Brasil Policy Brief*. https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Governing_AI_166f304ff71980.pdf
- Mehrotra, Santosh, Sanjna Agarwal, Arpit Barman & Tuhinshubra Giri. 2024. "Artificial Intelligence Spring: Implications on Labour Market". *T20 Brasil Policy Brief*. https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Artificial_Intellig66cdcacc54191.pdf
- Mittelstadt, Brent. 2019. "Principles alone cannot guarantee ethical AI." *Nature Machine Intelligence* 1: 501-507. <https://doi.org/10.1038/s42256-019-0114-4>
- OECD. 2024. *AI Principles*. Organisation for Economic Co-operation and Development. OECD. AI Policy Observatory. <https://www.oecd.org/en/topics/ai-principles.html>
- Oxford Analytica. 2024. "AI Global Surge Creates Environmental Paradox". *Emerald Expert Briefings*, 6 de fevereiro de 2024. <https://dailybrief.oxan.com/Analysis/DB285037/AI-global-surge-creates-environmental-paradox>
- Prainsack, Barbara, Rohinton Medhora & Louise Holly. 2024. "Enacting a Solidarity-Based Approach to AI and Data Governance". *T20 Brasil*. https://www.t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF05_ST_05_Enacting_a_solidari66cf66c87d5b7.pdf
- Santos, Milton. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Silva, Tarcísio. 2019. "Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código". *VI Simpósio Internacional LAVITS*. <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>
- Sarlet, Ingo Wolfgang & Gabrielle B. S. Sarlet. 2022. *Separação informacional de poderes no Direito Constitucional brasileiro*. São Paulo: Associação Data Privacy Brasil. <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2022/09/DataPrivacy-Separacao-Informacional-de-Poderes.-2022.pdf>
- T20 Brasil. 2024a. *T20 Brasil: Communiqué and Implementation Roadmaps*. Rio de Janeiro: CEBRI, IPEA & FUNAG. <https://t20brasil.org/en/communique>
- T20 Brasil. 2024b. "Joint Statement from Engagement Groups to the G20 States on Artificial Intelligence". *São Luís Declaration T20 Brasil*, 19 de setembro de 2024. <https://www.t20brasil.org/en/news/82/sao-luis-declaration-a-joint-statement-from-engagement-groups-to-the-g20-states-on-artificial-intelligence>
- Taylor, Linnet. 2022. "O que é justiça de dados? Conectando direitos digitais e liberdades globalmente". In *Construindo caminhos para a justiça de dados no Brasil: o papel das Defensorias Públicas na proteção de dados pessoais*, Bruno Bioni et al. São Paulo: Editora Data Privacy Brasil. <https://www.dataprivacybr.org/documentos/construindo-caminhos-para-a-justica-de-dados-no-brasil-o-papel-das-defensorias-publicas-na-protecao-de-dados-pessoais/>
- UNESCO. 2022. "Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence". *UNESDOC Digital*

Library. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137>.

UN. 2024a. "Governing AI for Humanity: Final Report". *United Nations AI Advisory Board*. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/governing_ai_for_humanity_final_report_en.pdf.

UN. 2024b. *Global Digital Compact*. https://www.un.org/global-digital-compact/sites/default/files/2024-09/Global%20Digital%20Compact%20-%20English_0.pdf.

UN. 2024c. "Secretary-General's Remarks at the Opening Segment of the Summit of the Future Plenary". *United Nations*, 22 de setembro de 2024. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-09-22/secretary-generals-remarks-the-opening-segment-of-the-summit-of-the-future-plenary-bilingual-delivered-scroll-down-for-all-english-and-all-french>.

Vieira, Gilberto. 2018. "Geração cidadã de dados: um fazer político". *Medium*, 11 de setembro de

2018. <https://medium.com/data-labe/gera%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-de-dados-um-fazer-pol%C3%ADtico-c6b0450babfa>.

Como citar: Bioni, Bruno, Jaqueline Pigatto, Louise Karczeski, Nathan Paschoalini. 2024. "Transformação Digital Inclusiva: a agenda brasileira para Inteligência Artificial no âmbito do G20". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 110-126.

To cite this work: Bioni, Bruno, Jaqueline Pigatto, Louise Karczeski, Nathan Paschoalini. 2024. "Inclusive Digital Transformation: The Brazilian Agenda for Artificial Intelligence within the Scope of the G20." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 110-126.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.06.110-126.pt>

Recebido: 6 de dezembro de 2024

Aceito para publicação: 11 de dezembro de 2024

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

G20 Brazil and Reforming the International Financial Institutions

Haihong Gao

Abstract: The International Monetary Fund and the World Bank, established eighty years ago, are still functioning in the heart of the international financial system. However, they face severe challenges in the changing world. In particular, they need to tackle the issues of insufficient financial resources in low-income countries, limited liquidity access for developing economies and emerging markets, and slow pace of governance reform that has resulted in a considerable mismatch between economic importance and decision-making power.

Keywords: International Monetary Fund; World Bank; Special Drawing Rights; Global Financial Safety Net.

G20 Brasil e a Reforma das Instituições Financeiras Internacionais

Resumo: O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, estabelecidos há oitenta anos, ainda estão funcionando no coração do sistema financeiro internacional. No entanto, eles enfrentam desafios severos no mundo em mudança. Em particular, precisam lidar com as questões de recursos financeiros insuficientes em países de baixa renda, acesso limitado à liquidez para economias em desenvolvimento e mercados emergentes e ritmo lento de reforma de governança, que resultou em uma incompatibilidade considerável entre importância econômica e poder de decisão.

Palavras-chave: Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Direitos Especiais de Saque; Rede Global de Segurança Financeira.

This year marks the 80th anniversary of the Bretton Woods Conference. This landmark conference established two important pillars that underpinned the post-war international monetary system: a dollar-gold parity-based exchange rate arrangement; and two international financial institutions – International Monetary Fund (IMF) and the International Bank for Reconstructions and Development (IBRD). The IMF is primarily responsible for balance-of-payments issues; the IBRD, formed as the World Bank later, is responsible for post-war reconstruction and financing for less developed countries.

The design of this post-war monetary order is based on the abandonment of the isolationist position of the United States, the reflection of countries on the lessons of the Great Depression and war, and the consensus reached by countries on international cooperation and compliance with international rules. It must be admitted that the post-war international economic structure determined the role of the United States as a leader in the creation of the Bretton institutions, and also determined the situation in which the international financial governance system was tilted towards developed countries.

Eighty years on, the Bretton Woods system is a thing of the past. The international economic landscape has also changed with the rise of emerging economic powers. Thankfully, the IMF and the World Bank, the two Bretton Woods institutions, continue to play a central role in the international financial system. And to be fair, those institutions have been reformed in many ways to catch up with the dynamic of the world economy. In recent years, geopolitical tensions have escalated, and global financial governance reform has stagnated. The G20 Brasil attached particular importance to the principle of fairness in the global financial architecture.

The design of [the Bretton Woods] post-war monetary order is based on the abandonment of the isolationist position of the United States, the reflection of countries on the lessons of the Great Depression and war, and the consensus reached by countries on international cooperation and compliance with international rules.

Haihong Gao is professor and senior fellow at the Institute of World Economics and Politics, Chinese Academy of Social Sciences (CASS), Beijing.

This paper begins with a brief history of the reforms in the past years, followed by the discussion on current challenges faced by the institutions and the necessary reforms in the next step, including: mobilizing more financial resources for inclusive purpose, increasing access to liquidity for emerging markets, and reforming governance for balance of power. The paper concludes with the reflection of the post-war international cooperation and the role of the G20.

THE PAST REFORMS

Back in the 1960s, when the dollar-gold standard faced reserve shortage under the Bretton Woods System, the IMF members made the first amendment to the Articles of Agreement in 1969, authorizing the IMF to allocate the Special Drawing Rights (SDRs) to supplement the dollar. The creation of the SDRs has added one more reserve class in central banks' coffers, and a new crisis management tool in the IMF. Although the initial allocation of SDRs proved to be too little too late to save the Bretton Woods system, it was a path-breaking example of international monetary cooperation (Truman 2024, 13). The introduction of the SDRs has also paved the way for a multilateral reserve currency.

In 1974, the IMF established the Oil Facility amid the oil crisis, and through the facility channeled resources from oil exporters to import countries that faced severe current account deficits. Such a facility prevented competitive devaluation and trade restrictions in the first years of the floating exchange rate era. What is more, the outcome of the 6th IMF general review of quotas in 1976 was reached in the context of the oil crisis. The review, which came into effect when the IMF completed the second amendment to the terms of the Agreement, increased the overall quota of member countries by 33.6%. In particular, the quota shares of the major oil-exporting countries substantially increased. The IMF considers an increase in Saudi Arabia's quota share in the IMF to be exceptional, given that Saudi Arabia's share at that time did not reflect the importance of the country's economic size (IMF 1981, 2). The increase in Saudi Arabia's quota resulted in a substantial increase in the IMF's usable resources.

During the Asian Financial Crisis in 1997-1998, the IMF offered support but failed to meet the needs of the countries in crisis because of its hush conditionality and wrong prescription for crisis intervention. Such failure ended up with the onus for Asian countries to pursue their own regional buffer. Japan took the first move to propose an Asian Monetary Fund (AMF). But this right proposal was put forward at the wrong time. In 2000, Asian countries decided to create the Chiang Mai Initiative (CMI)—a regional financial arrangement which shared the same purpose of liquidity

support as the IMF. In a later time, the CMI was upgraded to a multilateral reserve pooling among the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) countries, China, Japan and Korea. Now, an institutionalized framework of Chiang Mai Initiative Multilateralization (CMIM) has US\$ 240 billion funding capacity. It is not yet a regional monetary fund; but the ASEAN+3 Macroeconomic Research Office (AMRO), established in 2011, is functioning as a standard international financial organization to carry out surveillance activities. CMIM is in transformation with a new overarching legal base for conditionality, use of local currency and supplemental to the IMF as a Global Financial Safety Net (GFSN).

The IMF faced serious backlash on its stigma issue in the late 1990s and early 2000s, when financial crises frequently occurred in emerging markets and developing countries. It took a quite long time for the IMF to recognize the problems. In 2012, the IMF published an Institutional View (IV) and softened its stance against capital controls, which was a taboo in the 1980s during the Latin American debt crisis. In 2022, the IMF updated its IV, with focus on architectural design based on the Integrated Policy Framework (IPF), where both capital flow management measures (CFMs) and macro-prudential measures (MPMs) are included (IMF 2022, 2). It is important to note that the update of the IMF's view of capital flows does not represent a simple return to the idea of capital controls, as the IMF has not changed its core principle of capital flows—that capital flows bring benefits to countries, CFMs and MPMs can only be applied in certain circumstances and should not replace necessary macroeconomic adjustment measures.

The Global Financial Crisis in 2008 demonstrated that volatile capital flows and vulnerability in the financial system pose unprecedented challenges to global financial stability. The IMF, as the foremost guardian of global financial stability, needed to be better resourced to achieve its mission. However, in the wake of the financial crisis, total IMF quota has rapidly decreased in relation to the size of the world economy. Its bailout capacity faced serious challenges. The crisis also created an opportunity to reflect on the pitfalls of the international monetary system.

The Global Financial Crisis in 2008 demonstrated that volatile capital flows and vulnerability in the financial system pose unprecedented challenges to global financial stability. The IMF, as the foremost guardian of global financial stability, needed to be better resourced to achieve its mission.

It was clear that the emerging powers were much underrepresented in international financial institutions. And to rebalance the global economy, the institutions needed to bring all the stakeholders to the table.

In 2010, the IMF made overhaul reform of quota and governance. The IMF Board of Governors approved a major quota and governance reform, in December 2010, to complete the 14th General Review of Quotas. The reform package came into effect on January 26, 2016, with doubled quota size to about 477 billion SDRs (equivalent to US\$ 677 billion), and shifted more than 6% of the quota share to dynamic emerging market and developing economies from overrepresented countries. The reform also protected the voting rights of the poorest countries at a fixed share of 3.2%. As a result of this reform, the four largest emerging market economies (Brazil, China, India, and Russia) were among the top ten quota contributors. The overhaul reform of quota and governance consolidated the Fund's legitimacy with a better representation of power dynamic.

In the wake of the pandemic in 2020, the IMF decided to activate the Catastrophe Containment and Relief Trust (CCRT) to provide debt relief for low-income countries. In early April 2020, the IMF increased the accessibility of the Rapid Credit Facility (RCF) and the Rapid Financing Facility (RFI), established a Short-Term Liquidity Facility (SLL) to provide up to 145% of quota share to members with better fundamentals, allocated new SDRs amounted US\$ 650 billion, and created Resilience and Stability Trust (RST) as a means for re-channeling SDRs.

If history can be of any guide, the recurrent crises certainly created a sense of urgency for the international financial institutions to step up and make a change. In face of new challenges—especially the widening inequality, the worsening debt problem, the risk of climate change, and increased global financial instability—the existing international financial framework must be improved. It is time for the Bretton Woods Institutions to move fast and carry out necessary reforms.

In face of new challenges—especially the widening inequality, the worsening debt problem, the risk of climate change, and increased global financial instability—the existing international financial framework must be improved. It is time for the Bretton Woods Institutions to move fast and carry out necessary reforms.

WHAT'S NEXT?

Reforming the international financial architecture was one of the core issues of Brazil's G20 priorities. The aim was to use the G20 Summit as an opportunity to respond to new challenges and take joint action. In the context of the awareness of common challenges, it has become an urgent task for the international financial institutions to carry out reforms in the following aspects.

First, Mobilize Financial Resources for Inclusive Purpose

This is about capital allocation. While large-size capital keeps flowing to advanced financial markets, many low-income countries (LICs) need financing support to deal with poverty, debt burden and financial vulnerability. This is the case that the international financial institutions should provide more funding access, and more low-cost instruments, for LICs. Multilateral development banks (MDBs) play a leading role in addressing these issues. The G20 in Brazil attached great importance to the reform of MDBs aimed at building a bigger, better and more effective multilateral development banking system.

This should not only be done by the MDBs. The IMF is at a crossroad when dealing with new challenges. The primary function of the IMF is to solve the balance of payment problems by design. However, its mandate has to be adaptable and flexible to keep pace with time. In fact, in 2012, the approval of the Integrated Surveillance Decision (ISD) reaffirmed the built-in flexibility of the IMF's mandate (IEO 2024, 1). Recently, the IMF shows its flexibility to mobilize resources and create new tools targeted to LICs that have limited domestic fiscal space and lack of financing ability in the international financial market. One useful program is the IMF's concessional window, the Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT). The PRGT provides

The primary function of the IMF is to solve the balance of payment problems by design. However, its mandate has to be adaptable and flexible to keep pace with time. (...) The outbreak of pandemic in 2020 was a test for the IMF on how fast it could react. As a result, in the first months of the pandemic, the IMF provided concessional lending almost six times the average over the past decade.

zero interest rate loans (currently) to LICs on economic programs, and helps debt resolution in distressed countries, supported by three major tools: Extended Credit Facility (ECF) to tackle medium-to long-term balance of payments problems; Standby Credit Facility (SCF) deals with actual or potential short-term balance of payment problems; and RCF is one-off disbursement to countries facing urgent needs. The outbreak of pandemic in 2020 was a test for the IMF on how fast it could react. As a result, in the first months of the pandemic, the IMF provided concessional lending almost six times the average over the past decade.

The IMF should do more. The SDRs are the most underused resources within the IMF. They have hibernated most of the time since its birth, except for a few allocations, including two major allocations—one in the global financial crisis in 2009, the other with US\$ 650 billion during the pandemic in 2021, the largest allocation in history. More importantly, as the general SDR reallocation is based on quotas, not based on needs, the RST as a means for SDR re-channeling is very useful. The creation of the RST paved the way to overcome the shortfalls in long-term tools in the IMF. Now, in face of increasing demand—three-quarters of the members are eligible for RST financing, including LICs, most middle-income countries, and all small developing members—the IMF should consider how to guarantee the sustainability of funding resources to meet the gap.

The new SDR allocation was a good example of the IMF stepping up to mobilize its own resources in response to the pandemic. With US\$ 275 billion distributed to emerging and developing countries, and US\$ 21 billion to low-income countries, this historically largest allocation certainly helped countries to boost their reserves and liquidity. The latest effort is that the IMF Executive Board approved the recycling of SDRs to MDBs for use as a hybrid capital aimed to overcome the constraints of MBDs' balance sheet (IMF 2024, 2). The limit amount for use as hybrid capital is no more than SDR 15 billion (US\$ 20 billion), imposed by the IMF. There is still a gap compared with the potential amount needed lending power in the MDBs. This initiative is still at the stage of gathering more support from the concerned countries.

The IMF can do more, within its mandate, such as to make SDR allocations on regular bases, de-link SDR allocations from quota shares, and redesign the tools to support climate related financing for poor countries, and improve its surveillance framework in response to new risks and challenges etc. There is a concern about the IMF expanding its functions and potential duplication of other international financial institutions' work. However, IMF's coverage of broader areas reflects the institution's evolving understanding of what is critical for the achievement of its mandate (Georgieva & Weeks-Brown 2023, 1).

Second, Increase Access to Liquidity for Emerging Economies

The current GFSN is far from being able to maintain global financial stability. One problem is that the relationship between the various protection mechanisms in the GFSN is fragmented. Another problem is that the coverage of protection is uneven—some countries or regions are better protected, while many fragile countries are not.

An enlarged resource in the IMF would certainly consolidate the IMF's central position in the GFSN, where layered options coexist. However, there is no complacency for the IMF being the center, if the IMF is unable to provide access to liquidity for the countries in need. On October 10, 2024, the IMF Executive Board announced a reduction in the rate charged on loans to recipient countries borrowing from the General Resources Account (GRA), reducing the base rate by 60% and raising the threshold for surcharge payments. A surcharge is a fee charged by the IMF in addition to the interest rate on the loans. There have been criticisms over the years arguing that surcharge increases the debt-servicing burden of borrowers and reduces their fiscal space. Although the IMF's new initiative will reduce borrowing costs by 36%, equivalent to about US\$ 1,2 billion a year, this reform is more targeted at middle-income countries and it is still insufficient (Stiglitz 2024).

The central bank's swap lines are increasingly important. They have expanded since the Global Financial Crisis in 2008. The size of bilateral swap lines (including limited and unlimited) accounted for 9.1% of total coverage of the GFSN by the end of 2023. Meanwhile, the IMF quota and borrowing resources combined accounted for only 5.2% of total coverage of the safety net. The Federal Reserve's unlimited dollar swap lines with other five key central banks are the most active tools in managing dollar liquidity problems in advanced markets. In fact, the Fed plays a role as a global lender of last resort, because the dollar funding market is the most influential and largest market in the world. However, as the dollar swap lines are exclusively for few key advanced markets, the majority of the emerging markets have limited choices. It should be noted that other central banks also provide bilateral swaps. For example, the People's Bank of China has signed more than 40 agreements with other monetary authorities worldwide since 2008. Although the Chinese currency—the renminbi—is not a fully convertible currency, the partners can at least utilize those swap lines as a signal to rebuild market confidence (Gao 2023, 239).

Why are bilateral swaps attractive? In the current international monetary system where few central banks have strong policy spillovers, emerging markets and developing countries have limited policy choices to defend against financial

shocks. Countries short of dollar reserves are likely to look for external help. The central banks' currency swap lines can serve as a quick buffer. For example, in the past two years, the higher for longer interest rate environment has not helped but increased borrowing costs globally. The sharp rise of the US dollar's value has also forced other currencies to depreciate. It is truly a test for the central bank's ability to defend the currency's value and prevent capital outflows in the situation that the country is short of dollar reserves. In such a context, bilateral swap lines can be used as quasi-foreign reserves with fast access and no conditions.

There are also Regional Financial Arrangements (RFAs), such as the Latin American Reserve Fund (FLAR), the European Stability Mechanism (ESM), the CMIM etc. The overall size of RFAs accounted for 6.8% of total GFSN. Those RFAs are designed to supplement the IMF, and they are in a better position to provide tailored policy recommendations and quick disbursement with flexible conditions. However, those RFAs are heterogeneous in operation and governance, and some key regions, like Africa, are not covered by such RFAs (Gallagher et al. 2021, 143).

Building on the achievements of the previous India G20 presidency, Brazil's G20 put a stronger and more effective international financial safety net on the agenda. The IMF should continue to play a central role, but allow layers of options to supplement one another, to coordinate, if possible, as there is no top-down framework for global financial stability.

Building on the achievements of the previous India G20 presidency, Brazil's G20 put a stronger and more effective international financial safety net on the agenda.

Third, Reform Governance for Balance of Power

There is a clear disconnection between voting powers and dynamic economic weights in the Bretton Woods Institutions. Since 2022, the central banks of developed countries, led by the Federal Reserve, have adopted monetary tightening policies, which have led to the tightening of global financing conditions and increase of the cost of financing in international financial markets. The evolving risks of high inflation and heavy debt pose serious challenges to the financial stability of developing and low-income economies. Against this backdrop, the IMF's increase of quota size certainly helps meet the financing needs of its member countries and enhance its ability to support the global economy. The conclusion of the 16th General Review of Quotas in 2023, with a 50% increase of each country's quota,

improves the structure of IMF resources, because it enlarged the permanent quota source and reduced overreliance on temporary funding. The new quota size will increase the amount of permanent funding to 715,7 billion SDRs (equivalent to US\$ 960 billion), which is more than the total size of the two current temporary borrowed resources.

However, some core reforms have not yet been addressed, such as quota realignment, quota formula update, and governance structure (Kring et al. 2023, 1). Why is quota reform important? Under the terms of the IMF Agreement, IMF is a quota-based international financial institution. This means that the legitimacy of the IMF is based on the eligibility of member countries to pay their quotas, and that the IMF must ensure adequate resources, adequate lending instruments, effective monitoring tools, and a sound governance structure that reflects the representation of member countries. Therefore, the 17th General Review of Quotas, expected to complete in the next five years, should focus on the following issues.

First, realign quota shares in proportion to economic status of member countries. At present, there is a high level of under- and over-valuation of IMF quotas, which seriously distorts the representation of member countries. For example, there is a significant discrepancy between the quotas calculated after the Fourth General Review of Quotas and the more recent economic data. Currently, 38% of the members are underrepresented (out-of-lineness), mainly emerging markets and developing countries. Timely adjustment of quota distribution will not only improve fairness, but also lay the foundation for the adjustment of the IMF's governance structure.

Second, update the quota formula in response to changes in economic conditions and member countries' importance in the world economy. Despite the simplicity and transparency of this formula, the current formula elaborated in 2008 is outdated. It is time to reconsider the adoption of the variables and appropriate weights. The quota formula serves multiple functions in the IMF, including determining how fund resources are allocated and how member countries' voting rights are distributed. In addition, the quota formula also determines how the SDRs are allocated. Therefore, the composition of the quota formula variables should reflect changes in the economic situation, member countries' ability to provide resources, and their potential need to borrow from the IMF.

Third, the proportion of voting rights of LICs should be firmly ensured. The IMF's 14th General Review of Quotas set a good example. But in the new situation where LICs face severe economic and financial vulnerabilities, they need greater protection through better safeguard for their voice in international financial institutions.

Fourth, creating a 25th chair at the IMF Executive Board to enhance the voice and representation of Sub-Saharan Africa is a step forward to a balanced, credible and accountable decision-making in the IMF (G20 Brasil 2024, 8). In addition, there is an informal agreement that has remained unchanged since the inception of the Bretton Woods institutions—Europeans as managing directors of the International Monetary Fund and the United States as presidents of the World Bank. Such a governance model for high-level appointments is long outdated. Senior appointments based on merit, rather than on the nationality of candidates, would be a test for substantial progress in governance reform in the Bretton Woods Institutions.

CONCLUDING REMARKS

The Bretton Woods Institutions were established from the ashes of the war, with great expectations for post-war stability and recovery through multilateral cooperation. The designers also learnt lessons from the chaotic 1930s, when the gold-standard was in a disarray. The abandonment of the “rule of the game” that central banks’ committed to maintain stability was one of the causes for great international monetary disorder. In the current situation where poly-crises persist, only international cooperation can prevent another disorder, and only reformed international financial institutions, that are more inclusive, effective and fairer, can save the spirit of multilateralism—the great legacy of the Bretton Woods Institutions.

The G20 countries account for 85% of the world’s GDP and 58% of the world’s population. G20 members own 81.2% of the IMF’s quota shares and 78% of the voting rights. The G20 encompasses both developed and developing countries and serves as a platform for political consensus among the leaders of the world’s major economies. The G20 has played a significant role in the past to help manage the financial crises through cooperation. It should continue to advocate the reform of global financial architecture, improve governance framework and make the governance structure reflect the relative economic strength of member countries. ■

References

- G20 Brasil. 2024. *Fourth G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting Communiqué*. Washington D.C. October 23rd-24th.
- Gallagher, Kevin, Haihong Gao, William N. Kring, Jose A. Ocampo & Ulrich Volz. 2021. "Safety First: Expanding the Global Financial Safety Net in Response to COVID-19." *Global Policy* 12 (1): 140-148. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12871>.
- Gao, Haihong. 2023. "The Role of China in the International Financial System." *Oxford Review of Economic Policy* 39 (2): 231-244. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grad002>.
- Georgieva, Kristalina & Rhoda Weeks-Brown. 2023. "The IMF's Evolving Role within a Constant Mandate." *Journal of International Economic Law* 26 (1): 17-29. <https://doi.org/10.1093/jiel/jgac064>.
- IEO. 2024. *The Evolving Application of the IMF's Mandate – Evaluation Report 2024*. Independent Evaluation Office of the International Monetary Fund. June.
- IMF. 1981. "Fund Activity." *Finance and Development* 18 (2). <https://doi.org/10.5089/9781616353452.022>.
- IMF. 2022. "Review of the Institutional View on the Liberalization and Management of Capital Flows." Policy Paper No. 2022/008. <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2022/03/29/Review-of-The-Institutional-View-on-The-Liberalization-and-Management-of-Capital-Flows-515883>.
- IMF. 2024. "Use of SDRs in the Acquisition of Hybrid Capital Instruments of the Prescribed Holders." Policy Paper No. 2024/026. <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2024/05/15/Use-of-SDRs-in-the-Acquisition-of-Hybrid-Capital-Instruments-of-the-Prescribed-Holders-549003>.
- Kring, William N., Marilou Uy, Rakesh Mohan & Haihong Gao. 2023. "Quota Reform Is an Opportunity for the IMF to Restore Its Legitimacy." *OECD Development Matters*, October 30, 2023. <https://oecd-development-matters.org/2023/10/30/quota-reform-is-an-opportunity-for-the-imf-to-restore-its-legitimacy/>
- Stiglitz, Joseph. 2024. "IMF Surcharges Saga Could Threaten Its Credibility." *Financial Times*, October 10. <https://www.ft.com/content/282720fc-ecf7-456c-86c2-a7630eba7e0d>.
- Truman, Edwin M. 2024. "Special Drawing Rights Reconsidered." *Finance and Development*, June 2024. <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2024/06/Point-of-View-Special-Drawing-Rights-Reconsidered-Edwin-M-Truman>.
- Como citar:** Gao, Haihong. 2024. "G20 Brasil e a Reforma das Instituições Financeiras Internacionais". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 127-138.
- To cite this work:** Gao, Haihong. 2024. "G20 Brasil and Reforming the International Financial Institutions ." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 127-138.
- DOI:** <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.07.127-138.en>

Submitted: December 4, 2024

Accepted for publication: January 7, 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Journal. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Roles of Think Tanks in a New Transactional World: New Horizons from the Amazon to the Himalayas

Nicolas J. A. Buchoud

Tetsushi Sonobe

Abstract: This article discusses the outcomes of expanded think tanks cooperation in the G20 during the past decade, after 2024 showcased a rise of populism and climate fatigue across the globe. The authors highlight lessons learned that may benefit the COP30. Out of their complementary background and experience, they propose original ways to revive multilateral exchanges and build people-oriented solutions interconnecting world scale ecosystems.

Keywords: G20; climate; COP; multilateralism; populism; Global South; think tanks; cooperation.

Papéis dos *think tanks* em um novo mundo transacional: novos horizontes da Amazônia ao Himalaia

Resumo: O artigo discute os resultados da cooperação expandida de *think tanks* no G20 durante a última década, após 2024 ter apresentado um aumento do populismo e da fadiga climática em todo o mundo. Os autores destacam as lições aprendidas que podem beneficiar a COP30. Com base em seus antecedentes e experiências complementares, eles propõem maneiras originais de reviver as trocas multilaterais e construir soluções orientadas para as pessoas interconectando ecossistemas em escala mundial.

Palavras-chave: G20; clima; COP; multilateralismo; populismo; Sul Global; *think tanks*; cooperação.

Not all knowledge is perfectly codified, and transfer of non-codified knowledge requires face-to-face contact and interactive learning.

– Bode, Buenstorf & Heinisch (2020)

The year 2025 marks, among others, the 80th anniversary of the Chapultepec Conference in Mexico. On the way to the signature of the United Nations Charter later in 1945, this milestone also turned the page of the League of Nations, which so poorly benefited Latin America. As a distant echo of universal institutional innovations, the Presidents of the G20 Brasil and South Africa convened a large meeting of ministers of Foreign Affairs on the sides of the Summit of the Future in New-York in 2024, where the UN Secretary-General proposed to host “biennial summits to formalize a dialogue between the UN system, the G20, and international financial institutions” (UNSG 2024).

In fact, under the Presidencies of Indonesia, India, Brasil and now South Africa, the G20 has become a pivot aggregating the multiple components of the global system amid developed and emerging countries. It has incubated an original dialogue among think tanks which, since 2022-2023, have engaged in defining a new agenda for global cooperation. In times of a strong push for bilateral, transactional international relations, think tanks cooperation has the potential to evolve and deliver on climate and development cooperation effectively.¹

CLIMATE, SDGS AND MULTILATERALISM FATIGUE—NO ROOM FOR STATUS QUO

By 2024, people across 65 countries—nearly half of the global population—have participated in elections, making the largest exercise of democracy in history (Plackett 2024). This wave of electoral activity has fueled the rise of populism, reshaping the geopolitical landscape in ways starkly different from the early days of the G20. As multilateralism continues to wane and bilateral arrangements proliferate, it is imperative to explore innovative and effective approaches to foster cooperation on climate and development.

1. In 2023, the authors published the article *Think Tanks, Solutions-Brokers in a New Multipolar Order?* in CEBRI-Journal (Buchoud & Sonobe 2024).

Nicolas J. A. Buchoud is senior advisor to the dean and CEO of the Asian Development Bank Institute (ADBI), senior adjunct fellow at Research and Information System for Developing Countries (RIS) in India, fellow at Global Solutions Initiative (GSI) in Berlin and founder of the Grand Paris Alliance.

Tetsushi Sonobe is the dean and CEO of the Asian Development Bank Institute (ADBI) and a professor at the National Graduate Institute for Policy Studies (GRIPS) in Tokyo.

For many, globalization has become synonymous with social or economic inequities. Governments are often perceived as ineffective in addressing widespread crises and structural transformations. Insufficient cooperation during the Covid-19 pandemic has slowed down vaccine distribution in the developing world. Meanwhile reductive narratives of a “Global North vs Global South” divide fuel skepticism, distrust, and misunderstanding of other countries’ efforts and capacities (Sonobe 2024). These tensions were on full display at COP29 in Baku, where climate negotiations were overshadowed by one-dimensional debates over “hundreds of billions” versus “trillions”—figures disconnected from the realities of ordinary citizens and, in some cases, counterproductive.

Of course, the issue of how much funding the world can mobilize for sustainable development and climate change measures is critical. However, with growing “climate fatigue” as well as declining enthusiasm for multilateral cooperation, large-scale financial contributions are becoming increasingly difficult to expect. Furthermore, in many developing countries, debt sustainability has been declining, especially since the outbreak of the Covid-19 pandemic. Some developed countries failed to deliver on their promises to supply vaccines to developing nations while managing to recover their own health conditions and economies earlier. This led to increasing consumer demand and inflation, prompting the central banks of these countries to raise interest rates as countermeasures, which in turn caused the depreciation of many developing countries’ currencies. The resulting interest rate hikes and inflation exacerbated the debt problems faced by developing countries while many developed nations are also struggling with narrowed fiscal space and depreciation, making it challenging for them to provide large-scale public financial support.

Fatigue is spreading beyond climate issues:

With only six years left to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda, progress towards only 17% of the SDG targets is on track, nearly half is showing minimal or moderate progress, and progress on over one third has stalled or even regressed (G20 Brasil 2024).

The planet is grappling with overlapping crises stemming from climate change and biodiversity loss, as well as significant setbacks in global efforts to fight poverty and hunger, and added to this are pressing challenges posed by digital technologies and artificial intelligence (AI) ... sluggish governance reform, and an unfair international tax system (T20 Brasil 2024).

There is no room for *status quo*.

At a closed-door meeting held at CEBRI in Rio de Janeiro in November 2024, the U.S. based Quincy Institute presented the findings from a series of consultations held in 2023-2024, warning that, in this evolving scenario, “vague pledges among like-minded countries to defend the rules-based international order would ultimately serve to hollow out crucial universal norms, laws, and institutions and will yield an increasingly fragmented and insecure world” (CEBRI 2024).

According to the Institute for Economics and Peace in London, the world is experiencing the highest number of state-based conflicts since the end of the Second World War, alongside a sharp rise in global military expenditures. Their latest report warns that “many of the conditions that precede major conflicts are higher than they have been since the end of the Second World War” (Institute for Economics and Peace 2024).

Amid this escalating geopolitical instability, the 2024 Nobel Peace Prize was awarded to the Japanese grassroots movement Nihon Hidankyo, which has long advocated for nuclear non-proliferation. It is not a coincidence that the 2023 SDG Summit, held on the sidelines of the UN General Assembly, revealed severe shortfalls in delivering the 2030 Agenda. The Summit highlighted critical gaps in financial and human resources, as well as lack of global scientific cooperation, all of which threaten the achievement of the SDGs. Likewise, in 2024, 35% of UN member states declined to endorse the UN Pact for the Future, including nations from the Caribbean, Central Asia, the Indian Ocean, and the Pacific, which are regions particularly vulnerable to environmental crises. This resistance highlights the need for more inclusive, responsive, and action-oriented multilateral frameworks.

From 2023 to 2024, the BRICS forum has emerged as a dynamic platform for knowledge sharing and scientific collaboration, with Brasil emphasizing the role of the BRICS Academic Forum, the BRICS Think Tanks Council, and the

Of course, the issue of how much funding the world can mobilize for sustainable development and climate change measures is critical. However, with growing “climate fatigue” as well as declining enthusiasm for multilateral cooperation, large-scale financial contributions are becoming increasingly difficult to expect.

newly created BRICS Think Tanks Network for Finance.² The impact of the recent G20 Presidencies—Indonesia, India, Brasil and South Africa—on revitalizing and expanding BRICS cooperation warrants further research, particularly in light of how the new U.S. administration will respond to this shifting reality.

What is clear, however, is that several rising powers are actively challenging traditional models of global governance and corresponding institutional frameworks. In 2024, the leaders of India and Brasil have been invited to join G7 leaders at their Summit in Apulia, Italy, along with their counterparts from a dozen countries from the Global South and the African Union. This was a clear illustration, following the Summit of Hiroshima in 2023, that G7 alone can no longer dictate the future of multilateralism.

The emerging powers have benefited from multilateral frameworks of trade and investment and international development cooperation. As a result, some of the established powers have become reluctant to support multilateralism, perceiving it as a threat to their own position, although they have also benefited from global growth. On the eve of the inauguration of a new administration in the United States, the Federal Reserve Board announced its withdrawal from the Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (Federal Reserve 2025), following the exit of the country's six largest private banks from the UN-sponsored "Net Zero Banking Alliance". This marks another step in a broader retreat from climate and sustainability commitments, a trend observed over the past few years in the U.S. financial sector, including major private credit ratings agencies and asset management firms.

The impact of the recent G20 Presidencies—Indonesia, India, Brasil and South Africa—on revitalizing and expanding BRICS cooperation warrants further research, particularly in light of how the new U.S. administration will respond to this shifting reality.

Shift from green and sustainable development commitments appears to be gaining further momentum as the new U.S. administration has announced its intention to terminate USAID, the United States development assistance agency, among its first decisions (Landay, Holland & Psaledakis 2025). On another note,

2. The Institute of Applied Economic Research (IPEA), which co-chaired the T20 Brasil, convened a seminar in November 2024 to discuss thematic priorities and the role of think tanks following the G20 Brasil and considering the BRICS Presidency of Brasil.

the world's largest meatpacking company—a Brazilian firm—announced that its emissions goal was merely an “aspiration” and not a firm commitment or a pledge, an announcement coming amid delays in launching the climate COP30 process and as other Brazilian companies in the agribusiness sector propose to organize their own international gathering (Eschenbacher, Magalhães & Jessop 2025). While the impact of these developments remains to be seen, they reflect a growing climate fatigue spreading across societies, businesses, and even governments, despite high and accumulating carbon emissions, rising temperatures, escalating frequency and intensity of severe weather events, wildfires, and the degradation of ecosystems on land, at sea, and in the air.

However, the decline of multilateralism carries a significant risk of accelerating the fragmentation of the global economy into competing blocs. If this trend continues, nations will not only face economic stagnation and hardship but also experience major setbacks in crucial areas that require international cooperation, such as climate change mitigation and adaptation, biodiversity conservation, and pandemic response. To prevent such an outcome, it is essential to go beyond merely preserving traditional and pre-existing multilateralism. Instead, efforts must be made to shape a future of innovative multilateralism—a more flexible, effective framework for international cooperation that adapts to the evolving global scenario.

[T]he decline of multilateralism carries a significant risk of accelerating the fragmentation of the global economy into competing blocs. If this trend continues, nations will not only face economic stagnation and hardship but also experience major setbacks in crucial areas that require international cooperation, such as climate change mitigation and adaptation, biodiversity conservation, and pandemic response.

LEARNING FROM THE EMERGENCE OF THINK TANKS INTERACTIONS ACROSS BORDERS IN THE G20

In the past years, global leaders have repeatedly outlined the need to reform the major international institutions and reshape the global financial architecture. Such top-down efforts have yielded results in certain cases, such as when the G20

became a meeting place of heads of governments to tackle the global financial crisis in 2008. Yet, calls to multilateralism have also become less effective as many countries have pointed out to double standards from developed countries when addressing the Covid-19 pandemic or other geopolitical issues. Multilateralism cannot—and should not—be solely the responsibility of world leaders. A broader array of actors can and must contribute to its evolution and revitalization. Among them, think tanks hold particularly strong potential for two reasons.

First, they could act as bridges between diverse stakeholders, scientists, civil societies, philanthropies, government, and the public, including the media, social media and journalists, helping to craft and amplify narratives that reinforce why multilateralism delivers tangible benefits. Second, they could serve as track-two diplomats, fostering dialogues and trust to ease tensions, reduce misunderstandings, and bridge divides between nations. The potential of think tanks to reshape multilateralism grows even stronger when they collaborate across national borders and across geopolitical spheres. Closer collaboration between think tanks from different countries can enhance their ability to benefit from insights from different angles, generate new solutions, build consensus, and adapt multilateralism to challenges of a rapidly changing world. In the following, we examine the evolution of such cooperation among think tanks engaging in G20 and its role in shaping the future of multilateralism.

The potential of think tanks to reshape multilateralism grows even stronger when they collaborate across national borders and across geopolitical spheres.

“Back in the days,” in the winter of 2012, a few think tanks gathered in Mexico to prepare an address to G20 Sherpas, aiming at greening the G20’s agenda through a Los Cabos legacy of Green Growth out of the Seoul Development Consensus for Green Growth adopted in 2010 (Lim 2013; T20 Mexico 2012a). Embedding a Global Green Growth vision in the Pittsburgh Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth was featured among the main priorities of the newly created group of think tanks within the G20, namely the Think-20.³ According to its Mexican promoters, the very first T20 Communiqué was issued as the result of a “collaborative model” allowing “think tanks to present recommendations effectively demonstrating the value of their contributions to global policy discussions”

3. The G-20 Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth was launched by the G20 leaders at the G20 Summit in Pittsburgh in Sept. 2009 to strengthen coordination of national economic policies as the world emerged from the 2008–9 financial crisis (Butler 2012).

(Mendizabal & Martínez 2024). The Mexican G20 Presidency's interest to promote multilateral engagement, combined with the urgency of global economic issues and the “mobilization of networks to influence global policy discussions through international partnerships”, provided the fruitful background out of which the T20 subsequently developed (T20 Mexico 2012b).

Since 2012, the T20 contribution to the G20 has grown from an initial set of about two dozens of “participant notes” (T20 Mexico 2012c) to nearly 1,000 abstract submissions and over 350 policy briefs connecting over 180 institutions from nearly 30 countries in 2024 during the T20 Brasil, which even outgrew the high level of participation and production from the T20 India in 2023.⁴ Further research would be necessary to measure the impact of the T20 in the G20 system. The management of a rapidly growing production of content in just the past few years, and especially since the G20 Indonesia in 2022, has proven ever more demanding and time-consuming for each T20 leading organization, raising questions about the efficiency of the T20. However, the format of the T20 has managed to evolve significantly over the years, following that of international affairs and priorities and driven by a shared purpose to support “cooperation between think tanks” to influence G20 leaders' decisions (Zhang 2023).

All T20 Presidencies in the past decade have reflected on improving their impact through a combination of policy and knowledge insights, the promotion of empirical evidence and often fruitful cooperation with other engagement groups and, to a lesser extent, ministerial groups and G20 Sherpas. For instance, the Lowy Institute for International Policy and chair of the T20 Australia in 2014 commissioned nearly 30 papers in preparation of the G20 Australia and published them in a volume edited in 2013. Following the G20 Russia, it was a reservoir of arguments and ideas meant to nurture the G20 Presidency of 2014. In 2015, the Economic Policy Research Foundation from Turkey (TEPAV) initiated the system of task forces to systematize the production of recommendations, which the T20 Germany, Argentina, and Japan in 2017, 2018 and 2019 turned into genuine policy research papers (Sak 2023).

The T20 Turkey also initiated a series of regional meetings to improve think tanks participation in the process. In 2020, the T20 Saudi Arabia responded to the profound disruptions caused by the Covid-19 pandemic by building on the think tanks community to edit numerous position papers and statements with other engagement groups, which has become a common practice since then, while also creating a dedicated working group to reflect on the role and effectiveness of the T20 itself. In

4. Figures provided by the T20 Brasil (2024) and the T20 India (2024).

2021, the T20 Italy actively contributed to the organization of several summits with other engagement groups, notably the B20 and a group of long-term investors.

In 2022, the T20 Indonesia opened the door for expanded think tanks cooperation, both with T7, the counterpart of T20 in the G7 framework, and with the Global South. The final Summit held in Bali hosted an innovative international research forum including past and upcoming G20 Presidencies' think tanks, which the T20 India then built upon. In 2023, the T20 India marked another breakthrough by partnering with the T7 Japan to launch a “shared agenda for global cooperation” at a seminal retreat hosted by the Rockefeller Foundation in Bellagio, Italy (TRF 2023). The meeting called for the development of cooperation and institutional innovation, including through the BRICS, as “an integral part of supporting global common goods in challenging times” (ADBI/TRF 2023a). It was accompanied by the publication of a book reviewing “a decade of the T20” while looking in its future, as “intersections between man-made macroeconomic choices and the (dys)functioning of ecosystems have multiplied to the edges of our control” and “capacities to mitigate major challenges have yet to reach the required levels to generate sustainable development” (Buchoud 2023; Pambudi 2023).

In 2024, the T7 Italy Communiqué called on G7 leaders to “promote new instruments of cooperation and governance” based upon “inclusive and holistic approaches.” This recommendation was pushed jointly by the T7 task forces on energy, climate and sustainable development, science, and digitalization for a better future, which drew on the work of more than 150 experts from G7 and G20 countries and beyond. In 2025 and as the last of four years of G20 leadership from emerging countries ahead of passing the baton to the United States in 2026, the T20 South Africa aims to further “bring together the collective wisdom and recommendations generated by the T20 during the preceding Global South Presidencies” and “to ensure that the momentum generated by the previous three Global South Presidencies is not lost and that the focus on critical development challenges remains central to the G20 agenda” (T20 South Africa 2025). At a meeting in New York in September 2024 on the sides of the Summit of the Future, both the chair of the T7 Canada and of the BRICS Brasil Academic Forum emphasized the relevance of enduring think tanks cooperation.

BUILDING ON THE DEVELOPMENT OF THINK TANKS COOPERATION AS A PUBLIC GOOD

Nations worldwide are grappling with an increasing number of global policy challenges, from pandemics and climate change to geoeconomic and geopolitical tensions. In response, think tanks are recognizing the growing need for cross-border

collaboration to support more informed policy design. Over the past few years, three types of cooperation have emerged.

The first is global or regional large-scale convening platforms where both well-established and emerging think tanks gather in-person or virtually to exchange insights. The Global Solutions Summit in Berlin and T20 Summit are prototypes. ADBI has recently relaunched ThinkAsia⁵ as a digital platform for big and smaller think tanks across the globe, while also initiating a competition to promote research-oriented and evidence-based journalism (DAJA). In Italy, the Institute for International Political Studies (ISPI) has launched the NEXT Forum to nurture young talent and future leaders. Following the G20 India, Research and Information System for Developing Countries (RIS), one of the co-chairs of the T20 India, has engaged into a wide investigation of think tanks from across the Global South through the newly created Dakshin Center of Excellence. Meanwhile Observer Research Foundation (ORF), the lead chair organization of the T20 India, has created new convening formats in the form of regional dialogues such as the Cape Town Conversation or the Budapest Global Dialogue out of their flagship Raisina Dialogues. In China, the Center for China and Globalization held in 2024 its 8th Global Think Tanks Innovation Forum in Beijing, while the Imperial Springs International Forum from Guangzhou held its annual gathering in Madrid, Spain, for the first time, in November 2024—to name a few. In the African context, think tanks are flourishing in all economic regions. The gatherings from the Africa Capacity Building Foundation or the African Union Development Agency “bridge tank” attract a new audience of young and dynamic domestic and regional organizations, which the G20/T20 of South Africa could help nurture.

The second type of cooperation involves closed-door, recurrent dialogues among relatively established institutions. As mentioned earlier, T20 think tanks, including the past, current, and upcoming chairs of T20 and T7, convened a strategic retreat at the Rockefeller Foundation’s Bellagio Center in March 2023. Their objective was to revitalize efforts toward achieving the SDGs and address other pressing global challenges. This group has since continued its dialogue, reconvening at some large-scale think tank summits and the UN General Assembly in New York. Their last gathering took place in September 2024 at the Rockefeller Foundation headquarters. While this informal coalition has yet to codify its mission and structure, its 2023 Ten-Points Agenda may soon require updates to reflect evolving priorities (ADBI/TRF 2023b). Nevertheless, participants noted the value of sustained collaboration, emphasizing accelerated mutual learning and deeper alignment across multiple G20 and G7 cycles.

5. See <https://think-asia.org/>.

Through consistent dialogue and shared analysis, these think tanks are gradually building trust. This trust-based engagement could serve as a foundation for effective track-two global dialogue, including track-two diplomacy in moments when official diplomatic channels face gridlock or breakdown. As geopolitical tensions rise, such alternative avenues for cooperation are becoming increasingly critical global public goods.

The third type of cooperation is a bit different and less public. Large foundations such as the Konrad Adenauer Stiftung from Germany have also brought support to some T20 Presidencies of the last years and helped finance some research work. In the context of the T20 of South Africa in 2025, this has resulted in the preparation of a few joint background notes. In Brasil, the Munich Security Conference has also worked with the G20 Presidency to prepare a gathering on the sides of the Leaders' Summit. Other platforms such as the Club of Madrid have also recently emphasized their cooperation with think tanks, such as during the G20 Brasil.

We argue that strengthening cooperation across rotating T20 (and T7 or BRICS) offers two additional advantages. First, it enables think tanks to adapt to shifting policy priorities while maintaining focus on broader systemic challenges. This, in turn, enhances their ability to engage effectively with governments and international institutions. For instance, when the G20 Brazilian and South African Presidencies prioritized greater coordination between the United Nations and international financial institutions to shape a “new international financial architecture,” it marked a significant step forward following earlier calls for action, such as the Bridgetown Initiative of 2022 (Bridgetown Initiative 2025). In response, think tanks played a proactive role, organizing side events and convenings, including with platforms such as the Club of Madrid. Second, operating in the context of the T20/G20 means operating in an open, public

[I]f think tanks cooperation should be envisioned as a public good, translating these discussions into concrete institutional outputs will require far deeper collaboration. This includes bridging expertise across disciplines (...) to develop innovative, actionable proposals for systemic financial reform. This also entails connecting generalists with specialists.

environment, which is important to limit the risks of exclusive club approach that sometimes prevails and to promote transparency and accountability.

However, if think tanks cooperation should be envisioned as a public good, translating these discussions into concrete institutional outputs will require far deeper collaboration. This includes bridging expertise across disciplines, particularly between economists and non-economists, to develop innovative, actionable proposals for systemic financial reform. This also entails connecting generalists with specialists.

One last question remains—that is the level of interaction between think tanks focusing on development issues and think tanks focusing on foreign affairs. During the G20 Italy in 2021, the Italian Institute for International Affairs (IAI), one of the T20 Italy co-chairs, organized a meeting to discuss key outcomes of the T20/G20, especially on international financial cooperation, together with the Council of Councils, a group of foreign affairs institutes. During the G20 India, a chair was appointed to the T20 in addition to the lead organizations from India, originated from the Indian Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses. During the G20 Brasil, T20 lead organizations convened several meetings including foreign affairs think tanks from the U.S. and various other countries, including with China.

As we portray a variety of policy-options for think tanks and we have experienced the benefits of cooperating across geopolitical spheres and amid rotating leaderships, we propose to explore more specifically how it can contribute to reducing the above-mentioned fatigues related to climate issues, the SDGs, and multilateralism.

RECALIBRATING THINK TANKS COOPERATION TO ADDRESS THE CLIMATE-DEBT GRIDLOCK

Let us briefly review the three important reports that were published in recent years to address global mobilization or the climate-development-debt financing problem. The first report is *The Triple Agenda: Better, Bolder and Bigger MDBs*, released in the fall of 2023 by the Independent Expert Group of the G20 India Presidency. It argues that given their unique position, multilateral development banks (MDBs) should play a more active role as catalysts for mobilizing both public and private sector investments. The second report is *Defaulting on Development and Climate: Debt Sustainability and the Race for the 2030 Agenda and Paris Agreement*, released in April 2024 by Boston University's GDP Center, the Centre for Sustainable Development at SOAS University of London, and the Heinrich Böll Foundation. It finds that among 66 economically vulnerable Emerging Markets and

Developing Economies (EMDEs), 47 countries face a risk of sovereign default within the next five years. It emphasizes that urgent debt relief is necessary to enable these financially vulnerable nations to invest in both climate adaptation and development goals. The third example comes from G20 Brasil. For the Task Force on a Global Mobilization against Climate Change (TF-CLIMA), its Expert Group submitted a report titled “A Green and Just Planet” in October 2024. It urges nations to adopt a new development pathway incorporating green industrial strategies that balance economic growth with urgent climate action.

The publication of these reports does not mean that the climate-development-debt gridlock has been resolved. However, the reports present promising financial solutions to the issue. By doing so, they serve as evidence that think tanks play a significant role in supporting multilateral cooperation. That said, the reports were produced by small teams of elite experts from major think tanks. This raises an important question: How can many other think tanks contribute to solving major global challenges we all face? This is a genuine and pressing question, particularly for the co-authors of this paper, who are not specialists but generalists.

We would like to consider the issue of climate and SDGs fatigue as a challenge that requires the participation and engagement of many think tanks. These are crucial issues because ordinary citizens are voters, and hence ultimate decision-makers who determine how much financial and other resources should be mobilized for the provision of global public goods. Since politicians are

[W]hile the [COP29] conference was filled with innovative and creative solutions, ideas, and the passion of those involved, they are hardly known to people outside the venue. As a result, the true significance of COP remained largely invisible to the outside world. Instead, what made it to the media were images of thousands of participants moving around the venue, captured by the cameras held by the numerous journalists as nothing more than eccentric elites traveling by plane, emitting carbon dioxide, and gathering for a grand festival. This kind of perception only deepens climate fatigue.

often reluctant to engage with the issues that ordinary citizens feel fatigued with, governments could be tempted to cut budgets allocated to address such issues. In fact, climate fatigue and SDGs fatigue are likely to obstruct climate and development financing and debt relief, and they represent one of the fundamental root causes of the challenges discussed in the three reports mentioned earlier.

While considering the causes of climate fatigue, we visited the COP29 held in Baku, Azerbaijan, in November 2024. Amidst the energy of approximately 70,000 participants, we observed two contradictions. The first contradiction is that while the conference was filled with innovative and creative solutions, ideas, and the passion of those involved, they are hardly known to people outside the venue. As a result, the true significance of COP remained largely invisible to the outside world. Instead, what made it to the media were images of thousands of participants moving around the venue, captured by the cameras held by the numerous journalists as nothing more than eccentric elites traveling by plane, emitting carbon dioxide, and gathering for a grand festival. This kind of perception only deepens climate fatigue.

Another striking contradiction was that despite long hours of negotiations, developed countries reluctantly agreed to increase their annual financial contributions from US\$ 100 billion to US\$ 300 billion, yet developing countries immediately expressed strong dissatisfaction, and the media ultimately framed COP29 as a failure with little progress. In the coverage of large conferences, many important discussions and innovative policy proposals are often ignored, while only a few high-stakes, dramatic decisions receive attention. Moreover, conference organizers often structure their agendas as if such headline-making decisions represent the climax of the event. In the case of COP, the final agreement on financial contributions is presented as the most critical outcome.

This extremely reductive approach creates a major problem. If financial contributions are treated as the sole metric of success, the negotiations turn into a zero-sum game—or even worse than that. One side questions: “Why are they contributing so little?” while the other side asks: “Why do we have to contribute so much?” Both feel dissatisfied, and, in the end, everyone walks away feeling like a loser. Some people who read such media coverage become deeply pessimistic about the future of the planet. Some others may not take the news at face value, because they understand that pledges of financial contributions are merely political commitments with no legal binding force. To them, COP may appear as nothing more than a political spectacle, a farce, or even outright deception. Others might recognize that the size of financing is not the only factor that determines the success or failure of climate action—how efficiently those funds are used is just as critical. However, since media reports rarely discuss how these funds are allocated and

managed, even these informed individuals tend to feel pessimistic about the actual impact of COP outcomes.

Fundamentally, people in every country tend to have a relatively good understanding of their own country's situation, such as the political challenges of low-carbon transition and the difficulties of fiscal balance, but they are often unaware of the circumstances in other countries. As a result, they may believe that other countries could make greater efforts but are simply unwilling to do so. This leads to frustration, with people questioning: "Why must our country bear such a heavy burden while others free ride?" or "Why aren't we receiving more support?" In developed countries, there seems a widespread assumption that corruption and mismanagement are rampant in developing countries, leading people to believe that any financial aid would simply be wasted. Conversely, many in developing countries do not seem to fully understand the domestic political constraints that developed nations face, and they seem to perceive that wealthier countries contribute far less than they should, given their economic power.

If ordinary people have a better understanding of the other countries' constraints and efforts to break them, donor-country governments could do more for international cooperation, and recipient-country governments would appreciate those contributions more. Greater awareness and mutual understanding might reduce distrust and lead to more constructive cooperation between developed and developing nations.

THINK TANKS AND THE GENERAL PUBLIC, NEW HORIZONS FROM THE AMAZON TO THE HIMALAYAS

As noted earlier, the SDG achievement rate remains alarmingly low at just 17 percent. In recent years, various initiatives aimed at revitalizing the 2030 Agenda have emerged. In 2023, under India's G20 Presidency, the Varanasi principles were introduced to reinvigorate the SDGs. Around the same time, China launched its Global Civilization Initiative (GCI), advocating for a comprehensive, equitable and sustainable modernization approach. In 2024, during its G20 Presidency, Brasil introduced the G20 Social, integrating social development discussions into the G20 Leaders' Summit in Rio and laying the groundwork for the COP30 and the BRICS Summit it will host in 2025. Meanwhile, in September 2024, the United States launched its Feed the Future agenda and called for strengthening the Partnership for Global Infrastructure Investment. In addition, 2025 will see two key international gatherings: the Second World Summit for Social Development, marking three decades since its first summit and providing an opportunity to reinforce global

commitments to social equity and inclusion, and the 4th Conference on Financing for Development, which will address global financial reforms to better support sustainable development.

From these observations and our experience, we believe that think tanks have both the ability and the responsibility to help ease climate fatigue and SDG fatigue, not by taking sides but by creating a trusted common space for dialogue at the crossroads.

First, think tanks cannot act in isolation from other institutional, private sector or civic counterparts. Instead, they should act as translators, converting the technical language used by scientists and engineers into a form accessible and meaningful to the general public. While it is true that most people do not have time or patience for lengthy explanations, simply telling them that a particular solution is “excellent” is not enough to convince anyone serious. One key task is to develop compelling narratives that can resonate with ordinary people. To achieve this, think tanks should not only learn from scientists and engineers but also collaborate with both domestic and international counterparts to refine ways of explaining solutions. By doing so, they can help disseminate these narratives more effectively, ensuring that people understand the true value of climate and SDG-related solutions.

Second, think tanks should deliver evidence that solutions work “at scale.” The general public knows that even if a solution works in a laboratory, it may fail in real-world conditions. It also recognizes the need to verify whether a solution can effectively be implemented and scaled at the national, if not global, level. This entails the importance of adapting solutions to local conditions using local knowledge, as well as incorporating insights from social sciences. This goes with rigorous impact evaluations and strong evidence obtained through randomized controlled trials to ensure reliability and effectiveness. Convincing the public is not a simple task. Complexity is redoubled by the growing understanding that in many cases “scaling-up,” a mantra of international cooperation, does not work and that, instead, working “at scale” is demanded. This requires adequate policy frameworks, equitable public-private cooperation, and genuine interdisciplinary collaboration to bring together researchers from different fields as well as rigorous, cross-disciplinary studies that can provide the level of credibility and proof needed to gain widespread acceptance.

Third, think tanks must undergo upskilling. Interdisciplinary and collaborative research is challenging, both in terms of matching the right researchers but also in managing the progress of the research itself. When conducted as an international joint project, these difficulties become even greater. The only entities truly capable of facilitating such research, ensuring its successful execution, and communicating

its findings in a way that is accessible to both policymakers and the general public, may likely be think tanks.

However, for think tanks to effectively play this role, they must undergo significant upskilling. International collaboration among think tanks is essential, as part of upskilling comes from the ability to cross the lines between policy and research spheres from various regions. We tried to test such an approach at the occasion of the COP29, by working with several local universities, think tanks and policy institutes from Azerbaijan as the host country. This included a meeting of the global think tanks cooperation format, which was prepared well ahead together with the partners from the T20, T7 and BRICS leadership.

The results were interesting. The convenings raised interest from students and professors, who, for most of them, did not have an accreditation to participate in the COP. It raised similar interest from the international partners who met an audience different from their usual counterparts and eager to learn. Furthermore, we have built on the G20 Brasil and the preparation of the COP30 to interconnect comprehensive research about very large-scale ecosystems, starting with the Amazon rainforest and the glaciers and river basins systems in Himalayas, with the global think tanks cooperation trying to address the climate-debt gridlock. This included a dedicated think tanks convening during the COP29, also aiming at addressing the future of the Caspian Sea, and another meeting in Bangkok in the spring of 2025, on the road to the IMF and World Bank fall meeting there, in the fall of 2026, and the COP31 likely to take place in the Asia Pacific. Global think tanks cooperation can create more viable policy space to translate the research on planetary boundaries into a world with borderless challenges.

Fourth and lastly, the future of think tank cooperation should not be about working “despite everything” but rather because of the growing diversity of perspectives shaping global and regional policies. Embracing this complexity presents a new frontier for think tank cooperation and innovation. In this spirit, we support the launch of the T30 project, as a platform designed to synergize efforts to increase climate and development finance, with a particular focus on addressing the immediate needs of the world’s most vulnerable countries. We value the idea to “break through current and expected additional deadlocks in climate action” by fostering “new forms of collaboration between the private sector, governments, and civil society”, and by assuming that “sustainable climate transitions will only succeed when they create tangible economic opportunities and improve people’s lives” (Teixeira et al. 2024). It is particularly crucial in emerging economies, where the success of green transitions is inextricably linked to pressing questions of economic development.

To conclude, it is crucial to explain in simple terms to the general public how other countries are struggling with their own challenges and how these difficulties limit their ability to mobilize resources for global public goods provision. If countries begin to use the lack of cooperation from others as an excuse to reduce their own contributions, free riding will spread globally, and multilateralism will collapse. To truly understand the constraints faced by other nations, the most reliable approach is to rely on information from trusted think tanks in those countries. This underscores the importance of cross-border information exchange among think tanks.

Thus, we seem to be approaching an era in which many think tanks without outstanding experts could play a vital role in contributing to the provision of global public goods through global think tank cooperation. ■

References

- ADBI/TRF. 2023a. "G20 / G7 Retreat – A Matter of Peace." *Chair's Summary G20/G7 Bellagio Retreat*, March 13-17, 2023. https://www.rockefellerfoundation.org/wp-content/uploads/2023/05/Chairs-Summary-G7-G20-Bellagio-retreat-2023_FINAL.pdf.
- ADBI/TRF. 2023b. "Ten Priorities for G20/G7 Cooperation." In *Chair's Summary G20/G7 Bellagio Retreat*, ADBI/The Rockefeller Foundation, March 13-17, 2023: 5. https://www.rockefellerfoundation.org/wp-content/uploads/2023/05/Chairs-Summary-G7-G20-Bellagio-retreat-2023_FINAL.pdf.
- Bode, Rasmus, Guido Buenstorf & Dominik P Heinisch. 2020. "Proximity and Learning: Evidence from a Post-WW2 Intellectual Reparations Program." *Journal of Economic Geography* 20 (3): 601-628. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbz023>.
- Bridgetown Initiative. 2025. *The Bridgetown Initiative History*. <https://www.bridgetown-initiative.org/history/>.
- Buchoud, Nicolas J. A. 2023. "Preface." In *A World in Crisis, a World in Progress, Growing Better Together. Lessons from a Decade of Think20*, by Tetsushi Sonobe, Nicolas J. A. Buchoud, Riznaldi Akbar, Riatu M. Qibthiyyah & Bayarbileg A. (Eds.), ADBI: ix-xii. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/863351/world-crisis-world-progress.pdf#page=10>.
- Buchoud, Nicolas J.A. & Tetsushi Sonobe. 2024. "Think Tanks, Solutions-Brokers in a New Multipolar Order? The G20's 'Ideas Bank' New Decade." *CEBRI-Journal* 2 (8): 62-76. <https://cebri.org/revista/br/artigo/123/think-tanks-solutions-brokers-in-a-new-multipolar-order>.
- Butler, Creon. 2012. "The G20 Framework for Strong, Sustainable and Balanced Growth: Glass Half Empty or Half Full?" *Oxford Review of Economic Policy* 28 (3): 469-492. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grs039>.
- CEBRI. 2024. "A Multipolar World on an Endangered Planet: Reforming the Multilateral and Climate Order." *T20 Brasil & Quincy Institute for Responsible Statecraft*, November 13, 2024. <https://cebri.org/en/evento/851/a-multipolar-world-on-an-endangered-planet-reforming-the-multilateral-and-climate-order>.
- Eschenbacher, Stefanie, Luciana Magalhães & Simon Jessop. 2025. "Exclusive-Brazilian Meatpacker JBS Says Net-Zero Emissions Pledge Was 'Never a Promise'." *Reuters*, January 15, 2025. <https://www.usnews.com/news/world/articles/2025-01-15/exclusive-brazilian-meatpacker-jbs-says-net-zero-emissions-pledge-was-never-a-promise>.
- Federal Reserve. 2025. "Federal Reserve Board Announces It Has Withdrawn from the Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS)." *Board of Governors of the Federal Reserve System Press Release*, January 17, 2025. <https://www.federalreserve.gov/news-events/pressreleases/bcreg20250117a.htm>.
- G20 Brasil. 2024. "International Economic and Political Situation." *G20 Rio de Janeiro Leaders' Declaration*, 3, November 18-19, 2024. <https://www.consilium.europa.eu/media/111hh2mb/g20-rio-de-janeiro-leaders-declaration-final.pdf>.
- Institute for Economics and Peace. 2024. "Global Peace Index 2024." *Institute for Economics & Peace Executive Summary*, June 2024. <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2024/06/GPI-2024-web.pdf>.
- Landay, Jonathan, Steve Holland & Daphne Psaledakis. 2025. "Elon Musk Targets Closure of U.S. Humanitarian Aid Agency." *Reuters*, February 4, 2025. <https://www.reuters.com/world/us/usaid-dc-office-shuts-day-musk-trump-ramp-up-attacks-2025-02-03/>.
- Lim, Wonhyuk. 2013. "The Development Agenda for the Brisbane G20 Summit." In *Think20 Papers 2014, Policy Recommendations for the Brisbane G20 Summit*, Lowy Institute for International Policy, G20 Studies Centre, T20 Australia 2014: 203-207. https://g20.utoronto.ca/t20/2014-think20_papers_2014.pdf.
- Mendizabal, Enrique & Paula Martínez. 2024. "The Origins of the T20 – Interview with Andrés Rozental (COMEXI)." *OnThinkTanks (OTT)*, October 4, 2024. <https://onthinktanks.org/articles/the-origins-of>

the-t20-interview-with-andres-rozentel-comexi/.

Pambudi, Edi Prio. 2023. "Introduction 1." In *A World in Crisis, a World in Progress, Growing Better Together. Lessons from a Decade of Think20*, by Tetsushi Sonobe, Nicolas J. A. Buchoud, Riznaldi Akbar, Riatu M. Qibthiyyah & Bayarbileg A. (Eds.), ADBI: xiii-xv <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/863351/world-crisis-world-progress.pdf#page=14>.

Plackett, Benjamin. 2024. "What the Science of Elections Can Reveal in this Super-Election Year." *Nature*, June 10, 2024. <https://doi.org/10.1038/d41586-024-01712-2>.

Sak, Güven. 2023. "Why the T20 Matters More than Eve." In *A World in Crisis, a World in Progress, Growing Better Together. Lessons from a Decade of Think20*, by Tetsushi Sonobe, Nicolas J. A. Buchoud, Riznaldi Akbar, Riatu M. Qibthiyyah & Bayarbileg A. (Eds.), ADBI: 23-28. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/863351/world-crisis-world-progress.pdf#page=48>.

Sonobe, Tetsushi. 2024. "Think Tanks Can Help Expedite Climate Solutions." *Nikkei Asia*, November 10, 2024. <https://asia.nikkei.com/Opinion/Think-tanks-can-help-expedite-climate-solutions>.

T20 Brasil. 2024. "Convergence Dialogue between T20 and C20." *BRICS Policy Center*, July 3, 2024, <https://www.t20brasil.org/media/filemanager/declaracaoconjunta1.pdf>.

T20 Mexico. 2012a. *Think20 Meeting. Report to G20 Sherpas*. March 2012. https://g20.utoronto.ca/t20/2012-FINAL_Think-20_Report_to_Sherpas.pdf

T20 Mexico. 2012b. "Key Lessons about the Organisation of the T20." *OnThinkTanks (OTT)*. <https://onthinktanks.org/t20-hub/t20-mexico-2012/>.

T20 Mexico. 2012c. *Participant notes*. https://g20.utoronto.ca/t20/2012-Think_20_Participant_Briefing_Memos.pdf.

T20 South Africa. 2025. *About the T20*. G20 South

Africa. <https://t20southafrica.org/about/>.

Teixeira, Izabella et al. 2024. "The G20 Brasil: Driving New Synergies for Climate Finance and Development." *Closed-door meeting at CEBRI*, September 2024. <https://cebri.org/en/evento/819/the-g20-brazil-driving-new-synergies-for-climate-finance-and-development>.

TRF. 2023. "Think7 and Think20 Leaders Launch a Shared Agenda For Global Cooperation." *The Rockefeller Foundation Press Release*, May 15, 2023. <https://www.rockefellerfoundation.org/news/think7-and-think20-leaders-launch-a-shared-agenda-for-global-cooperation/>.

UNSG. 2024. "Secretary-General's Remarks to Meeting of G20 Foreign Ministers [as delivered]." *UN Secretary-General*, September 25, 2024. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-09-25/secretary-generals-remarks-meeting-of-g20-foreign-ministers-delivered>.

Zhang, Yuyan. 2023. "When T20 Met G20 in Hangzhou in 2016." In *A World in Crisis, a World in Progress, Growing Better Together. Lessons from a Decade of Think20*, by Tetsushi Sonobe, Nicolas J. A. Buchoud, Riznaldi Akbar, Riatu M. Qibthiyyah & Bayarbileg A. (Eds.), ADBI: 15-18. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/863351/world-crisis-world-progress.pdf#page=40>.

Como citar: Buchoud, Nicolas J. A. & Tetsushi Sonobe. 2024. "Papéis dos *think tanks* em um novo mundo transaccional: novos horizontes da Amazônia ao Himalaia". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 139-158.

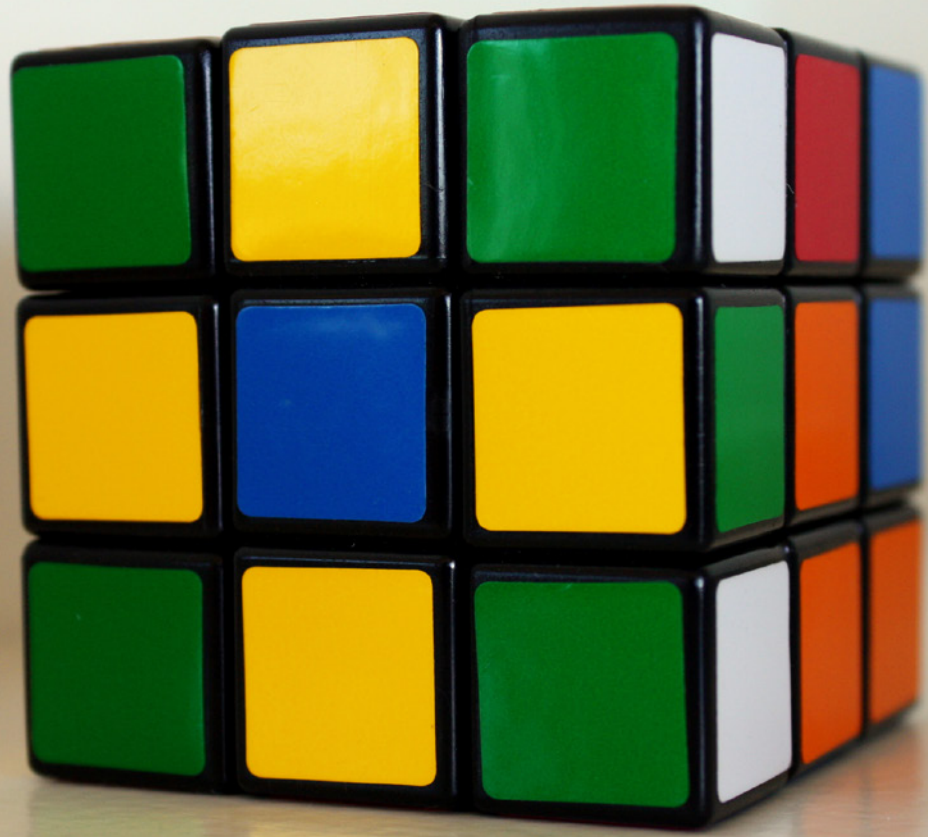
To cite this work: Buchoud, Nicolas J. A. & Tetsushi Sonobe. 2024. "Roles of Think Tanks in a New Transactional World: New Horizons from the Amazon to the Himalayas." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 139-158.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.02.08.139-158.en>

Submitted: February 4, 2025

Accepted for publication: February 11, 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Journal. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.



ARTIGOS ACADÊMICOS

Lula's New Foreign Policy: Revisiting Overstretch or Restraining after the Sprain? 160

Pedro Feliu Ribeiro, Andrés Malamud & Luis Schenoni

Walking the Last Mile Together: Amazonian Diplomacy for Rural Energy Transition 178

Luiz Enrique Vieira de Souza, Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante, Márcio Giannini & Rodolfo Gomes

Lula's New Foreign Policy: Revisiting Overstretch or Restraining after the Sprain?

Pedro Feliú Ribeiro

Andrés Malamud

Luis L. Schenoni

Abstract: This article assesses whether, after the hiatus of Temer and Bolsonaro, Lula continued to pursue an overstretched foreign policy in his third term. We conclude that although he has restrained from those impulses, this is less due to any learning from past mistakes and primarily because of the pressures of the new geopolitical order. To make these points, we leverage data and analytical techniques to measure the overstretch along the lines of the project Foreign Policy in Numbers, hosted at the International Relations Institute of the São Paulo University.

Keywords: Brazilian foreign policy; foreign policy overstretch; presidential diplomacy.

A nova política externa de Lula: retomando a expansão ou contenção após o excesso?

Resumo: Este artigo avalia se, após o hiato de Temer e Bolsonaro, Lula continuou a perseguir uma política externa *overstretch* em seu terceiro mandato. Concluímos que, embora ele tenha se contido desses impulsos, isso se deve menos a qualquer aprendizado com erros passados e principalmente às pressões da nova ordem geopolítica. Para construir esses pontos, aproveitamos dados e técnicas analíticas para medir o *overstretch* ao longo das linhas do projeto Foreign Policy in Numbers, sediado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: política externa brasileira; excesso de política externa; diplomacia presidencial.


Since taking office in 2003, President Luiz Inácio Lula da Silva has profoundly impacted Brazilian foreign policy. His approach, characterized by a focus on both regional and global influence, was deemed a clear example of foreign policy overstretch. This term typically refers to a State's ambition to project influence beyond its capacity, potentially leading to overextension and diminishing returns. As Lula enters the third year of his third term, assessing whether he continues to pursue an overstretched foreign policy, or it has recoiled—due to learning or the pressure of a new geopolitical order—requires consideration of both his speech and actions. A comprehensive analysis of such dynamics requires leveraging big data and new analytical techniques. Here, we give a glimpse of how such an analysis of foreign policy overstretch could be analyzed and point to the potential of projects such as Foreign Policy in Numbers¹, hosted at the International Relations Institute of the University of São Paulo, which can contribute to policy evaluations.


LULA'S FOREIGN POLICY IN CONTEXT


Efforts to enhance the Brazilian role on the global stage marked Lula's initial two terms. His administration sought to bolster relationships with developing countries, mainly through platforms such as the BRICS (Sotero & Armijo 2007). Lula emphasized South-South cooperation and aimed to reposition Brazil as a leader among emerging economies. This ambitious agenda, however, led to criticism of overstretching, as the government was perceived to be pursuing aspirations without sufficient domestic support or capacity.

Particularly notable was Lula's involvement in negotiations around international trade, climate change, and nuclear proliferation. During his

1. See <https://sites.usp.br/pen/en/home-english/>.

Pedro Feliú Ribeiro  is an associate professor of International Relations at the Institute of International Relations, University of São Paulo. Coordinator of the Foreign Policy in Numbers project (IRI-USP), he obtained a PhD in Political Science from the University of São Paulo. His research agenda covers foreign policy analysis, legislative studies, and bureaucratic politics.

Andrés Malamud  is a senior research fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon. He earned his PhD in Social and Political Sciences from the European University Institute at Florence. His research focuses on comparative regional integration, foreign policy, and Latin American politics.

Luis L. Schenoni  is an associate professor at the Department of Political Science, University College London, and Director of UCL's Security Studies Programme. He holds a PhD in Political Science from the University of Notre Dame. His research focuses on the causes and consequences of interstate conflict.

Presidency, Brazil played pivotal roles in discussions related to the Doha Round of trade negotiations and global climate agreements, seeking to balance national interests with a commitment to global citizenship. Despite these efforts, critics pointed out that such extensive commitments strained Brazil's resources and diverted attention from pressing domestic issues. A crucial case of overstretch took place in 2010 when Brazil and Turkey sought to mediate a nuclear agreement with Iran to address concerns over its nuclear program. Their efforts culminated in the Tehran Declaration in May 2010, which aimed to facilitate trust-building measures. However, the agreement was turned down in the United Nations Security Council (UNSC) by 12 votes to two, with all five permanent members voting against the initiative.

Overstretch became all too evident after 2013, during President Dilma's administration, when Brazil's economic slowdown resulted in reduced credit for global investments and budget cuts to the Ministry of Foreign Affairs. Embassies struggled to cover basic expenses, diplomats faced delays in receiving allowances, and the country's debts to international organizations nearly led to suspensions. These issues exposed the unrealistic nature of Brazil's prior ambitions, prompting a continued retreat in its foreign policy. In a major debate in the pages of the Argentine newspaper *La Nación*, Schenoni (2017) argued this point forcefully, but a former secretary-general of Itamaraty and Brazilian Ambassador to Argentina at the time, Sérgio França Danese, opposed Schenoni's argument. Danese (2017) claimed that "Brazil represents the eighth-largest Gross Domestic Product (GDP) in the world, not to mention other facts, such as being the fifth-largest country in population and territory, and the main biodiversity reserve on the planet. [...] In each of these areas, Brazil possesses assets—natural, economic, human, and diplomatic—that grant it a place at the table of global negotiations." In other words, according to Danese, it was not enough to show that Brazil expanded. One must consider what would have happened to a Brazil-like country without a PT government to argue convincingly for overstretch. Did Lula drive this overexpansion, or was it simply the foreign policy growth that any country like Brazil would have undergone in that historical context?

[...]Brazil played pivotal roles in discussions related to the Doha Round of trade negotiations and global climate agreements, seeking to balance national interests with a commitment to global citizenship.

Schenoni et al. (2022) addressed this by employing statistical techniques suitable to generate such counterfactuals, demonstrating that a hypothetical Brazil without Lula would not have stretched beyond its capacity, even in the same context of a Chinese-led international economy. Overextension was empirically traceable in indicators such as the number of embassies, participation in peacekeeping organizations, participation in international organizations, and South-South foreign development aid. Overstretch was indisputable, but questions remained: Why did it happen? And could it happen again?

THIRD TERM: NEW CHALLENGES AND OPPORTUNITIES

As Lula resumed the Presidency in 2023, the international landscape had changed significantly. The geopolitical tensions arising from the COVID-19 pandemic, the ongoing impacts of climate change, and the rise of new economic powers present both challenges and opportunities for Brazilian foreign policy. We scrutinize Lula's current foreign policy through the lens of whether it reflects a continuity of the ambitions of yore or a more refined, strategic approach.

Lula's early actions in his third term indicate a desire to regain Brazil's position as a global leader, particularly in climate policy. He has reopened dialogues with nations that were strained under his predecessor and pledged to reduce deforestation in the Amazon, recognizing the global implications of environmental degradation. Already in 2023, for example, Norway, Germany, Switzerland, the United States, the United Kingdom, Denmark, the European Union and Japan made disbursements to the Amazon Fund managed by BNDES, ending the year with R\$ 3.5 billion. This move could signify a tactical reassessment where Lula aligns Brazil's foreign policy with global priorities and domestic capabilities rather than indiscriminately pursuing a broad-spectrum influence.

[Brazil's neutrality in the [Russia-Ukraine] conflict oscillates between maintaining ties with Russia and China, pleasing the U.S. and the European Union, and still trying to maintain what remains of coherence in respecting the principle of non-intervention and respect for sovereignty.]

Although Lula offered himself to mediate in the Russia-Ukraine conflict, in what seemed a revival of overstretch, the warring parties did not accept it—and Brazil ended

up paying more costs or reaping more sympathy out of an alleged bias towards Russia. While Brazil was the only BRICS country to vote in favor of the United Nations (UN) resolution condemning the Russian invasion and calling for the withdrawal of Moscow's troops from Ukrainian soil, Lula rejected the request from the U.S. and Germany to send ammunition to Kyiv and criticized North Atlantic Treaty Organization (NATO) for supporting Ukraine and prolonging the war. Ukraine translated this posture as an alliance between Brazil and the aggressor Russia for commercial reasons. In 2023, President Lula suggested that Kyiv recognize Russian sovereignty in Crimea to achieve peace, a declaration interpreted as support for Moscow. Brazil's neutrality in the conflict oscillates between maintaining ties with Russia and China, pleasing the U.S. and the European Union, and still trying to maintain what remains of coherence in respecting the principle of non-intervention and respect for sovereignty.

Likewise, Lula sought to get the least involved in the Venezuelan democratic crisis that peaked in 2024, neither corralling President Maduro nor backing the triumphant, but repressed, opposition. The Brazilian government expected to convince Maduro to respect the fairness of the electoral process, a fact agreed in Barbados in 2023, together with the United States. The exchange of fair elections for lifting U.S. sanctions did not work, and Brazil's hesitation jeopardized its possible leadership in the region. Although Brasilia acted to veto Venezuela's entry into BRICS at the end of 2024, a clear sign of retaliation, the failure to persuade Maduro highlights Brazil's low capacity to command the stability of the countries around it. Regional instability can restrict Brazil's extra-regional projection, limiting the extent of its influence and power in the global arena (Mariano & Ramanzini, 2023). It might also undermine his budgetary negotiations with the Brazilian armed forces, who have created a new mechanized cavalry regiment in Roraima to stop Venezuelan ambitions in the Essequibo region of Guyana and are becoming an increasingly influential actor in domestic politics.

In the agendas revised above, the record is mixed. They paint the picture of a Lula who is trapped in his former rhetoric and cannot escape his former role but is, at the same time, much more constrained by the lack of a favorable international environment. So, a reader might ask, did overstretch occur or not? The devil is in the metrics.

OVERSTRETCH REVISITED? NOT IN SIMILAR INDICATORS (BUT MAYBE ELSEWHERE)

The perception of a multipolar world, combined with a favorable international economy, drove the expansion of Brazilian foreign policy during the first eight years of Lula's administration. The commitment of national resources to the expansion

of Brazilian influence reached the economic, diplomatic and security dimensions, strengthening the legitimacy of Brazil's demand for reform of the post-Cold War global order. In the economic sphere, the expansion of national companies has become a central focus of the foreign policy agenda, interpreted as essential for domestic socioeconomic development (Ricupero & Barreto 2007).

Until the beginning of the 21st century, the internationalization of Brazilian capital was considered low in relation to other emerging economies (Iglesias & Motta Veiga 2002; Tavares 2006), a scenario abruptly reversed during Lula's first two terms in office. The Brazilian foreign direct investment totaled US\$ 1 billion per year until 2003, averaged US\$ 14 billion per year from 2004 to 2007 and reached an impressive US\$ 56 billion in 2007 alone (Saggiaro 2012, 62). The degree of internationalization of Brazilian companies quickly approached that of China and India, two major emerging economies.

The National Bank for Economic and Social Development (BNDES) loans for financing international services played an important role in this expansion. Between 2001 and 2010, the amount of credit granted by BNDES to these companies rose from US\$ 194 million to US\$ 1,3 billion, approximately fifteen times the growth rate of the country's economy in the same period. The countries that received the most BNDES loans in this modality during the period were Angola and Venezuela, closely followed by Argentina and Mozambique, in line with the government's political aspirations to lead the region and expand Brazil's global influence, with special attention to the African continent. The global expansion of Brazilian public and private companies was also facilitated by presidential diplomacy (Malamud 2005). Between 2003 and 2010, President Lula visited an average of thirty countries per year, more than double the thirteen countries of his predecessor, often accompanied by Brazilian entrepreneurs (Cason & Power 2009; Burges & Bastos 2017). The phenomenon was an important pillar of the overstretching of Brazilian foreign policy, given the low sustainability of this model of international economic insertion, which terminated in 2015 with the end of BNDES loans.

The initial argument about overstretch was developed by pairing Brazil with a counterfactual without Lula in the 2003 international context and showed an increase in key foreign policy indicators (Schenoni et al. 2022). Here, we use two relevant indicators of Brazilian overstretch in the diplomatic and security dimension to replicate the analysis of Lula's third election: the expansion of the Brazilian diplomatic representations and the increase in the participation of the country's troops in UN peacekeeping operations (PKOs). We reproduce figures 1 and 2 for the 2003 election and 3 and 4 for the 2023 election.

The synthetic control method (SCM) we use is a statistical technique used to estimate the counterfactual scenario of an intervention when random assignment is not possible. In the context of Brazil, the SCM involves constructing a synthetic version of the country using a weighted combination of indicators from other countries. These countries were selected based on their similarity to Brazil before the intervention in terms of characteristics that are predictive of the outcomes of interest, such as embassy increases and the deployment of troops. The goal is to create a synthetic Brazil that mimics the key factors influencing Brazil's trajectory before the intervention took place.

The weights assigned to the different countries in the synthetic control are determined by minimizing the differences between Brazil's observed pre-treatment values of the predictors and the corresponding values for the synthetic Brazil, which allows for a more accurate construction of the counterfactual Brazil, representing what might have happened in the absence of the intervention. By comparing the post-treatment outcomes of the actual Brazil with the synthetic control, the SCM offers insights into the causal effect of the increase in embassies and the deployment of troops. This method is particularly useful when randomized control trials are not feasible, as it offers a way to estimate what would have occurred under a different set of circumstances, using real-world data.

We also use the same countries and indicators as in the original study. The interpretation of the figures below should consider a significant treatment effect (Lula's rise in 2003 and 2023) when factual Brazil shows a considerably greater increase in the two selected variables during the post-treatment period. In other words, the solid line below (real Brazil) should move much further away from the dashed line (counterfactual Brazil) after the treatment, in this case, Lula's elections in 2003 and 2023. Furthermore, applying placebo tests allows us to confidently argue whether there was an excessive expansion of foreign policy.

The commitment of national resources to the expansion of Brazilian influence reached the economic, diplomatic and security dimensions, strengthening the legitimacy of Brazil's demand for reform of the post-Cold War global order.

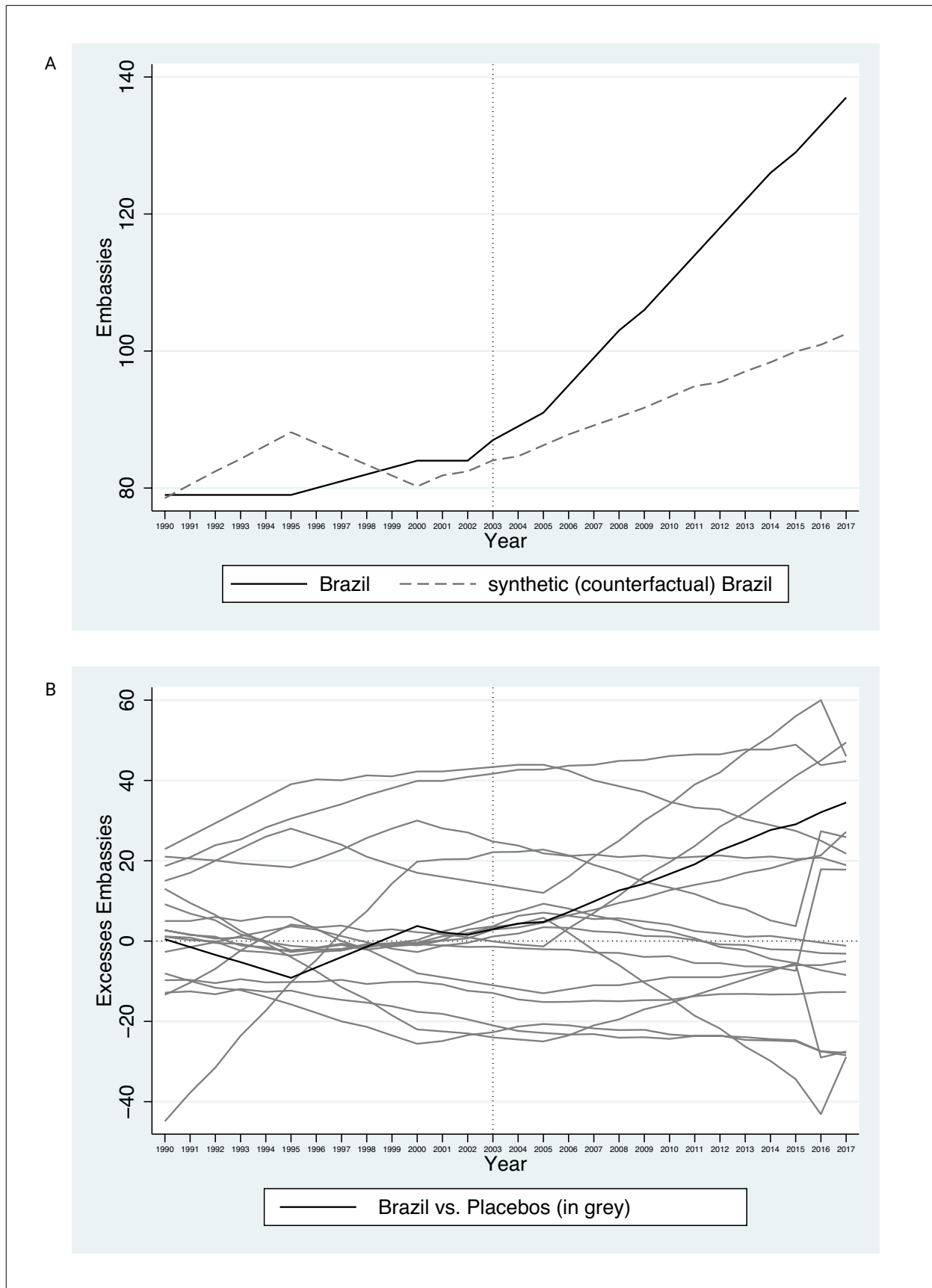


Figure 1. Number of embassies: Actual vs. counterfactual Brazil after Lula 2003. Source: Schenoni et al. (2022).

In Figure 1B, we show the placebo test, running the same analysis with each of the 17 countries like Brazil, counting the number of excess embassies for each one. The results show that Brazil is among the few countries defined as on a positive trajectory, being the most affected by the 2003 treatment, namely the beginning of the Lula administration. The method used allows us to more robustly observe that the effect of Lula's rise on diplomatic expansion is significant. Several countries under the same international conditions could overstretch their foreign policies from 2003 onwards. However, Brazil expanded much more than expected without the effect of Lula's first election.

Between 2003 and 2010, Brazil increased the number of embassies from 96 to 127. In Sub-Saharan Africa, for example, there were 17 embassies in 2003, and 29 in 2010, placing Brasília among the most represented in the region. In addition to embassies and missions abroad, consular activities and participation in international organizations also increased. The number of governmental positions abroad jumped from 150 in 2002 to 217 in 2010, and the total number of diplomats rose from 997 to 1,405 in the same period. The chancellery budget as a whole also doubled its share of ministerial expenditures. This budget increase positively impacted Brasília's ability to offer cooperation to countries, including bilateral agreements with 113 countries during the period. The countries in which Brazil spent the most resources on bilateral cooperation during the period were Haiti, Mozambique, Cuba, Palestine, the United States, Chile, Argentina and Paraguay (COBRADI 2010). The areas that stand out in Brazilian bilateral cooperation are agriculture, education, defense, and health, with strong participation from federal companies and agencies such as Fiocruz (health) and Embrapa (agriculture). Below, we turn to the peacekeeping contributions.

Brazil, together with Germany, Japan and India, forms the G4, a coalition of countries seeking to reform the UNSC with permanent seats for its members. While the first two partners in G4 are among the largest financial contributors to UN peacekeeping missions, India is one of the countries that provides the most troops in the world.

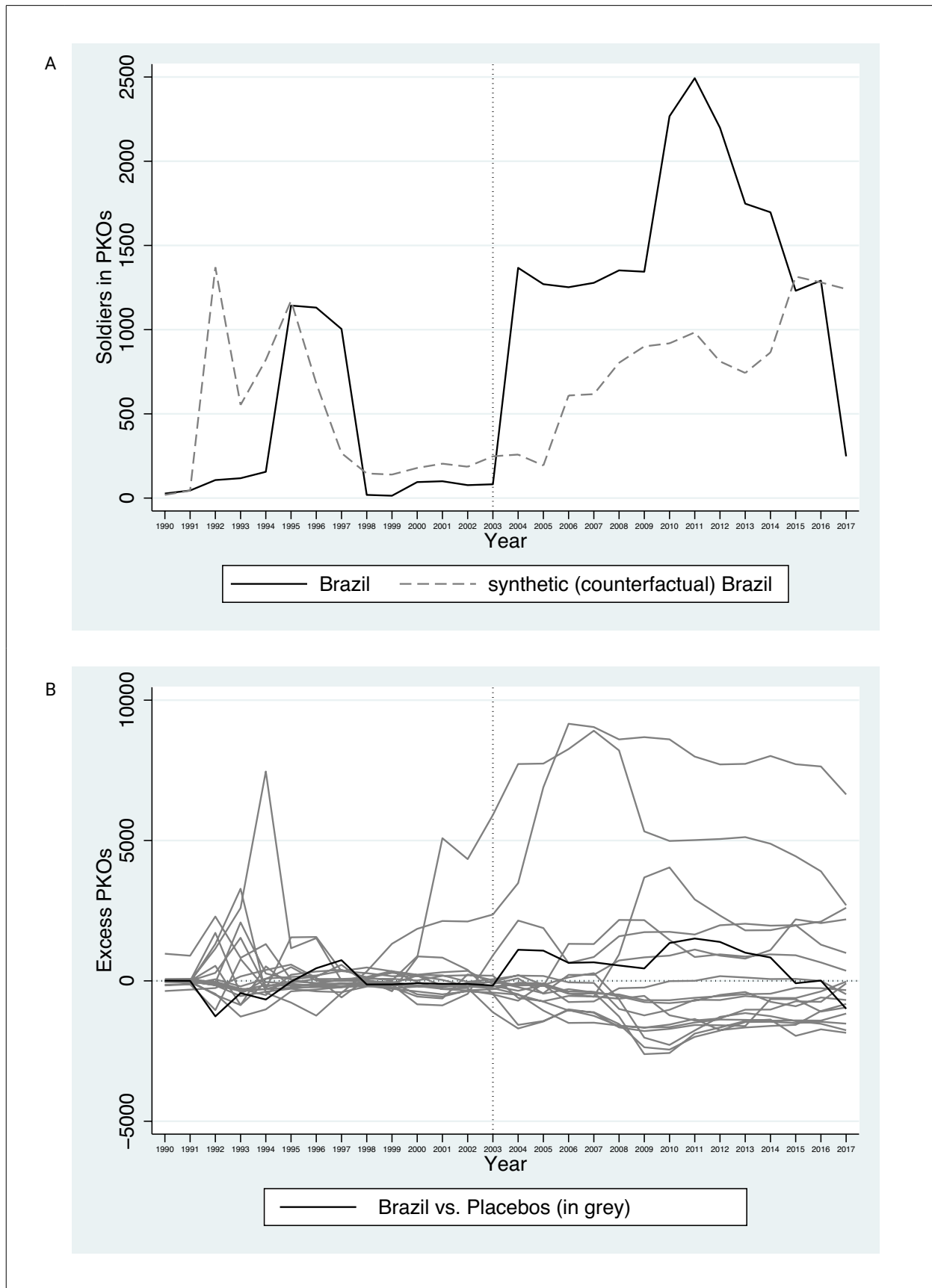


Figure 2. Number of Soldiers in PKOs: Actual vs. counterfactual Brazil after Lula 2003. Source: Schenoni et al. (2022).

Figure 2A highlights the significant impact of Lula on the number of troops available for peacekeeping operations. The country went from a few dozen troops to about 200 in 2003, advancing to 1,400 already in 2004, and 2,500 troops when overstretch started to loom large in 2012. The synthetic comparison remains at around 150 and in a decreasing trend—meaning that a country just like Brazil alongside relevant indicators would not have expanded that much, even under the Chinese-led economic boom. The placebos in Figure 2B show a significant variation in contributions to PKOs across the countries in the sample, suggesting overlapping elements from 2003 onwards that could affect the expected trajectories of countries other than Brazil.

During Lula's first term, sending troops to Haiti in 2004 was responsible for the exponential increase in Brazil's contribution to the UN's collective security. At the request of the United States, Brazil assumed the military leadership of a UN peacekeeping mission for the first time, representing Brazil's most forceful action in its bid for a permanent seat on the United Nations Security Council (UNSC). Between 2004 and 2017, Brazil committed 37,000 soldiers and spent approximately R\$ 2 billion (the UN reimbursed one-third of this amount). Before Haiti, Brazil's largest deployment had been for the mission in Angola (UNAVEM III), totaling 4,174 soldiers. Brazil, together with Germany, Japan and India, forms the G4, a coalition of countries seeking to reform the UNSC with permanent seats for its members. While the first two partners in G4 are among the largest financial contributors to UN peacekeeping missions, India is one of the countries that provides the most troops in the world. Thus, Brazil needed to convert its rhetoric of reforming the international system into material investment, convincing the international community of its capacity to provide security and promote development.

A retraction in Brazilian foreign policy accompanied the 12 years following Lula's expansion (Zanini 2017; Malamud 2017), frustrating Brazil's aspirations to be one of the poles of a new global order. Credit for international investment plummeted, and some embassies were unable to pay for essential services. Brazil accumulated debts with international organizations and courts, leaving it on the brink of suspension from several international bodies. These revealing events demonstrated the limits of Brazilian ambition, whose foreign policy retraction was as notable as its previous expansion (Cervo & Lessa 2014; Kalout & Degaut 2017; Malamud 2017; Schenoni & Leiva 2021; Nolte & Schenoni 2024). If we replicate the analyses now, we can clearly see that this overstretch has not happened again in Lula's return to the Presidency in 2023.

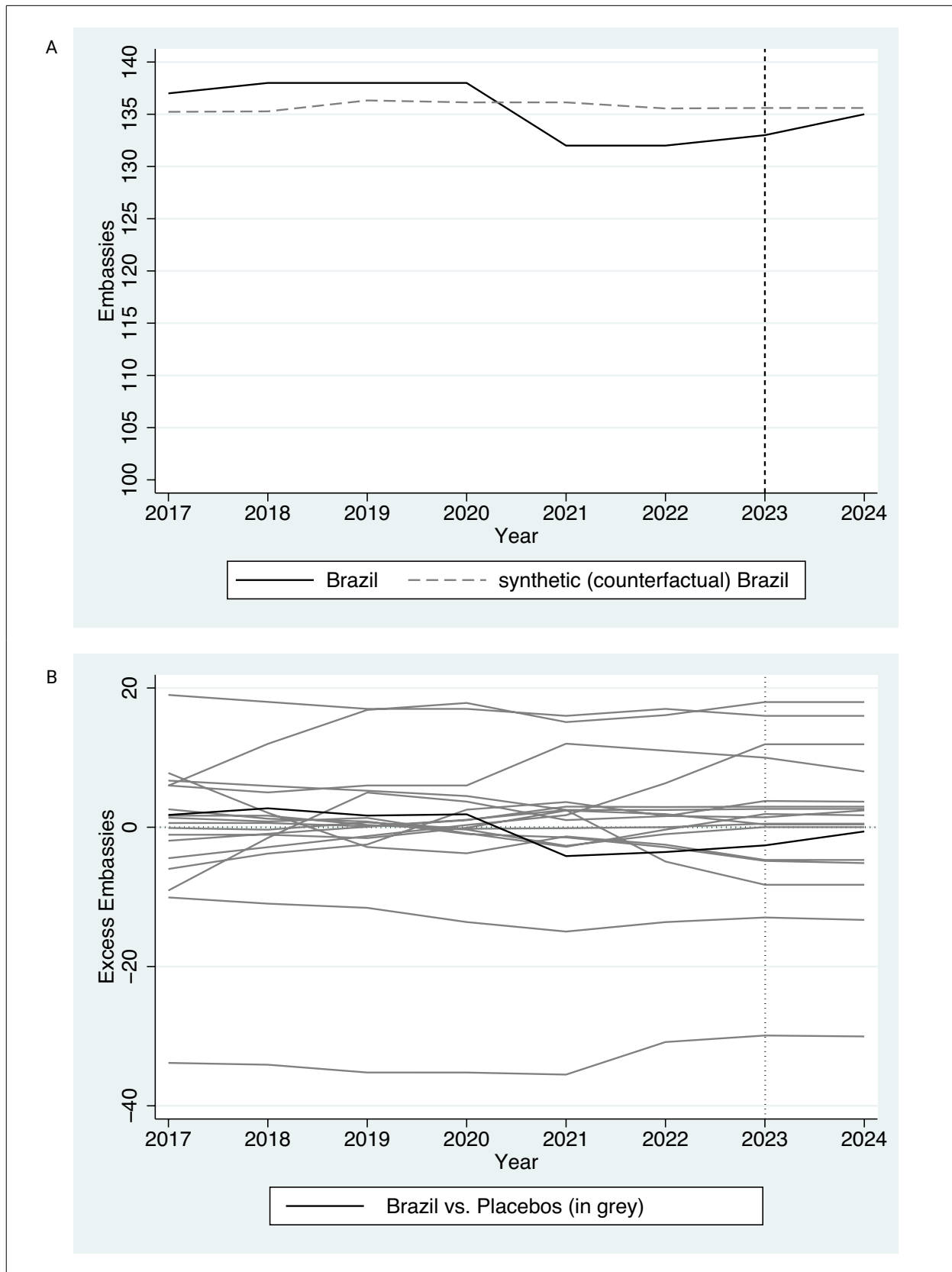
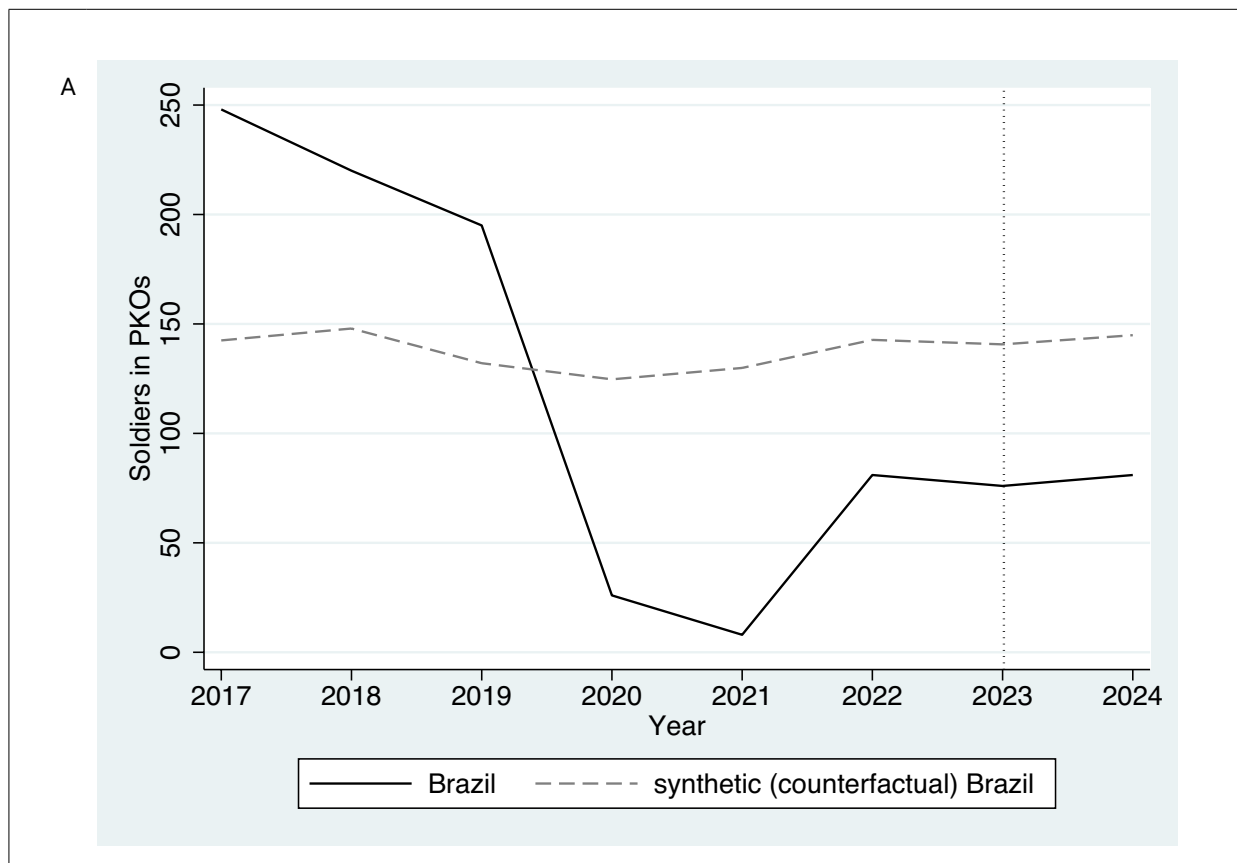


Figure 3. Number of embassies: Actual vs. counterfactual Brazil after Lula 2023. Notes: Formulated by the authors using the Stata package "synth2." Sources: The number of embassies comes from the Lowy Institute Global Diplomacy Index (https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org/country_ranking) and data about countries from World Bank data (<https://databank.worldbank.org/>).

Figure 3A reveals three interesting movements. The first is the maintenance of a significant number of embassies, above the estimate of the counterfactual Brazil in part of the series, placing the country among the ten with the most embassies in 2024 (Global Diplomacy Index 2024). Second, the country peaked in embassies in 2017, only to decline in the following years. In 2020, under the Bolsonaro government (2019-2022), the Foreign Ministry closed seven embassies and opened one in Bahrain in 2021, resulting in a small negative balance of embassies. Third, when Lula takes office in 2023, there is a slight increase in embassies, with the recreation of the embassy in Sierra Leone and the creation of another in Rwanda, while the trajectory of the counterfactual Brazil remains stable. It is important to note that this study only covers one year after the treatment occurrence, making it difficult to observe whether there is an effect in the long term. However, in Figure 3B, the placebo tests increase the expectation that there will be no significant effect from the 2023 election, given the lack of salience in the trajectory of the growth of embassies in Brazil when compared to the trajectories of other countries in the placebo tests. Below, we present the replication for the deployment of troops.



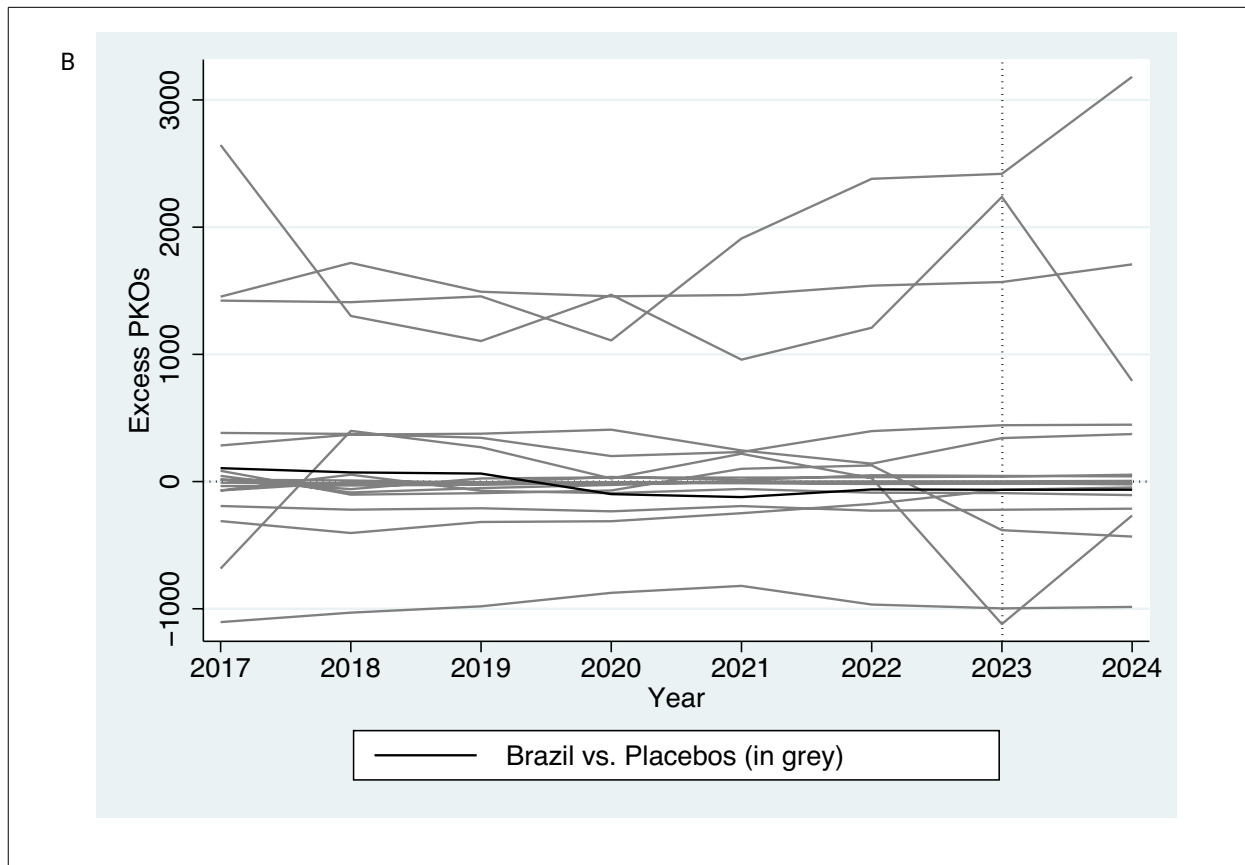


Figure 4. Number of Soldiers in PKO: Actual vs. counterfactual Brazil after Lula 2023. Notes: Formulated by the authors using the Stata package "synth2." Sources: The number of soldiers in PKOs comes from United Nations PeaceKeeping data (<https://peacekeeping.un.org/en/data>) and data about countries from World Bank data (<https://databank.worldbank.org/>).

Figure 4 more clearly demonstrates the absence of an overstretch effect on the country's contribution to collective security in this manner. In Figure 4A, starting in 2017, we observe the beginning of the decline of Brazil's troop contribution, in bold, and falling below counterfactual Brazil since 2019, in dashed line. It was precisely in 2017 that President Michel Temer (2016-2018) ended Brazil's participation in the UN mission in Haiti. Lula's election in 2023 does not appear to change the trend of low participation of Brazilian troops, a fact also evidenced by the placebo tests in the figure above, whose trajectory in bold is one of the lowest in the sample. Corroborating the results shown in Figure 4, the refusal to send troops to Haiti again in 2023, already in Lula's third term, reveals the low probability of expansion of foreign policy in this issue. In a scenario of budgetary shortages, the Brazilian government claimed that the international community did not provide the conditions for Haiti's development and that sending troops would not be efficient. Brazil adjusted its ambition to the level of its ability to maintain a stable material commitment to the international public goods supply, eliminating the possibility of overstretching.

This adjustment could be because Lula changed or because the international environment changed, since the 2003 shock was initially conceptualized as an interaction of both events. At the international level, there is much less acceptance of the multipolar narrative of Lula's first terms, combining a more limited space for action by emerging countries. Domestically, the country is still struggling to recover from the economic depression that began in 2015, Congress is more conservative and ideologically polarized (Zucco & Power 2024), and the Executive no longer controls the budget (Faria 2022), making it challenging to invest national resources in foreign policy.

OVERSTRETCH OR RELUCTANT RECOIL?

To evaluate whether Lula's current foreign policy represents an overstretch or strategic shrinking, one must look at the relation between actions and speech or "words and deeds" (Jenne et al. 2017). Lula has been vociferous and sometimes polemic in his treatment of Ukraine and active in the environmental agenda by organizing a G20 and trying to play a central role in the Venezuelan crisis. However, Brazil's actual impact (and investment) was modest on all these fronts.

In the background, one must consider the third Lula administration's focus on straddling the divide between the West and the rest without disturbing key partnerships. Renewing relationships with traditional allies, such as the United States and European nations, points toward a more collaborative approach. The strategic patience with which Lula has dealt with Javier Milei's Presidency in Argentina illustrates this emphasis on diplomacy over confrontation very well, contrasts with the more aggressive stances of some other global leaders (usually on a more emboldened Right) and suggests a recalibration of priorities that may mitigate the concerns of overstretch.

...one must consider the third Lula administration's focus on straddling the divide between the West and the rest without disturbing key partnerships. Renewing relationships with traditional allies, such as the United States and European nations, points toward a more collaborative approach.

Moreover, Lula's administration is leveraging multilateral organizations and forums to promote its agenda, recognizing Brazil's limitations and the significance of collective action. By focusing on partnerships rather than isolated initiatives, Lula

may be avoiding the pitfalls of overextension and aligning more closely with global movements while ensuring the sustainable representation of Brazil's interests.

But what do we know? We still have little data and workforce to measure these trends and provide an analysis like that of PKO and embassies shown above. Brazil needs to invest more in understanding Foreign Policy in Numbers, a trend where some major works have made inroads for a decade (e.g., Amorim Neto 2014; Rodrigues et al. 2019) but have been slow to take off. In particular, the systematic analysis of foreign policy discourse seems underexplored (given available techniques for web scraping and content analysis of big data) which might illustrate a fundamental gap between bombastic speech and a reality of shrinking foreign policy investment, which we call reluctant recoil.

CONCLUSION

While Lula's past terms displayed characteristics of foreign policy overstretch, the early indicators of his third term suggest a potential shift towards a more strategic and realistic foreign policy framework. Although his rhetoric continues to feature higher values and harsh adjectives, his practice has become less enthusiastic. Can this change be credited to political learning or human aging? Or is it shaped more broadly by structural forces, such as international hardening, where the global environment offers less room for Brazil's soft power, and domestic weakening, as financial, political, and military restrictions (including the "bolsonarization" of the armed forces) constrain its ambitions?

Regardless, by prioritizing environmental issues, revitalizing traditional alliances, and emphasizing multilateral cooperation, Lula may be navigating a path that circumvents the excessive ambitions of his previous administrations. This approach addresses the challenges posed by an evolving global scenario and ensures that Brazil's foreign policy remains both ambitious and sustainable. However, factors such as political learning or the inevitable effects of human aging, including energy depletion and attention shifts may also influence this recalibration.

As his third term progresses, the effectiveness of this realignment will be critical in determining Brazil's role on the world stage and the extent to which it can fulfill its international aspirations without succumbing to the adverse effects of overstretch. It is to be regretted, however, that analysts in Brazil are lagging in a computational revolution on big data and AI that can allow for a methodological turn in how we do foreign policy analysis. Some of the models above could be generalized to the analysis of basically any change we wanted to trace back to 2023. We hope more such analyses will come. 🇧🇷

References

- Amorim Neto, Octavio. 2014. *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Burges, Sean & Fabricio Bastos. 2017. "The Importance of Presidential Leadership for Brazilian Foreign Policy." *Policy Studies* 38 (3): 277-290. <https://doi.org/10.1080/01442872.2017.1290228>.
- Cason, Jeffrey & Timothy Power. 2009. "Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era." *International Political Science Review* 30 (2): 117-140. <https://doi.org/10.1177/0192512109102432>.
- Cervo, Amado Luiz & Antônio Carlos Lessa. 2014. "O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)." *Revista Brasileira de Política Internacional* 57 (2): 133-151. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400308>.
- IPEA. 2010. "Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional." *Relatório COBRADI*. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira_ed02a.pdf.
- Danese, Sérgio França. 2017. "Brasil, América del Sur, y el resto del mundo." *La Nación*, 15 de julio de 2017. <https://www.lanacion.com.ar/opinion/brasil-america-del-sur-y-el-resto-del-mundo-nid2042983/>.
- Faria, Rodrigo Oliveira de. 2022. "O desmonte da caixa de ferramentas orçamentárias do Poder Executivo e o controle do orçamento pelo Congresso Nacional." *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4875>.
- Lowy Institute. 2024. *Global Diplomacy Index*. <https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org/>.
- Iglesias, Roberto Magno & Pedro da Motta-Veiga. 2002. "Promoção de Exportações via Internacionalização das Firmas de Capital Brasileiro." In *O desafio das exportações*, Armando Pinheiro, Ricardo Markwald & Lia Pereira (eds.): 367-446. Rio de Janeiro: BNDES. https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2064/1/Livro%20completo_0%20desafio%20das%20exporta%C3%A7%C3%B5es_P.pdf.
- Jenne, Nicole, Luis Leandro Schenoni & Francisco Urdinez. 2017. "Of Words and Deeds: Latin American Declaratory Regionalism, 1994–2014." *Cambridge Review of International Affairs* 30 (2-3): 195-215. <https://doi.org/10.1080/09557571.2017.1383358>.
- Kalout, Hussein & Marcos Degaut. 2017. *Brasil, um país em busca de uma grande estratégia*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República. DOI:10.13140/RG.2.2.33907.32801.
- Malamud, Andrés. 2005. "Presidential Diplomacy and the Institutional Underpinnings of Mercosur. An Empirical Examination." *Latin American Research Review* 40 (1): 138-64.
- Malamud, Andrés. 2017. "Foreign Policy Retreat: Domestic and Systemic Causes of Brazil's International Rollback." *Rising Powers Quarterly* 2 (2): 149-168. <http://hdl.handle.net/10451/28469>.
- Mariano, Marcelo & Haroldo Ramanzini. 2023. "Possibilidades de Monitoramento e Avaliação da Política Externa Brasileira." *Revista Tempo do Mundo* 33: 169-203. <https://doi.org/10.38116/rtm33art6>.
- Nolte, Detlef, Luis Leandro Schenoni. 2024. "To Lead or Not to Lead: Regional Powers and Regional Leadership." *International Politics* 61: 40-59. <https://doi.org/10.1057/s41311-021-00355-8>.
- Rodrigues, Pietro, Francisco Urdinez & Amâncio de Oliveira. 2019. "Measuring International Engagement: Systemic and Domestic Factors in Brazilian Foreign Policy from 1998 to 2014." *Foreign Policy Analysis* 15 (3): 370-391. <https://doi.org/10.1093/fpa/orz010>.
- Ricupero, Rubens & Fernando Barreto. 2007. "A importância do investimento direto estrangeiro do Brasil no exterior para o desenvolvimento socioeconômico do país." In *Internacionalização de Empresas Brasileiras: perspectivas e riscos*, André Almeida (Org.): 1–36. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Saggiaro, Ana. 2012. "Internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma

análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo." *Tese de Doutorado*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Schenoni, Luis L. 2017. "Brasil Contrae su Política Exterior." *La Nación*, 12 de julio de 2017. <https://www.lanacion.com.ar/opinion/brasil-contrae-su-politica-exterior-nid2041884/>.

Schenoni, Luis L. & Diego Leiva. 2021. "Dual Hegemony: Brazil Between the United States and China." In *Palgrave Studies in International Relations*, Florian Böller & Welf Werner (eds.): 233-255. London: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-74505-9_12.

Schenoni, Luís, Pedro Feliú, Dawisson Belém-Lopes & Guilherme Casarões. 2022. "Myths of Multipolarity: Sources of Brazil's Foreign Policy Overstretch." *Foreign Policy Analysis* 18 (1). <https://doi.org/10.1093/fpa/orab037>.

Sotero, Paulo and Leslie Elliott Armijo. 2007. "Brazil: To Be or Not to Be a BRIC?" *Asian Perspective* 31 (4): 43-70. <https://www.jstor.org/stable/42704608>.

Tavares, Márcia. 2006. "Investimentos brasileiros

no exterior: panoramas e considerações." *CEPAL, Serie Desarrollo Productivo* 172: 1-31.

Zanini, Fábio. 2017. *Euforia e Fracasso do Brasil Grande: Política Externa e Multinacionais Brasileiras na Era Lula*. São Paulo: Contexto.

Zucco, Cesar & Timothy Power. 2024. "The Ideology of Brazilian Parties and Presidents: A Research Note on Coalitional Presidentialism Under Stress." *Latin American Politics and Society* 66 (1): 178-188. DOI: 10.1017/lap.2023.24.

Como citar: Ribeiro, Pedro Feliú, Andrés Malamud & Luis L. Schenoni. 2024. "A nova política externa de Lula: retomando a expansão ou contenção após o excesso?". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 169-177.

To cite this work: Ribeiro, Pedro Feliú, Andrés Malamud & Luis L. Schenoni. 2024. "Lula's New Foreign Policy: Revisiting Overstretch or Restraining after the Sprain?". *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 169-177.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.04.01.169-177.en>

Submitted: November 29, 2024

Accepted for publication: December 5, 2024

Copyright © 2024 CEBRI-Journal. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Walking the Last Mile Together: Amazonian Diplomacy for Energy Transition

Luiz Enrique Vieira de Souza

Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante

Márcio Giannini

Rodolfo Gomes

Abstract: This study explores the challenges of energy transition within Amazonian diplomacy, focusing on policy gaps and political discourse. In light of these issues, we argue that the Amazon Cooperation Treaty Organization should establish mechanisms to help its members achieve universal access collaboratively. Our findings emphasize Brazil's central role and outline pathways for expanding sustainable energy access across the region.

Keywords: universal access to electricity; energy transitions; Amazon Cooperation Treaty Organization; multilateralism; Equatorial Margin.

Caminhando juntos a última milha: diplomacia amazônica para transição energética


Resumo: Este estudo explora os desafios da transição energética dentro da diplomacia amazônica, com foco em lacunas políticas e no discurso político. Diante dessas questões, argumentamos que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica deve estabelecer mecanismos para ajudar seus membros a alcançar o acesso universal de forma colaborativa. Nossas conclusões enfatizam o papel central do Brasil e delineiam caminhos para expandir o acesso sustentável à energia na região.


Palavras-chave: universalização do acesso à eletricidade; transições energéticas; Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; multilateralismo; Margem Equatorial.


With more than 50 million inhabitants, the Amazon Rainforest covers an area of 7 million square kilometers, spanning eight independent states and one French overseas department. This international biome traverses cosmopolitan territories, as it is home to 420 indigenous peoples who communicate in more than 370 languages. Its forests harbor 25% of all plant and animal species and account for 15% of the Earth's photosynthesis (OTCA 2023a). Preserving this ecosystem is a matter of global security because it enhances climate sustainability, regulates hydrological cycles, retains soil nutrients, and facilitates pollination, among other functions. The World Resources Institute estimates that the indigenous territories of Bolivia, Brazil and Colombia alone would provide ecosystem services worth more than US\$ 1,530 billion over the next twenty years (WRI 2016).


Due to common challenges regarding forest preservation and the valorization of sociobiodiversity, Amazonian countries seek to strengthen ties and promote regional cooperation¹. After fourteen years without meeting, the Summit of the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) convened in August 2023 in the city of Belém. Despite few ongoing projects, chancellors, ministers and heads of State have engaged in building an “Amazonian diplomacy”, as we will detail in section 2, to formulate sectoral policies to combat environmental crimes and enable projects for a decarbonized prosperity. The transition to a new low-carbon economy presents both opportunities and challenges for achieving sustainable development.

1. The scope and the extension of the use of the terms “forest preservation” and “valorization of sociobiodiversity” by OTCA members, for instance, are not discussed in this paper. The authors only highlight the importance of paying attention to the subtleness and frequently unveiled discursive meanings in the political and diplomatic arena.

Luiz Enrique Vieira de Souza  is a social scientist with a PhD in Sociology from São Paulo University (USP). He worked at the Center for Environmental Studies and Research, Campinas State University (UNICAMP), at the School of Electrical Engineering (Beijing Jiaotong University) and at the Bahia Federal University (UFBA). His research focuses on Environmental Sociology and Energy Transition.

Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante  holds a PhD in Social Sciences from Campinas State University (UNICAMP). She conducted research on Concentrated Solar Power at the Institute of Electrical Engineering, an institution affiliated with the Chinese Academy of Science. She has expertise in the areas of Energy Transition and Gender Studies.

Márcio Giannini  graduated in Economics from the Rio de Janeiro Federal University (UFRJ) with a Master's and a PhD in Energy Planning, in addition to being a visiting scholar at the University of California (Berkeley/USA) in 2015 and visiting researcher at the University of Birmingham (UK) in 2022.

Rodolfo Gomes  is a mechanical engineer with a Master's degree in Energy Systems Planning from the State University of Campinas (UNICAMP) with over 20 years of experience in Energy Efficiency and Renewable Energy Policies for a sustainable world. He is a researcher and executive director of the NGO International Energy Initiative in Brazil.

However, equity must be a key consideration. If the focus is solely on the provision of new technologies, local and regional social asymmetries may be exacerbated.

This paper discusses the results of an investigation on energy transition in the context of Amazonian diplomacy. Policies to universalize access to electricity and promote renewable energy sources are cross-cutting with nearly all the goals of the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals (SDGs). Nonetheless, these policies were not included in the final declaration of the Amazon Summit or the XIV Meeting of OTCA Foreign Ministers. Why have member countries not signed cooperation agreements to “ensure affordable, reliable, sustainable and renewable energy for all” (SDG 7)? We discuss some of the deficiencies in transnational energy planning, as well as conflicting views on the role of Amazonian diplomacy.

For this research, we relied on reports and scientific articles about energy transition in the Amazon, especially on the Brazilian government program for universal access to electricity (*Light for All*). We also made requests via the Access to Information Act to the Ministry of Mines and Energy (MME) and the Ministry of Foreign Affairs. Next, we conducted semi-structured interviews with two Itamaraty career diplomats, one member of the MME, one expert linked to a public research institution on energy and environment, and one member of a non-governmental organization that carries out renewable energy projects in the Amazon. Based on this information, we interpreted the meaning of the political speeches at the Amazon Summit and the main synthesis documents of OTCA in 2023, namely the *Belém Declaration* and the *Brasília Declaration*.

The conclusions of this study reveal more about Brazil than its partners. Despite the careful assessment of energy policy and the electricity sector in OTCA countries, our research paths and network lead us to analyze the Brazilian scenario in more detail. However, as our approach is fundamentally relational, this article should serve as a stimulus for a research agenda that approaches Amazonian diplomacy with emphasis on the perspectives of other countries and non-governmental agents and what they can offer for understanding the energy transition in Amazonian territories.

Preserving [the Amazon Rainforest] ecosystem is a matter of global security because it enhances climate sustainability, regulates hydrological cycles, retains soil nutrients, and facilitates pollination, among other functions.

In the following section, we present a definition of what we mean by “Amazonian diplomacy”. Next, we analyze current disagreements over the hydrocarbon economy and the main strategies underlying oil politics in OTCA. While in Colombia and Ecuador people voted against oil exploration in the Amazon, governments in other countries disconnected energy policy from the set of causes leading the forest to its “tipping point”. Representatives did not succeed in approving alternative energy cooperation projects based on renewables and, consequently, reducing deforestation is the main action against climate change within OTCA.

Finally, we analyze how photovoltaic energy systems and lithium batteries could contribute to transnational programs for electricity access in remote regions. Based on recent data on the universalization of access in the OTCA countries, we discuss the possibilities for coordinated actions to expand and decarbonize the electricity sector in the Amazon. In all OTCA States, over 90% of the population have access to electricity, but the numbers are invariably lower in rural areas. Like Brazil, the “last mile” towards universal access in partner countries lies mainly, or to a large extent, within the Amazon. Thus, we present policy suggestions for the Permanent Secretariat of OTCA to form a working group to address universalization from a cooperative and cosmopolitan perspective.

AMAZONIAN DIPLOMACY AND ENERGY TRANSITION

For analytical purposes, we articulate the concept of “Amazon diplomacy” on two levels. In a broader sense, this idea refers to the strategy of using the global ecological relevance of the world’s largest rainforest as a geopolitical platform to enhance national interests in bilateral and multilateral forums (Abranches 2020). As an instrument of “soft power”, the Amazon Rainforest has strengthened Brazil’s image and subsidized its foreign politics, allowing the country, even with limited military power and low industrialization, to establish itself as one of the most active voices in the Global South.

Brazil’s position as an “environmental powerhouse” has helped it to assume a prominent position among developing countries, urging developed nations to cancel the debts of poor countries, to comply with the Paris Agreement, and reform the UN Security Council. Not by chance, the levels of deforestation during the Bolsonaro government contributed for deviating the country from its tradition of “soft power” and for its farthest-reaching international isolation since redemocratization in 1984 (Toni; Chaves 2022).

However, the Brazilian Ministry of Foreign Affairs attributes a stricter meaning to the term “Amazonian diplomacy”, which is the second analytical level

of the concept. It refers to the negotiations within the framework of OTCA as a socioenvironmental bloc. Member countries have different perspectives and realities regarding the forest, but their governments intend to rely on this institution to give volume, visibility and direction to “Amazonian issues”.

Since the foundation of the Amazon Cooperation Treaty in 1978 and its restructuring as OTCA in 1998, member countries have predominantly constructed national agendas for the forest. Progress in the regulatory frameworks for joint initiatives and the allocation of resources has been modest, serving “much more for the exercise of diplomatic rhetoric on Amazonian issues than for effective cooperation among member States” (Filippi & Macedo 2021: 207). In the context of the sharp rise in deforestation during Bolsonaro government, member States signed the *Pact of Leticia* (Colombia) in 2019, which included measures for sustainable development, but civil organization societies and social movements criticized inaction and depicted this pact as “nothing more than a wish list” (Conectas 2021).

In the transition to his third term, Lula convened a summit with the prospect that OTCA would come to express the political profile of Amazonian issues at regional and global level (Agência Brasil 2023). A “*unison voice*” for the Amazon should express the horizontal relations between member States and consensus as a premise for its political deliberations. This slogan reflected the strategy of projecting OTCA as an international bloc with greater bargaining power and sphere of influence than its members could achieve on their own (OTCA 2024).

As guest countries to the summit, OTCA invited São Vicente and the Grenadines, Congo, Democratic Republic of Congo, Indonesia, France (for French Guiana), Germany, and Norway. The participation of other rainforest countries represented an “attempt to build multilateralism in practice”². Their presence would prepare negotiations for the Three Basins Summit (Amazon/Congo/Borneo-Mekong-Southeast Asia), held from October 26 to 28, 2023, in Brazzaville, capital of Congo, where they later ratified common positions on preservation, water resources and biodiversity (Sommet 2023). Germany and Norway attended the event as

Amazonian diplomacy exists as a relational dynamic in which agents construct their positions based on their interests and how they reconfigure vis-à-vis the interests of other agents.

2. Interview with Itamaraty career diplomat, February 19, 2024.

observers in their capacity as donors to the Amazon Fund. With this gesture, OTCA recognized the importance of such investments, but also reiterated the demand for developed countries to increase their contributions.

Amazonian diplomacy exists as a relational dynamic in which agents construct their positions based on their interests and how they reconfigure vis-à-vis the interests of other agents. Historically, Amazonian peoples have claimed the right to participate in the formulation of policies that affect their territories; therefore it would be a conceptual and analytical mistake to restrict this field to the interventions of Nation-States within OTCA. Forest communities have forged bonds of solidarity and alliances that empower them to voice their demands and achieve international prominence. Thus, the *Amazon Dialogues*, which took place in the week preceding the Summit, were a constitutive part of Amazonian diplomacy, wherein they appealed to ancestral tradition and indigenous networks to pressure for the preservation of the rainforest and their worldviews.

At the end of the *Amazon Dialogues*, over 140 forest peoples and civil society organizations signed a letter addressed to the presidents of Amazonian countries and their respective ministries of Foreign Affairs. The signatories demanded the “effective participation of Amazonian peoples in the entire energy production chain, as part of the planning, management, and governance processes for a just and popular energy transition” (§7). Their formulations corroborate the idea that “the environmental and social costs of oil exploration in the Amazon outweigh the economic benefits generated” (§3), establishing connections between “eliminating deforestation and exiting oil exploration” (§6). The petition calls for an end to new oil research and exploration in the rainforest (§3) and expresses support for organizations fighting against the expansion of hydrocarbons off the coasts of Brazil and Guyana, and for the “yes” vote in Ecuador’s referendum “to leave the oil in the Yasuní megadiverse zone underground” (§4). Finally, it demands “reparations” for the peoples and territories already affected by hydrocarbon activities (§3).

The Amazon Summit concluded with a “Declaration” of one hundred and thirteen paragraphs, in which OTCA States reaffirmed common principles and outlined measures for forest preservation, climate regulation, biodiversity, water resources and soil quality. However, this document addresses energy questions in only three paragraphs. The twenty-first reiterates the importance of strategies, programs and projects for the development and strengthening of science, technology and innovation aimed at “the sustainable use of fauna, flora and territory, the human right to food, the *energy transition* and health [...]”. It lists energy transition as one of the priorities of OTCA’s scientific and technological agenda, without providing a precise characterization of its content or the projects to make it happen.

Later on, the document proposes coordinated actions to “guarantee the human right to drinking water and sanitation, secure water-related ecosystems and their healthy balance with food and *energy needs*” (§ 29). Based on the reciprocal influence of their biophysical cycles and processes, the *Declaration* reinforces the work of public managers who approach energy in association with policies for water and food security (Rodrigues 2017). Finally, the seventy-ninth paragraph affirms that member States must initiate a “dialogue on the sustainability of sectors such as mining and hydrocarbons in the Amazon Region within the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development and their sovereign national policies.”

This shows that OTCA formally acknowledges the demands of the Amazonian peoples but does not commit to meeting them. With respect to the energy transition, there exists a notable disparity between the Peoples’ Charter and the Belém Declaration, particularly concerning the most contentious issue of the Summit: the exploitation of hydrocarbons. In the next section, we interpret such disputes in the light of the economic importance that each member attaches to oil, gas and minerals in their respective Amazonian territories, as well as their domestic social pressures for a decarbonized energy sector. Elections and referendums turned into an uncertain arena for oil enthusiasts, and “progressive” governments face accusations of science denialism for insisting on the hydrocarbon economy as a guarantor of social development.

OTCA formally acknowledges the demands of the Amazonian peoples but does not commit to meeting them. With respect to the energy transition, there exists a notable disparity between the Peoples’ Charter and the Belém Declaration, particularly concerning the most contentious issue of the Summit: the exploitation of hydrocarbons.

ENERGY TRANSITION AS “PROGRESSIVE” FORM OF DENIALISM?

All OTCA States exploit hydrocarbons in their Amazonian territories. However, as the climate crisis worsens and forest peoples protest against the impacts of these activities, investments in oil have become the main political divide in the Amazon Summit. To understand this dispute, it is not enough to measure the importance

of such resources in each country. It is necessary to interpret and contextualize the official discourses on energy transition, verify their levels of popular support, and then outline the geopolitics of oil in the Amazon. For analytical purposes, let us take the examples of Guyana and Ecuador. These are less populous countries with smaller territorial extensions, but because they represent almost diametrically opposed trajectories, comparing them will help to situate other countries.

Guyana was a latecomer to “petropolitics” because it was only in 2015 that the country discovered it was sitting on a “winning lottery ticket”. With only 800,000 inhabitants, its verified reserves achieved 11 billion barrels—approximately 75% of Brazil’s oil reserves. This positioned Guyana as the tenth-largest oil producer, gaining prominence on the global economic stage. In 2022, it was the fastest-growing economy (62%), while its per capita income reached US\$ 18,199, nearly three times the US\$ 6,477 recorded in 2019 (Prazeres 2024).

With this influx of resources, the government has boosted primary infrastructure, but critics argue that the current development model has deepened inequalities between Indian and African descendants (Cordis 2021; Wilburg 2024). The latter would have benefited less in terms of employment and income, but have been more affected by inflation following the oil boom. On the other hand, the increase in revenue masks external dependence. Investments for exploration come from foreign companies such as Exxon Mobil (EUA), CNOOC (China), Repsol AS (Norway), among others. According to participation contracts, companies paid 2% royalties to Guyana, while the average rate in developing countries is 16% (Wilburg 2024).

In Ecuador, the referendum about oil exploration in Yasuní National Park confronted the population with the impasses of the 2008 Constitution and extractivism dependence. A few days after the Amazon Summit, 59% voted to halt activities of the state-owned Petroecuador in Block 43 ITT, one of the most biodiverse regions on the planet and home of isolated indigenous groups along the border with Peru (Santos 2023). The significance of this vote is historic, as Ecuador became the first country to decide by popular referendum to keep oil underground. It signifies the democratization of crucial environmental decisions and calls into question the assumptions of political groups that had assumed popular support for developmentalist models.

Pioneeringly, Ecuador’s Constitution drew inspiration from the worldview of Andean peoples to assert principles such as plurinationality, interculturality, ancestral knowledge, juridical rights of nature and “buen vivir” (Sumak Kawsay). However, despite criticism of the ethnocentric foundations of neoliberalism, the country failed

to address its dependency on oil. It became the main (and almost exclusive) source of revenue to finance the investment cycle that would reduce poverty from 36.7% to 22.5% between 2006 and 2016.

Then-President Rafael Correa adopted a nationalist perspective, revising the participation contracts so that the State would appropriate over 80% of the oil revenues. He proposed an agreement, in which Northern countries would compensate Ecuador with US\$ 3,6 billion, i. e. 50% of the market value of Block 43 ITT reserves, so that the country would give up prospecting in the Yasuní Park (Santos 2020). As Northern countries did not adhere, Correa abandoned his commitment not to explore hydrocarbons in the Amazon, bearing the cost of alienating indigenous populations from his political base of support.

The referendum on Yasuní plays an important role in Amazonian diplomacy because it removes Colombia from a position of isolation in the debate on energy transitions. In 2022, Gustavo Petro was elected president with a platform focused on poverty reduction, guerrilla pacification and mitigation of climate change. Although the mining and energy sectors account for 7% of GDP, 33% of foreign investment, 56% of exports and 500,000 formal jobs, Colombia became the first non-island country to sign the Treaty on the Non-Proliferation of Fossil Fuels at COP28 (Dubai). To achieve this objective, the government intends to finance renewable energy initiatives using resources from sectors other than fossil fuels, such as tourism (MinEnergia 2024).

Indeed, even the big oil companies have realized that it is better for their interests to avoid the wear and tear of openly denialist positions and now prefer to talk about ‘transitions’.

This decision was an offshoot of Colombia’s position at the OTCA’s Summit, when Gustavo Petro invoked the authority of science to advocate for an agreement not to explore oil in the Amazon: “[Right-wing] governments have an easy escape route, which is denialism, denying science. For progressives, it is very difficult. It then generates another kind of denialism: talking about transitions” (Vick 2023, our translation). Indeed, even the big oil companies have realized that it is better for their interests to avoid the wear and tear of openly denialist positions and now prefer to talk about ‘transitions’.

Petro has pinpointed the contradiction of the governments seeking to legitimize coastal oil exploitation in the Equatorial Margin, which ranges from Guiana to the

Brazilian State of Rio Grande do Norte. They attach a morally negative value to emissions from deforestation, but not to emissions from the energy sector. In this sense, they become entangled in denialism, since not only deforestation, but also climate change are pushing the Amazon to its “tipping point”, which could undo all the States’ efforts to keep the forest standing. This is not a proposal to abandon fossil fuels “overnight”, but to present an energy plan in which “transition” does not figure as a convenient term for “postponing decisions that are fundamental to life”.

Obviously, these criticisms caused tensions in Brazil because, with the new Growth Acceleration Program (PAC), the government plans to invest up to R\$ 355 billion in oil and gas. An important part of this strategy is to prospect and explore deposits in the Equatorial Margin, consisting of 42 wells, divided into five sedimentary basins (Petrobras 2024). Researchers from the Climate Observatory and the Institute of Energy and Environment suggest that Brazil could potentially produce between 10 and 30 billion barrels of oil in this area. If all this oil were burned, it could result in the emission of 4 to 13 billion tons of CO₂ and potentially cancel out the climate benefits of zeroing deforestation (Almeida 2023; Unisinos 2023).

The controversy surrounding the exploration of block FZA-M-59, situated at the mouth of the Amazon, is particularly intense because it can open a perilous precedent. This area holds ecological significance as it lies close to Brazil’s largest concentration of mangroves (87%), covering an area spanning 12,114 square kilometers. These mangroves are crucial for the economic activities and food security of communities in Maranhão, Pará, and Amapá (ICMBio, 2018). In contradiction to the Ministry of Mines and Energy, the Brazilian Environmental Institute (IBAMA) claimed “technical inconsistencies” and rejected Petrobras’ request to carry out maritime drilling activities in block FZA-M-59. In January 2024, IBAMA calculated the environmental impact of this project as *maximum*, while Petrobras classified the agency’s analysis as “subjective”.

Compelling IBAMA to issue the license might have political consequences both domestically and internationally. It might erode the government’s image in the eyes of the indigenous and other traditional communities in the region. In a scenario where these communities decide to confront the government to ensure non-exploitation of the Amazon Mouth Basin, the Brazilian government would most likely lose ground in Amazonian diplomacy. COP30 could then represent the erosion of international prestige, rather than the consecration of Brazilian foreign policy and soft power.

Finally, Gustavo Petro’s speech had repercussions because the political and scientific objections originated from a Southern nation that emits 1,52 tons of

CO₂ per capita, less than Brazil's 1,92 tons (Global Economy 2020). To position himself as a global environmental leader, Petro relies on the institutional framework of Amazonian diplomacy to dispute with Lula the role of South America's environmental champion.

In any case, there is no clear reason why disagreements about oil and gas should paralyze cooperation among OTCA countries for transitioning to cleaner energy. Instead, we show that they face common difficulties in universalizing access to electricity, particularly in Amazonian departments. Cooperation would be an opportunity to “walk the last mile together”, overcoming the challenges of energy poverty³ in the remote areas of the forest.

A POSITIVE AGENDA FOR BOOSTING ENERGY TRANSITION AND UNIVERSALIZING ELECTRICITY ACCESS IN THE AMAZON

The Brazilian Amazon is abundant in natural resources and exports electricity to urban centers outside the North region. However, even though it provides various inputs for increasing productivity and generating wealth, the region still has the lowest rates of human development. The tension between “scarcity” and “abundance” has been accentuated by the construction of large hydroelectric dams in the last two decades, while local communities live in poverty, darkness or precarious access to electricity and basic social rights. This situation stimulates an energy transition scenario that is unfair and excluding, since local people bear the environmental impacts of the energy infrastructure, but do not have electricity or the support to use energy in ways that maximize its economic and social benefits.

Social inequalities prevalent in the region mirror the antagonistic dynamics of countries in the Global South. These countries have plenty of natural resources, yet they face significant challenges in providing essential public services, including access to electricity, water, sanitation, health care, and education. If this dichotomy is not addressed, Amazonian diplomacy will not alter the objective reality of poverty and scarcity experienced by local communities. The tension between scarcity and abundance can result in fragmented diplomacy, whereby Amazonian countries, despite sharing common realities, may follow divergent interests that impede the advancement of comprehensive and sustainable public policies. Without focusing on social rights, local people will not be properly integrated in the political process and Amazonian diplomacy may degenerate into top-down international politics.

3. Energy poverty is defined as the lack of connection to an electrical grid, mainly in rural areas, and the consequences of the use of firewood for cooking (Pereira et al. 2010).

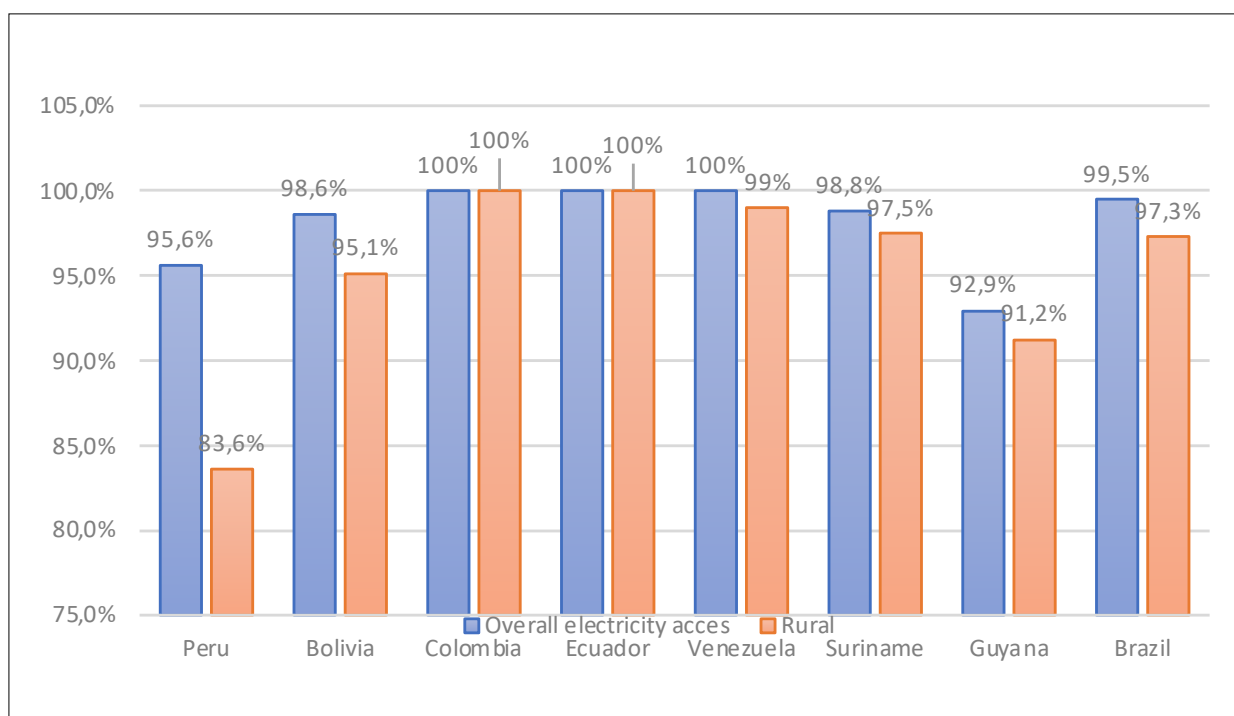
At the cost of the displacement of indigenous peoples and impact on biodiversity, recent energy planning has intervened in the Amazon Basin rather in accordance with energy security than with the principles of energy transition. Climate Policy Initiative (2022) estimates that the Amazon region accounts for over 27% of Brazil's electricity generation, hosting four of the five main hydroelectric plants. However, despite its significant contribution, the region consumes only 11% of the national power generation. According to research conducted by the Institute of Energy and the Environment (IEMA 2022), 19% of the population living in indigenous lands lack access to electricity. Basic energy infrastructure deficiencies affect 22% of conservation units (under Law 9985/2000) and 10% of rural settlers.

The tension between scarcity and abundance can result in fragmented diplomacy, whereby Amazonian countries, despite sharing common realities, may follow divergent interests that impede the advancement of comprehensive and sustainable public policies.

Nevertheless, the debate on 'energy poverty' concerns not only access but also the quality and regularity of electricity supply once communities have attained this right. This issue has not been well enforced in remote and isolated communities yet, and the inadequate monitoring of energy stability and quality undermines programs like 'Light for All' (GOMES et al. 2022). The lack of regular electricity disrupts many aspects of daily living and social development:

- the emergence of small businesses and consequently limits local opportunities;
- it hinders commercial activities, restricts the operational capacity of small enterprises, increases operational costs, and reduces productivity;
- the use of alternative energy sources such as candles or lamps heightens the risk of fires and domestic accidents;
- dependence on diesel generators exacerbates air pollution and directly affects the availability of health services in the community;
- medical equipment, including vaccine refrigerators, ventilators, and other devices, may not function reliably, compromising medical care and the response to health emergencies in the region.

The lack of access and other aspects of energy poverty are common realities for other OTCA members. The map below shows that Guyana has the lowest overall electricity access, while Peru presents nethermost records in rural areas. Less than 20% of the 2,703 native communities in the Peruvian Amazon are connected to the public grid, although at least 840 already use communal energy sources such as generators or solar panels to compensate for this gap (Ñiquen 2023). Local as well as international companies are driving the integration of PV systems in the Peruvian Amazon, but 1,675 educational institutions in this region still have no access to any form of energy services. In the case of Bolivia, the less privileged state is Potosí, but Pando and Beni in the Bolivian Amazon present access rates below the national average.



Graph 1: Electricity Access in OTCA Countries. Source: elaborated by the authors based on data from <https://datos.bancomundial.org/>.

For the Bolivian government, expanding the electric grid with the aim of achieving universal access by 2025 is part of its strategy for eradicating extreme poverty (World Bank 2020). Therefore, it has implemented several initiatives, such as the “Living with Dignity” (*Electricidad para Vivir con Dignidad*, PEVD), which contributed to increase rural electrification from 33% in 2005 to 73% in 2016, representing circa 746,000 new households benefited. Hinestroza-Olascuaga and colleagues (2021) doubt that the government will universalize access by 2025, but they suggest that electrification efforts should prioritize poor communities, as it has the greatest impact on their social development.

Colombia and Ecuador have the highest levels of energy access. However, both countries plan to achieve universal energy access only by 2030. Researchers argue that they must address the ‘last mile’ of electrification in remote areas of the Amazon. Nonetheless, this effort needs to consider comprehensive aspects of energy poverty, as there are communities with off-grid electricity access where supply is often limited to less than six hours per day⁴ (Garces 2021).

Finally, policy-makers must consider other factors alongside costs, such as the social acceptance and environmental impacts of renewables. According to IDEC’s report, Brazilian indigenous families prefer PV panels with batteries, considering this system better adapted to their needs. They are easy to install, maintain, and offer greater electricity security compared to diesel generation, which can experience disruptions in supply (IDEC 2021). However, the manufacturing of photovoltaic panels and lithium batteries increases the demand for mineral extraction and rare earths. Thus, sustainability and social factors of mineral exploitation must be taken into account, especially in ecologically sensitive biomes and vulnerable communities (Pyl et al. 2024).

Based on this shared reality, some policy proposals could be outlined. OTCA countries could commit to jointly covering the “last mile”. This would entail an international effort to ensure that local populations enjoy the rights established by SDG 7 and provide energy input for other projects implemented by OTCA in the future. Affordable and clean energy is integral to several goals in Agenda 2030, such as poverty eradication, climate action, good health and well-being, clean water and sanitation, decent work and economic growth, as well as gender equality. Indeed, studies have shown that women remain the most important decision-makers and laborers for household and small-scale livelihood-related energy use. Therefore, small-scale energy systems benefit more women and reduce the inequality gap (Buechler et al. 2020). Very often, PV systems in the Amazon region enable women to pursue local business, improve the quality of their work, and become more competitive in the market (ENDEV 2024).

Sociotechnical artifacts that promote education, health and more efficient communication are dependent on electricity. Bioeconomy programs must rely on secure energy sources to develop economies of scale and new value chains too. *Therefore, we argue that the Permanent Secretariat should establish a Working Group to exchange and foster experiences on the access to electricity in remote areas of the Amazon.* This group could discuss their specific realities and technical challenges, compare guidelines

4. Despite existing incentives that still prioritize the use of diesel generators through costly supply-side subsidies, Colombia has introduced tariff incentives for distribution network operators to implement renewable energy projects in rural areas where connecting to the main grid is not economically viable (IEA 2024).

and regulations for the electricity sector, and identify legal mechanisms that have facilitated or hindered project development. OTCA could also leverage Amazonian diplomacy to secure funding for subsidizing the energy transition in the region. These resources could procure sustainable equipment, such as photovoltaic panels paired with batteries, and machinery that enhances the socially and economically productive use of electricity. The installation and operation of such devices could be jointly monitored, with technical assistance and training provided to residents for minor repairs. This Working Group could serve as a platform for exchanging expertise and improve the learning process. They could assess the environmental impacts of mining resources for renewable energy technologies in the forest and improve procedures for equipment disposal at the end of its life cycle.

Climate security and forest conservation demand cooperative policies for their effectiveness. Thus, a positive agenda based on the deployment of renewable energy for the universalization of electricity would contribute to strengthen Amazonian diplomacy and make OTCA's directives more coherent with the demands of forest peoples. By promoting a just, inclusive and people-centered energy transition, OTCA would gain legitimacy regionally as well as internationality because traversing the last mile in the Amazon together might be an example of multilateralism and energy cooperation for other tropical rainforest countries in Sub-Saharan Africa and Southeast Asia.

By promoting a just, inclusive and people-centered energy transition, OTCA would gain legitimacy regionally as well as internationality because traversing the last mile in the Amazon together might be an example of multilateralism and energy cooperation for other tropical rainforest countries in Sub-Saharan Africa and Southeast Asia.

FINAL REMARKS

Historically, OTCA meetings take place shortly before international conferences on climate and the environment. On these occasions, Amazonian diplomacy forms a socio-environmental bloc, from which its member countries seek greater projection and influence than they could achieve based solely on their respective political capitals. Nevertheless, the contradiction of OTCA as

an international cooperation institution lies in the fact that, thirty-five years after its foundation and almost twenty years after its reorganization, it has not yet accomplished significant projects to legitimize itself as an active instance for the transnational governance of the Amazon. As a rule, Amazonian diplomacy recedes after international conferences, dialogues cool down, and resources diminish. Policies are once again formulated within territorial boundaries, with limited state capacities and objectives that may be exclusively national.

As far as energy cooperation is concerned, the Amazon countries have so far signed bilateral agreements for the trade of fossil fuels, such as the Brazil-Bolivia gas pipeline and the transmission lines between Venezuela and Roraima. Since the Amazon Summit, however, the exploitation of fossil fuels has become the main divide within OTCA. In this article, we draw attention to three aspects of this controversy:

1. The political standing of Colombia and Ecuador are highly unprecedented because they are countries where the decision to restrict oil exploration was the result of popular deliberation. This shows that growing sectors condemn the environmental impacts of previous policies and no longer believe that oil alone is capable of eliminating historical inequalities and raise them to the level of high-income countries;
2. Oil exploration confronts OTCA with ethical and epistemological dilemmas that are explicit in the idea of “tipping point”. The *Belém Declaration* points to the need to articulate science with ancestral and traditional knowledge. However, while invoking the legitimacy of scientific knowledge to confront deforestation, supporters of oil exploration shy away from the causal relationship that points CO₂ emissions as another causal factor that could irreversibly lead the forest to lose its ecological characteristics. At this stage, the epistemological validity of science is suspended and political discourse returns to its starting point, i. e. invoking the legitimacy of development, the principle of differentiated responsibilities or some other non-scientific arguments;
3. This controversy leaves the role assigned to traditional peoples in Amazonian governance even more uncertain. The *Belém Declaration* states “effective solutions to the problems of the Amazon Region can only be achieved with the full and effective participation of its populations, both urban and rural, sub-national governments, civil society, with emphasis on indigenous peoples and local and traditional communities (...)”. However, the contrast between the demands presented in the *Charter of the Peoples of*

the Earth and the outcome of the Summit indicates a rift between OTCA and the Amazonian population regarding the energy transition. This is not a secondary problem, since the legitimacy of the Amazon bloc at international conferences depends on the perception that OTCA also incorporates the views of indigenous and traditional populations.

Throughout this article, we have worked on the premise that the disagreement over Amazonian oil should not prevent OTCA from establishing joint initiatives on the development of renewable energies. The Amazon countries share some similarities when it comes to electricity access, as in almost all of them more than 95% of the population have already basic energy services. In these countries, electricity access rates are always lower in rural areas and most of their “last mile” remains in Amazon districts. This means that OTCA could establish mechanisms for its members to achieve universalization collaboratively.

In the previous section, we listed possible actions to make this cooperation happen. It is essential that any Working Group for the democratization of access engage in permanent dialogue with Amazonian communities in order to organize its tasks in light of people’s actual needs. Collaborative universalization would be a historic accomplishment for each of the countries and for strengthening Amazonian diplomacy. However, it would be deceptive to consider this goal merely from a quantitative point of view. One hundred percent access will not be of due importance in the lives of these communities if the energy transition does not focus on the specific priorities and aspirations of each village. Access to electricity must serve to facilitate the achievement of other rights so that the Amazon would no longer be depicted through the lens of ‘scarcity.’

It is essential that any Working Group for the democratization of access engage in permanent dialogue with Amazonian communities in order to organize its tasks in light of people’s actual needs.

For a positive agenda on energy cooperation, OTCA countries must balance the principles of national sovereignty with political cosmopolitanism. Its foundation aimed at ensuring sovereignty against possible external threats, but current priorities display a more comprehensive agenda, and convening OTCA only in the run-up to environmental conferences may delegitimize this institution if it fails to devise and

implement transnational projects fostering enduring cooperation. The absence of guidelines for energy transition was a gap in the Belém Declaration that OTCA must address to prevent energy policies in the Amazon from being guided solely by national criteria. These police suggestions might as well enhance learning processes and serve as a showcase for energy cooperation among other tropical forest nations in Africa or Southeast Asia. ■

References

Abranches, Sérgio. 2020. "Biological Megadiversity as a Tool of Soft Power and Development for Brazil." *Brazilian Political Science Review*, 14 (2). <http://doi.org/10.1590/1981-3821202000020006>.

Almeida, Lilian Vital Silva de. 2023. *Electricity in South America: Energy Integration as an Alternative to Fulfill the 2030 Agenda*. Doctoral dissertation. Graduate Program on Energy. University of São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.106.2023.tde-04082023-151231>.

Azevedo, T. N. A., El-Robrini, M., & Saavedra, O. R. 2023. "Assessment of Tidal Current Potential in the Pará River Estuary (Amazon region – Brazil)." *Cleaner Energy Systems*, 6 (100091). <https://doi.org/10.1016/j.cles.2023.100091>.

Benalcazar, Pablo, Adam Suski & Jacek Kamiński. 2020. "Optimal Sizing and Scheduling of Hybrid Energy Systems: The Cases of Morona Santiago

and Galapagos Islands." *Energies*, 13 (15): 3933. <https://doi.org/10.3390/en13153933>.

Buechler, Stephanie, Verónica Vázquez-García, Karina G. Martínez-Molina & Dulce María Sosa-Capistrán. 2020. "Patriarchy and (Electric) Power? A Feminist Political Ecology of Solar Energy Use in Mexico and the United States." *Energy Research & Social Science*, 70 (101743). <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101743>.

Colombia Ministerio de Relaciones Exteriores. 2019. *Pacto de Leticia por la Amazonía. Plan de Acción*. <https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/plandeaccionpactodeleticiaporlaamazonia.pdf>.

Conectas. 2021. "Evento debate desafios territoriais e climáticos na defesa da bacia amazônica." *Conectas Direitos Humanos*, 26 de novembro de 2021. <https://www.conectas.org/>

noticias/evento-debate-desafios-territoriais-e-climaticos-na-defesa-da-bacia-amazonica/.

Cordis, Shanya. 2021. "In Guyana Colonial Regimes Power the New Oil Frontier." *NACLA Report on the Americas* 53 (3): 268-274. <https://doi.org/10.1080/10714839.2021.1961446>.

Ding, Helen, Peter Veit, Erin Gray, Katie Reytar, Juan-Carlos Altamirano & Allen Blackman. 2016. "Climate Benefits, Tenure Costs." *World Resources Institute*, October 6, 2016. <https://www.wri.org/research/climate-benefits-tenure-costs>.

Einhorn, Catrin & Manuela Andreoni. 2023. "Ecuador Tried to Curb Drilling and Protect the Amazon. The Opposite Happened." *The New York Times*, February 21, 2023. <https://www.nytimes.com/2023/01/14/climate/ecuador-drilling-oil-amazon.html>.

ENDEV. 2024. *Scents from the Amazon with Woman's Energy*. <https://endev.info/impact-stories/scents-from-the-amazon-with-womans-energy/>.

Filippi, Eduardo E. & Marcus V. Macedo. 2021. "A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes." *Revista Tempo do Mundo* (27): 191-214. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11326/1/Tempo_Mundo_n27_completo.pdf.

Garces, E., Tomei, J., Franco, C., & Dyer, I. 2021. "Lessons from Last Mile Electrification in Colombia: Examining the Policy Framework and Outcomes for Sustainability." *Energy Research & Social Science*, 79, 102156. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102156>

Global Economy. 2020. "Colombia: Emissões CO2 per capita." *The Global Economy.com*. https://pt.theglobaleconomy.com/Colombia/Carbon_dioxide_emissions_per_capita/.

Gonzalez Rey, F. 2005. *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. São Paulo, Pioneira Thomson. <https://www.bds.unb.br/handle/123456789/626>.

Hinestroza-Olascuaga, Laura M., Pedro M.S. Carvalho & Célia M.S. Cardoso de Jesus. 2021. "Using a Multi-Criteria Model to Assess the Suitability of Potential Sites to Implement Off-Grid Solar PV Projects in South America." *Sustainability*, 13 (14): 7546. <https://doi.org/10.3390/su13147546>

Hinestroza-Olascuaga, Laura M., Pedro M.S. Carvalho & Célia M.S. Cardoso de Jesus. 2021. "Electrification for the Elite? Examining whether Electrification Programs Reach the Poor in Bolivia." *Energy Research & Social Science*, 71: 101813. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101813>.

Icaza-Alvarez, Daniel, Pablo A. Reyes, Francisco Jurado & Marcos Tostado-Véliz. 2023. "Smart Strategies for the Penetration of 100% Renewable Energy for the Ecuadorian Amazon Region by 2050." *Journal of Cleaner Production* 382: 135298. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.135298>.

IDEC. 2021. *Exclusão energética e resiliência dos povos da Amazônia Legal*. São Paulo.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2018. *Atlas dos Manguezais*. ICMBio, <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/icmbio-lanca-atlas-dos-manguezais-do-brasil>.

Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). 2022. "According to IEMA, about 1 Million People Don't Have Energy in the Amazon." <https://energiaeambiente.org.br/according-to-ieam-about-1-million-people-dont-have-electricity-in-the-amazon-20220621>.

International Energy Agency. 2024. *Recommendations of the Global Commission on People-Centred Clean Energy Transitions*, <https://www.iea.org/reports/recommendations-of-the-global-commission-on-people-centred-clean-energy-transitions/recommendation-5>.

Ministerio de Minas y Energia Colombia. 2024. *Inversiones: Análisis de inversiones requeridas para la Transición Energética Justa*, <https://minenergia.gov.co/documents/12697/Inversiones-TEJ-2024.pdf>.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. 2023. "Unidos por nossas florestas': Comunicado conjunto dos países florestais em desenvolvimento." *Gov.br*, 10 de agosto de 2023. <https://www.gov.br/mma/pt-br/unidos-por-nossas-florestas-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento>.

Ñiquen, Alberto. 2023. "Can Renewable Energy Help Reduce Inequality in the Amazon?" *Dialogue Earth*, January 12, 2023. <https://dialogochino.net/en/climate-energy/362193-can-renewable-energy-help-reduce-inequality-in-the-amazon/>.

- Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. 2023a. "Cooperación Amazónica: Fortalecimiento institucional y actuación integrada." *OTCA*. <https://otca.org/project/informe-de-gestion-2023-de-la-otca/>.
- Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. 2023b. "IV reunião dos presidentes de Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (Declaração de Belém)." *OTCA*. <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/10/Declaracao-de-Belem.pdf>.
- Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. 2023c. "La XIV Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de los Países Miembros de la organización del Tratado de Cooperación Amazónica (Declaração de Brasília)." *OTCA*. https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/11/0_RES_XIV-MRE-OTCA_01-29_ESP.pdf.
- Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. 2024. "A OTCA participa como convidada da primeira reunião interministerial do G20." *Fórum, OTCA*, 20 de fevereiro de 2024. <https://otca.org/pt/otca-participa-como-convidada-da-primeira-reuniao-ministerial-do-g20/>.
- Peduzzi, Pedro. 2023. "Cúpula, em Belém, será a 'voz amazônica', diz diretor da OTCA." *Agência Brasil*, 2 de agosto de 2023. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/cupula-da-amazonia-sera-voz-amazonica-diz-diretor-da-otca>.
- Pereira, Márcio G., Marcos A. V. Freitas & Neilton F. da Silva. 2010. "Rural Electrification and Energy Poverty: Empirical Evidences from Brazil." *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 14 (4): 1229–1240. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2009.12.013>.
- Petrobrás. 2024. "Descubra o que é a Margem Equatorial, importante fronteira offshore do Brasil." *Petrobrás*, 15 de outubro de 2024. <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/nossas-atividades/margem-equatorial#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20se%20estende%20por,Equador%2C%20a%20chamada%20Margem%20Equatorial>.
- Prazeres, Leandro. 2024. "As pessoas deixadas para trás pelo boom da riqueza na 'Dubai' vizinha ao Brasil." *BBC*, 4 de março de 2024. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyxz4l5e256o>.
- Pyl, Bianca, Luís Brasilino & Beatriz Pasqualino. 2024. "Mineração na Amazônia: O caso de Oriximiná." *Le Monde Diplomatique Brasil*, 15 de março de 2024. <https://diplomatie.org.br/mineracao-na-amazonia-oriximina/>.
- Rodolfo D. M. Gomes, Fabiana Varella & Izana Vilela. 2022. "Universal Access to Electricity in Brazil: Evaluation of SIGFIs and MIGDIs". *International Energy Initiative Brasil*. DOI:10.13140/RG.2.2.12891.23848.
- Rodrigues, Joana C. M. 2017. *O nexo água-energia-alimentos aplicado ao contexto da Amazônia Paraense*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém. Programa de Pós-Graduação em Geografia. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9449>.
- Santos, Elaine C. S. 2020. *Da ira ao desengano no Equador do petróleo. Os limites do desenvolvimento frente ao projeto Yasuní ITT no período 2013-2016*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/91178>.
- Santos, Elaine. 2023. "Equador: consulta popular proíbe petróleo em parte da Amazônia e abre caminho para questões pendentes." *Jornal da USP*, 28 de agosto de 2023. <https://jornal.usp.br/?p=677211>.
- Schutze, Amanda, Luiz Bines & Juliano Assunção. 2022. "Rivers of Diesel in the Amazon: Why Does the Region with Brazil's Biggest Hydroelectric Plants Still Rely on Expensive, Dirty Fuel?" *Climate Policy Initiative*, June 3, 2022. <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/rivers-of-diesel-in-the-amazon-why-does-the-region-with-brazils-biggest-hydroelectric-plants-still-rely-on-expensive-dirty-fuel/>.
- Sommet des Trois Bassins des Écosystèmes de Biodiversité et des Forêts Tropicales. 2023. *Declaration from the 2nd Summit of the Three Basins*. <https://www.thethreebasinSummit.org/fr/declaration-du-2eme-sommet-des-trois-bassins/>.
- Sovacool, Benjamin K. & Joseph Scarpaci. 2016. "Energy Justice and the Contested Petroleum Politics of Stranded Assets: Policy Insights from the Yasuní-ITT initiative in Ecuador." *Energy Policy*, 95: 158-171. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2016.04.045>.
- Toni, Ana & Cíntya Feitosa Chaves. 2022. "Bolsonaro's Far-Right Populism, Environmental

and Climate Policy.” *Latin American Policy*, 13 (2): 464-483. <https://doi.org/10.1111/lamp.12268>.

Unisinos. 2023. “Exploração de petróleo na Margem Equatorial anularia ganhos climáticos de zerar o desmatamento na Amazônia.” *Instituto Humanitas Unisinos*, 5 de dezembro de 2023. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634891-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial-anularia-ganhos-climaticos-de-zerar-o-desmatamento-na-amazonia>.

Vick, Mariana. 2023. “Como é a exploração de petróleo nos países da Amazônia.” *Nexo*, 26 de agosto de 2023. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/26/como-e-a-exploracao-de-petroleo-nos-paises-da-amazonia>.

Wilburg, Kiana. 2024. “Guyana Says Open to Changing Non-Fiscal Terms for Oil Contracts.” *Reuters*, February 23, 2024. <https://www.reuters.com/business/energy/guyana-says-open-changing-non-fiscal-terms-oil-contracts-2024-02-23/>.

World Bank. 2020. “Increasing Access to Electricity and Renewable Energy in Bolivia.” *World Bank Group*, October 15, 2020. <https://www.worldbank.org/en/results/2020/10/15/increasing-access-to-electricity-and-renewable-energy-in-bolivia>.

Como citar: Souza, Luiz Enrique Vieira de, Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante, Márcio Giannini & Rodolfo Gomes. 2024. “Caminhando juntos a última milha: diplomacia amazônica para transição energética”. *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 178-198.

To cite this work: Souza, Luiz Enrique Vieira de, Alina Mikhailovna Gilmanova Cavalcante, Márcio Giannini & Rodolfo Gomes. 2024. “Walking the Last Mile Together: Amazonian Diplomacy for Energy Transition.” *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 178-198.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.04.02.178-198.en>

Submitted: June 10, 2024

Accepted for publication: December 17, 2024

Copyright © 2024 CEBRI-Journal. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.



Fonte: Shutterstock

RESENHA DE LIVRO

A história recente das relações internacionais do Brasil pelo jornalismo

Tachinardi, Maria Helena. 2024. *Política externa e jornalismo*.

São Paulo: Contexto..... 200

Paulo Roberto de Almeida

A história recente das relações internacionais do Brasil pelo jornalismo

Tachinardi, Maria Helena. 2024. *Política externa e jornalismo*. São Paulo: Contexto.

Paulo Roberto de Almeida

O livro em questão possui méritos inegáveis, sobre os quais me estenderei em seguida, mas devo começar por protestar contra o seu título, não sei se por sugestão do editor ou se proposto pela própria autora. A obra é muito mais do que simples “política externa” e bem mais do que apenas “jornalismo”. Trata-se de um volume que, embora comportando a reprodução de matérias de jornais diários, não deixa nada a desejar a obras

analíticas de autores acadêmicos sobre a vasta área de estudos por ele cobertos. O seu objeto vai muito além da política externa, no caso, basicamente brasileira, e abrange a de outros importantes países também, já que aborda a política mundial, o contexto regional do Brasil, as relações econômicas internacionais, os problemas de segurança e, bem mais importante, a transição do mundo da guerra fria, até os anos 1980, para a globalização triunfante e, logo em seguida,

Paulo Roberto de Almeida é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas, mestre em Planejamento Econômico pela Universidade de Antuérpia e diplomata de carreira (1977-2021), com ênfase nas relações econômicas internacionais. Serviu nas delegações em Genebra e em Montevideu (Aladi), nas embaixadas em Paris e Washington, ademais de cargos na Secretaria de Estado, na área econômica e financeira, e como diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI-FUNAG). Tem diversos livros publicados nessas áreas.

fraturada e retrocedida. Feito o registro, vamos à estrutura da obra e, na sequência, ao seu conteúdo, de inegável valor para jornalistas, diplomatas e para o público em geral.

O livro está dividido em quatro partes, grosso modo as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. É precedido por um prefácio elogioso do embaixador Rubens Barbosa – frequente interlocutor da repórter e jornalista Maria Helena Tachinardi ao longo de seus diversos cargos na Secretaria de Estado e também no exterior – e, sobretudo, por três seções preliminares: um prólogo, uma importante introdução metodológica e uma seção sobre “princípios de política externa em reportagens”. São mais de duas dúzias de páginas sobre as ênfases e as definições da política externa brasileira nos anos cobertos pelos artigos, com ênfase em um período paradigmático do regime militar: a chancelaria de Gibson Barbosa, a mais atribulada das fases da política externa durante a ditadura (sequestros de embaixadores, golpes na América Latina, pretensões do Brasil a ser uma “grande potência”). As quatro partes não representam uma mera recompilação cronológica das matérias de jornal em cada uma das quatro décadas, pois que precedidas, em cada fase, por introduções sintéticas, que colocam em um contexto adequado os traços dominantes de cada uma das décadas, depois seguidas pelas reportagens cui-

dadosamente revistas, de molde a oferecer uma abordagem abrangente e um panorama bastante rico das principais questões mobilizando o engenho e a arte da diplomacia brasileira, assim como as atenções dos líderes das grandes potências envolvidas em cada uma delas.

A obra é muito mais do que simples “política externa” e bem mais do que apenas “jornalismo”. Trata-se de um volume que, embora comportando a reprodução de matérias de jornais diários, não deixa nada a desejar a obras analíticas de autores acadêmicos sobre a vasta área de estudos por ele cobertos.

Embora 90% do conteúdo do livro sejam compostos pela reprodução dos artigos escritos e publicados na imprensa diária – essencialmente a *Gazeta Mercantil* –, essa recompilação não é uma simples assemblagem de material recuperado nos arquivos da autora. Como Maria Helena Tachinardi não se formou apenas em uma faculdade de Jornalismo, mas estudou o espírito de sua profissão – uma verdadeira vocação – na Espanha e na França, seguiu um

curso de Relações Internacionais na Sorbonne, na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de Maryland (processo decisório na política externa americana), ela foi capaz de, em cada reportagem, por ela iniciada ou solicitada pelo jornal, situar as questões abordadas em um contexto histórico e geopolítico preciso, assim como de posicionar os problemas em função dos interesses brasileiros em cada uma delas. Assim, por exemplo, a primeira década, anos 1970, tem início pelos problemas dos nacionalismos provinciais e do separatismo na Espanha, o que correspondeu ao seu estágio na Universidade de Navarra, em Pamplona; veio depois nova bolsa de estudos na França, quando não apenas seguiu um curso de formação e aperfeiçoamento em um centro criado pelo fundador do *Le Monde*, como estendeu seu *séjour* para fazer um “diploma de estudos superiores” em Relações Internacionais na Universidade de Paris-I.

Esse tipo de busca pelo aperfeiçoamento intelectual em temas de política internacional explica por que suas matérias, mesmo lidas a uma distância de quatro décadas, sejam excepcionalmente ricas de informação e de análise sobre cada uma das questões tratadas. As duas seções sobre descolonização africana dessa década recuam aos anos 1960 – a política africanista de Jânio Quadros, por exemplo – e avançam até os anos 2000, e mesmo 2020, com a continuidade dessa política nos anos



Lula: nada menos do que nove artigos, que não são simples reportagens, mas verdadeiras aulas sobre a lenta construção da política africana em diferentes governos brasileiros. Essa década também trata da censura à imprensa e à imprensa alternativa no final dos anos 1970, assim como discorre sobre como o jornal libertário francês *Libération* passou de maoísta a capitalista.

Os anos 1980 começam, evidentemente, pela “década perdida” da América Latina, mas também pelo fim das ditaduras, e seguem os dois governos do período – Figueiredo, o último dos generais-presidentes, e Sarney, o presidente “acidental”. Tachinardi selecionou 68 artigos-reportagens cobrindo praticamente todos os problemas de política externa do Brasil,

de evolução da política e da economia mundial (ascensão da Ásia, por exemplo), o reatamento do Brasil com Cuba, o início da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais (que só se concluiria em 1994), assim como os primeiros passos do processo de integração Brasil-Argentina (completado na década seguinte pela assinatura do Tratado de Assunção, criando o Mercosul). Uma das reportagens mais ilustrativas do estilo da autora é aquela sobre o “embaixador da dívida”, na verdade o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, um dos profissionais mais discretos e dos mais eficientes no trato dos grandes problemas da redemocratização, entre eles a guerra das Malvinas: o “Soneca”, como era conhecido na Casa de Rio Branco, articulou a ida de Figueiredo à ONU – o primeiro presidente a abrir os debates na Assembleia Geral das Nações Unidas – e praticou o “universalismo” na política externa brasileira, “relações com todos os países independentemente de ideologias” (p. 182).

A década de 1990 tem três presidentes: Collor, o breve, cujo vice-presidente, Itamar Franco, assume na segunda metade do mandato, pelo impeachment do “caçador de marajás” (por corrupção comprovada em CPI); e Fernando Henrique Cardoso, que emendou a Constituição para introduzir a reeleição. São mais 88 artigos-reportagens, algumas coberturas completas da política externa brasileira,

começando pela integração competitiva do governo Collor e seu abandono da noção obsoleta de Terceiro Mundo, indo até o fracasso da Organização Mundial do Comércio (OMC) em lançar uma nova rodada de negociações comerciais, depois do sucesso (diferido) da Rodada Uruguai, que reformou o Gatt e criou a OMC, o “terceiro pé” de Bretton Woods, atrasado em 50 anos.

Estão ali as fricções comerciais e diplomáticas com os Estados Unidos, a mudança crucial na política ambiental do Brasil – com a conferência Rio-92 –, o início das negociações em torno do projeto americano de um acordo hemisférico de livre comércio (a Alca, implodida depois pela aliança opositora de Lula-Chávez-Kirchner) e, sobretudo e de fundamental importância, o Plano Real, o mais exitoso plano de estabilização econômica da história do Brasil, depois do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), no início da ditadura, base dos progressos realizados na primeira década do regime militar, antes da derrocada que nos levou da década perdida dos anos 1980 até os anos de aceleração inflacionária da primeira metade dos anos 90. O Itamaraty esteve na crista da onda em todos esses anos, e Maria Helena contava com bons informantes na carreira, entre eles o embaixador Rubens Barbosa (que assina o elogioso prefácio) e o então ministro Fernando de Mello Barreto, que contribuiu com uma orelha igualmente reveladora:

Seus textos, precisos e fiéis às declarações das fontes entrevistadas, narram passo a passo o desenrolar da atuação diplomática e empresarial, em especial na área econômico-comercial. Historiadores e estudiosos de relações internacionais passam agora a ter acesso a um material de qualidade, revelador de nuances do posicionamento brasileiro no plano mundial.

Essa é, precisamente, uma das melhores qualidades dessa obra, uma vez que ela contém não apenas um relato minucioso da política externa e da diplomacia brasileira de cada um dos grandes eventos negociadores bilaterais, regionais e multilaterais do Brasil, mas também um enquadramento de cada processo no seu contexto histórico e geopolítico preciso. De fato, o conjunto das mais de 300 reportagens compiladas – mais os textos analíticos que precedem e se inserem na série cronológica – representam a mais abrangente exposição da atuação da diplomacia brasileira, e a das elites empresariais, sobre praticamente todos os grandes lances da política externa nacional e da política internacional, desde a Guerra Fria até os atentados terroristas que alteraram os rumos da globalização, inaugurando a era da luta contra o terrorismo mundial.

Dando sequência, e encerrando a assemblagem de matérias deste livro indispensável aos jovens diplomatas, aos

jornalistas correntes e aos futuros historiadores, a década de 2000 é talvez a mais rica de todas, ainda que dominada quase que totalmente pela figura de Lula, que ganhou dois mandatos graças à inovação constitucional de FHC – o primeiro premiado pelo continuísmo. A mudança de ênfase na política externa é perfeitamente capturada em mais de 50 reportagens sobre os seus anos, depois de quase 30 no período precedente. Foi a passagem da diplomacia presidencial itamaratiana de FHC para a diplomacia personalista de Lula, secundada por um trio de assessores muito ativos: o próprio chanceler dos dois mandatos, Celso Amorim; seu secretário-geral nacionalista Samuel Pinheiro Guimarães; e o assessor presidencial partidário, o aparatchik pró-cubano Marco Aurélio Garcia (que continuaria sob Dilma Rousseff) chamado depreciativamente pelos “itamaratecas” de “chanceler para a América do Sul” (dadas as suas afinidades bolivarianas e cubanas, como coordenador do Foro de São Paulo). Foi também a conversão da política externa do universalismo globalista de FHC para a diplomacia Sul-Sul, motivada a mudar as “relações de força no mundo”, no sentido de privilegiar os grandes atores do Sul, mas que acabou se alinhando a dois impérios do Norte, a Rússia e a China.

Independentemente do valor individual das mais de três centenas de reportagens – entre 1974 e 2015 – para uma reconstituição de episódios signi-

ficativos da vida internacional do Brasil e do próprio mundo nessas quatro décadas, vale destacar o valor do “terceiro capítulo” da Introdução geral, 22 páginas de discussão dos “Princípios da política externa em reportagens”, quicá o mais instrutivo material de análise e reflexão para os novos jornalistas e para os próprios diplomatas, jovens ou maduros. Maria Helena destaca, em primeiro lugar, com base nas declarações oficiais, os princípios de política externa do Brasil que atravessaram praticamente todos os governos do país: soberania, autodeterminação, realismo, pragmatismo, autonomia, não intervenção (p. 33).

[O] conjunto das mais de 300 reportagens compiladas — mais os textos analíticos que precedem e se inserem na série cronológica — representam a mais abrangente exposição da atuação da diplomacia brasileira...

A continuidade desses fundamentos da diplomacia brasileira, ao longo do tempo, é realmente admirável, o que é possível de ser seguido, por exemplo, pelos discursos anuais de abertura dos debates na Assembleia Geral da

ONU, objeto de três edições da coletânea cuidadosamente comentada dessas exposições por gerações de diplomatas brasileiros desde 1946, organizada pelo embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e publicada pela FUNAG. Maria Helena seleciona as declarações mais exemplares de presidentes e chanceleres a respeito daqueles princípios, também refletidos nas reações de estadistas estrangeiros em relação à diplomacia do Itamaraty, não só nos debates gerais, mas também na atuação brasileira no Conselho de Segurança, uma das mais constantes presenças (com o Japão) naquele foro decisório da ONU.

A autora reproduz, na seção “Definições da política externa brasileira”, o histórico que fez, em 14 de setembro de 1990, sobre as mudanças introduzidas nessa política desde o início do século XX até o governo Collor, confirmando a vocação integracionista do Brasil na região, mas recusando o papel de líder, posição em que parceiros estrangeiros gostariam de vê-lo. Desafios não faltaram ao longo de todas essas décadas, e eles estão ressaltados, examinados, esmiuçados nas três centenas de reportagens-analíticas, uma leitura indispensável, ao lado das declarações oficiais, a todos aqueles que pretenderem, doravante, sintetizar historicamente os principais lances da diplomacia brasileira na caminhada para a projeção internacional do país no século XXI. As conclusões, datadas de janeiro de 2024, retomam, em estilo

ainda mais analítico, os grandes eixos da política externa brasileira, desde o conflito ideológico da Guerra Fria, nos anos 1970, até os tropeços da globalização na terceira década do novo século. Maria Helena destaca, em especial, um argumento do ex-chanceler Celso Lafer, para quem o desafio nas negociações internacionais conduzidas pela diplomacia profissional é o de “criar e manter um espaço para nossa autonomia, o que requer participar da elaboração de normas internacionais” (p. 486).

No conjunto, o livro oferece um dos melhores guias atualmente disponíveis sobre como trabalham os diplomatas na manutenção dos altos padrões pelos quais o Itamaraty e o próprio

Brasil são reconhecidos pelas outras diplomacias, em especial pelos vizinhos, pois que as reportagens também contam com depoimentos de interlocutores externos. Eu já havia resenhado um livro de Maria Helena Tachinardi, sobre a “guerra das patentes”, isto é, o conflito Brasil vs. EUA em propriedade intelectual, no início da agora distante década de 1990. Espero resenhar ainda a continuidade de seus trabalhos nessa interação entre jornalismo e política externa no futuro previsível. Quem mostra o seu valor tem o dever de continuar na faina já trilhada anteriormente. 🇮🇧

Paulo Roberto de Almeida

Brasília, 4837, 28 de janeiro de 2025

Referências Bibliográficas

de Almeida, Paulo Roberto. 1993. "Um conflito conceitual". Caderno Idéias/Livros. *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1993. Resenha de livro de Maria Helena Tachinardi, *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA em propriedade intelectual*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

de Almeida, Paulo Roberto. 2024. "Como explicar nossa diplomacia?" *Estadão*, 12 de novembro de 2024. <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/como-explicar-nossa-diplomacia/>.

Tachinardi, Maria Helena. 1993. *A guerra das patentes: o conflito Brasil x EUA sobre propriedade intelectual*. Brasil: Paz e Terra.

Tachinardi, Maria Helena. 2024. *Política externa e jornalismo*. São Paulo: Contexto.

Como citar: de Almeida, Paulo Roberto. 2024. "A história recente das relações internacionais do Brasil pelo jornalismo". Resenha de *Política externa e jornalismo*, de Maria Helena Tachinardi. *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): 200-207.

To cite this work: de Almeida, Paulo Roberto. 2024. "The Recent History of Brazil's International Relations Through Journalism." Book Review of *Política externa e jornalismo*, by Maria Helena Tachinardi. *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 200-207.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.05.01.200-207.pt>

Recebido: 28 de janeiro de 2025

Aceito para publicação: 28 de janeiro de 2025

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.



Raphael Azeredo, Julia Dias Leite
e Luciana Servo no T20 Brasil
Summit (novembro de 2024).
Fonte: MAPA Fotografia.

ENTREVISTA

Presidentes do CEBRI, do IPEA e da FUNAG falam sobre o T20 Brasil 209
Julia Dias Leite, Luciana Servo & Raphael Azeredo

Presidentes do CEBRI, do IPEA e da FUNAG falam sobre o T20 Brasil

JULIA DIAS LEITE

Julia Dias Leite é diretora-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Recentemente, assumiu como membro do Conselho Consultivo do Instituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais (ISPI), *think tank* sem fins lucrativos, fundado em Milão, Itália, em 1934. No Brasil, atua igualmente como presidente do Conselho de Administração da Piemonte Holding e como membro do Conselho Administrativo da Elea Digital, empresa de capital aberto no setor de infraestrutura digital. É membro do Conselho Superior de Comércio Exterior (COSCEX) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Além disso, ela integra o Conselho da Cidade, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, e o Conselho do Instituto Bursale Marx. Formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes, com MBA em Gestão de Negócios pela FGV, também colaborou como pesquisadora residente no Council of the Americas, em Nova York, apoiando trabalhos sobre a política externa brasileira.

LUCIANA SERVO

Luciana Servo é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), onde é também técnica de Planejamento e Pesquisa. Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) e mestre, também em Economia, pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), sendo especialista em economia da saúde. Servidora do Instituto desde 1998, é autora de diversos estudos sobre financiamento e gasto em saúde, contas de saúde, acompanhamento e análise

das políticas públicas de saúde, mercado de trabalho e economia regional. Realizou e coordenou avaliações, incluindo as relacionadas ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP).

RAPHAEL AZEREDO

Raphael Azeredo é atualmente presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). O embaixador Azeredo é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, com pós-graduação em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco. Diplomata desde 1993, dedicou a maior parte de sua carreira no Brasil ao multilateralismo, tendo ocupado os cargos de chefe de Divisão para Mudança do Clima e de diretor do Departamento para Temas Multilaterais Ambientais, entre outros. No exterior, serviu nas embaixadas em Washington, Buenos Aires, Lisboa e Ottawa, além de na missão permanente junto às Nações Unidas, em Nova York. Sua missão mais recente foi a de embaixador plenipotenciário em Paramaribo (2021-2024).

Segue a entrevista concedida por escrito aos editores da CEBRI-Revista.

Como grupo de engajamento oficial do G20, espera-se que o T20 influencie os negociadores com recomendações. Como as senhoras e o senhor avaliam os canais disponíveis para isso e que estratégias adotar para maximizar os resultados?

JULIA DIAS LEITE: O compromisso do T20 Brasil de estreitar relações com *think tanks* brasileiros e internacionais e com os tomadores de decisão começou antes mesmo de o Brasil assumir a presidência do G20. Em agosto de 2023, CEBRI, FUNAG e IPEA, membros do comitê realizador do T20, promoveram o seminário internacional *Thinking*

20: A Global Order for Tomorrow. Tivemos a participação de Jeffrey Sachs, professor e diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia; de representantes do T20 da Índia e da África do Sul; e dos embaixadores Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério de Relações Exteriores, coordenador da Trilha Sherpa, e Tatiana Rosito, senior *fellow* do CEBRI e secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, coordenadora da Trilha de Finanças.

Em julho de 2024, logo depois da Conferência de Midterm do T20, o G20

Brasil inovou e, pela primeira vez, representantes dos grupos de engajamento da sociedade civil sentaram-se à mesa com os sherpas de todos os países e organismos internacionais para apresentar suas recomendações de políticas. O T20 foi um dos grupos de engajamento que, a pedido da presidência brasileira do G20, antecipou para o meio do ano a entrega do *Communiqué*, que era tradicionalmente feita logo antes da Cúpula de Líderes. Essa antecipação foi crucial para que os negociadores tivessem tempo de ler e introjetar as recomendações, aumentando a eficácia do T20 na sua missão de influenciar a declaração oficial do G20.

[A] antecipação [da entrega do Communiqué] foi crucial para que os negociadores tivessem tempo de ler e introjetar as recomendações, aumentando a eficácia do T20 na sua missão de influenciar a declaração oficial do G20.

Outra inovação do T20 Brasil foi a entrega aos líderes do G20, em novembro, de um documento com roteiros para tirar do papel algumas das principais recomendações de políticas públicas feitas pelo grupo de engajamento

e apresentadas em julho, no *Communiqué*. Essas rotas para implementação foram resultado de seis meses de discussões com a participação de 182 entidades e institutos dos membros do bloco e de países convidados. Trataram dos principais temas da agenda global: mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, redução das desigualdades, transições energéticas e transformação digital, comércio internacional e reforma das instituições multilaterais. Os documentos foram revisados por organizações dos conselhos consultivos do T20, com participação de instituições globais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, para ampliar o impacto das recomendações. Esse processo foi muito rico e representou, além de um passo concreto, o envolvimento de centenas de pessoas com influência e disposição para levar adiante o trabalho. O CEBRI, que ao lado de IPEA e FUNAG foi o coordenador do T20, segue discutindo essas rotas, como, por exemplo, no Programa de Transição Energética, que terá sua segunda fase apresentada neste semestre.

Neste ano, teremos dois eventos no Brasil que serão fundamentais para a consolidação de consensos firmados no G20 e para influenciar os tomadores de decisão – a cúpula do BRICS+ e a COP30. O fortalecimento do diálogo entre os *think tanks*, nacional e internacionalmente, foi muito importante e nos permitirá avançar durante esses eventos.

Esse foi também o objetivo das mesas de discussão que o CEBRI promoveu na Climate Week, em Nova York, em setembro, com debate aprofundado dos temas estratégicos que ligam os grandes fóruns multilaterais. Para atuarmos ainda mais fortemente na COP30, que vai tratar de temas essenciais e que pausaram o G20, como a transição energética e as mudanças climáticas, estamos articulando a criação do T30, um grupo que terá justamente o objetivo de articular e pressionar por medidas e resultados. O fato de os países da Troika de 2024 – Índia, Brasil e África do Sul – integrarem o BRICS ajuda a levar para os debates do bloco as decisões do G20.

LUCIANA SERVO: O T20 é o grupo de engajamento dos *think tanks* e instituições de pesquisa formadoras de opinião sobre diversos temas. Essa diversidade e capacidade de trabalhar vários temas relevantes no debate internacional é uma das forças do T20. Muitas dessas instituições têm experiência na produção de conhecimento para influenciar o debate público e em estabelecer canais de comunicação com os gestores das políticas públicas.

O processo de trabalho do T20 envolve a composição de forças-tarefas em torno de temas prioritários, os quais, em geral, dialogam com as prioridades de cada presidência, mas trazem também algumas de presidências anteriores. São produzidas notas de política (*policy briefs*) a partir de uma chamada pública que envolve não só as instituições que

compõem as forças-tarefas, mas outras instituições nacionais e internacionais. As notas são a base para a elaboração de recomendações a serem entregues para as Trilhas Sherpa e Financeira de governo do G20.

Desde o começo, o comitê organizador do T20 estabeleceu um canal de comunicação com os coordenadores das Trilhas Sherpa e Financeira, os quais participaram da reunião inicial (*Inception*) do T20. Nesse momento, esses representantes apresentaram as prioridades e expectativas do governo para a presidência brasileira do G20. Foram convidados, também, para a conferência de meio termo (*Midterm*), na qual foram apresentadas e entregues as recomendações do T20 que compuseram *Communique* para o G20.

Destaco, também, a construção pelo governo brasileiro de momentos de diálogo com todos os grupos de engajamento, denominado de G20 Social. Foram propostos momentos de diálogo dos grupos de engajamento entre si e com os coordenadores do G20 Social, incluindo dois importantes momentos, em julho, de entrega das recomendações para os representantes dos governos dos países do G20 nas Trilhas Sherpa e Financeira.

Todos esses canais foram importantes para estabelecer diálogos entre o T20 e as trilhas de governo, permitindo que todos os países do G20 conhecessem mais de perto o resultado do trabalho realizado por esse grupo de engajamento.

Além da entrega das recomendações, o T20 também se preocupou em continuar seu trabalho no segundo semestre com um foco nas possibilidades de implementação do que foi proposto. Essas estratégias de implementação compuseram *roadmaps* para recomendações-chave, os quais foram incorporados à versão revista e ampliada do *Communiqué* que foi entregue durante da Cúpula do T20

A expectativa é que o diálogo em torno das recomendações do T20 e das estratégias de implementação continue nos processos de negociação entre governos e que possa avançar durante outros processos multilaterais, inclusive aqueles envolvendo a próxima presidência do G20 África do Sul, o sistema das Nações Unidas, o BRICS e a COP30.

A expectativa é que o diálogo em torno das recomendações do T20 e das estratégias de implementação continue nos processos de negociação entre governos e que possa avançar durante outros processos multilaterais, inclusive aque-

les envolvendo a próxima presidência do G20 África do Sul, o sistema das Nações Unidas, o BRICS e a COP30.

RAPHAEL AZEREDO: Como fundação vinculada ao Itamaraty, a FUNAG atuou como canal privilegiado de contato com o Ministério, imprescindível para a interlocução com os diplomatas, negociadores da Trilha Sherpa e da Trilha Financeira, para maior direcionamento e peso às deliberações travadas em âmbito do T20, assim como de suas recomendações. Nesse sentido, essa interlocução orientou o cronograma de atividades do T20 Brasil ainda na elaboração da Nota Conceitual, para atender à solicitação de entregar as recomendações com maior prazo para análise dos líderes do G20.

Uma providência inédita no âmbito do T20 foi antecipar a apresentação das recomendações aos líderes para a Midterm Conference. Em termos procedimentais, exigiu maior esforço do comitê organizador e da comunidade de especialistas do T20 para a produção dos *policy briefs* em seis meses. Mas propiciou maior tempo de análise para os líderes do G20, com reflexo importante na incorporação de recomendações nas declarações finais. Vários grupos de trabalho da Trilha Sherpa, assim como da Trilha Financeira, incorporaram recomendações formuladas pelos grupos de engajamento, incluindo o T20. Algumas dessas recomendações também apareceram nas Declarações Ministeriais e no *Communiqué* dos minis-

tros de Finanças e presidentes de Banco Central. Alguns exemplos de menção às recomendações do T20 pelos grupos de trabalho do G20: Agriculture WG; Mention T20 – Strengthen Multilateral Cooperation under the Global Alliance against Hunger and Poverty; Digital Economy WG; Health WG; and Global Initiative on Bioeconomy.

De que forma a integração bem-sucedida entre as três instituições ajudou a alinhar e tornar mais eficazes as propostas formuladas?

JDL: CEBRI, IPEA e FUNAG trouxeram visões diferentes e complementares para o processo de organização do T20 Brasil. Como única das três instituições que não é governamental, o CEBRI procurou trazer múltiplas vozes da sociedade civil para o debate do T20, entendendo que o papel do grupo não era apenas subsidiar as prioridades da presidência brasileira, mas também oxigená-las, colocando novas ideias na mesa. Desde o início dos trabalhos, essa integração foi bem-sucedida, e coube a nós esse papel de expandir os horizontes, ir além das prioridades expostas pelo governo brasileiro e ter essa multiplicidade de pensamentos refletida nos documentos finais.

LS: IPEA, CEBRI e FUNAG se reuniram em maio de 2023 para começar a pensar como organizar o T20 durante a presidência brasileira. Esse momento

de diálogo entre as instituições envolveu, também, acompanhar a presidência indiana, que precedeu o G20 Brasil, com um olhar mais atento como membros do comitê que organizaria o T20 Brasil.

Os processos que precederam a presidência brasileira nos ajudaram a criar um trabalho interinstitucional e diálogos para convergências sobre os resultados que esperamos do T20 Brasil, bem como das diretrizes para sua organização. Cada uma das três instituições trazia uma perspectiva diferente a partir da sua inserção institucional:

O IPEA, como instituição do Estado brasileiro com experiência em pesquisa, avaliação e assessoria ao governo brasileiro, bem como participação em fóruns internacionais acadêmicos, com interação com outras instituições de pesquisa, *think tanks* e com organismos internacionais.

A FUNAG, como instituição do Estado brasileiro vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, com experiência na relação com instituições de pesquisa nacionais e internacionais no campo das relações internacionais e promoção do debate público estratégico nesse campo.

O CEBRI, como um centro de reunião de vários atores que atuam no campo de relações internacionais, principalmente diplomatas e embaixadores da ativa e aposentados, mas também pessoas que ocuparam posições de lide-

rança no executivo federal, constituindo-se um *networking* com tomadores de decisão capazes de influenciar a agenda internacional do Brasil.

As três instituições tinham experiência na realização de eventos envolvendo diálogos interinstitucionais, cada qual em seu campo de atuação e a partir de suas especialidades. Ao mesmo tempo que as experiências diversas trouxeram desafios, apresentaram também oportunidades de aprendizado mútuo. Nesse sentido, os diálogos estabelecidos desde antes de o Brasil assumir a presidência do G20 criaram, também, as bases para o relacionamento dessas três instituições com os outros mais 180 *think tanks* e instituições de pesquisa que fizeram parte do T20 Brasil.

Uma etapa importante foi o compartilhamento de experiências para a seleção dos líderes das forças-tarefas e, a partir do diálogo com essas pessoas, buscar convergir na seleção dos membros de cada força-tarefa. A seleção de lideranças comprometidas com o processo do T20 foi parte importante do sucesso em estabelecer convergências para a elaboração das recomendações.

RA: CEBRI, IPEA e FUNAG são instituições com capacidades distintas que, no desenvolvimento das atividades do Comitê Organizador do T20 Brasil, se complementaram. Essa, talvez, tenha sido a característica fundamental para a bem-sucedida integração de esforços no sentido de dar curso a um

programa de atividades de continuidade, mas também de inovação com o trabalho de propor a reflexão sobre a implementação das recomendações no período entre a Midterm Conference e o Summit.

*CEBRI, IPEA e FUNAG
são instituições com
capacidades distintas
que, no desenvolvimento
das atividades do Comitê
Organizador do T20 Brasil,
se complementaram.*

A integração das instituições que compuseram o comitê organizador do T20 Brasil foi, de fato, fundamental para o bom desenvolvimento das dinâmicas pensadas e dos eventos organizados em âmbito do grupo de engajamento; buscou-se o consenso em todas as decisões importantes do processo, assim como houve esforço conjunto das equipes de analistas das três instituições para sintetizar dez recomendações transversais que refletissem o trabalho realizado pelas seis forças-tarefas, que apresentaram – cada uma delas – cinco recomendações específicas sobre seus temas de trabalho. Importante destacar os papéis, além das presidências das instituições, dos analistas de cada uma delas que se envolveram diretamente no processo do T20 Brasil.

O T20 Brasil foi liderado em quase todo o processo por três mulheres nas presidências do CEBRI, do IPEA e da FUNAG. Como as senhoras e o senhor avaliam o papel da liderança feminina neste processo?

JDL: Acredito que o fato de mulheres estarem nas chefias das três instituições é um reflexo do avanço que o Brasil vem fazendo na promoção da igualdade de gênero, embora ainda haja um longo caminho para a consolidação desses direitos. No nosso caso, a liderança feminina no T20 assegurou que esse aspecto permeasse todas as decisões e recomendações de políticas públicas, seguindo a diretriz do governo brasileiro para a diversidade e a inclusão.

LS: O conhecido teto de vidro e os labirintos enfrentados pelas mulheres para ocupar cargos de alta liderança fazem com que sua representatividade nesses espaços seja minoritária. Assim, ao mesmo tempo que se têm mulheres com níveis educacionais cada vez mais elevados e compondo a maioria da população brasileira e mundial, a inequidade para alcançar cargos de liderança é bem documentada na literatura nacional e internacional. Essas barreiras e os processos discriminatórios a elas associados produzem ineficiência relacionada, entre outras, à subutilização do potencial contributivo da mulher para o mundo do trabalho e em sua representação político-institucional.

Em 2024, quando o Brasil assumiu a presidência do G20, em uma coinci-

dência associada ao momento histórico vivido pelo país em que se buscava reforçar a equidade de gênero, as três instituições que compunham o comitê organizador do T20 eram lideradas por mulheres. Esse momento foi repleto de significados importantes e com reflexos para a construção da agenda. A representatividade trouxe um compromisso imediato de buscar que essa não ficasse somente no comitê organizador, mas, também, se refletisse nas lideranças das forças-tarefas. Além disso, formulou-se como critério que os *policy briefs* também buscassem sempre ter pelo menos uma

Em 2024, quando o Brasil assumiu a presidência do G20, em uma coincidência associada ao momento histórico vivido pelo país em que se buscava reforçar a equidade de gênero, as três instituições que compunham o comitê organizador do T20 eram lideradas por mulheres.

mulher como coautora. Essa constitui-se em uma ação afirmativa para reduzir a invisibilidade da produção de conhecimento por mulheres, permitindo trazer para o palco do debate internacional, por meio do T20, essa grande capacidade para participar e liderar discussões em processos multilaterais.

Os resultados foram observados no campo da produção de textos, mas, também, no campo simbólico – visto que mulheres em cargos de liderança mostram para outras mulheres que elas podem estar naquela posição. Ao mesmo tempo, para alcançar essas posições, quando a norma social é contrária a isso, faz-se necessário estabelecer um ambiente com visão coletiva e mais solidária. Essa estratégia, ao mesmo tempo simbólica e concreta, se refletiu no próprio processo de cooperação para produzir convergências de visões sobre os resultados esperados para o T20 Brasil sob a liderança de mulheres. A capacidade demonstrada de produzir convergência, liderar conjuntamente e com outras mulheres e homens que atuam em agendas internacionais foi uma marca – e um marco – importante do T20 Brasil e refletiu-se no sucesso por ele alcançado.

O simbolismo e o sucesso dessa atuação de um T20 liderado por mulheres do Sul Global têm repercussões ao deixar clara a capacidade e competência de atuar para a maior efetividade da cooperação internacional, em temas relacionados à inclusão social, às reformas institucionais da governança global, às estratégias para lidar com questão ambiental, bem como seu conhecimento sobre arquitetura financeira internacional, equidade, entre outros temas.

RA: Foi uma coincidência fortuita que o processo do T20 Brasil tenha se desenvolvido quase que em sua totali-

dade sob as presidências de mulheres nas três instituições-parte do comitê organizador do T20 Brasil; esse fato confirma a relevância do papel das mulheres em cargos estratégicos nos mais diversos setores da política e da economia nacionais e internacionais.

Todos os estudos apresentados tiveram participação de pelo menos uma pesquisadora; e durante a realização da Inception Conference, da Midterm Conference e do Summit, a maioria dos participantes era de mulheres.

Mas não sejamos ingênuos, ainda temos muito o que evoluir nesse sentido: as próprias discussões travadas no T20 Brasil levantaram questões a respeito de participação, igualdade, reconhecimento... É fundamental que as mulheres estejam no centro do debate, de forma que toda e qualquer decisão que diga respeito a elas passe efetivamente por elas.

Em 2024, a Troika do T20 reuniu Brasil, Índia e África do Sul, países com histórico de cooperação em fóruns multilaterais. Como se deu a integração com os *think tanks* desses países? Houve compartilhamento de informações e boas práticas?

JDL: O fato de os três países serem economias em desenvolvimento já foi um fator inicial de aproximação e união de propósitos. As presidências da Índia (2023) e do Brasil (2024) compartilharam o compromisso com o desenvol-

vimento sustentável, que está entre as prioridades da África do Sul, ao lado da inclusão, do combate à fome, às mudanças climáticas e do uso das tecnologias digitais e de Inteligência Artificial. A Índia deu destaque para energia limpa, cidades sustentáveis e segurança alimentar. Aqui a ênfase foi para mudanças climáticas, bioeconomia, segurança alimentar e combate à desigualdade, especialmente no contexto da Amazônia e da transição energética justa. A inclusão social e a redução das desigualdades são centrais para os três países. A Índia ressaltou o empoderamento feminino e a inclusão digital, e o Brasil deu foco ao combate à fome e à pobreza, com a criação da Aliança Global contra a Fome. A inovação tecnológica e infraestrutura digital é um dos temas prioritários para a presidência sul-africana, assim como foi para a Índia. O assunto teve destaque no T20 Brasil, inclusive com a proposta de criação da plataforma Data20, um fórum de governança de dados que visa integrar as discussões entre grupos de engajamento, promovendo cooperação em estratégias de dados. Durante todo o ano passado, trabalhamos com os times da África do Sul, em diversos eventos e reuniões, e fizemos uma transição que procurou facilitar o aproveitamento do que foi feito até aqui, com a continuidade das discussões das políticas recomendadas. No entanto, embora o Brasil tenha mantido diálogo constante com as pre-

sidências anteriores, de Índia e Indonésia, e com a atual, no sentido de compartilhar experiências, aprendizados e boas práticas, faltam processos de monitoramento e avaliação de impacto das recomendações do T20 como um todo. Não existem banco de dados, processos para gestão do conhecimento produzido ou sistematização de resultados. O T20 é um processo complexo que envolve muitos interlocutores para construção de consenso e produção de recomendações em um curto período de tempo, além do esforço necessário para captar recursos. Se, por um lado, é possível entender que não sobre espaço na agenda para estruturar um sistema de gestão de conhecimento e avaliação de impacto, por outro, a contribuição do T20 poderia se tornar mais efetiva a partir da estruturação de um repositório de conhecimento para evitar que o trabalho se perca de uma presidência para outra.

LS: A articulação dos países do G20 expandiu-se ao longo dos anos em sua temática, indo muito além dos aspectos macroeconômicos e financeiros, para incluir cada vez mais a agenda de desenvolvimento sustentável, entre outras. Nesse processo de expansão tem-se um momento histórico de presidências pro-tempore do Sul Global no G20. A Troika do Sul Global no G20 pode ser denominada Troika+1, formada por esses três países, Índia, Brasil e África do Sul, e considerando a Indonésia que precedeu a presidência indiana.

Essa Troika+1 trouxe para o centro do debate do G20 temas de interesse dos países em desenvolvimento. Destacam-se a importância de respostas que repensem estratégias de cooperação, fortalecendo a cooperação Sul-Sul, sem reduzir a importância da cooperação Norte-Sul, em temas de recuperação econômica e social no período pós-pandemia da Covid-19. Demandam-se novos modelos de cooperação mais horizontais, participativos e contextualizados às realidades dos países em desenvolvimento. Essa visão incorpora também a necessidade de pensar as respostas às mudanças climáticas a partir das perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento – a redução das desigualdades, da pobreza e ampliação da segurança alimentar, o desenvolvimento inclusivo, com incorporação e transferência de tecnologias, o combate às discriminações –, bem como repensar os processos de desenvolvimento e incorporação da infraestrutura digital e inteligência artificial. Estabeleceu-se, assim, um espaço diferenciado de cooperação internacional para o desenvolvimento a partir da visão e das prioridades estabelecidas pelos países emergentes e em desenvolvimento.

A organização do T20 vai refletir esse momento histórico com trocas de experiência e diálogos com grande e efetiva participação de *think tanks* dos países da Troika+1, e desses com outros países em desenvolvimento e desenvolvidos. Foram diálogos entre mais de 180 ins-

tuições de todos os países do G20 e mais a União Africana. Na formação da agenda de prioridades, o G20 Brasil trouxe temas das presidências anteriores e apresentou propostas como, por exemplo, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. As recomendações do T20 refletiram essas prioridades, com destaque para aquelas relacionadas a essa Aliança, mas também para

A organização do T20 vai refletir esse momento histórico com trocas de experiência e diálogos com grande e efetiva participação de think tanks dos países da Troika+1, e desses com outros países em desenvolvimento e desenvolvidos. Foram diálogos entre mais de 180 instituições de todos os países do G20 e mais a União Africana.

a importância de pensar novos modelos de cooperação internacional que fortalecem sistemas de proteção social que apoiem as pessoas nas respostas às crises e choques, com garantias de emprego digno, acesso à saúde e educação, proteção aos grupos populacionais mais vulneráveis, com combate às discriminações de gênero, raça e etnia.

O T20 reforçou a importância da criação de uma tributação global sobre os “super-ricos” tanto para produção de potenciais impactos distributivos como, também, como fonte de financiamento para agendas de desenvolvimento de responsabilidade globais efetivamente compartilhadas, incluindo as mencionadas anteriormente e aquelas relacionadas às iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Trouxe a importância da agenda de reforma dos bancos multilaterais e otimização do acesso aos fundos para financiamento da agenda 2030, de forma sustentável, transparente e com padronização dos critérios de alocação de recursos que priorizassem as populações mais vulneráveis e os países de baixo desenvolvimento e em desenvolvimento. Destacou um processo horizontal, provendo mecanismos para construção de capacidades em cada país.

RA: Os processos do T20 pressupõem uma continuidade que se apresenta nas cerimônias para a passagem de coordenação e organização das atividades; de forma geral, as transições foram realizadas em cooperação mútua entre os *think tanks* dos comitês organizadores, tanto da Índia quanto da África do Sul.

Ao final do Summit, no Rio de Janeiro, foi realizada uma reunião de transição entre as instituições-parte do comitê organizador do T20 Brasil e as do T20 África do Sul, para discussão de desafios enfrentados, compartilhamento de experiências e boas práticas, visando à

continuidade e evolução institucional nos processos do T20. É fundamental que o T20 tenha uma lógica de funcionamento estabelecida e que tenha convergências em seus temas para que esse grupo de engajamento seja cada vez mais relevante no processo do G20 como um todo.

Quais lições aprendidas podem ser destacadas na gestão dos processos e na construção dos conteúdos do T20? Houve desafios imprevistos?

JDL: A experiência da antecipação do *Communiqué* foi extremamente positiva, e esperamos que se repita na presidência sul-africana. Foi a decisão que nos deu tempo e musculatura para integrar as instituições e *think tanks* e produzir um segundo documento com orientações práticas.

Alguns legados de todo o processo incluem o investimento em estruturação de redes, uma vez que, se por um lado a soma das experiências e capacidades de cada instituição agrega valor, a gestão compartilhada é sempre um desafio. As instituições devem ter clareza sobre suas limitações e capacidades institucionais disponíveis para compor o comitê de coordenação. Processos claros e simplificados, cronograma e prazos alinhados evitam ruídos e riscos. Outro legado é o canal de comunicação, construído sobre muito diálogo, transparência e capacidade de articulação e transformação de

interesses diferentes em objetivos comuns. E o próprio *Communiqué*, resultado da construção de propostas com base em consenso, superando os desafios naturais da elaboração de recomendações mais específicas. Uma forma de lidar com isso foi aprofundarmos alguns dos temas com os *roadmaps* de implementação.

LS: Dentre as lições apreendidas destaco a importância de se estabelecer um diálogo prévio com os *think tanks* que lideraram anteriormente o T20. Esse processo de trocas de experiências é fundamental para avançar em diálogos mais significativos num processo cumulativo e mais efetivo dentro do T20 e na sua interação com os líderes do G20. Adicionalmente, manter o foco em questões prioritárias e estratégicas é fundamental para evitar a dispersão do debate, o que pode implicar em baixa efetividade das recomendações do T20.

Além dos desafios relacionados à coordenação do diálogo entre mais de 180 *think tanks*, o fato de se ter estabelecido o mês de julho como data limite para entrega das recomendações para o G20 fez com que se acelerasse o processo de elaboração dos *policy briefs* e do Comunicado do T20. Apesar de este ter sido um grande desafio, foi também uma oportunidade, visto que se estabeleceu um momento concreto para entrega dessas recomendações aos representantes dos líderes do G20.

Apesar das trocas prévias entre os *think tanks* que organizam o T20, há pouca documentação sobre o processo ao

longo dos anos. Um processo mais institucionalizado de documentação e avaliação poderia tornar o T20 mais efetivo a partir de monitoramento e avaliação da sua incidência durante cada presidência do G20 e ao longo do tempo.

Outro ponto relevante é como financiar o T20 durante cada presidência *pro tempore*. Essa questão impõe desafios e limitações para a organização de cada momento de diálogo entre os *think tanks*, mas, também, destes com as lideranças de governo.

RA: Os processos do T20 são de natureza complexa, tendo em vista os fluxos para submissão, análise e publicação de *policy briefs* e consequente elaboração do *Communiqué*, somados

A integração desse quadro diverso de analistas e técnicos [das três instituições para desempenho de funções de secretariado do T20] propiciou a construção de um espaço novo para além da formulação das recomendações, avançando no escopo do ciclo de políticas públicas para trazer propostas de implementação das recomendações apresentadas (...).

aos esforços de engajamento da comunidade T20 – no Brasil ainda mais desafiador, devido ao baixo índice de participação de especialistas e instituições brasileiras nas edições anteriores do T20. Nesse aspecto, o trabalho do comitê organizador foi efetivo: participaram mais 70 instituições brasileiras nos processos do T20 Brasil.

O maior desafio foi a realização e o cumprimento do cronograma de atividades com financiamento muito limitado. o que refletiu na realização por videoconferência da *Inception Conference* e o envolvimento direto do quadro de analistas e técnicos das três instituições

para desempenho de funções de secretariado do T20.

A integração desse quadro diverso de analistas e técnicos propiciou a construção de um espaço novo para além da formulação das recomendações, avançando no escopo do ciclo de políticas públicas para trazer propostas de implementação das recomendações apresentadas, na percepção de que aos gestores interessa não só identificar o problema, mas ter diretrizes de como tratar as questões. Essa perspectiva foi inclusive verbalizada nas falas dos representantes das Trilhas Sherpa e Financeira na Midterm Conference e no Summit. ■

Como citar: Dias Leite, Julia, Luciana Servo & Raphael Azeredo. 2024. “Presidentes do CEBRI, IPEA e FUNAG falam sobre o T20 Brasil”. Entrevista. *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 12 (Out-Dez): x-xx.

To cite this work: Dias Leite, Julia, Luciana Servo & Raphael Azeredo. 2024. “Presidents of CEBRI, IPEA and FUNAG talk about the T20 Brazil.” *CEBRI-Journal* Year 3, No. 12 (Oct-Dec): 209-222.

DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.12.06.01.209-222.pt>

Entrevista enviada por mídia escrita pelos entrevistados entre 17 e 21 de fevereiro de 2025.

Copyright © 2024 CEBRI-Revista. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o artigo original seja devidamente citado.

CEBRI REVISTA
CENTRO BRASILEIRO
DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

cebri.org/revista